

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPEP)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

ROBERVAL SANTOS DA SILVA

MEMÓRIA, IDENTIDADE E AÇÕES COLETIVAS
O movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-2002)

Maceió
2016

ROBERVAL SANTOS DA SILVA

MEMÓRIA, IDENTIDADE E AÇÕES COLETIVAS
O movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-2002)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Michelle Reis de Macedo

Maceió
2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

S586m Silva, Roberval Santos da.
Memória, identidade e ações coletivas: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-2002) / Roberval Santos da Silva. – 2016.
249 f. : il.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 221-235.
Anexos: f. 236-249.

1. Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) – História – Alagoas. 2. Correios - Redemocratização. 3. Movimento sindical – Alagoas. 4. Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas (SINTECT-AL). I.Título.

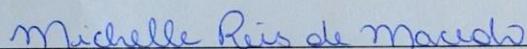
CDU: 981.35:331.105.44

Folha de Aprovação

ROBERVAL SANTOS DA SILVA

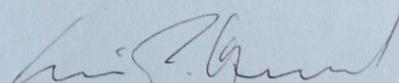
Memória, Identidade e Ações Coletivas: O movimento Sindical nos Correios de Alagoas
(1985-2002).

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 29 de Março de 2016.

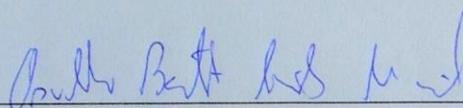


Prof.ª. Dr.ª Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Ferreira Azevedo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Aos trabalhadores dos Correios pela história construída com o suor e a força da gente simples que ousou na luta percorrer uma trajetória de honra em nome de todos aqueles que sempre viram na solidariedade o único caminho para uma vida melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer pode se tornar uma tarefa injusta quando, quase sempre, nos esquecemos de alguém que de algum modo contribuiu para a viabilidade e construção do que a seguir proponho como singela e lacunar interpretação sobre o movimento sindical dos trabalhadores dos Correios em Alagoas. Preocupado em evitar tamanha injustiça, me antecipo para agradecer a todos os amigos, colegas e interessados no tema que de alguma forma contribuíram para que este texto se tornasse realidade.

Lembro-me bem quando comecei essa jornada. Em 2006, iniciei as pesquisas sobre a categoria dos Correios em Alagoas, resultando numa monografia da especialização em História do Nordeste, ofertada pela Universidade Federal de Alagoas e defendida em 2007. Naquele momento, pude contar com as preciosas orientações do Professor Doutor José Ferreira Azevedo, que percebendo minhas divagações sobre o esperanto e depois sobre a categoria dos Correios, me amparou e apontou o caminho que um imaturo aluno de História deveria trilhar para encontrar as respostas de questionamentos nas pesquisas que a Universidade, “curricularmente”, exigia de mim. Pelos incentivos iniciais, porém duradouros, muito obrigado Professor Ferreira.

Não poderia deixar de agradecer ao Professor Doutor Osvaldo Batista Acioly Maciel, pelas importantes sugestões após as leituras de alguns escritos que lhe apresentei ao longo desses anos. Mais que um professor, Osvaldo foi um companheiro no sentido literal da palavra que, pelas conversas e produção acadêmica, me inspirou a pesquisar sobre os trabalhadores. Sua paixão pelo mundo do trabalho me contagiou de tal forma que passei a me interessar mais ainda pela história da classe proletária e aprofundar as pesquisas sobre a categoria dos Correios. A você, Osvaldo, meus agradecimentos.

Como estou falando de mestres, agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História pela dedicação e ensinamentos ao longo do curso. Ao professor Doutor José Alberto Saldanha de Oliveira, meus agradecimentos pelas importantes observações durante minha Banca de Qualificação, úteis para que eu concluísse esta etapa da vida acadêmica. Aproveito para agradecer as servidoras do PPGH, principalmente a Carol, sempre atenta e prestativa às nossas demandas. Não poderia neste momento deixar de lembrar

do Professor Jaildo Pinto, pelos socorros na língua inglesa, dos meus colegas de turma, pelos diálogos, trocas de experiências e reflexões durante as aulas. Gostaria de dizer a todos vocês que valeu tê-los conhecido, desejo a cada um muito sucesso profissional e acadêmico.

Quero aqui, fazer um agradecimento mais que especial a minha orientadora, Professora Doutora Michelle Reis de Macedo, por me acompanhar nessa jornada “cansativa”, porém gratificante. A senhora, professora Michelle, muito obrigado por ter acreditado nas minhas propostas e por ter mergulhado comigo, de forma livre e democrática, no universo dos trabalhadores dos Correios. Mais que uma orientadora, a senhora foi uma grande incentivadora deste projeto. Devo-lhe muito pela contribuição intelectual e sensibilidade nos momentos difíceis. Este trabalho também é seu.

Meus agradecimentos à Universidade Federal de Alagoas, através de seu Departamento de História; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento das pesquisas através de bolsa de estudo; ao Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas (SINTECT-AL), pelo acesso irrestrito a seus arquivos; em especial a funcionária Maria Zelma de Melo Irmão, pela confiança e atenção as minhas pesquisas e por ter preservado preciosos documentos que contam a história da categoria ecetista em Alagoas. Ao Lourival dos Santos pelas declarações ainda no tempo da especialização, ao Luiz Batista (Luizão), José Inácio Aguiar e Gilberto Francisco Macena pelas conversas informais, porém reveladoras, sobre o movimento sindical dos Correios. Ao professor e amigo Jailton de Souza Lira, obrigado pelo incentivo durante o processo seletivo do mestrado, pelas leituras e importantes conselhos acadêmicos para que algumas ideias e escritas fossem melhoradas.

No âmbito familiar, quero concluir agradecendo a minha esposa Marlene da Silva Duarte, por ter assumido sozinha nossos filhos para que eu pudesse estudar e pesquisar durante o mestrado. Ao Rodrigo Santos (meu primogênito) que em plena adolescência entendeu minha necessária “negligência” enquanto pai durante esse período. A Vitória, minha filha querida, que tantas vezes me chamou para brincar ou esperou por mim e acabou dormindo vencida pelo cansaço de aguardar o pai chegar e lhe dar um abraço. Ao Lorenzo, que nos seus primeiros meses de vida já foi vítima do tempo que os estudos nos tiram para a realização do sonho de cursar um mestrado em História. Aos meus pais queridos pela orientação durante a vida para que eu tivesse sempre apreço aos estudos. Aos meus avós (*in*

memoriam), meus irmãos, cunhados e sobrinhos pela torcida para que tudo desse certo. A todos vocês meu muito obrigado.

E por último, estou muito agradecido a Deus pela companhia, proteção e bênçãos durante a vida. Devo muito a Ele por ter chegado ao final dessa jornada e por ter colocado em meu caminho cada um de vocês – figuras humanas preciosas que só me fizeram avançar enquanto pessoa. Infinitamente, muito obrigado a todos!

De que serve a História senão para nos dizer que o homem, aliado ao tempo, nada mais é que um elemento transformador, um conjunto de fatos e acontecimentos que nos leva a querer fazer melhor. É, pois desta ilusão, subjetividade da História, que construímos nossas realidades, que fazemos a diferença nos igualando pelo ser histórico a tudo o que pensa, a tudo o que volta e semeia a própria existência.

(Roberval Santos)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar as ações de luta do movimento sindical nos Correios de Alagoas entre 1985 e 2002, identificando durante o processo da redemocratização brasileira as causas que levaram a organização de classe desses trabalhadores. Quanto à documentação para as pesquisas, utilizamos os boletins informativos da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas (ASCOR), do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas (SINTECT-AL), jornais locais e de grande circulação na década de 1980 e 1990, além de fotografias, atas, cartas e outros documentos existentes nos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas. Abordamos as questões econômicas do período investigado e o modelo administrativo herdado dos militares que estiveram no comando dos Correios entre as décadas de 1970 e 1980. Os anos de 1980 se apresentaram como uma década caracterizada pela abertura política, por uma explosão de greves em várias categorias de trabalhadores, pelo aparecimento das centrais sindicais e de diversas associações de trabalhadores, podendo ser lembrados pelo ressurgimento do sindicalismo “combativo” em “oposição” à burocrática estrutura sindical no Brasil. Portanto, o presente trabalho visa expor as ações, os avanços, os dilemas e desafios dos trabalhadores dos Correios em Alagoas entre 1985 e 2002, período que se inicia com o processo de redemocratização do Brasil indo até os oito anos dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando procuramos abordar as relações, nesses dois governos, com o movimento sindical dos Correios.

Palavras-chave: Redemocratização. Correios. Movimento Sindical

ABSTRACT

This paper aims to investigate the trade union movement fighting actions in the Post Office in Alagoas between 1985 and 2002, identifying, through the process of Brazilian democratization, causes that led to the organization of these workers class. Concerning to documentation for research, we worked with the newsletters of the Association of the Post Office Employees in Alagoas (ASCOR), the Labor Union in Postal and Telegraph Company in Alagoas (SINTECT-AL), local widely circulated newspapers in the 1980's and 1990's, as well as photographs, minutes, letters and other documents from the Labor Union files in the Post and Telegraph Company in Alagoas. It was addressed the economic issues of the investigated period and the administrative model inherited from the military who were in charge of the Post Office between the 1970's and 1980's. The 1980's is presented as a decade characterized by a political opening, by an explosion of strikes in various workers categories, the emergence of unions and various workers associations of, that may be remembered by the resurgence of "combative" trade unionism in "opposition" to the bureaucratic union structure in Brazil. Therefore, this paper aims to expose the actions, progress, dilemmas and challenges of the Postal Services workers in Alagoas between 1985 and 2002, a period that begins with the democratization process in Brazil going to the eight years of President Fernando Henrique Cardoso government (1995-2003), when it was attempted to approach the relationship, in this period of government, with the trade union movement of the Post Office.

Key words: Redmocratization. Post Office. Labor Movement

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Constituinte?!	94
Figura 2 - É justo? Distribuição de Renda no Brasil (1983)	140
Figura 3 – Charge de carteiro recebendo carta de demissão	176
Figura 4 – Povo Exige Fora Collor	180
Foto 1 – Ato Público de Trabalhadores dos Correios em Alagoas (março de 1986)	100
Foto 2 - Cartilha <i>Greve: como prevenir e desmobilizar</i>	112
Foto 3 – Manifestação de trabalhadores da ECT em Alagoas na década de 1980	121
Foto 4 – 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios, realizado em Maceió	137
Foto 5 – Uma das primeiras manifestações públicas do SINTECT-AL em 1989	154
Foto 6 – Encontro do Comitê Lula Presidente – (Maceió – 1989)	158
Foto 7 – Abaixo assinado no Centro de Maceió contra a privatização dos Correios (anos de 1990)	203
Foto 8 – I Congresso Estadual dos Trabalhadores dos Correios	205
Foto 9 – Plenária do I Congresso dos Trabalhadores dos Correios em Alagoas	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do efetivo por áreas de trabalho.....	61
Quadro 2 – Quantidade de carteiros como percentagem do nº total de ecetistas.....	63
Quadro 3 – Salário real de ingresso dos seguintes funcionários da ECT: carteiros, mensageiros e executantes operacionais.....	74
Quadro 4 – Comparação salarial entre funcionários dos Correios e de outras categorias da iniciativa privada.....	77
Quadro 5 – Diferença em termos percentuais entre os salários médios dos funcionários dos Correios e de outras categorias da iniciativa privada.....	77
Quadro 6 – Taxa de rotatividade (%) – média mensal.....	78
Quadro 7 – Demitidos pela ECT no período de julho a dezembro de 1989.....	161
Quadro 8 – Relação de empregados admitidos pela ECT/AL de maio a junho de 1989.....	162
Quadro 9 – Número de participantes nas assembleias gerais do SINTECT-AL ocorridas em 1989.....	164
Quadro 10 – Número de participantes nas assembleias gerais do SINTECT-AL em 1990...165	
Quadro 11 – Relação de lideranças sindicais demitidas entre 1990 e 1991.....	166
Quadro 12 – Número de participantes nas assembleias do SINTECT-AL em 1991 e 1992..167	
Quadro 13 – Pesquisa com empresários brasileiros em 1989 sobre as privatizações e recursos do BNDES.....	171
Quadro 14 – Funcionários dos Correios lotados no interior alagoano demitidos no governo Collor.....	173
Quadro 15 – Estimativa de funcionários para serem demitidos das estatais federais até dezembro de 1991 em cumprimento a segunda fase do Plano Collor.....	176
Quadro 16 – Quantidade de greves no Brasil entre 1989 e 1992.....	191
Quadro 17 – Emprego formal (% de trabalhadores com carteira assinada nas principais regiões metropolitanas.....	196
Quadro 18 – Frequência da Distribuição Postal nos Municípios Brasileiros.....	201
Quadro 19 – Crescimento do Tráfego Postal na Década de 1990.....	204
Quadro 20 – Número de carteiros e tempo de serviço nos Correios.....	213
Quadro 21 – Quantitativo de trabalhadores nos Correios entre 1995 e 2000.....	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Correspondem as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, localizadas no estado de São Paulo.

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência.

ACETESP – Associação dos Funcionários dos Correios e Telégrafos no Estado de São Paulo.

ACM – Antônio Carlos Magalhães.

ADCAP - Associação dos Profissionais dos Correios.

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

ADUFAL – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas.

AEECT – Associação dos Empregados da Empresa de Correios e Telégrafos.

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras.

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

ASCOR – Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas.

ASTEL – Associação dos Trabalhadores da Telasa.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento.

CDD – Centro de Distribuição Domiciliária.

CECUT/AL – Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores em Alagoas.

CEPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CESMAC – Centro de Ensino Superior de Maceió.

CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

CGTB – Confederação Geral do Trabalho do Brasil.

CI – Comunicação Interna.

CIOSL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

COB – Central Operária Brasileira.

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

CTN – Correio e Telégrafo Nacional.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DAS – Direção de Assessoramento Superior.

DCT – Departamento de Correios e Telégrafos.

DEOP’S – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

DEM – Democratas.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

DR – Diretoria Regional.

EACT – Escola de Aperfeiçoamento do Departamento de Correios e Telégrafos.

EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ENCLAT – Encontro Estadual da Classe Trabalhadora.

ESAP – Escola Superior de Administração Postal.

EUA – Estados Unidos da América.

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

FENTECT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes.

FUNDACEN - Fundação Instituto Tecnológico Industrial.

GINSP – Gerência de Inspeção.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

INTELBRAS - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira.

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

PDS – Partido Democrático Nacional.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PM – Polícia Militar.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNB – Produto Nacional Bruto.

PORTOBRAS – Empresa de Portos do Brasil S.A.

PSD – Partido da Social Democracia.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

S.A – Sociedade Anônima.

SERCA – Serviço de Cartas Agrupadas.

SIDERBRAS – Siderúrgica Brasileira LTDA.

SINDPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (Saúde, Trabalho, Previdência, Ass. Social) e Trabalho no Estado de Alagoas.

SINTECT-AL – Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas.

SINTTEL – Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações.

SP – São Paulo.

STF – Supremo Tribunal Federal.

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul.

TELASA – Telecomunicações de Alagoas.

TELEBRAS – Telecomunicações Brasileiras S.A

UDN – União Democrática Nacional.

UNAC – União Nacional das Associações dos Trabalhadores dos Correios.

UNECT – União Nacional dos Empregados dos Correios e Telégrafos.

URP – Unidade de Referência de Preços.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I – Memória e Identidade Sindical nos Correios	25
II – Discussão de Fontes e Metodologias	33
1 MILITARISMO E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA NOS CORREIOS	39
1.1 A presença militar nos Correios durante a primeira metade do século XX	40
1.2 A “Primeira” greve dos trabalhadores dos Correios	44
1.3 A presença militar na ECT após o Golpe de 1964	53
1.4 A criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	60
1.5 Missões francesas no Brasil: um novo Correios era possível?	67
1.6 Seleção da mão de obra e rotatividade	73
2 A ASCOR E A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE NOS CORREIOS BRASILEIROS	82
2.1 Antecedentes históricos: a fundação da CUT	83
2.2 Os Movimentos Sociais e a luta pela democracia no governo Sarney	89
2.3 Origem de uma organização de classe	95
2.4 Redemocratização e crise econômica no Brasil dos anos 1980	102
2.5 Greve: como prevenir e desmobilizar	111
2.6 Uma associação para os ecetistas: a ASCOR	113
2.7 A luta pelo controle da ASCOR e as primeiras retaliações da ECT	117
2.8 Trabalhadores dos Correios vão à luta: a greve de 1985	122
2.8.1 Protestos de trabalhadores contrários às demissões e perseguições nos Correios	132
2.9 O I Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios	137
2.9.1 Greve e demissões nos últimos anos da década de 1980	141

3 O SINTECT-AL E SEUS EMBATES: COLLOR E OS TRABALHADORES	148
3.1 A Fundação do SINTECT-AL	149
3.2 Avanços na categoria, retrocessos nos Correios	152
3.3 O Comitê Ecetista Lula Presidente	156
3.4 O bispo e a extorsão	159
3.5 As últimas perseguições dos anos de 1980 e os ecetistas na década de 1990	160
3.6 Mobilização sindical e demissões no governo Collor	163
3.7 Collor e os ecetistas: uma relação conturbada	168
4 VENTOS DO “PROGRESSO”: NEOLIBERALISMO E OPOSIÇÃO SINDICAL NOS GOVERNOS FHC (1995-2003)	181
4.1 Neoliberalismo e demissões nos Correios durante a década de 1990	184
4.2 Oposição sindical, “privatização” e cultura do medo nos governos FHC	194
4.3 Gestão Paulo Machado: nenhum sinal de mudança	208
4.4 A greve de 1997 e o movimento contra a “privatização” dos Correios	210
5 CONCLUSÃO	217
REFERÊNCIAS	221
ANEXOS	236

INTRODUÇÃO

Numa época de ventos liberalizantes, inflamados debates sobre o setor público e as reformas estruturais eram permeados por questões político-ideológicas e também por interesses econômicos. Muitas críticas aos Correios inspiraram-se no movimento sindical dos metalúrgicos do ABC Paulista¹, que naquele momento organizavam inúmeras greves² desafiadoras do regime militar. Seguindo seus passos, vários segmentos de trabalhadores dos Correios começaram a se organizar através de associações representativas de classe para defender melhores condições de vida e de trabalho³.

Nos idos de 1984 e 1985, o Brasil estava exausto do modelo político-econômico iniciado em 1964 pelos militares. A campanha das “Diretas Já⁴” ganhou às ruas, cresceu, empolgou o povo. Este, que foi o maior movimento cívico do país, resultou de todo acúmulo dos movimentos políticos que nasceram com a luta em defesa da democracia. Parte do empresariado paulista passou a entender que os desdobramentos do golpe de 64 favoreceu o capitalismo, mas não necessariamente os capitalistas. Por exemplo, os militares terminaram por estatizar vários segmentos da economia, debilitando a economia de mercado (ZAVERRUCHA, 1994, p. 163).

Por todo o País, as principais lideranças sindicais acenavam para a possibilidade de representantes dos trabalhadores chegarem ao poder pelas disputas partidárias e apoiados

¹ A região do ABC, no estado de São Paulo, também é conhecida como Grande ABC e ABC paulista. Oficialmente, o Grande ABC faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, que inclui vários outros municípios em volta da capital do estado. É uma das áreas economicamente mais importantes do Brasil, e seu nome vem das iniciais dos nomes de três santos: André, Bernardo e Caetano. Foi com o nome desses santos que se fundaram as três cidades que originalmente compuseram a região do ABC: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Como não é um nome oficial, muitas vezes usa-se a designação ABCD, que inclui também a letra inicial do nome da cidade vizinha de Diadema (disponível em <http://escola.britannica.com.br/article/483021/regiao-do-ABC>).

² As greves podem ser definidas como formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros (LINDEN, 2013, p. 203).

³ A emergente organização de classe nos Correios “viu no imediatamente nomeado ‘Novo Sindicalismo’ uma válvula de pressão que poderia pôr abaixo o autoritarismo. Isso contribuiu para a priorização instantânea do movimento que surgia (CARDOSO, 2003, p. 34).

⁴ Diretas Já (1983-1984) - Maior mobilização da história política brasileira. Foi o movimento cívico que aglutinou trabalhadores, donas de casa, estudantes, militantes partidários e diversas organizações tomando as ruas de pequenas e grandes cidades exigindo eleições livres e diretas para presidente da República.

pelos movimentos sociais⁵. A crise econômica e a luta pelo fim do regime militar na década de 1980 contribuíram para fortalecer esses ideais classistas e partidários - o que ajudou no surgimento de novas instituições de natureza sindical, a exemplo das associações de servidores públicos e empregados das estatais.

Para contar essa história, utilizamos o aporte metodológico respaldado na documentação fornecida pela *Folha de São Paulo*, em outros jornais de grande circulação em Alagoas e em outros estados, fotografias, atas, livros de assinatura, ofícios, além dos boletins informativos disponibilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas – SINTECT-AL⁶. Matérias críticas contra os Correios e o governo federal, notícias e notas referentes aos trabalhadores ecetistas⁷, no que tange a questões econômicas, condições de trabalho e suas greves, também se constituíram em importantes fontes históricas para o entendimento das lutas dessa categoria em Alagoas.

Os boletins informativos da ASCOR⁸ e do SINTECT-AL eram produzidos de forma artesanal. Suas páginas eram datilografadas e ilustradas com charges fotocopiadas, recortadas e coladas para a elaboração de matrizes que eram reproduzidas em máquinas fotocopadoras e entregues pelas lideranças aos trabalhadores. Seus boletins, com tiragens em torno de mil exemplares⁹, eram porta-vozes da categoria, testemunhas daquele período e da combatividade dos trabalhadores dos Correios em Alagoas. Seus textos, inicialmente redigidos na fase da ASCOR pelo militante político Válber Castro¹⁰ e posteriormente pelo telegrafista Lourival dos Santos, juntamente com o então carteiro Luiz Carlos Bastos e com a colaboração do

⁵ A campanha pelas Diretas Já foi habilmente hegemônica por um importante setor da burguesia através do PMDB, que conseguiu promover uma transição conservadora unificando a classe dominante em torno do projeto da “Nova República”. A hegemonia conquistada pela burguesia frente ao movimento das diretas veio alicerçada em toda tradição histórica da política brasileira, mas o fato de grandes parcelas dos trabalhadores terem sido levadas pelas lideranças burguesas, devem-se tanto às debilidades históricas do movimento operário e popular quanto ao fato de que esses movimentos não assumiram a luta pelas Diretas Já a partir das perspectivas da classe trabalhadora (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 01).

⁶ O Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas – Sintect-AL – foi fundado em 10 de novembro de 1988 após o advento da atual Constituição do Brasil.

⁷ Ecetista – adjetivo utilizado para indicar todo e qualquer funcionário da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

⁸ A Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas – ASCOR - foi fundada em 19 de abril de 1985 em assembleia geral dos trabalhadores dos Correios em Alagoas e três anos após, com a promulgação da Constituição de 1988, deu lugar ao Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas.

⁹ Quantidade de exemplares disponível no expediente de alguns boletins informativos.

¹⁰ Segundo José Inácio Aguiar e Gilberto Macena, Válber Castro em fins da década de 1980 mudou-se para São Paulo e não se teve mais notícias sobre seu paradeiro.

advogado Jaziel Ivo¹¹, demonstram que carteiros, operadores de triagem e atendentes comerciais, além de um número menor de trabalhadores de outros setores dos Correios, foram sujeitos históricos na construção do movimento sindical ecetista em Alagoas.

Os boletins informativos disponibilizados datam de 1986 a 2002. Entretanto, partindo do princípio de que a ASCOR iniciou suas atividades em abril de 1985, os informativos produzidos do ano de sua fundação a julho de 1986 não foram preservados em Alagoas¹². Quanto aos originais existentes, atualmente encontram-se arquivados no SINTECT-AL. Até chegar lá, a maior parte deles encontrava-se arquivada no Sindicato dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares de Bauru e Região (SP); quando entre 2005 e 2006 foram devolvidos a Manoel dos Santos Oliveira Cantoara, então presidente do SINTECT-AL, para definitivamente voltar a Alagoas e serem preservados nos arquivos deste sindicato.

Segundo Maciel (2013, p. 06), “vários estudiosos tem pesquisado acerca da importância da imprensa operária brasileira, ora como parte da história do país, ora como fonte de pesquisa histórica sobre diversos assuntos”. O contato com estas fontes contribui para a historiografia do trabalho ao oportunizar o aprofundamento dos estudos relativos à categoria dos Correios permitindo uma escrita a partir do ponto de vista do funcionário “raso” e de suas experiências históricas, cuja existência é tão frequentemente ignorada.

A perspectiva de se escrever a partir do olhar de um movimento de trabalhadores, recuperando de suas fontes primárias as experiências passadas é para Sharpe (1992, p. 42), “uma perspectiva atraente.” No caso dos Correios, conta-se ainda com a apropriação da bibliografia historiográfica sobre a classe trabalhadora e de estudos sobre as conjunturas político-econômicas nacionais entre 1985 e 2002. Dessa forma, fontes primárias e bibliográficas contribuíram para a definição das hipóteses sobre os problemas mais adiante levantados. As experiências de trabalhadores e lideranças sindicais, detentores de informações e memórias necessárias para reconstituir sua trajetória de luta a partir da segunda metade da década de 1980 passando pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), colaboraram para o entendimento da atuação sindical de parte dos trabalhadores dos Correios em Alagoas e para a clareza de que os ecetistas do período pesquisado (parafraseando Jorge

¹¹ Atualmente o telegrafista Lourival dos Santos é aposentado dos Correios, o carteiro Luiz Carlos Bastos, promovido a técnico postal, hoje é ex-diretor regional dos Correios em Alagoas e Jaziel Ivo é juiz do trabalho.

¹² Segundo registros no livro de atas da ASCOR, dois boletins informativos foram produzidos no ano de 1985, sendo que não foram preservados.

Ferreira) “não eram pessoas destituídas de consciência da realidade social que viviam.” (FERREIRA, 2011, p. 17). Eles tinham ideias, crenças e as manifestavam nas ações da ASCOR e do SINTECT-AL. Entretanto, é importante reconhecer que parte dos trabalhadores dos Correios em Alagoas não participou do movimento sindical, nem de partidos de esquerda. Mas, os que seguiram as lideranças sindicais participaram das estratégias, tomaram atitudes, compreenderam e defenderam argumentos na defesa dos interesses individuais e de classe.

Abro um parêntese para dizer que a concepção de classe abordada neste trabalho se fundamenta em Thompson (1979), quando este nos aponta para uma definição de classe como não sendo apenas resultado das relações econômicas, mas que também é importante considerar os fatores culturais para seu processo de formação. Ainda segundo Thompson,

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, 277).

De modo que a classe é uma categoria histórica construída na dinâmica das experiências vividas econômica, social e culturalmente por seus integrantes. Essas experiências ocorrem quando um grupo de indivíduos através de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros indivíduos ou instituições cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus levando-os às ações de defesa dos interesses coletivos. Além do mais, em qualquer tipo de ação coletiva, os participantes têm que estar convencidos de que essa ação se refere a uma coletividade identificável que merece seu apoio, e que, além disso, tem probabilidade de vir a beneficiá-lo (LINDEN, 2013, p. 210).

Ainda nos utilizando de Linden, quando este afirma que “as estruturas sindicais, quando bem estabelecidas, contribuem para a formulação de uma identidade participatória, por eliminar os obstáculos à formação de organizações” (idem), procuraremos refletir nos quatro capítulos desenvolvidos neste trabalho sobre a construção da “identidade participatória” dos trabalhadores dos Correios.

O primeiro capítulo, chamado “Militarismo e formação administrativa nos Correios”, se propõe a analisar a influência das Forças Armadas no setor postal e, conseqüentemente, o

processo de militarização¹³ de sua burocracia através da ocupação de cargos civis pelos militares a partir da Era Vargas. Em sequência, a institucionalização e difusão dos conceitos administrativos militares pelo regime de exceção iniciado em 1964¹⁴ serão analisadas na fase de empresa dos Correios (1969) através da formação de administradores postais na Escola Superior de Administração Postal e de técnicos postais de nível médio nos centros de formação distribuídos em algumas regiões do país.

Intitulado “A ASCOR e a organização de classe nos Correios brasileiros”, o segundo capítulo analisa a origem e o desenvolvimento da organização de classe dos trabalhadores dos Correios em Alagoas entre os anos de 1985 e 1988. Para isso, serão abordados os reflexos da postura administrativa fundamentada nos militares e seus desdobramentos sobre os trabalhadores dos Correios enquanto tentativa de impedir o desenvolvimento da organização sindical ecetista num período de graves crises econômicas e forte ação dos movimentos sociais no Brasil dos anos de 1980.

O terceiro capítulo, denominado “O SINTECT-AL e seus embates: Collor e os trabalhadores” abordará o período de transição da representação da ASCOR para sindicato em razão da Constituição de 1988. Em seguida, identificará as relações dos governos Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) com o movimento sindical dos Correios, tendo como base os acontecimentos e os reflexos da política econômica nesta categoria em Alagoas durante esses dois governos.

“Ventos do ‘Progresso’: neoliberalismo e oposição sindical nos governos FHC” é o tema do quarto e último capítulo. Nele serão abordadas as orientações emanadas do movimento sindical nacional dos Trabalhadores dos Correios para o SINTECT-AL, enquanto alternativa para a forte oposição dos ecetistas à administração dos Correios e às orientações do Ministério das Comunicações, na época conduzido pelo ministro Sérgio Motta (1995-1998).

A análise dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores dos Correios entre 1995 e 2002 e as várias formas de oposição da ECT permitiram a identificação dos métodos

¹³ Militarização – diz respeito à participação física ou à ocupação de cargos da administração pública civil pelos militares. Nesse caso, entende-se que a administração é um meio de transmitir interesses para todo o sistema político.

Militarização pode ser ainda a realização, por meio das políticas governamentais, das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares [...]. (MATHIAS 2004: p. 25/26)

¹⁴ “As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana.” (HOBSBAWM, 1995, p. 429).

utilizados pelo governo federal para enfraquecer o movimento sindical ecetista em Alagoas em prol do projeto político-econômico neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Diante do exposto, passemos a levantar alguns problemas e a refletir sobre a metodologia utilizada. Como se deu a burocratização militar nos Correios e quais seus impactos na trajetória de luta dos ecetistas alagoanos entre 1985 e 2002? De que forma as medidas econômicas repressivas nos governos Collor, Itamar Franco e FHC contribuíram para o avanço e posterior refluxo do movimento sindical dos ecetistas alagoanos? De que maneira a administração pública dos Correios pôs em prática as políticas econômicas desse período e quais seus reflexos para os funcionários?

Para as hipóteses sobre essa problematização, nos utilizamos de Burke (2002, p. 17) ao afirmar que “os historiadores começaram a trabalhar regularmente nos arquivos e elaboraram uma série de técnicas cada vez mais sofisticadas para avaliar a confiabilidade dos documentos que lá encontravam.” Ele, nos alerta para o cuidado no trato das informações, que neste caso, refere-se às informações concentradas nos boletins informativos da ASCOR, do SINTECT-AL, nos jornais locais e de grande circulação durante as décadas de 1980 e 1990. As fotografias, atas, cartas e outros documentos existentes nos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios em Alagoas foram fundamentais para a viabilização desta pesquisa - sem perder de vista que essas fontes são registros fragmentados, escritos sob a influência de interesses, compromissos e paixões. Logo, a interpretação destas fontes, objetivando captar o ocorrido, parte da noção de que elas nos fornecem imagens parciais, distorcidas e subjetivas. Para tanto,

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2014, p. 139)

Uma atenuante para esse tipo de dificuldade será o respaldo em bibliografia relacionada ao tema e ao período aliada à abordagem de autores que refletem o mundo do trabalho e que contribuem de maneira teórica para a construção da trajetória de luta do movimento ecetista alagoano entre 1985 e 2002.

Em outras palavras, pensar o trabalhador como agente social e não apenas como força de trabalho, remete à “complexidade do todo social e às lutas que nele se verificam, imprimindo-lhes a dinâmica”. (VIEIRA, 2007, p. 47). Dessa forma, a tentativa de dominação do trabalhador dos Correios não estava presente somente no local de trabalho, mas também fora dele quando esses profissionais ao longo do período estudado levaram e socializaram no meio familiar e em outros ambientes suas angústias e perspectivas profissionais.

I - Memória e Identidade Sindical nos Correios

O movimento sindical brasileiro sempre se deparou com imensos desafios e sua consolidação não foi uma empreitada fácil. Não raras vezes, estes desafios colocaram em xeque sua natureza organizacional e as conquistas trabalhistas adquiridas ao longo da sua trajetória. Entendo ser difícil traçar um esboço das linhas de ação para o movimento sindical nos Correios de Alagoas, sem antes, fazermos uma breve discussão a respeito da importância da memória, da identidade e da preservação histórica das lutas ocorridas até o momento.

Para a preservação destas lutas e da memória¹⁵ do movimento sindical alagoano é importante dizer que a história dos embates da classe trabalhadora e das organizações classistas é uma das grandes dívidas com a sua própria história. Mas do que uma mera iniciativa de preservação da memória, trata-se de um processo de investigação que vai sendo construído para se desvendar o cotidiano dos trabalhadores ecetistas e seus embates com os Correios. Até porque, “os grupos sociais em disputa resgatam representações do passado; memórias que têm como meta afirmar uma certa identidade no presente” (MACEDO, 2014, p. 17/18).

Porém, é importante neste início afirmar que a memória aqui trabalhada será sob a perspectiva do questionamento, abolindo a natureza da memória dogmática. Logo, as memórias construídas pelos lados antagônicos (Correios e trabalhadores) estarão sujeitas a indagações levando-se em consideração os anseios, as disputas pelos espaços de poder e a busca pela hegemonia dentro das relações de trabalho nos períodos aqui investigados. Além do mais, a memória construída a partir das lideranças sindicais e expressas nos boletins informativos da ASCOR e do SINTECT-AL objetivavam formar uma consciência política

¹⁵ A respeito da memória dos trabalhadores dos Correios, parto da perspectiva de que se trata de um fenômeno construído e socialmente submetido a transformações conforme a conjuntura.

envolto ao processo pedagógico de construção da identidade de classe entre os funcionários dos Correios em Alagoas.

É certo que no campo da memória e na interpretação das fontes históricas se percebe sua constante reelaboração, essa percepção é mais presente quando se investiga as ações e construções entre períodos distintos. Logo, nossa intenção ao abordar períodos e conjunturas distintas relacionados a categoria dos Correios, ao seu universo postal e suas relações com o Estado brasileiro é de traçar uma trajetória de luta e protagonismo dos trabalhadores postais ao longo do século XX, mas priorizando, despreocupado com a linearidade, o corte temporal entre 1985 e 2002. Até porque, num universo infinito de acontecimentos concatenados e paralelos, impossíveis de serem plenamente explorados num trabalho acadêmico, cabe-nos apenas priorizar fatos, realizações e conjunturas relacionadas a categoria dos Correios. Entretanto, essas prioridades não intencionam ou necessariamente significam um interesse pela linearidade.

Abdicando dessa mesma linearidade, nosso propósito será o de compreender as versões interpretativas da realidade desenvolvidas pelas lideranças de trabalhadores dos Correios em Alagoas e veiculadas em seus boletins informativos entre 1985 e 2002. Será de compreender até que ponto essas versões se contrapõem àquelas veiculadas pela grande mídia, que de forma geral, não demonstra interesse em favorecer a perspectiva dos trabalhadores em suas coberturas jornalísticas. Porém, é importante ter em mente que tanto do lado do trabalhador, quanto do grupo hegemônico, Macedo (2014, p. 21) nos indica que “segundo esse raciocínio, os jornais eram considerados reféns de interesses e paixões do presente em que eram produzidos, divulgando não o ocorrido, mas sim imagens parciais e distorcidas do real.” Obviamente que essas considerações estavam presentes entre essas forças antagônicas numa verdadeira guerra da informação. Fato preocupante porque na década de 1980, período estudado neste trabalho, cerca de 80% da população de um país como o Brasil tinha acesso à televisão (HOBSBAWM, 1995). Sendo que nesta disputa desproporcional o que tem prevalecido é “a versão dos grupos hegemônicos [...] que têm conservado o poder para estabelecer os paradigmas da sua vontade” (MARQUES, STAMPA, 2009). De modo que não se engane o leitor, pois apesar de prevalecer a escrita dos grupos hegemônicos, a possibilidade das distorções também se encontra presente entre os que resistem e estão acompanhados por interesses de classe ou pessoais.

A questão é que os fatos distorcidos relatados hoje acabam servindo como fonte histórica amanhã e, evidentemente, esta história que será contada não apresentará uma leitura mais ampla dos fatos estudados, uma vez que já foi comprometida na origem.

Da mesma forma, a música, a pintura, a charge, a TV, a foto, o cinema estão carregados de propostas, questionamentos, tensões, acomodações; os agentes, através das linguagens que lhe são próprias, criticam, endossam, propõem, enfim se rebelam ou se submetem. (VIEIRA, 2007, p. 21)

Essas distorções, carregadas de valores morais, ideológicos e de interesses distantes das classes subalternas¹⁶ podem interferir na visão que os trabalhadores têm da sua própria história. Quantas vezes não vimos a população revoltada com as ações grevistas dos funcionários públicos nas áreas da saúde, da educação ou da segurança pública, desconhecendo as razões mais amplas destes movimentos? Ou empregados do comércio indignados com paralizações dos trabalhadores do ramo dos transportes? Ou os próprios comerciários descontentes com as atividades reivindicativas do movimento rural na interdição de estradas e rodovias? Ou parte da população condenando as atividades de mobilização dos bancários ou dos trabalhadores dos Correios, como se viu nas últimas greves de 2014¹⁷?

Por estes exemplos, percebe-se como facilmente *trabalhador se opõe a trabalhador*. E o mais grave, em alguns momentos ao lado dos patrões e dos grupos dominantes. Se estas visões de fato forem influenciadas pelas interpretações mais imediatas da grande imprensa haverá o comprometimento do trabalho dos historiadores ao retratar a história dos movimentos operários para fins de registro.

Importante dizer que em relação à intencionalidade da imprensa predominante ao tratar os fatos sociais de acordo com os interesses hegemônicos, percebe-se alguns momentos de exceção em fins dos anos de 1980 e por toda a década de 1990 relacionados à categoria dos

¹⁶ A categoria "subalterno" e o conceito de "subalternidade" têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando "as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos" (BUTTIGIEG, 1999, p. 30) (Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100006).

¹⁷ Em fevereiro de 2014 os trabalhadores dos Correios - através dos sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Fentect - decretaram greve por tempo indeterminado em razão das mudanças implantadas pelos Correios no plano de saúde da categoria. Em Alagoas a greve durou 23 dias e sofreu diversas críticas de parte da população que, insatisfeita pelas deficiências nos serviços postais, não compreendia os motivos que levaram ao movimento paredista e reclamava das frequentes greves da categoria.

Correios. Notícias que vão desde a divulgação das eleições para as diretorias da ASCOR e posteriormente do SINTECT-AL, relacionadas às greves, demissões, protestos, anistia, perseguições, contra a política salarial da ECT, alta da inflação e dos preços foram encontradas nos principais periódicos do estado¹⁸ com enfoque favorável à categoria dos Correios, obviamente que sob o olhar das lideranças dos ecetistas, de suas paixões, num contraponto às questões relacionadas aos Correios.

Esses periódicos e as demais fontes aqui utilizadas contribuíram para a abordagem relacionada à trajetória dos ecetistas alagoanos. A partir deles, a necessidade de se contar a história dessa categoria não tem apenas a função de resgate da memória (embora esta seja muito importante), mas cumpre cinco funções principais: 1) de restituição da história sob o ponto de vista da própria categoria, caso contrário não teria sentido a busca destas ações do passado; 2) de denúncia contra a opressão e violência que historicamente atingem àqueles que vivem do seu trabalho e os menos favorecidos; 3) de reflexão sobre suas próprias ações, de maneira que os equívocos e acertos possam servir de lição/inspiração da sua própria trajetória; 4) de disputa da hegemonia, dentro de um contexto da luta de classes e; 5) de celebração e homenagem a todos os militantes, das mais diferentes gerações. A respeito deste compromisso, o historiador José Carlos Reis adverte que “a história é um discurso sobre o presente que falta, sobre a voz que não se ouvirá mais, sobre o rosto que desapareceu” (REIS, 2010, p.59).

Em Alagoas, ainda é embrionária a produção historiográfica a respeito das ações do movimento sindical, independente da época escolhida para pesquisa. Existem alguns poucos e relevantes trabalhos, mas nem de longe representam a riqueza desta história, com seus embates, articulações, influências e repercussões sociais, políticas e econômicas. Por um lado, a situação dos acervos em geral observada nos sindicatos – quando existem – é mal preservada e esparsa; por outro, os protagonistas destas organizações sindicais, que vão desaparecendo com a passagem do tempo, não deixaram registros significativos das suas lutas e levarão consigo as lembranças das suas respectivas (e neste caso, irrecuperáveis) trajetórias.

Não faltam argumentos dos atuais dirigentes sindicais para justificar-se da ausência destes registros. Os pretextos vão desde a insuficiência de recursos à falta de tempo em suas agendas sempre repleta de compromissos. Fato é que o número de sindicalistas dotados de liberação de suas atividades profissionais para o exclusivo desempenho da atividade sindical é

¹⁸ *Jornal Gazeta de Alagoas, Jornal de Hoje, Tribuna de Alagoas e alguns outros de menor tiragem.*

considerado pequeno se levarmos em consideração o grande número de trabalhadores em suas bases territoriais e a enorme demanda em razão da desigual disputa entre capital e trabalho num mundo plenamente globalizado.

Desse modo, parte da atual geração de sindicalistas e trabalhadores, consciente ou inconscientemente continuam deixando de dar a devida importância para o registro das ações de seus antecessores e até de suas próprias realizações. Fato este que não é privilégio somente das organizações de classe brasileiras, pois para Thompson (2001, p. 186),

O país do mais antigo movimento operário do mundo não tem biblioteca ou instituição dedicada ao seu estudo. Apenas nos últimos anos a Transport House e dois ou três dos maiores sindicatos tomaram seriamente para si a preservação da riqueza documental de seus porões e sedes regionais.

Apesar das dificuldades, paulatinamente a análise da memória pela escrita da história do trabalho em Alagoas vai se construindo, dando curso a um processo que – acredito – começou no início do século XXI e que envolve uma série de questões que demandaria muito tempo. O fato é que aqueles velhos textos da história de Alagoas que resumiam um processo extremamente complexo de formação social à louvação das elites locais em seus projetos de permanência no poder vem sendo suplantados por novas pesquisas. Cada vez mais outros historiadores, sob a perspectiva da história vista de baixo, da história do tempo presente ou da história política renovada, vêm dando importância aos explorados e oprimidos, aos marginalizados e excluídos pelas tradicionais relações de poder em Alagoas.

Prefaciando o livro *Carta Aberta* (2008, p. 09), que trata da origem do movimento sindical nos Correios de Alagoas, Osvaldo Maciel aponta para o surgimento de novos estudos sobre índios e trabalhadores, cabanos e escravizados, questionando o nível de importância da cana e do açúcar para o devido entendimento deste quinhão das terras das Alagoas.

A luz lançada por esta historiografia nos diz que a história dos trabalhadores é feita todos os dias, seja nas assembleias, negociações sindicais, processos eleitorais, congressos, boletins informativos, ofícios, moções de apoio ou repúdio, faixas e cartazes ou nas conversas ricas de relatos orais. Logo, não faltam fontes de pesquisa, mas é preciso conservá-las. Devemos aproveitar as novas tecnologias, a internet, os meios de comunicação alternativos, enfim tudo o que estiver ao alcance para efetivar esta preservação e ao mesmo tempo socializá-la por meio da produção de filmes, documentários, revistas, jornais, livros e por

todos os meios possíveis. Ou será que devemos continuar assistindo a imprensa oficial e os grupos dominantes fazerem isto ao seu modo?

Ao mesmo tempo, os estudos sobre a memória sindical vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores e os espaços de produção da história social do trabalho em Alagoas vêm sendo alargados. A universidade, paulatinamente, tem contribuído nesse processo. Junto a ela, os historiadores do trabalho podem colaborar, criando novas possibilidades de investigação de outras categorias, lideranças dos trabalhadores, associações, sindicatos e centrais sindicais - aumentando assim este processo de renovação. Entretanto, é importante seguir Macedo (2014, p. 18) ao afirmar que

Apesar da volatilidade e da falta de objetividade da memória, não faz parte do ofício do historiador ter a pretensão de usar seus métodos de pesquisa para “corrigir” supostos erros e equívocos da memória. Isso ocorre quando se pressupõe que a história tem o compromisso com a “verdade” dos fatos e autenticidade dos relatos, como se a memória fosse uma “simples invenção do passado” e a pesquisa histórica, o “real” comprovado cientificamente.”

Porém, deve-se trabalhar para que as pesquisas com a memória sindical se tornem um processo protagonista, começando pela organização e preservação dos acervos existentes nos sindicatos. Neles, devem-se realizar as pesquisas através do conjunto extremamente rico de fontes praticamente inexploradas. É neste contexto da discussão historiográfica local que a pesquisa sobre os trabalhadores deve ser realizada. Ainda no mesmo prefácio do livro *Carta Aberta*, Osvaldo Maciel trilha seu pensamento pela convergência de três questões: “novos personagens, novos locais de produção do conhecimento histórico e novos acervos.”

A memória, além de contribuir com o resgate de uma trajetória de classe, é responsável pelo processo fundante da identidade. Por ela trabalhadores são forjados na temporalidade com seus dilemas, desafios, conquistas, objetivos, frustrações e anseios comuns. Entretanto, não se trata apenas de temporalidade, essas categorias não estão perdidas no tempo, pois encontram e vivem na territorialidade as conjunturas inerentes às transformações da história. Memória, temporalidade e territorialidade são categorias num contínuo e permanente processo de gestação da identidade.

A rotina e a convivência diária com desafios comuns são tidas como importantes elementos para se discutir o papel da classe trabalhadora. Obviamente que muitas vezes essas discussões se materializam ou desembocam nas organizações de classe, a exemplo das

associações e sindicatos cujo sentido filosófico é contribuir para a institucionalização e representação da identidade num permanente e dialético fazer-se histórico.

Mas essas questões transcendem para outros grupos estabelecidos na sociedade, numa demonstração de que as questões humanas respaldadas na vida social são inseparáveis e fundamentais para a construção do indivíduo transformador da história. De qualquer modo, a identidade passa a ser o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo, categoria ou classe. Essa identidade enquanto *práxis e dialética* somente é possível pela construção de memórias fundantes desse sentimento. De modo que, o grupo social, determinada categoria ou classe adquire e permanece com certa robustez para enfrentar os desafios pertinentes ao mundo do trabalho e a vida social.

Mas, estou de acordo que as organizações sociais e sindicais podem contribuir para a preservação de uma memória de combates e lutas de suas categorias, algo extremamente importante como ampliador da identidade proletária e fortalecedor da consciência de classe. Para isso, é importante voltar ao problema dos acervos, particularmente dos acervos dos sindicatos. Precisamos compreender o avanço das técnicas e abordagens realizado nos últimos anos pelos historiadores, até porque não se faz pesquisa sem fontes disponíveis para se analisar a memória sindical. Fica difícil pesquisar o passado sem documentos que permitam uma real avaliação do tema em estudo. Este é um problema da história do trabalho que tem sido contornado com um conjunto de novas fontes que vem sendo incorporadas com bastante proveito pelos historiadores.

Mesmo o governo federal e outras instituições têm realizado projetos importantes para despertar o interesse no que se refere à coleta, classificação, preservação e acessibilidade a fontes sobre o tema com destaque para o Programa Memória do Trabalho, realização do Ministério do Trabalho e Emprego sob a coordenação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea/CPDOC e que efetivou vários projetos regionais em torno da questão. (MACIEL, prefácio *in*: SILVA, 2008, p.10/11)

Faz-se importante esta discussão a fim de se evitar que a história dos sindicatos seja escrita apenas pelos patrões e pelo governo através das fontes comprometidas com suas perspectivas. Devemos compreender que há uma luta de classes no plano da memória, da identidade e da reconstituição do que foi o passado dos sindicatos e dos trabalhadores. Sem a preservação e a análise dessa memória sindical, estar-se-á mantendo a dominação das classes dominantes sobre a forma como esta história é percebida e contada.

A preservação dos registros sindicais contribui para a construção da história de uma categoria de trabalhadores. Mas, sempre com o olhar num horizonte de possibilidades para o questionamento da memória por meio do diálogo com as mais variadas fontes e suas interpretações. Assim, será possível uma interpretação verossímil sobre o universo do trabalhador e as relações sociais e trabalhistas estabelecidas no permanente antagonismo entre capital-trabalho.

O sentido de identidade da categoria dos Correios passa pela compreensão de sua origem por se entender que a história desempenha um papel importante neste processo quando parte da concepção de que a identidade de classe dos ecetistas não pode ter sido estruturada pelos grupos dirigentes dos Correios ou por governantes interessados na implantação de políticas administrativas e econômicas de dominação tão nocivas a estes trabalhadores. Logo, o uso da história para auxiliar a auto identificação dessa categoria é fundamental quando se compreende que suas ações afetam, ainda hoje, o mundo em que vivem.

Por mais valiosa que a história vista de baixo possa ser no auxílio ao estabelecimento da identidade das classes inferiores, deve ser retirada do gueto (ou da aldeia de camponeses, das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história. (SHARPE, 1992, p. 62).

De modo que a história das classes subalternas nos ajuda a compreender que aqueles desprovidos dos meios materiais sob a lógica do capitalismo são detentores de um passado e de que vieram de algum lugar. É possível, a partir dessa perspectiva, questionar uma construção tradicional da história e ampliar outra história na qual os trabalhadores sejam protagonistas.

Porém, de nada valerá todo o esforço para a preservação da memória se a produção historiográfica, produto do esforço para a preservação documental e das memórias, não atingir o trabalhador comum. Sem isso, não haverá a consolidação da identidade de classe, pois quando não se conhece a própria história e a história coletiva por meio do contínuo processo da descoberta, da formação educacional, das leituras, conversas e reflexões, a identidade de classe ficará desprovida de um firme alicerce que ampare os desafios impostos pelo capital num mundo excludente e capitalizado.

II – Discussão de Fontes e Metodologia

Críticas ao governo federal serão demonstradas como um instrumento de defesa dos trabalhadores em reação à repressão econômica, ao achatamento salarial e à permanência nas estruturas administrativas dos Correios de profissionais moldados pelo regime militar.

Procurar-se-á demonstrar a influência do neoliberalismo no ataque ao movimento sindical ecetista e, principalmente, a permanência nos anos posteriores à redemocratização de um modelo administrativo militar implantado pelos Correios durante a fase ditatorial.

Exemplos clássicos de gestões contemporâneas do neoliberalismo foram os governos de Ronald Reagan (1980-1988) nos Estados Unidos e Margareth Thatcher (1979-1990) na Inglaterra, em que as medidas de reestruturação estatal e econômica serviram como modelo para os demais países que adotaram a mesma linha ideológica. No Brasil, a ideologia neoliberal ganhou força nos governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) com a reestruturação administrativa da União e entes federados, privatização de empresas públicas, flexibilização dos direitos trabalhistas, arrocho salarial e diminuição do sistema de proteção social com base em uma concepção de Estado mínimo ancorada nas leis de mercado.

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, para além da intervenção do Estado na economia, a reforma então operada adotou um paradigma gerencialista no bojo da administração pública, em substituição a uma cultura burocrática de controle de processos, a partir do qual se buscou a implementação de mecanismos de mercado na gestão pública. Esses mecanismos se voltaram para o controle de resultados, para a busca da eficácia e da eficiência, e para uma flexibilização da gestão na chamada área de Recursos Humanos. Assim, reforçou-se a tese de que o Estado deveria delegar algumas de suas atividades a terceiros ou a outros parceiros, como uma forma de conter o crescimento do déficit público e do tamanho da máquina administrativa (DIEESE, 2007).

Para isso, “a implantação do novo modelo econômico desde 1990 prescindia, no regime da democracia representativa, não apenas de apoio político e eleitoral, mas do enfraquecimento das bases sociais de resistência.” (POCHMANN; BORGES, 2002, p. 28/29). Logo, como a fragilização do sindicalismo foi peça necessária na política de desmonte do setor produtivo estatal, vieram às reações contra o neoliberalismo durante a década de 1990. Por força da dinâmica histórica, o sistema do capital enfrentou importantes manifestações

contra hegemônicas e as medidas neoliberais foram cada vez mais questionadas levando a diferentes estratégias de intervenção política da classe trabalhadora.

No Brasil, diante de um complexo quadro nacional das lutas de classe, no qual a esquerda – liderada pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 – formou um bloco de resistência relativamente eficiente, o neoliberalismo só conseguiu se estabelecer tardiamente nos anos 1990 com a cooptação de setores da social-democracia (PSDB) auxiliados por conservadores (o então PFL, hoje DEM) e até mesmo ex-comunistas (PPS) (CASTELO, 2013, p. 243).¹⁹

Para investigar esse bloco de resistência política dentro dos Correios, liderado por sindicalistas ligados ao Partido dos Trabalhadores, um dos referenciais teóricos utilizados para fundamentação desta dissertação está em Marc Bloch. Segundo Barros Neto (2012, p. 72),

É preciso dizer que *Apologia da História* discute com especial interesse questões metodológicas, como a “mediação” do conhecimento historiográfico ou a natureza das fontes históricas, tratadas por Marc Bloch sob o signo de ‘vestígios’, o que já o aproxima de uma abordagem mais moderna do documento histórico.

Seguindo orientação de Bloch, a utilização de uma “abordagem mais moderna” do documento histórico para a apreensão do conhecimento relacionado ao movimento sindical ecetista permitirá que parte das informações fundamentais para a elaboração da dissertação seja alcançada no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios em Alagoas. Para Bloch (2001, p. 72), “muitos outros vestígios do passado nos oferecem um acesso do mesmíssimo nível”, a exemplo do acervo digital da *Folha de São Paulo*, rico em informações fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. É o caso também, em sua quase totalidade, da importante massa de testemunhos escritos e até de um bom número de não-escritos.

Ou ainda,

Mas a memória coletiva não é apenas uma conquista: é também um instrumento e um objetivo de poder. As sociedades nas quais a memória social é principalmente oral, ou as que estão em vias de constituir uma memória coletiva, permitem melhor compreender esta luta pelo domínio da recordação e da tradição, esta manipulação da memória (LE GOFF, 1990, p. 57).

¹⁹ Ao longo das citações respeitaremos a grafia da época ou conforme consta nos documentos.

Entendemos que a memória coletiva não se abriga apenas nos relatos ou depoimentos formais de atores relacionados a um determinado período da história. Embora os relatos sejam importantes para a construção do saber, muito de sua memória encontra-se abrigada nas conversas informais que podem nos dar pistas sobre as fontes de pesquisas materiais. Elas expressam sentimentos, desejos e acontecimentos dos sujeitos históricos investigados, mesmo quando essas categorias representam os interesses de parcelas da sociedade, grupos ou associações numa determinada conjuntura.

A perspectiva da visão da classe trabalhadora é uma alternativa política e ideológica do pesquisador, considerando a negligência e mesmo a omissão oficial no que diz respeito à experiência desses sujeitos históricos. Ou seja, não interessa estudar apenas a versão dos “vencedores”, mas confrontá-las com as versões dos “vencidos”, no intuito de esclarecer os temas investigados sem abrir mão do rigor científico e da multiplicidade das visões dos sujeitos históricos envolvidos.

Quanto à documentação para as pesquisas, nos utilizaremos de Burke (2005, p. 21) ao afirmar que “os historiadores começaram a trabalhar regularmente nos arquivos e elaboraram uma série de técnicas cada vez mais sofisticadas para avaliar a confiabilidade dos documentos que lá encontravam.” Sendo assim, cito Macedo (2014, p. 21), que como fonte histórica, optou por “trabalhar com jornais alternativos por considerá-los importantes meios de produção e divulgação das memórias construídas pelas esquerdas.” Mas, com o cuidado no trato das informações concentradas, por exemplo, nos boletins informativos da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas – ASCOR, nos boletins informativos *Gazeta Ecetista*, no *Jornal Carta Ecetista* (ambos já na fase de sindicato), nos jornais locais, nacionais e de grande circulação nas décadas de 1980 e 1990, além de fotografias, diversas atas, de cartas e outros documentos existentes nos arquivos do SINTECT-AL. Através destas fontes tive acesso a discursos produzidos pelas lideranças dos ecetistas, que usaram esses veículos de informação para propagar suas ideias e percepções políticas e sindicais. A interpretação verossímil destes documentos, sem dúvidas ajudou na construção da trajetória de luta do movimento sindical nos Correios de Alagoas entre 1985 e 2002.

A perspectiva teórica relacionada aos Correios parte da afirmação de que o mesmo é uma criação da civilização capitalista. Entendendo que Lenin se referia ao correio enquanto administração organizada, segundo o tipo de monopólio capitalista a serviço do Estado e que estende, por meio das agências postais, sua influência a um número maior de localidades, a

um número maior de lugares distantes, aos setores mais vastos da população (LENIN, 2007, p.65, 71 e 2012, p. 63), pode-se afirmar que essas ideias ainda se encontram nos Correios brasileiros, pois estes se fazem presentes em todo o território nacional e a disposição do Estado pela tutela administrativa pautada na hierarquia, na ordem e na disciplina outrora de forte influência militar.

Em continuidade à fundamentação teórica, a função da classe trabalhadora nos Correios e o papel dos seus instrumentos de mobilização não poderão prescindir de outras contribuições teóricas fundamentais para a análise do seu papel histórico, a exemplo das análises de Marx (1982, 2008), de outros analistas brasileiros como Boito Jr (2005, 2009) e Antunes (1982, 1986, 1991, 1995, 2008), enfocando a importância central na categoria do *trabalho* como eixo fundamental da produção e das relações sociais. Nesta pesquisa, será concedido um enfoque privilegiado na ação dos trabalhadores em oposição à historiografia tradicional que sempre relatou apenas a vivência das classes dominantes, conferindo a estas um protagonismo que excluiu a participação e importância das demais classes sociais.

Isso não significa evidentemente, deixar de verificar as versões apontadas pelos grupos dominantes nos Correios alagoanos, embora tal verificação seja feita sempre em uma análise comparativa com outras impressões históricas. Para isso, algumas questões devem ser levadas em consideração enquanto hipóteses que justifiquem a resistência de parte dos trabalhadores dos Correios entre 1985 e 2002.

A primeira delas defende a ideia de responsabilidade das graves crises econômicas que, pela péssima política salarial, assolaram o país nas décadas de 1980 e 1990, precarizando os salários e as relações de trabalho – além de protagonizar com a prática administrativa militar que sistematicamente contribuiu para a efetiva repressão contra os trabalhadores e a organização sindical nos Correios.

A segunda refere-se a forte reação do governo FHC (1995-2003) contra o movimento sindical, contribuindo para o refluxo do movimento de classe dos trabalhadores ecetistas²⁰ em razão da péssima relação capital/trabalho fundamentada nos baixos percentuais de reajustes salariais, nos descontos dos dias parados por motivo de greve, na supressão de direitos, nas perseguições, punições e milhares de demissões dos empregados dos Correios em todo o

²⁰ O termo refluxo faz menção direta a suspensão das greves nos Correios após 1997, voltando a ocorrer apenas em 2003 quando Lula já era presidente da República. Apesar da interrupção das greves nos Correios neste período, trabalhadores e lideranças sindicais continuaram participando de reuniões, atos públicos, dia nacional de paralisação, depoimentos na imprensa ou atendendo os chamamentos das centrais sindicais que faziam oposição ao governo FHC.

Brasil. Tais condições possibilitaram a supressão das greves e exigiram o cumprimento de metas estabelecidas pelo sistema financeiro através do Fundo Monetário Internacional.

Ainda sob o viés da política econômica de FHC, que desenvolvia um programa de privatização do Sistema Telebras, podemos acrescentar a tentativa de se por fim ao monopólio postal²¹ para também favorecer o mercado e a livre-concorrência levando o movimento sindical dos Correios a um grande debate travado a partir da segunda metade da década de 1990 sobre o processo de privatização da ECT após o fim do exclusivismo postal.

Para Lesbaupin; Mineiro (2002, p. 34/35), “a privatização da Telebras foi um grande negócio – para as compradoras (...) A venda das estatais, dizia-se na campanha, permitiria que o Estado deixasse de desperdiçar recursos – sustentando estatais deficitárias - para investir em políticas sociais. ” Entretanto, a área que mais sofreu as consequências da opção neoliberal do governo FHC foi, sem sobra de dúvidas, a área social.

A terceira hipótese diz respeito a continuidade do modelo administrativo militar ensinado pela Escola Superior de Administração Postal (ESAP) para atuar nas estruturas administrativas dos Correios. Este modelo de gestão enraizado na ECT durante o regime militar ainda era perceptível na década de 1990 e serviu de sustentação para a imposição da política neoliberal do governo FHC, cabendo aos administradores postais, com formação na ESAP, conduzir todo o processo de perseguição contra os trabalhadores, além de lidar pela repressão com os conflitos no âmbito interno da empresa.

Por tratar-se de uma pesquisa de natureza histórica, focalizada na linha de pesquisa Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais, a variedade de fontes torna-se ampla. Mas, é importante atentar para os devidos cuidados que precisam ser adotados para que a pluralidade de informações seja tratada e interpretada com base nos mecanismos de investigação e análise já elencados. Caso contrário, haverá um desconcertante e inútil acúmulo de fontes, transformando o projeto em algo sem coerência e objetivos visíveis, falhando em suas pretensões anunciadas de contribuir para a história do movimento sindical em Alagoas.

²¹ Monopólio significa exclusividade na exploração de produtos e serviços por uma empresa, seja ela pública ou privada. O Monopólio Postal garantido pela Lei 6538/78 e ratificado pelo STF no julgamento da ADPF 46, reconhece exclusividade na prestação de serviços de postagem e entrega de cartas (simples, comerciais e cartões postais), telegramas e correspondências agrupadas (malotes). Em contrapartida a ECT é obrigada a garantir a universalização dos serviços postais (Cartilha *O Correio é Nosso! ECT 100% pública e de qualidade*. Sintect-SJO, 2010, p. 09).

Por outro lado, para se entender a história recente da categoria dos Correios, é necessário o acesso pelas fontes primárias e bibliográficas as informações sobre as lideranças sindicais e de trabalhadores. Ao tempo em que também devemos pelo olhar crítico associar as fontes escritas e interpretá-las com o interesse de desvendar pelas pistas do passado, as resistências, as disputas, os sonhos, as perdas e conquistas da categoria postal em Alagoas.

Para isso, dentre nossa fundamentação teórica, seguiremos Linden (2013, p. 195) quando este afirma que os trabalhadores subalternos estão submetidos a uma relação de trabalho heterônoma, ou seja, sujeita a vontade do outro, a regras e normas de conduta pré-estabelecidas. Tal relação leva a “uma batalha ininterrupta travada contra os empregadores e seus representantes, às vezes abertas e às vezes sub-reptícia, às vezes individual e às vezes coletivas” (Idem).

De certo que a resistência pela organização de classe numa categoria assalariada é resultado de uma constante batalha contra seus empregadores. Contudo, neste universo de interesses, os conflitos individuais entre trabalhador e empregador estarão sempre presentes e constantemente sendo ampliados para a coletividade. Obviamente que, no caso dos Correios, não desprezaremos as individualidades, entretanto, os conflitos coletivos serão priorizados por entendermos que eles levaram a organização de classe na estatal.

Por isso, não é demais reforçar a importância dos aspectos teóricos e metodológicos que orientaram esta pesquisa, mesmo não sendo opções imutáveis e inflexíveis, estarão presentes enquanto parâmetro epistemológico.

1 MILITARISMO E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA NOS CORREIOS²²

Embora a República brasileira tenha iniciado com dois governos militares, o exercício direto destes em várias instâncias do poder executivo ocorreu de modo mais efetivo quando da chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930²³. Ao longo das próximas décadas “ocupar funções nas diversas esferas da administração direta e indireta, seja em ministérios seja nas empresas estatais (públicas, de economia mista e nas autarquias) passou a fazer parte das perspectivas castrenses.” (MATHIAS, 2004, p.15)

Durante a Ditadura Militar, os militares assumiram não só o controle das instâncias mais importantes do aparelho de Estado burguês, mas também a direção política do bloco no poder (MACIEL, 2012, p. 25). Ao longo de todo esse processo desencadeado entre as décadas de 1970 e 1980, os militares exerceram forte influência no poder e na burocracia estatal a maior parte do tempo. Para este capítulo, importante é investigar a efetiva participação militar na administração dos Correios e seus desdobramentos para os trabalhadores. Segundo Barros Neto (2004, p. 11), entre os anos de 1930 a 1945 e de 1972 a 1985, a administração dos Correios foi marcadamente militar. Partindo dessa lógica é preciso entender o que fizeram, que cultura administrativa foi implantada e quais seus reflexos sobre os trabalhadores.

Entendendo que não se pode pensar o movimento sindical dos Correios separado do contexto e da época em que se insere, se faz necessário refletir sobre o contexto histórico, econômico e administrativo do Estado brasileiro com um olhar para dentro da estatal, num corte temporal definido entre as décadas de 1980 e 1990, mas sem perder de vista alguns fatos anteriores a este período que apontam para as condições de trabalho e para o posicionamento político dos trabalhadores dos Correios.

Para se traçar e compreender a trajetória de luta dos trabalhadores ecetistas e suas relações com a ECT, estatal caracterizada por uma administração de caráter militar, deve-se procurar entender como esse modelo administrativo surgiu e procurou intervir na organização de classe dos trabalhadores ecetistas nas décadas de 1980 e 1990.

²² Este capítulo foi parcialmente publicado em 2015 pela Editora da Universidade Federal de Alagoas, no livro *Folhas de Jornal: presença militar e imprensa sindical nos Correios de Alagoas*, de nossa autoria com a colaboração do professor Jailton de Souza Lira.

²³ Ao longo da República, cada intervenção moderadora que o Brasil sofreu foi usada pelos militares para atualizar suas informações acerca do comportamento civil e, ao mesmo tempo, para construir sua própria alternativa de poder (ZAVERRUCHA, 1994, p. 163)

É para essa questão que buscaremos uma compreensão de como a ocupação de cargos, definidos como civis nos Correios, por militares de diferentes patentes estabeleceu uma lógica administrativa inspirada na organização da caserna.

1.1 A presença militar nos Correios durante a primeira metade do século XX

A presença militar nos Correios se deu a partir dos primeiros anos da República. A construção das linhas telegráficas iniciada pelo então capitão do Exército Cândido Mariano da Silva Rondon²⁴, em 1892, para integrar o oeste brasileiro é um exemplo dessa relação militar com os Correios.

Ainda nos momentos iniciais da República, o primeiro Secretário de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi o tenente coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães que ficou no cargo de 1890 a 1891. Um de seus sucessores, o general Innocêncio Serdezello Corrêa respondeu pela Secretaria até esta ser subordinada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

No início do século XX chama atenção o Correio Aéreo Militar (subordinado ao Exército) e o Correio Aéreo Naval. “Nessa época, era o Departamento de Comunicações do então Ministério de Viação e Obras Públicas (ao qual os Correios estavam subordinados), que fazia o controle do movimento dessas e de outras aeronaves” (BARROS NETO, 2004, p.56).

A aviação militar teve papel fundamental na consolidação do transporte aéreo postal durante a década de 1930, quando a Marinha e o Exército criaram correios aéreos. Entretanto, somente em 1934 as aeronaves do Correio Aéreo Militar foram autorizadas a transportar correspondências entregues pelo então Departamento de Correios e Telégrafos – DCT, criado em 26 de dezembro de 1931 por decreto de Getúlio Vargas.

Ao iniciar os anos de 1930, a força de trabalho que compunha os Correios e Telégrafos padecia de graves problemas, comuns, ao que parece, a todo o serviço público daquela época (BARROS NETO, 2014, p. 124). Os serviços postais e telegráficos, sob a competência da Diretoria Geral dos Correios e da Repartição Geral dos Telégrafos²⁵, respectivamente, já

²⁴ Cândido Mariano da Silva Rondon foi nomeado Chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso em 1892. Como general de Divisão instalou milhares de quilômetros de linhas telegráficas. Foi elevado ao posto de Marechal em sessão solene da Câmara e do Senado, conjuntamente, em 5 de maio de 1955 e em 27 de abril de 1972 foi reconhecido por ato do Poder Executivo como o Patrono das Comunicações Nacionais.

²⁵ A Diretoria Geral dos Correios e a Repartição Geral dos Telégrafos foram fundidos em 1931 com a criação do Departamento de Correios e Telégrafos.

vinham em rápido processo de degeneração em virtude da ausência de sistematização e normas reguladoras dos serviços postais, até então imersos na desorganização do quadro de servidores.

Na carta escrita por José de Alencar Pereira, da cidade de São Paulo, estão presentes algumas descrições do período anterior a 1930. José inicia a carta dizendo que foi funcionário postal durante 10 anos, “tendo sempre se esforçado por bem cumprir os deveres de seu cargo”. Apesar disso, o ambiente na repartição antes da chegada de Vargas ao poder era de uma “subserviência aviltante”, dominado por grupos políticos “que outra cousa não faziam se não incensar seus superiores e os detentores do poder”. Por não concordar com essas práticas, “viu-se logo o requerente rodeado de má vontade de seus chefes, num ambiente de ódios e perseguições”. Diz ainda José que “raros os funcionários que, no regime decahido, tinham noção clara e consciente dos deveres de seus cargos”, por um lado, e “raros os superiores que sabiam manter a serenidade e Justiça em relação aos subordinados”, por outro (FERREIRA, 2011, p.48).

Tradicionalmente os Correios eram vistos como “o encosto de filhos-famílias²⁶ e de pessoas que precisavam de uma achega ou de dividir o tempo entre as funções públicas e deveres de outra natureza, exercidos fora da repartição” (ALMEIDA *apud* BARROS NETO, 2004, p. 44).

Ainda em 1936, os problemas estruturais e de pessoal permaneciam, inclusive com reclamações na imprensa da época.

Com o correio de Villa Maria A má organização verificada nessa repartição postal

Ao que tivemos ocasião de noticiar há poucos dias attendendo a varias queixas procedentes de Villa Maria, a Agência do Correio lá existente não tem attendido, como deveria, o povo de Villa Maria.

Correspondência que deveria ser entregue com a máxima urgência, é ali retirada – por desleixo naturalmente dos seus dirigentes – sendo entregue muito tempo depois, ás vezes meses depois. Tudo proveniente – é claro – da absoluta falta de carteiros.

E sendo Villa Maria, como todos sabem, um bairro que prospera dia, ao lado do Braz e Belem, necessário se faz que alguma coisa façamos por elle attendendo as inúmeras queixas que diariamente vêm fazendo os seus moradores.

A repartição dos Correios e Telegraphos de São Paulo, cumpre zelar pelas suas agencias e providenciar a respeito das suas necessidades mais urgente. (*Folha do Braz: sucursal do Braz - Folha da Noite*, S. Paulo – Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1936)²⁷

²⁶ Segundo João Pinheiro de Barros Neto, o termo refere-se a rapaz de família abastada, da qual depende economicamente, e nada faz.

²⁷ Respeitada a grafia da época.

Importante dizer que, na década de 1930, a força de trabalho dos Correios apresentava graves problemas, pois o funcionalismo da época se encontrava mal remunerado, vítima de preterições recorrentes, trabalhando num ambiente impróprio de repartições federais sucursais dos governos estaduais com nomeações²⁸, transferências e promoções dependendo da indicação dos partidos oficiais (ibidem, p. 72).

A ineficiência da força de trabalho era causada, segundo diagnóstico de José Américo de Almeida, então ministro da Viação no governo provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas e responsável pelos Correios, pela desmotivação dos funcionários, consequência da má remuneração, das indicações políticas para os cargos públicos que não se baseavam na competência nem no mérito. Também havia falta de equipamentos, ferramentas e de ambiente físico ao trabalho. Nesse ambiente sucateado, não é preciso ser especialista em Administração ou gestão de pessoas para entender como era difícil ser um empregado do governo e que, nessa situação, o que as melhores pessoas faziam era esperar pela aposentadoria, enquanto as piores, nós apenas podemos imaginar (BARROS NETO, 2014, p. 124)

Tal situação nos leva a pensar que esses problemas, de alguma maneira, interferiram no desempenho do Departamento de Correios e Telégrafos prejudicando sua credibilidade perante a população. Essa seria uma das justificativas para militarizar a administração dos Correios.

Durante o período Vargas (1930-1945), os Correios desenvolveram uma postura mais empresarial e uma cultura organizacional com características e valores fortemente militares, tendo vários dirigentes saídos diretamente dos quartéis para o Departamento dos Correios e Telégrafos (Op. cit., p. 125). Em 1931, o tenente coronel João de Mendonça Lima assumiu a direção geral dos Correios com a missão de disciplinar e moralizar o órgão. Militar de carreira, ciente dos valores a serem implantados nos Correios, o tenente coronel João de Mendonça foi em 1937 sucedido pelo capitão Mário José de Faria Lemos para assumir o Ministério da Indústria, Viação e Obras.

²⁸ Essas nomeações de trabalhadores, que na década de 1930 enfrentavam a péssima realidade salarial e de prestígio, em suas raízes “moldaram-se nas heranças pré-republicanas em que a forma de acesso ao trabalho na estrutura do Estado por um longo período, se dava por indicação do monarca ou, mesmo instalada a república, por chefes políticos locais ou nacionais, contribuindo para que a figura do trabalhador público fosse e permanecesse associada à ideia de distinção honorífica e privilégios.” (ROSALEN, 2012, p. 50/51)

Em virtude dessa presença militar, durante 15 anos, apenas três civis estiveram à frente dos Correios²⁹. Percebe-se, portanto, que no Estado Novo a administração do órgão teve forte presença do Exército Brasileiro com significativa vivência cultural consolidada na ordem e na disciplina, principalmente impostas aos funcionários através de uma série de exigências. Perceba o que diz um relatório de 1941, ano em que foi criado o Correio Aéreo Nacional em virtude da fusão do Correio Aéreo Militar com o Correio Aéreo Naval:

O Estatuto, consagrando os dispositivos anteriores, inclui entre os deveres do funcionário, o de apresentar-se em serviço, decentemente trajado ou com uniforme respectivo, tornando-o passível de punição disciplinar, quando procede de modo contrário. [...] As organizações se impõem, adquirem confiança e infundem respeito, pela ordem, pela disciplina, pela harmonia entre aparência e realidade.

Onde quer que se penetre, onde quer que receba a correspondência, teremos, na apresentação correta dos que usam uniforme um índice de disciplina e de perfeita execução dos serviços.

Um exército não nos infundirá confiança, ou não despertará entusiasmo, se os seus soldados não se apresentarem corretamente uniformizados.

É preciso tem (sic) presente que o carteiro ou o mensageiro, que entrega uma carta ou um telegrama, não deixará no espírito de quem os recebe, embora o serviço se realize com regularidade, a certeza de que efetivamente assim ocorre, se se apresentar mal fardado, desalinhado, ou em atitude negligente. (BRASIL *apud* BARROS NETO, 2004, p. 63-64)

Tais medidas demonstram que a disciplina, a hierarquia e o mérito passaram a ser palavras de ordem nos Correios, termos militares, numa organização administrada como se fosse um exército e seus funcionários comparados a soldados. “Mais significativo ainda é que mesmo durante governos civis e mais democráticos permaneceram sempre à frente dos Correios e Telégrafos militares superiores, pelo menos até meados dos anos 1980, quando definitivamente deixaram a organização.” (BARROS NETO, 2004, p. 61).

Entretanto, essa afirmação de Neto deve ser estendida aos anos de 1990 em virtude da permanência, pelo menos em Alagoas, dos valores de ordem, disciplina e hierarquia praticados por administradores postais e que caracterizam um modelo administrativo militar incorporado à cultura dos Correios e facilmente perceptível no seu cotidiano por todo o período.

O fato de a República ter começado a partir de um viés militar e passado por um período ditatorial sob o comando de Getúlio Vargas, nos faz entender esse processo de militarização da administração postal. Entretanto, essa justificativa também se fundamenta no

²⁹ Os diretores gerais civis dos Correios em curtos períodos foram: Geonísio Curvello de Mendonça (1930), Trajano Furtado Reis e o engenheiro Leônidas de Siqueira Meneses (1932).

que Barros Neto (2004, p. 42), vai chamar de “forças inerciais” dentro da organização, que naturalmente foram levando a uma decadência da qualidade dos serviços prestados, culminando na década de 1930 em um estado de sensível degeneração, parecendo indicar uma fragilização na qualidade dos serviços oferecidos pela administração pública.

Essas “forças inerciais” foram atribuídas pelo governo federal aos trabalhadores dos Correios, caracterizados de ineficientes sem se levar em consideração as péssimas condições de trabalho, a falta de estrutura, a má remuneração e a falta de regulamentação que definisse claramente as atribuições e evitasse o acesso ao emprego por vias políticas.

A par da desorganização funcional, o DCT realizava precariamente serviços que não mereciam o menor grau de confiabilidade por parte do público, que revidava com críticas, as mais violentas. As agências ocupavam velhas construções, os equipamentos eram obsoletos, as rotinas de serviço, em sua maioria, obedeciam a instruções centenárias. O telégrafo era constantemente interrompido, em múltiplas direções, por defeitos nas linhas físicas desgastadas e sem manutenção. Os telegramas seguiam por malas postais gerando protestos dos usuários. (CORREIO BRASILIENSE *apud* BOVO, 1997, p.21)

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares –FENTECT, ainda em 1980 havia nos Correios uma inadequada rede de transporte acompanhada da falta de autonomia orçamentária com política tarifária irreal, excesso de franquias e outras mazelas de idêntica natureza. Tal situação continuava inviabilizando o desenvolvimento e a modernização não só dos Correios, mas de todo o serviço público nacional.

1.2 A “Primeira” greve dos trabalhadores dos Correios

Fato importante foi a greve dos trabalhadores dos Correios no Rio de Janeiro, então capital da República. Iniciada em 27 de dezembro de 1934, em pleno governo Vargas, possivelmente esta tenha sido uma das primeiras greves dos empregados postais no país³⁰. De

³⁰ Durante as pesquisas não encontrei outro registro de movimento grevista dos trabalhadores dos Correios anterior a 1934. Apenas uma pista no jornal *Folha da Manhã* indicando não ter havido greves anteriores no serviço público. Segue: “Gréves de funcionários jamais houve no nosso paiz antes de 30” (*Folha da Manhã*, edição de 30 de dezembro de 1934). Entretanto, o *Jornal de Alagoas*, edição de 28 de dezembro de 1934, noticiou a greve dos *funcionários postaes* no Rio de Janeiro. Em seu texto, há indícios de ter havido anteriormente uma outra greve dos funcionários dos Correios. Eis:

Rio, 28 – O “Diário da Noite” ouviu de um alto funcionário dos Telegraphos, não declinando o nome, porém, accentuando que foi um dos mais resolutos **chefes da última greve da classe**, as seguintes declarações: “Pode-se

modo geral, “as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam nas primeiras décadas do século eram de toda ordem: mercado de trabalho muito restrito, falta de oportunidades, insegurança nos empregos, baixos salários etc.” (FERREIRA, 2011, p.68). O movimento paralisou completamente o tráfego postal após “cerca de 800 funcionários postais manifestarem-se em bloco, retirando-se em calma para as suas residências” e causando sérios “prejuízos” ao comércio (*Folha da Manhã*, edição de 28 de dezembro de 1934). À época, os serviços de comunicação pelos *Correios e Telegraphos* eram de fundamental importância para os negócios, a exemplo das transações e operações de crédito, além das relações afetivas entre pessoas que se estimavam em diversos pontos do Brasil.

Uma das razões para o movimento, segundo o jornal *Folha da Manhã* (idem), começou no Distrito Federal com ramificações por vários estados, após o descumprimento do governo em reajustar os salários dos funcionários dos Correios. A negativa veio apesar de estudos realizados por comissão do governo composta por dez membros para analisar um aumento das tarifas postais e que atestava a viabilidade do aumento salarial sem comprometer o orçamento do governo.

O fim de tal reajustamento era melhorar os ordenados do pessoal dos Correios sem que pesasse no orçamento, e pelas tabeas apresentadas, com o aumento proposto das tarifas, não haveria encargo maior para o Thesouro, por isso que esse aumento, depois de conseguido, deixava um saldo de cerca de 2.000 contos. O funcionalismo postal, naturalmente exultou. Mal pago, pessimamente pago, sem conforto do trabalho, porque elle é fatigante e as condições materiais da repartição são precaríssimas, esses homens viram uma possibilidade de melhoria, uma maneira de amparo às suas famílias e de conseguir um equilíbrio no orçamento doméstico. Todas as opiniões eram favoráveis ao aumento. Diz-se mesmo que commungava nessa opinião o próprio ministro da Viação. Não se sabe porque nem como, à última hora, o parecer do sr. Arthur Costa derrubou todas as esperanças do funcionalismo postal, deixando este desamparado e desprotegido, sem maior recurso senão aquelle da paralysação do serviço (*Folha da Manhã*, edição de 28 de dezembro de 1934).

Com a greve, poucos servidores permaneceram em grupo no entorno das repartições que passaram a ser guarnecidas por fuzileiros navais. Após a decretação do movimento paredista, o ministro da Viação, Marques dos Reis e o diretor geral dos Correios e Telegraphos, Leonidas de Siqueira Menezes, reuniram-se com o chefe de polícia da Delegacia

afirmar que o telegrapho absolutamente não entra em greve com os correios, **devido á falta de lealdade dos funcionarios postaes na ultima greve.**” (Grifo nosso). Quanto a adesão desse movimento grevista pelos funcionários dos Correios em Alagoas, não encontrei nenhum vestígio de que tenha havido. Apenas, menções a greve na capital federal nas edições do *Jornal de Alagoas*, nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 1934.

Especial de Ordem Política e Social, capitão Felinto Muller, para garantir o direito daqueles que desejassem trabalhar.

Num país de dificuldades que iam aumentando de maneira alarmante e perigosa, o jornal *Folha da Manhã* passou a censurar o governo e a questionar a não imediata intervenção do presidente Getúlio Vargas na questão para que não fossem dadas esperanças de reajuste aos servidores dos Correios.

E ao envez de se procurar uma formula capaz de suavisar o golpe desferido as notas officiaes são de uma violência pouco commum, parecendo que o governo disputa, neste momento, uma posição de combate, quando seu papel seria o de conciliador das correntes em divergência, de coordenador das atitudes do momento, de contemporizador com os seus próprios erros (Idem).

Sem sindicato³¹, os grevistas elegeram uma comissão para obter a adesão de outras categorias. Para isso, se deslocaram rumo à Federação dos Marítimos para pedir a solidariedade daquela organização de classe. Esta, não aderiu ao movimento, dando-lhe, contudo, seu apoio moral. O movimento contou, porém, com a adesão dos funcionários dos Correios de Niterói e Belo Horizonte³² e dos telegrafistas, que prometeram abandonar os seus lugares em solidariedade aos funcionários dos Correios, embora um alto funcionário do Telegrapho tenha declarado no *Diário da Noite*³³ que os telegrafistas não iriam aderir ao movimento.

A reação do governo veio com as declarações do ministro Marques dos Reis: “os funcionários que se declararam em greve poderão voltar ao trabalho, isto porém, depois de cumpridas as penas disciplinares a que estão sujeitos.” Pelo regulamento da época, uma vez declarado o serviço extraordinário em razão da greve, um dia de falta no serviço corresponderia a três dias. Persistindo a permanência na greve, o funcionário seria demitido por abandono de emprego (Parágrafo 3º, Artigo 498 do Decreto nº 14.722, de 16 de março de 1921). A reação da Comissão de Greve veio em seguida com o pedido de permanência dos funcionários postais no movimento paredista, inclusive com a veiculação pela “Voz do

³¹ Ao contrário do que afirma um arraigado preconceito, greves de grande escala conseguiram êxito mesmo sem sindicatos. Os sindicatos de trabalhadores não podem existir sem a arma da greve, sua arma por excelência, mas o inverso não é verdadeiro (LINDEN, 2013, p. 200).

³² Segundo notícias da *Folha da Manhã*, edição de 29 de dezembro de 1934, apenas sete funcionários aderiram ao movimento na capital mineira. Não havendo nenhuma reunião com caráter grevista permanecendo 210 empregados trabalhando normalmente na seção do Correio e 120 na dos telegráficos.

³³ Edição citada pelo *Jornal de Alagoas*, de 28 de dezembro de 1934, conforme nota de rodapé anterior.

Brasil”³⁴, para o país, do pedido de “adesão de todos os colegas dos Correios e Telegraphos a greve” (O rádio a serviço da greve, *Folha da Manhã*, edição de 28 de dezembro de 1934).

Ficou evidente em consulta a *Folha da Manhã*, as ações políticas e uma eficiente comunicação entre os funcionários postais em algumas regiões do país. Após a chegada a São Paulo de três emissários dos funcionários do Distrito Federal para promover o movimento no estado, uma comissão de servidores em greve dos Correios de São Paulo saiu em apoio aos colegas do Distrito Federal. Além da capital paulista, as cidades de Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Botucatu e Bauru também aderiram ao movimento. Esta comissão, quando em reunião com o secretário da Interventoria, Carlos de Moraes Barros, pediu providências do Interventor Armando de Salles Oliveira³⁵ junto às autoridades federais para que as reivindicações dos grevistas fossem atendidas como única solução para por fim ao movimento paredista. Outra reivindicação dos paulistas foi o pedido de equiparação de vencimentos a dos funcionários do Distrito Federal e o relativo aumento do quadro de trabalhadores, sob pena de que os serviços não ocorreriam satisfatoriamente.

De modo geral, a intenção dos grevistas de São Paulo era levar o presidente Getúlio Vargas a reunir em sessão extraordinária o Congresso Nacional para aprovar o reajuste salarial dos funcionários postais telegráficos de todo o país (*Folha da Manhã*, edição de 28 de março de 1934). Em seguida, a ação do governo federal foi pedir às diretorias regionais a relação dos funcionários diaristas com mais de dez anos e determinou a admissão de novos funcionários dessa categoria.

Diante da paralisação em São Paulo, o diretor regional dos Correios tomou providências para que as forças policiais e do Exército guarnecessem o edifício da repartição. “Para esse fim, mandou evacuar a zona fronteiria ao prédio e ordenou à Polícia que garanta o

³⁴ O programa foi criado por Armando Campos, amigo de infância de Getúlio, com a intenção de ajudar o seu amigo, colocando suas ideias para a população escutar, e assim serem a favor de seu governo. Passou a ser transmitido em 22 de julho de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas com o nome de "Programa Nacional", sendo apresentado pelo locutor Luís Jatobá. De 1934 a 1962, foi levado ao ar com o nome de Hora do Brasil. Em 1938, já com o nome de "Hora do Brasil" o programa passou a ter veiculação obrigatória, somente com a divulgação dos atos do Poder Executivo, sempre das 19 às 20 horas. Em 1962, a partir da entrada em vigor do Código Brasileiro de Telecomunicações, o Poder Legislativo passou a ocupar a segunda meia hora do noticiário. Nesse mesmo ano, o programa passou a se chamar Voz do Brasil. Entretanto, essa denominação foi encontrada no jornal *Folha da Manhã*, edição de 28 de dezembro de 1934, p. 01, conforme citação a seguir respeitando-se a grafia da época: “Os grevistas postaes fizeram irradiar hoje, por meio da **Voz do Brasil**, para todo o paiz, os seus propósitos e as suas reivindicações, pedindo a adesão de seus colegas dos Correios e Telégraphos.” (Grifo nosso).

³⁵ Armando Sales de Oliveira foi um engenheiro e político brasileiro, graduado pela Escola Politécnica de São Paulo, interventor federal em São Paulo entre 21 de agosto de 1933 a 11 de abril de 1935.

ingresso dos empregados que queiram voltar ao serviço provada a respectiva identidade” (Idem).

Dentre as lideranças do movimento estavam Oswaldo Corrêa e Pamphilo Mercadante, ambos funcionários da sétima seção do tráfego postal e que contavam com a participação de Eduardo de Araripe Sucupira e Ezequiel Freire, este funcionário da sexta seção. Outro nome era o de Oreste Guimarães, além de Segismundo Pereira, presidente do Comitê de Greve paulistano. Um dos grevistas, Agapito Gonçalves Leão fora detido pela polícia tendo o Comitê de Greve se comprometido a tomar providências para a defesa do funcionário.

No Rio de Janeiro a polícia prendeu, na Delegacia de Ordem Política e Social, Antonio dos Santos Ferreira, Germano Carlos Silmas, Milton Gomes de Andrade, José Alfredo Castro, Rufino Marques, José Veríssimo da Silva e Aurelio da Rosa Moraes, todos carteiros grevistas que faziam parte da comissão de agitação e propaganda da greve. Em 28 de dezembro, os funcionários postais Francisco de Assis Cavalcanti e Rego Barros foram presos acusados de desacato à polícia quando estavam distribuindo panfletos de greve nas imediações do edifício do Correio Geral (*Folha da Manhã*, edição de 29 de dezembro de 1934).

Em meio às prisões, a imprensa especulava que o ministro da Marinha, almirante Protogenes Guimarães ficara incumbido de encaminhar ao governo uma proposta de conciliação. Naquela ocasião, além dos estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná também aderiram ao movimento paredista. Outro militar, o general Flores da Cunha, interventor federal do estado do Rio Grande do Sul, segundo o jornal *Folha da Manhã* (idem), declarou em suas páginas apoio moral ao movimento grevista e reconheceu a péssima remuneração praticada pelos Correios.

“Por ahi já se vê que a greve dos Correios é um caso muito mais grave do que se poderia supôr, pondo em cheque a autoridade do governo, sobretudo a sua autoridade moral quando esse governo permittiu a formação de tabellas, nomeou comissões e até o parecer do sr. Arthur Costa, concorda com o augmento (*Folha da Manhã*, edição de 29 de dezembro de 1934).

Em assembleia geral na Associação Brasileira de Imprensa, os grevistas delegaram poderes ao Comitê constituído por Cícero Pontes, Odilon de Lima, Luiz Antônio Jordan, Gigoberto de Sá Oliveira e Raul Camart para dirigir os trabalhos e orientar todo o movimento.

Indo na contramão do movimento grevista, os servidores dos Correios da Bahia se posicionaram da seguinte forma:

A ATITUDE DOS FUNCIONÁRIOS BAHIANOS

Da directoria regional da Bahia recebeu o ministro da Viação, endereçada pelos funcionários dalli, o seguinte despacho telegráfico: “Mesmo que todo o Brasil se mantenha em greve a nossa Bahia manter-se-á ao lado do governo, pois somos bahianos e honraremos nossa repartição, nosso ministro e nosso governo”. (*Folha da Manhã*, edição de 29 de dezembro de 1934).

Por outro lado, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil lançou manifesto no mesmo periódico em apoio ao movimento grevista.

Companheiros!

Estão em luta novamente pelas conquistas de suas reivindicações, os operários do Lloyd, os funcionários dos Correios e Telegraphos! Estas lutas demonstram que a combatividade e a radicalidade das massas no Brasil, já demonstradas nos últimos movimentos, torna-se cada vez mais forte: demonstram que ellas não estão mais dispostas a soffrer a exploração e a oppressão que vivem submettidas neste regime. A barbara reação desencadeada pelas camarilhas dominantes sobre o combativo proletariado, sobre as camadas pequenos burguesas: funcionários públicos, pequenos comerciantes, etc. não os faz recuar! Continuam firmes na luta! A C.G.T.B aconselha as corporações grevistas e as que irão à greve, a elegerem seus comitês de greve compostos dos companheiros que mais se destacaram na luta. Estes comitês de greve devem ser eleitos democraticamente pela massa, para direcção do movimento. Companheiros! Formae vossas brigadas proletárias para garantia de vosso Comitê de Gréve, da vossa organização e de todo movimento. Formae vossos Comitês de Luta em todas as secções dos Correios e Telegraphos, Lloyd, em todas as empresas para exigir do patrão e do governo vossas reivindicações! Exigi a dissolução da polícia-política, do aparelho estatal feudal burguez, pela luta independente de todos os funcionários públicos, e do proletariado em geral. Lutemos por um governo democrático e popular! (*Folha da Manhã*, edição de 29 de dezembro de 1934).

Diante da greve, uma turma de cento e cinquenta bombeiros passou a executar os serviços de manipulação das correspondências (*Jornal do Brasil*, edição de 29 de dezembro de 1934). Um dos grevistas declarava a *Folha da Manhã*: “É de se lamentar que os bombeiros estejam tentando nos prejudicar”. Praças do Exército também foram convocados para a manipulação de correspondências. Ao todo, doze praças e dois cabos eram comandados por um sargento para executar os serviços postais. A reação foi enérgica: “o governo tem a seu alcance uma série de providências a tomar no sentido de furar a parede, embora sejam medidas paliativas” (*Folha da Manhã*, edição de 29 de dezembro de 1934). Uma dessas

providências foi à demissão, por ordem de Getúlio Vargas, a bem do serviço público e pela moralidade e disciplina da classe, de todos os membros do Comitê de Greve da capital federal. Além destes, os diretores regionais de São Paulo e Rio de Janeiro também foram exonerados (*Jornal do Brasil*, edição de 30 de dezembro de 1934).

O diretor exonerado de São Paulo, Genaro Rodrigues, acompanhado de Antonio Marcello, ex-chefe do tráfego postal, compareceram à assembleia dos paredistas no Sindicato dos Bancários de São Paulo e em meio a aplausos declararam apoio à causa dos funcionários postais. Outro alto funcionário dos Correios, Felix Sampaio, também fora demitido após mais de 30 anos de serviço por se negar a abandonar “seus companheiros na jornada que parece prestes a terminar com a victoria dos paredistas (*Folha da Noite*, edição de 31 de dezembro de 1934). No dia anterior, o *Jornal de Alagoas*, edição de 30 de dezembro de 1934, noticiou as demissões, por ordem de Getúlio Vargas, a bem do serviço público e moralidade da classe, dos funcionários Raul Camaratti e Cyro Affonso Pontes.

No Rio de Janeiro, os grevistas reuniram-se em 31 de dezembro de 1934 na sede da Associação Brasileira de Imprensa para reafirmar a legitimidade do Comitê de Greve demitido pelo presidente Getúlio Vargas e reafirmar que as autoridades do governo deveriam negociar diretamente com os membros do Comitê³⁶. Em cinco dias de paralisação, os jornais noticiavam reclamações dos comerciantes que cobravam da Associação Comercial uma posição em relação ao fato. Um importador de livros da Rua 15 de novembro reclamava na *Folha da Noite* dos transtornos que o movimento ocasionou na vida de seu estabelecimento comercial.

Já há cinco dias que não recebemos qualquer correspondência. Não conseguimos retirar nem mesmo as encomendas postaes chegadas da França e que se achavam desembaraçadas no dia em que rebentou a gréve. Por diversas vezes innumerous commerciantes meus conhecidos, inclusive alguns collegas de ramo, procuraram avistar-se com o director dos Correios, na esperança de obter parte da correspondência que não lhes chegou as mãos. Mas essas tentativas tem sido infrutíferas. O serviço postal está inteiramente paralyzado e, sem o pessoal effectivo, difficilmente poderá atender-nos (*Folha da Noite*, edição de 31 de dezembro de 1934).

³⁶ O *Jornal de Alagoas*, edição de 30 de dezembro de 1934, noticiou a demissão, no Rio de Janeiro, dos funcionários Francisco Assis Cavalcante e José Rego Barros. Entretanto, não há afirmação de que os mesmos faziam parte do Comitê de Greve. Veja nota:

A GREVE NOS CORREIOS

Rio, 29 – Entre os funcionarios postaes demitidos, figuram os srs. Francisco Assis Cavalcante e José Rego Barros, **presos hontem quando distribuiam boletins insultuosos aos companheiros que não adheriram á greve fracassada.** (Grifo nosso)

Diante da situação delicada a *Folha da Noite*, edição de 03 de janeiro de 1935, noticiou que um grevista havia sido obrigado a trabalhar.

Trata-se de coação que teria sido praticado na pessoa do sr. Cazemiro Vieira de Miranda, que esta tarde foi, ao que se afirmou na reunião, detido por inspectores a porta dos Correios, sendo obrigado a trabalhar na 7ª secção, no preparo de malas que deveriam seguir com o trem da tarde. Aquelle funcionário conseguiu evadir-se, segundo se affirmava e levou tal facto ao conhecimento do comitê de grève (*Folha da Noite*, edição de 03 de janeiro de 1935).

Em 04 de janeiro de 1935, a imprensa noticiava o acentuado restabelecimento dos serviços postais em São Paulo e o fim da greve no Rio de Janeiro após a mediação do ministro da Marinha. Sem avanços ou conquistas, o movimento foi definhando com o tempo e pelo cansaço dos paredistas a greve chegou ao fim. Em seguida, o governo revogou a portaria de demissão de todos os diaristas dos Correios que voltaram ao trabalho. A pretensão dali por diante era atualizar o fluxo e a distribuição postal, inclusive com a colaboração de cinquenta escoteiros cedidos pela Federação Brasileira de Escoteiros para ajudar na entrega das correspondências em São Paulo (*Folha da Noite*, edição de 05 de janeiro de 1935). Pouco depois, os servidores que não aderiram à greve pediram ao governo a revogação das demissões de colegas participantes do movimento de classe – o que indica a possibilidade de as dispensas não terem sido sustadas.

Embora as conquistas não tenham sido visíveis, esse movimento reivindicatório ocorrido principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo sem o respaldo de uma instituição de classe própria dos trabalhadores dos Correios, nos remete a Jorge Ferreira quando este afirma que “é preciso evitar a abordagem de que o projeto político-ideológico varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos” (FERREIRA, 2011, p. 37). Ainda segundo o autor (2011, p. 47), “elas [as pessoas] não dispunham apenas de informações, interpretavam os acontecimentos políticos de acordo com suas experiências, expectativas, necessidade e tradições, formulando, desse modo, uma história política recente do país.”

De qualquer modo, as dificuldades financeiras amargadas pelos trabalhadores postais permaneceram após o movimento grevista. Veja o que aponta a carta de Amália G. da Silva endereçada ao presidente da República em 1940

Premida pela necessidade venho respeitosamente perante V^o Ex^a pedindo que me perdôe lhe importunar, sou agente de Correios na Estação de Inhoaiba D. Federal a 21 anos ganhando o mesmo quando comecei, 80\$ por mês e a velhice já vem perto, tenho 6 filhos, 4 na escola e o mais velho agora é que vai fazer exame de admissão na Escola P Santa Cruz, meu marido é empregado da Prefeitura, trabalhando à 12 anos com ordenado de 400\$000, quando só o armazém consome 350\$000, para 8 pessoas! é o bastante para V^o Ex avaliar como passo pobreza em toda plenitude, pelo exposto peço por equidade um pequeno aumento de vencimentos a exemplo de minha colega de Paciencia que menos antiga e ganha o triplo (Processo nº 2.213. FSPR. Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, caixa 247, 1940 *apud* FERREIRA, 2011, p. 101)

Apesar da continuidade das dificuldades financeiras tão presentes na categoria dos Correios, outra greve desprovida da condução de uma instituição sindical ou de classe veio a ocorrer somente 44 anos depois, em São Paulo, no ano de 1979. Neste interim, possivelmente

O aparato repressivo ter-se-ia dedicado a eliminar os setores mais combativos da classe, aniquilando as veleidades autonomistas do movimento operário e solapando as bases do sindicalismo mais avançado. A polícia, a legislação autoritária, os tribunais de exceção e o Estado ditatorial teriam impedido os trabalhadores mais organizados de seguirem os caminhos “naturais” que os conduziriam a uma autêntica identidade política (FERREIRA, 2011, p.23)

Obviamente que entre o final de 1945 a 1964 o Brasil viveu um período democrático em que a classe trabalhadora alcançou certa liberdade política e de ação. Entretanto, no caso dos Correios, não foi encontrado qualquer movimento de classe ou reivindicatório que nos permitisse uma discussão acerca do período. Porém, vestígios da presença militar no Departamento de Correios e Telégrafos podem ser observados na condução da Diretoria Regional dos Correios do estado de São Paulo, que em outubro de 1945, nos momentos finais do Estado Novo, tinha a frente o major Landri Sales (*Folha da Manhã*, 25 de outubro de 1945). Curiosamente, com a renúncia de Getúlio Vargas a Presidência da República, o edifício sede dos Correios em São Paulo passou a ser guardado por soldados do Exército. Possivelmente por razões políticas, pois segundo o jornal *Folha da Noite*, edição de 30 de outubro de 1945, a medida tinha como propósito censurar os telegramas emitidos e recebidos a partir das 22 horas de 29 de outubro, data da renúncia de Vargas.

1.3 A presença militar na ECT após o Golpe de 1964

Após um breve período democrático que se findou com a deposição do presidente João Goulart em 1964, os militares “voltaram” a atuar incisivamente nas estruturas organizacionais dos Correios. Barros Neto esclarece o termo “voltaram” procurando demonstrar a postura militar nos Correios entre 1945 e 1964.

Quando falamos em “volta” não quer dizer que tenham de fato saído, mas que houve um período em que mesmo estando à frente do Departamento de Correios e Telégrafos e em várias funções chave na administração pública, por diversas razões, não puderam ou não quiseram imprimir a mesma forma de gestão que se verificou na década de 30 e primeira metade da de 40.

Isto é perfeitamente explicável quando consideramos que Pettigrew (1985) identificou em seus estudos que eventos externos à organização, principalmente políticos, influem significativamente nos rumos e na própria definição das estratégias organizacionais. Ou seja, especialmente durante o Estado Novo e após a Revolução de 1964, o contexto no meio ambiente externo dos Correios era extremamente favorável a que os militares exercessem de fato sua autoridade, como se estivessem em uma organização militar, o que não se verificou durante o intervalo 1945-1964, embora ainda permanecessem no comando do Departamento³⁷. (BARROS NETO, 2004, p.67)

Pela citação percebe-se que, embora os militares tenham permanecido à frente da administração dos Correios com o fim do Estado Novo, a nova conjuntura política e o período democrático estabelecido no país não foram favoráveis para que os militares estivessem à vontade para empreender sua lógica administrativa militar nos Correios. Por se tratar de uma organização civil, num período democrático, provavelmente orientações políticas e de governo, em especial nas presidências de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, impediram os militares de administrar os Correios nos moldes de quartel.

Na esfera administrativa federal, João Goulart insistia na conciliação das diferentes correntes políticas, de forma a garantir um mínimo de governabilidade. Para tanto, ele desejava a reedição da histórica aliança entre PTB-PSD. (MATHIAS, 2004, p.64). De modo

³⁷ De 1945 a 1964 vários foram os militares que conduziram os rumos do Departamento e das respectivas Diretorias de Correios e de Telégrafos. Segundo Barros Neto (2004, p. 67), “destacam-se Coronel Raul de Albuquerque, Coronel Aduino Pereira de Melo, Coronel José Alberto Bitencourt, Tenente-Coronel Dagoberto Ribeiro, Tenente Coronel Everardo de Simas Kely, General Fernando Menescal Villar, General Rubens Rosado Teixeira”.

geral, os militares que ocuparam cargos civis em seu governo não eram militares em sentido restrito, mas híbridos, ou seja, políticos que um dia serviram às Forças Armadas³⁸.

Pelo menos no primeiro escalão, essa participação era pequena. Nos outros níveis da administração federal, há notícias que membros da caserna dirigiam o Departamento de Correios e Telégrafos (DCP) e administravam a Estrada de Ferro Leopoldina, ambos ligados ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Aliás, era esse ministério, seguido pelo da Justiça (por causa do controle da Polícia Federal), que historicamente se localizava o maior número de militares (Johnson, 1968). Talvez isso explique, pelo menos em parte, a facilidade com que Jango caiu. Conforme orienta Benevides, o presidente permitiu, por um lado, que os militares se unissem em torno de uma ideia (o combate ao comunismo que estaria sendo perseguido pelo presidente) e, por outro, não os cortejou o suficiente (atendendo, pela nomeação para cargos na administração, aos diferentes grupos militares) para mantê-los afastados da política. (MATHIAS, 2004, p. 65)

A partir de 1964, com a conjuntura política nacional sob o controle das Forças Armadas e a crescente participação militar na administração pública³⁹, tendo a frente o Exército Brasileiro, estas demonstraram preocupação pela forma como se encontrava o Departamento de Correios e Telégrafos, dirigido no governo de Castelo Branco (1964-1967) pelo general Fernando Menescal Villar. Os militares tinham a visão de que durante o período democrático o DCT se transformara numa repartição de desserviço público dependente de minguada verba orçamentária que sequer dava para pagar os funcionários.⁴⁰

O retorno dos militares, anteriormente existente em caráter pragmático, e principalmente de suas práticas administrativas nos Correios, ganhou força quando a administração militar voltou a ser ensinada nas escolas de formação para civis, a partir de convênio com duração de sete anos (1971-1978) com a Pontifícia Universidade Católica do

³⁸ Dos 23 membros efetivos que passaram pelos doze ministérios civis, apenas um era militar, o almirante Ernâni do Amaral Peixoto, que ocupava a pasta Extraordinária para a Reforma Administrativa. Porém, na época de sua nomeação, era deputado federal pelo PSD, e foi nessa condição que o presidente o chamou para o governo.

Outros dois ministros passaram pela caserna: Expedito Machado, nomeado em junho de 1963 para o Ministério da Viação e Obras Públicas; e Wilson Fadul, que como médico, ingressou na Aeronáutica e foi nomeado, também na reforma junina, para a saúde. Outro ministro da Saúde, Paulo Pinheiro Chagas, frequentou o Colégio Militar, mas não concluiu seus estudos. (MATHIAS, 2004, p. 64)

³⁹ Se comparado ao governo Jango, a participação militar no ministério de Castelo Branco cresceu seis vezes. Considerando o rodízio de ministros, quase um quinto dos cargos esteve em mãos militares sob Castelo Branco. Tomando apenas o número de ministérios, quase metade (50%) foi ocupada, em algum momento, por membros da caserna. (Ibidem. p. 68)

⁴⁰ Em 1964, entre os órgãos públicos que mais diretamente preocupavam os responsáveis pela Revolução se encontrava o então Departamento de Correios e Telégrafos, carente de uma rápida e profunda transformação. Repartição tradicionalmente citada como exemplo de desserviço público, era o estuário de todas as mazelas administrativas estimuladas pelo descaso com que eram tratados os serviços postais e telegráficos. Mera unidade departamental, integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, vivia o DCT à mercê de escassas verbas orçamentárias que mal davam para pagar os funcionários. (ibidem, p. 22)

Rio de Janeiro, para a realização do Curso de Administração Postal. Anteriormente, em 23 de Abril de 1934, pelo Decreto de nº 24.156, Getúlio Vargas criou a Escola de Aperfeiçoamento do Departamento de Correios e Telégrafos (EACT), de matriz evidentemente militar, com a finalidade de estabelecer o preparo técnico e teórico do funcionalismo, por professores e instrutores idôneos tirados dos quadros superiores do DCT. (BARROS NETO, 2014, p. 126/127).

A Escola também estimulou uma forte e visível integração entre o funcionalismo público do DCT com os militares da ativa do Exército e da Marinha. Estes faziam cursos de revisão de radiotelegrafia na EACT, disseminando valores e comportamentos militares para o efetivo civil dos Correios (BARROS NETO (2014, p. 129); BRASIL (1943, p. 192).

Essa formação teve continuidade pelos anos seguintes com a criação da Escola Superior de Administração Postal - ESAP⁴¹. Fato que confirma, como se verá mais adiante, a consolidação da cultura administrativa militar entre gestores postais civis⁴² através das escolas de correio devido à presença de militares e de professores civis para instrução nessas instituições de ensino. Forçoso se faz comparar estas experiências escolares postais com a das escolas militares (BARROS NETO, 2014, p. 137). Em seus cursos se aprendia legislação postal e telegráfica, interna e internacional, contabilidade, administração e tráfego, matemática aplicada, eletrotécnica, radiotelegrafia, radiotelefonía, prática eletromecânica de aparelhos, construção de linhas, levantamento de cabos, etc. (ALMEIDA *apud* BARROS NETO, 2004, p. 76)

João Pinheiro de Barros Neto, em suas pesquisas colheu depoimentos de ex-alunos da ESAP (2004, p. 78). Veja o que diz um deles⁴³:

Quando cheguei na ESAP foi um choque. Nunca tinha ficado fora de casa, tinha 19 anos e de repente estava numa cidade longe, morando com pessoas estranhas, passando o dia trancado em sala de aula. Nosso lazer eram as aulas de educação física, obrigatória para todos, inclusive para as poucas mulheres, umas 15, dentre os

⁴¹ A ESAP foi criada pelo presidente da ECT, coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, em 1978 sendo esta a primeira da América Latina e a quinta no mundo. Sua metodologia de ensino era a de formar administradores voltados para a filosofia da ECT e somente chegavam ao final do curso homens alinhados a essa filosofia, tecnicamente preparados e, fisicamente aptos e dispostos para o trabalho.

⁴² O processo de seleção para o ingresso na ESAP era rigoroso. Os candidatos deveriam se submeter a concorrido concurso público, a exame de saúde semelhante aos realizados para ingresso nas escolas militares. O curso era em período integral, onde o aluno ficava isolado do convívio familiar como parte do requisito para a disciplina e dominação.

⁴³ O autor não publicou o nome do ex-aluno entrevistado. Sabe-se apenas que a entrevista é uma descrição de um período na ESAP do final da década de 1970 e início da de 1980.

mais de 330 homens em todos os cursos. Como sobrevivíamos de uma bolsa de meio salário mínimo, aos fins de semana só nos restava ficar em casa, estudando. Os professores pareciam militares e o coordenador era mesmo um coronel do exército: barbas tínhamos que fazer todos os dias, tênis [sapato] era proibido, cabelo sempre curto, respeito total aos professores e aos funcionários da escola. Todo final de semestre era uma tristeza, pois invariavelmente uns dois ou três eram desligados por notas baixas, mas a gente sabia que era porque não estavam no esquema, eram sempre os mais rebeldes. “Antes de entrar na ESAP tinha feito Escola Preparatória de Cadetes do Exército e mais um ano de AMAN, mas na ESAP era a mesma coisa. A única diferença era que a gente estudava mais e ralava menos fisicamente, mas a disciplina era a mesma. Uma vez o coronel me fez voltar para casa para fazer a barba”. (BARROS NETO, 2004, p. 78)

Percebe-se nas citações acima a presença feminina, embora em minoria, no quadro de alunos da ESAP. Fato que chama atenção, já que não era prática das Forças Armadas preparar mulheres para ocupar cargos de comando, apesar de ser a ESAP uma escola de natureza civil, mas subordinada ao comando de militares à frente da Empresa de Correios e Telégrafos.

No geral, a seleção priorizava alunos do sexo masculino que ao serem admitidos após processo seletivo concorrido e rigoroso, passavam a ter uma rotina de quartel.

Uma alternativa pouco conhecida para quem se encaminha para a área administrativa é o curso de Administração Postal, mantido em Brasília pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Aberto a qualquer brasileiro entre 18 e 25 anos, com segundo grau completo, o curso dura 2 anos e meio com horário integral. Os alunos tem direito a alojamento gratuito, transporte e alimentação subsidiados e assistência médica-hospitalar, além de uma ajuda de custo de um salário mínimo e meio (Cr\$ 500 mil).

Curso oferece 120 vagas anuais, mas a concorrência é dura: no último vestibular inscreveram-se 374 candidatos para cada vaga. Uma das razões para essa procura é que os egressos do curso tem emprego garantido em uma das 31 diretorias regionais da ECT. (Dicas. *Folha de São Paulo*, edição de 23 de outubro de 1985, p. 25)

Ao que parece, a EACT e posteriormente os Centros de Treinamento e a ESAP tinham missões bem consoantes com aquelas esperadas de uma escola militar (BARROS NETO, 2014, p. 138). Desse modo, começa a ficar perceptível o propósito de se formar uma elite de administradores pautada numa lógica militar, numa simbiose entre militares e Correios para disciplinar as atividades postais e que se voltou contra o desenvolvimento da organização sindical nos Correios durante a década de 1980 e seu sufocamento nos anos de 1990.

Isto, a nosso ver, está coerente e se explica facilmente pela própria **cultura militar-empresarial** característica dos Correios pós-64, ou seja, a administração ‘sendo de **formação militar**, não podia ver os problemas (...) sob ângulo que não fosse também, militar.’” (FERREIRA *apud* BARROS NETO, 2004, p. 133).

Observe que Oliveiros da Silva Ferreira, em sua obra *A Crise da política externa: autonomia ou subordinação?*, citada acima por Barros Neto, reconhece a administração dos Correios como de formação militar. Diante dessa lógica, nos próximos capítulos demonstraremos que ocorreram ações de ataque contra os funcionários que se opunham à política salarial da ECT, tida como normal por uma empresa dirigida por militares e posteriormente por administradores que assimilaram essa cultura administrativa. Ainda segundo Barros Neto (2004, p. 158), tal postura foi influenciada muito fortemente pela cultura militar dos Correios, pois ao passarem pela organização, os militares deixaram-na impregnada de seu conceito de moralidade, probidade e honra.

Quanto à formação de nível médio para técnicos postais, técnicos de telegrafia e rádio telegrafia, mecânicos, construtores de linhas e outros especialistas, esta se dava nos Centros de Treinamento de Porto Alegre, Belo Horizonte, Bauru e Recife. (Ibidem, 2004, p. 77). Posteriormente, o Centro de Treinamento de Bauru foi desativado e em julho de 1989 foram criados os Centros de Treinamento do Rio de Janeiro e São Paulo. Diversos funcionários dos Correios em Alagoas, vários com o nível de escolaridade elementar, ao se tornarem funcionários da ECT passaram por cursos de formação para técnicos ou monitores postais no Centro de Formação de Recife⁴⁴. Daí, passaram a pertencer a um “grupo especial”, sendo aceitos como parte da equipe (dos administradores postais) e prontos para assimilarem e reproduzirem as habilidades administrativas pautadas na ordem e disciplina militar ensinadas na ESAP e, em diversos momentos, aplicadas como medidas disciplinadoras e punitivas a trabalhadores dos Correios em todo o Brasil.

As aulas são puxadas e a disciplina é rígida quando o coordenador-geral do curso, o coronel da reserva Telmo Saraiva Vaz, 63 anos, entra numa classe, os alunos levantam-se para recebê-lo. (*Isto É*. “As Cartas no Bom Caminho”, 28/3/1984 *apud* BOVO, 1997, p. 57)

Ainda mais interessante é que tais escolas tenham sido não só uma estratégia de capacitação, mas também um meio de difusão de cultura e valores comuns pela organização (BARROS NETO, 2014, p. 121). A citação mostra como, no treinamento, o aluno ou funcionário aprende a disciplina autoritária. Ele a reproduzirá como subordinado ou como

⁴⁴ Os Centros de Treinamento não atuaram apenas na formação dos recém admitidos pela ECT, mas também na formação dos que já estavam na empresa.

chefe⁴⁵ contra os trabalhadores desalinhados com a administração repressiva nos Correios. Seja no aspecto profissional, durante a execução das tarefas, seja no aspecto político, durante o processo de organização sindical. Essas formações ocorreram a partir das mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil após o golpe de 1964, a exemplo do “milagre econômico⁴⁶” nos anos iniciais de 1970.

Com o golpe que depôs o presidente João Goulart, o regime autoritário precisava de legitimidade política, e a única forma de obtê-la era pelo crescimento econômico. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 95). Já em 1971, “o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) prometia transformar o Brasil em ‘nação desenvolvida’ dentro de uma geração.” (PRADO; EARP, 2003, p. 221). A viabilidade dessa promessa passaria por investimentos em setores como o siderúrgico, petroquímico, transporte, construção naval, energia, comunicações e mineração. A responsabilidade dos investimentos ficou a cargo do Ministério da Fazenda, tendo a frente Antônio Delfim Neto que aproveitando as excelentes condições do mercado internacional colocou em prática seu programa de crescimento através de uma política econômica expansionista e criou um amplo sistema de subsídios para várias áreas da economia, a exemplo da agricultura e das exportações. Além do que, passou a atuar mais intensamente por intermédio das empresas públicas através de incentivos e subsídios nas estatais. O Estado

⁴⁵ O papel essencial do chefe era de manter a aplicação da regulamentação e de fazer aceitar uma disciplina. (Relatório de Síntese Final 13/9/76 a 12/9/77, p. 17 *apud* Bovo, 199, p. 87)

⁴⁶ O Brasil passou por transformações econômicas de peso em fins da década de 60 e na década de 70. A ditadura impôs um novo modelo, que foi chamado de “milagre econômico”. Esse novo modelo se apoiava na expansão industrial e de serviços, voltada ao consumo de bens duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., e à penetração das multinacionais em associação com o Estado e as empresas nacionais. Esse modelo aumentou o parque industrial em forma nunca antes vista. A média de crescimento industrial entre 68 e 71 foi de 12% ao ano [...].

Havia um tripé da acumulação entre a burguesia estrangeira, a nacional e o Estado. O Estado garantiu a infraestrutura de serviços necessária à acumulação privada na indústria e no setor financeiro. A integração (transporte e **telecomunicações**) entre os diferentes estados e o fornecimento de energia e insumos a baixo preço, bancada pelo Estado, facilitou essa acumulação; altas taxas de lucros eram garantidas por subsídios à indústria e por **um grande arrocho salarial e condições de trabalho opressivas (extensão da jornada, ritmos de trabalho infernais etc.)**. (Welmowicki, 2004, p. 43) (Grifo nosso)

Para Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, “a expressão ‘milagre econômico’ foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de ‘milagre alemão’. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo. (PRADO; EARP, 2003, p. 219)

Para José Paulo Netto a expressão “milagre econômico” é imprópria por acreditar que “em economia milagres não existem.” Ainda segundo Netto, “aquele processo, que concretizou o “modelo econômico” próprio do ciclo ditatorial, teve objetivos e causas bastante definidos, sujeitos e beneficiários nitidamente identificados e também um enorme contingente de prejudicados suficientemente conhecidos – precisamente o grosso da população brasileira” (NETTO, 2014, p. 147).

passou a exercer comando quase absoluto sobre as principais decisões públicas ou privadas na área econômica. Por fim,

O Estado era o grande produtor de eletricidade, aço, minerais, combustíveis, fertilizantes e produtos químicos, entre outros insumos; controlava os serviços portuários, **as telecomunicações** e as ferrovias; e exercia papel fundamental no sistema de crédito. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 95) (Grifo nosso)

De qualquer modo, o modelo era concentrador de renda sendo que o regime reproduzia o favorecimento das elites latifundiárias e os grandes grupos monopolistas deixando um terço das famílias brasileiras abaixo da linha de pobreza absoluta. Apenas os 5% dos mais ricos encontraram viabilidade no tão propagado “milagre econômico” enquanto uma classe média, em torno de 15%, se beneficiava ligeiramente das ações econômicas dos militares. Contudo, a população composta por maioria de trabalhadores ficou de fora da partilha de um capital monopolista sob forte intervenção estatal e subordinado ao capital estrangeiro (NETTO, 2014, p. 156).

No âmbito dos Correios, interessa-nos especificamente os investimentos em comunicações, mais precisamente a partir da década de 1960 quando a estatal passava por dificuldades operacionais em virtude de equipamentos obsoletos, de instalações precárias e pouca verba orçamentária. Nesse período, o então Departamento de Correios e Telégrafos estava vinculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas⁴⁷ e tinha que disputar recursos financeiros com outros Departamentos, tais como os de Portos, Rodovias, Ferrovias, Marinha Mercante, Saneamento Público e obras Contra as Secas.

Em razão desses problemas, as reclamações por parte dos usuários eram constantes. Alagoas, por exemplo, em 1960 contava com uma população de 1 271 062 habitantes superando a contagem do último censo referente ao ano de 1950 quando o estado tinha 1 093 137 habitantes. Maceió, por atrair fluxos migratórios da área rural, em 1960 contava com uma população de 170.173 habitantes (LIMA, 1965, p. 158 e LIRA, 2014, p. 39). Infelizmente não foram encontrados registros que indicassem admissões significativas de funcionários pelos

⁴⁷ Esse Ministério teve outras denominações:

1860 a 1891 — Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

1891 a 1906 — Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

1906 a 1967 — Ministério da Viação e Obras Públicas

1967 a 1990 — Ministério dos Transportes

Correios entre 1960 e 1970 objetivando atender à crescente demanda por mão de obra em razão do progressivo aumento populacional no estado.

1.4 A criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Dois anos antes de se iniciar todo o processo de estruturação educacional voltado para os serviços postais, o Departamento de Correios e Telégrafos⁴⁸, através do Decreto-Lei nº 509 de 20 de março de 1969, passou a ser Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas, vinculada ao Ministério das Comunicações⁴⁹ e dotada de amparo legal para definir sobre a continuidade ou dispensa de seus funcionários.

Enquanto empresa, a partir da década de 1970, os Correios passaram a se interessar por um maior controle sobre o processo de fornecimento de serviços adotando os princípios da organização racional do trabalho. Para Bovo (1997, p. 32), “O controle sobre o processo de trabalho, por parte da gerência, na Administração Científica, depende de dois princípios fundamentais: a separação entre concepção e a execução, e o autoritarismo.” Ou seja, para separar a concepção da execução, o trabalhador perdeu para a gerência o poder de decisão sobre seu próprio trabalho. Desde então, a gerência passou a definir antecipadamente as metas e a organizar a pronta execução dos serviços pelos trabalhadores postais.

Quanto ao autoritarismo, Bovo se baseia em Max Weber para afirmar que ele se complementa com a concepção e a execução por meio de uma disciplina coercitiva. Fato é que nas empresas que se pretendiam autossuficiente ou auto rentável, a exemplo dos Correios, o autoritarismo se apresentava desde as perseguições políticas a imposição de metas insalubres por parte da gerência. Dentre estas, estavam as exigências do transporte braçal de bolsas de cartas com excedente de peso (15 kg no mínimo) a serem completadas à medida que o utensílio ia se esvaziando durante o percurso sob sol escaldante ou chuva; ao subir e descer terrenos íngremes; ao iminente risco de ataques de animais ou atropelamentos.

Desse modo, nos centros de distribuição domiciliária, a organização das atividades se dá até hoje pela gerência e pelo supervisor⁵⁰. Este último, no caso da área operacional dos Correios, incumbido diretamente de vigiar carteiros e operadores de triagem e transbordo

⁴⁸ O general Rubens Rosado Ferreira era o mandatário do DCT no governo de Costa e Silva (1967-1969) e foi o primeiro presidente da ECT após a mudança de Departamento para Empresa.

⁴⁹ Criado pelo decreto-lei nº 236/1967 de 28 de fevereiro de 1967 do presidente Castello Branco.

⁵⁰ Geralmente o supervisor era um carteiro escolhido pela experiência ou apadrinhamento político para exercer as tarefas de acompanhamento e de organização referentes as atividades de distribuição.

quanto ao cumprimento das instruções para se executar as tarefas de distribuição das correspondências. Ainda segundo Bovo, “a questão do autoritarismo na Organização Racional do Trabalho foi ressaltada, também, por Tragtenberg”:

Elemento básico na teoria clássica da administração, em Taylor e Fayol, é o papel conferido à disciplina copiada dos modelos das estruturas militares. Para Fayol a autoridade na empresa possui direito divino, emite comunicações de cima para baixo e recebe de baixo para cima. A essa concepção mecanicista do processo de comunicação Fayol junta a ênfase na centralização da decisão, hierarquia, ordem, disciplina e da unidade de comando. (TRAGTENBERG *apud* BOVO, 2003, p. 35)

Percebe-se a partir desses princípios o propósito da perda da autonomia do trabalhador sobre seu próprio trabalho. Ou seja, o funcionário não poderia mais definir por conta própria qual tarefa deveria ser executada durante seu expediente, qual rua teria distribuição de correspondência em determinada data, o que era ou não prioridade na execução dos serviços postais. Esta prerrogativa passou para o controle da gestão sob a justificativa de se elevar a produtividade postal nas diretorias regionais por todo o Brasil para que se atingisse um patamar superavitário, para que uma empresa tecnicamente sem fins lucrativos e com o discurso de uma função social importante passasse a dar lucro.

No período correspondente à fase inicial da empresa de Correios e Telégrafos (1969) até a promulgação da Constituição de 1988, tida por Daniel Aarão Reis (2014, p. 125) como o momento final da transição democrática do Brasil⁵¹, o contingente de funcionários na ECT era significativo e se apresentava como o de uma empresa de grande porte na qual os trabalhadores da área operacional eram maioria. Veja o quadro abaixo:

Quadro 1 - Evolução do Efetivo Por Áreas de Trabalho (a)

Ano	Administração(b)	Telegráfica(c)	Postal (d)	Total
1969	-	-	-	63.540
1970	-	-	-	63.312
1971	-	-	-	64.336
1972	-	-	-	64.044
1973	-	-	-	64.534

⁵¹ Para Carlos Fico (2012, p. 33), a transição democrática ainda não findou. Veja o que ele diz: “os protestos conhecidos como “escrachos” ou “esculachos”, que surpreenderam a sociedade brasileira nos últimos meses, promovidos pelo Levante Popular da Juventude, mostram que **a transição está inconclusa**, que a marca da frustração impõe uma retomada.” (Grifo nosso)

1974	-	-	-	68.574
1975	-	-	-	53.195
1976	-	-	-	54.133
1977	-	-	-	56.291
1978	11.829	10.572	42.161	64.562
1979	11.798	10.592	41.643	64.033
1980	11.141	9.924	42.439	63.504
1981	11.273	9.606	43.428	64.307
1982	11.736	9.457	45.592	66.785
1983	11.619	9.251	45.968	66.838
1984	11.882	9.341	46.934	68.157
1985	11.859	9.382	48.626	69.867
1986	11.259	9.847	53.480	74.586
1987	11.152	9.941	54.979	76.072
1988	10.989	9.586	53.087	73.662

Fonte: Relatórios Anuais da ECT *apud* Bovo, 1997, p. 36

Analisando os dados do quadro 1, Bovo afirmou que: (a) a ECT não possuía efetivo dividido por áreas no período de 1969 a 1977; (b) refere-se aos trabalhadores lotados nas gerências e na Administração Central; (c) refere-se aos trabalhadores operacionais da área telegráfica; e (d) refere-se a todos os trabalhadores da área operacional, excetuando-se os da área telegráfica.

Também é importante observar que entre 1967 e 1973, o PNB⁵² aumentou a uma taxa média anual de 10%. A economia cresceu e modernizou-se, permitindo a expressiva incorporação de novos trabalhadores ao mercado formal de trabalho. (LUNA; KLEIN, 2014, p. 97). Fato que não se confirma nos Correios ao analisarmos o contingente de funcionários entre os anos de 1969 e 1973, quando houve um aumento inexpressivo de sua mão de obra se levarmos em consideração o alcance dos serviços postais em todos os municípios brasileiros.

O parco aumento no número de funcionários, a exceção de algumas oscilações para mais em anos específicos, demonstra a incapacidade dos Correios em acompanhar o ritmo do tão propalado crescimento econômico do Brasil entre 1969 e 1973 e, por conseguinte, entre 1974 e 1988, dessa vez em razão das graves crises econômicas ocorridas na década de 1980.

⁵² O Produto Nacional Bruto (PNB) é uma expressão monetária dos bens e serviços produzidos por fatores de produção nacional, independentemente do território econômico.

Em decorrência, se percebe o deslocamento de parte das vagas da área telegráfica para a de trabalhadores postais, em sua maioria carteiros, entre 1969 e 1988. O que comprova que o processo de mecanização⁵³ dos Correios, visando à racionalização da mão de obra, não conseguiu reduzir o número de carteiros devido à natureza do serviço – o da distribuição domiciliar de correspondências porta a porta por todo o país (ação impossível de ser mecanizada). O fato demonstra a dependência da estatal em relação a esses profissionais e nos leva a pensar sobre a potencial força política dos carteiros enquanto movimento sindical em ascensão na segunda metade dos anos de 1980. O quadro abaixo reforça essa ideia indicando em números percentuais o quantitativo de carteiros em relação à força de trabalho da ECT entre os anos de 1973 e 1986.

Quadro 2 - Quantidade de Carteiros como Percentagem do N° Total de Ectistas

Ano	%	Ano	%
1973	12,42	1980	28,78
1974	12,81	1981	29,32
1975	16,58	1982	29,68
1976	16,62	1983	29,75
1977	18,81	1984	29,90
1978	28,06	1985	30,69
1979	28,31	1986	31,83

Fonte: Op. Cit., p. 40

Do ponto de vista político, crescer economicamente era inadiável para esvaziar a oposição ao regime, frustrada com a manutenção do poder militar (PRADO; EARP, 2003, p. 223). Porém, não havia uma equidade na distribuição das riquezas do país. Nos Correios, enquanto sua estrutura operacional e administrativa se modernizava e conforme o quadro 2, o número de funcionários aumentava timidamente levando a prestação de serviços postais precários, a política salarial deficitária culminou em vários protestos na década de 1980, a exemplo das manifestações de funcionários na capital paulista em 1987. Os motivos, de

⁵³ Percebe-se que a mecanização foi concebida a longo prazo, sendo que vários estudos foram realizados pelos técnicos franceses. A previsão era de implantação de sistemas mecanizados em três centros de triagem de grande porte, que seriam inaugurados no fim da década de 1970 ou início da década de 1980, como de fato ocorreu; em 1980 foram inaugurados os Centros de Triagem Principal de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – junto com as sedes das Diretorias dos estados e correspondentes – todos eles mecanizados. Posteriormente o Centro Principal de Salvador passou a se utilizar da mecanização, mas em menor escala. (BOVO, 1997, p.63/64)

sempre: reclamações quanto aos péssimos salários e as más condições de vida do trabalhador e de seus dependentes⁵⁴.

Entretanto, o nível de escolaridade exigido para atuar na área operacional dos Correios, no cargo de carteiro, por exemplo, era o elementar. Diversos profissionais foram contratados com a sexta séria primária do ensino fundamental. A escolaridade mínima exigida pela ECT era uma das justificativas para a má remuneração salarial.

Embora os investimentos e a crescente política econômica favorecessem o desenvolvimento do país entre 1967 e 1973 com a expansão do emprego e o crescimento no número de assalariados, mantinham-se o arrocho salarial e a repressão ao sindicalismo para evitar as pressões salariais. A partir da mudança dos Correios para empresa (1969) e o oscilante quadro de funcionários, a militarização do Estado se apresentou com maior intensidade nos anos seguintes entre os ecetistas, inibindo o sindicalismo em virtude da repressão política no país, da supressão das liberdades, da desconsideração da diversidade, da identificação do inimigo ideológico nos movimentos sociais, da tentativa de impedir a ascensão do movimento sindical em seu meio, da censura etc.

A partir de 1970, países anteriormente coloniais ou dependentes mais bem colocados, a exemplo de Brasil e México, escolheram o caminho do desenvolvimento econômico planejado ou patrocinado pelo Estado e vieram a ser conhecidos como NICS⁵⁵ (*New industrializing countries* – países de industrialização recente). Entretanto, para Hobsbawm (1995, p. 344) “produziram burocracia, espetacular corrupção e muito desperdício – mas também uma taxa de crescimento de 7% nos dois países durante décadas. [...] O setor público brasileiro era responsável por cerca de metade do Produto Interno Bruto e representava dezenove das vinte maiores empresas.”

Nesse período, o crescimento econômico veio acompanhado de significativa concentração de renda em razão da política salarial restritiva que não proporcionava ao trabalhador o acesso à renda em razão da produtividade. Logo, em se tratando do processo de modernização nos Correios, máquinas e equipamentos tiveram de ser importados em razão da falta de tecnologia nacional que atendesse o mercado postal. Ainda segundo Hobsbawm (1995, p. 261), “o ‘país desenvolvido’ típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para

⁵⁴ Vídeo amador intitulado “Os heróis da praça da Sé” (autoria desconhecida, 1987)

⁵⁵ Uma nova categoria, os NICS, entrou no jargão internacional. Não havia definição precisa, mas praticamente todas as listas incluíam os quatro “tigres do Pacífico” (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul), Índia, Brasil e México, mas o processo de industrialização do Terceiro Mundo é tal que Malásia e Filipinas, Colômbia, Paquistão e Tailândia, além de outros, também foram incluídos. (HOBSBAWM, 1995, 354).

cada milhão de habitantes na década de 1970, mas o Brasil tinha cerca de 250.” De modo que responsabilizar somente o trabalhador pela deficitária prestação de serviços à população não refletia totalmente a realidade pela qual passavam os Correios em razão de seu atraso tecnológico.

Paralelamente ao “milagre econômico”, ao arrocho salarial e à alta concentração de renda, evidenciou-se a militarização da burocracia nos Correios, ou de parte importante dela. Essa militarização constituiu a influência direta das Forças Armadas em instâncias estatais de natureza civil confirmando que o universo das telecomunicações (os Correios não poderiam ficar de fora) tinha valor estratégico para a consolidação do projeto militar de poder. Obviamente que esse projeto, no caso do controle militar das comunicações, seria muito mais amplo transcendendo o mundo postal e adentrando o governo e o Estado brasileiro.

Que determinados setores militares desenvolveram perspectivas gerenciais na burocracia federal, isto também é certo. Em poucas décadas, o território nacional foi recoberto pelas comunicações, seja porque os telefones e fax chegaram aos rincões mais distantes por meio de empresas estatais, seja porque, sob a égide de governos militares, foram construídas poderosas redes nacionais de rádio e televisão. Finalmente, há evidências de que a distribuição de cargos nesses ministérios obedeceu à lógica de acomodação entre grupos dentro das Forças Armadas – alguns claramente vencedores, outros não inteiramente perdedores –, sem dizer das secretarias vinculadas ao Serviço Nacional de Informações. Pois nada escapava à influência desse “monstro”, como o classificou o general Golbery do Couto e Silva, seu idealizador.⁵⁶ (OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Prefácio. *In* MATHIAS, 2004, p.13)

Fica evidente a importância do pleno controle, num regime de exceção, das comunicações para a militarização da burocracia estatal. Aliás, a ocupação de cargos civis por militares representando a militarização do governo e, conseqüentemente, do Estado no Brasil é algo muito maior e mais duradouro do que a simples ocupação de cargos (MATHIAS, 2004, p. 25).

Nesse sentido, a impressão ou transferência de valores militares para a administração pública nos Correios em razão dessa militarização da burocracia não se findou após o período da redemocratização. Ela perpassou toda a década de 1990 e ficou consciente ou inconscientemente através da administração postal, a serviço do governo federal enquanto instrumento necessário para barrar as ações sindicais. Garantindo, com isso, um controle

⁵⁶ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Prefácio. *In* MATHIAS, Suzeley Kalil. A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963/1990) – São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 13.

gerencial sobre os serviços postais e uma desenvoltura empresarial tida como necessária para a modernização da empresa.

Portanto, diante do até aqui exposto, pode-se definir que num primeiro sentido a participação militar na administração dos Correios se deu através da presença física de membros das Forças Armadas em cargos que, por definição eram civis⁵⁷.

O domínio do processo de decisão nessa área pelos militares foi altamente facilitado pela capacitação profissional deles. Lembremos que a especialização em Comunicações é uma das necessidades do preparo para a guerra. Não existia, em contrapartida, uma demanda por especialistas civis na área em razão da precariedade do desenvolvimento do setor no país. Assim, por ter o domínio do conhecimento, as Forças Armadas acabaram por orientar sobremaneira não só as decisões, mas também a formação (as consciências) dos civis que assumiram o controle na área. (MATHIAS, 2004, p. 146)

Num último sentido, percebeu-se muito mais a influência militar numa já existente cultura sobre os processos de decisão por atores civis (corpo gerencial/ou grupo de pessoas) que comungaram e transmitiram valores e comportamentos militares assimilados em razão do período em que se deu essa presença física militar. Daí o porquê de na década de 1990, mesmo sem os militares nos cargos gerenciais, determinados conceitos da caserna terem permanecido enquanto memória e praticados em ações contra os trabalhadores ecetistas após a passagem dos governos Sarney, Collor e Itamar. Para Mathias (2004, p. 53), não havia mudanças nas passagens de governo exatamente porque se criou uma espécie de rede para garantir a continuidade da presença militar informal mesmo que eles abram mão do poder formal (ou percam-no).

O caso da influência militar nos Correios contribui para a compreensão do papel que assumem as Forças Armadas no processo político e administrativo brasileiro. Mantenedora de sistema educacional que permitia a formação homogênea (padrão) dos quadros da ESAP, garantindo maior poder aos administradores postais para viabilizar o processo de

⁵⁷ Mathias (2004, p.26) ainda chama a atenção para o cuidado com a generalização quando afirma que “ressalte-se que não é contemplado pela definição sugerida o preenchimento de cargos civis por militares quando estes são considerados técnicos competentes e, portanto, ocupam determinado cargo em razão de sua especialização (como engenheiros de comunicação, por exemplo), como burocratas bem treinados, e não por um critério corporativista, no qual pesa mais o fato de ser militar do que ser um especialista (o que não significa que ele deixe de ter atitudes cuja base é a formação recebida na caserna).” Por esta citação é prudente entender que não houve um pleno e absoluto processo de militarização da administração pública. Até porque “a formação de profissionais da área, os técnicos ou engenheiros de comunicação, ficou, no início, em mãos castrenses, pois eram as escolas militares que ofereciam especialização nessa área.” (idem, p. 137)

modernização, autossuficiência e controle da mão de obra ecetista, essas mudanças ocorreram em razão do período de crise estrutural pelo qual passou a ECT nos anos anteriores ao golpe de 1964 e se mantiveram enquanto experiência administrativa a ser preservada para coibir o surgimento do movimento sindical ecetista na década de 1980 e sua consolidação na década de 1990.

As administrações nos Correios ao longo do regime militar introduziram um novo modo de relacionamento, ignorando os ideais democráticos para percorrer o caminho do desenvolvimento econômico na ECT pelo autoritarismo político-administrativo. “Nesse caso, encontraram terreno fértil na cultura mandonista que ainda prevalece no Brasil.” (MATHIAS, 2004, p. 59)

1.5 Missões Francesas no Brasil: um novo Correios era possível?

Em 21 anos de regime militar, conheceu-se a reestruturação da administração pública e mudanças nas relações de trabalho. Uma forma de avaliar essa reestruturação é investigando a presença militar nos postos-chave de decisão na esfera federal. Entretanto,

Os militares ocupavam cargos não castrenses desde muito antes de 1964, e não só na esfera pública, como também em empresas privadas. [...] Em pesquisa feita por Johnson em 1959, a ocupação de cargos civis por militares se contava às centenas, e entre estes estavam o titular do Ministério da Viação e Obras Públicas e a **direção do Departamento de Correios e Telégrafos**.

A ocupação de cargos na administração civil não é, portanto, uma novidade inaugurada em 1964. O que parece acontecer a partir da chegada dos militares ao centro do poder é um aumento relativo dessa participação, da mesma forma que se nota a ampliação das possibilidades em consequência do aumento da participação do Estado no desenvolvimento econômico. (MATHIAS, 2004, p. 60/63) (Grifo nosso).

Investigando-se por ministérios, Mathias (2004, p. 71) afirma que a maior participação militar nos altos cargos civis se deu no Ministério das Comunicações (68,7%) ao qual os Correios e Telégrafos estavam subordinados. Nesse contexto, na década de 1970 as missões francesas⁵⁸ exerceram enorme influência no processo de modernização da ECT através de princípios fundamentados na administração científica. Com isso, o atraso tecnológico e demais dificuldades encontradas nos momentos iniciais da empresa não fomentaram somente

⁵⁸ Empresas especializadas no mercado postal reconhecidas internacionalmente e que prestaram consultorias aos Correios brasileiros fundamentadas nos princípios da administração científica de Taylor, Ford e Fayol.

a importação de tecnologia (máquinas e equipamentos) conforme já dito, mas também a importação de conhecimentos administrativos necessários, do ponto de vista empresarial, para as mudanças pretendidas.

Durante as atividades desenvolvidas nos Correios, as missões francesas tiveram como objetivo suprimir trabalhos inúteis, obter melhor rendimento com o mínimo de esforço e o menor custo num correio que demonstrava ser uma empresa de grande potencial econômico e político, com debilidade (ausência) sindical dos funcionários, sem legislação social e com predomínio da oferta sobre a procura no mercado postal de mão-de-obra – fatores estes importantes para o sucesso das missões no Brasil. (TRAGTENBERG *apud* BOVO, 1997)

Os problemas enfrentados pela ECT no momento de sua criação, sua enorme dependência em relação à força de trabalho, a **direção militar** e as características apontadas acima por Tragtenberg, tornam-na adequada para a utilização dos princípios em questão, realizando modificações que não ocorreram no período anterior à criação da ECT e que grande parte das empresas realiza em algum momento. (BOVO, 1997, p. 42).

Para a efetiva organização racional do trabalho nos Correios, as missões francesas definiram que a gerência deveria assumir o controle sobre o processo de trabalho restando aos funcionários a mera execução das atividades previamente estabelecidas pela gerência, tirando do trabalhador a responsabilidade pela solução dos problemas emergentes nos locais de trabalho.

Percebe-se nas citações abaixo, encontradas nos relatórios das missões francesas, o intuito de tirar do trabalhador a decisão (autonomia) sobre o seu próprio trabalho, transferindo-a para a gerência, semelhante à visão taylorista (BOVO, 1997, p.44)

Por falta, às vezes, de documentos escritos e frequentemente pela ausência de fiscalização e de autoridade dos chefes de turma os horários de fechamento são deixados à iniciativa dos servidores.

A simples presença de monitores de triagem no centro, após um período de formação e recebendo todo o apoio das autoridades hierárquicas, poderia eliminar maus hábitos contraídos durante anos pelo pessoal, entregue até então à sua própria vontade.

...na maioria das vezes o carteiro era o único funcionário que sabia exatamente como era feita, na verdade, a distribuição externa. (Relatório “Serviço Interno dos Centros de Triagem & Relatório “Distribuição Externa” *apud* BOVO, 1997, p. 44).

Aplicando-se as ideias de Taylor, as missões francesas pretendiam evitar qualquer “perda de tempo no trabalho”. Para isso, procurou-se melhor explorar máquinas e trabalhadores postais durante a execução dos serviços. Ou seja, o pensamento de Taylor foi aplicado eficazmente para que os Correios tirassem dos trabalhadores a possibilidade de determinar por si os processos e o ritmo de seu trabalho. Para as missões o mais importante era encontrar os meios de forçar os ecetistas a darem à estatal o máximo de sua capacidade de trabalho. Para isso, a tríade racionalização, dominação e exploração passou às mãos da direção a escolha dos movimentos que deveriam ser executados pelo trabalhador no decorrer da produção.

Segundo Thompson (1998, p. 282), esse controle sobre a execução dos serviços “persiste ainda hoje entre os autônomos – artistas, escritores, pequenos agricultores e talvez até estudantes – e propõe a questão de saber se não é um ritmo “natural de trabalho humano.” Até a chegada dos franceses, os carteiros se “encontravam” nesta citação de Thompson, pois tinham o controle sobre as atividades de distribuição chegando a definir o ritmo e os logradouros que teriam a entrega das correspondências sem que necessariamente houvesse uma chefia para a fiscalização que os obrigasse ao cumprimento de metas pré-estabelecidas. De modo que,

Organização e definição de itinerários de distribuição externa, que **não deveriam ficar mais a critério dos carteiros**, visando criar na clientela o hábito de ver o carteiro passar numa hora certa, dando à Empresa a possibilidade de controlar o funcionamento da distribuição externa. (Op. Cit. p. 45).

Com isso, o percurso percorrido pelo carteiro na distribuição externa ao ser definido pela gerência, após vários estudos realizados pelos técnicos das missões francesas, confirma a apropriação e a implantação do pensamento taylorista nos Correios. O estabelecimento de tempo para a realização das atividades também foi alvo de estudo e alterações. Veja como a ECT implantou o estudo de tempo:

- Decomposição dos trabalhos em elementos simples, isto é, a análise detalhada de todos os movimentos do trabalho. Isto se dá de forma esquemática e é denominada de fluxograma.
- registro do tempo para a realização de cada movimento, por meio de um cronômetro e um contador de objetos; e
- determinação de um índice (ou coeficiente) para cada movimento. Esse índice expressa quanto tempo um funcionário leva para efetuar as operações (existe um

índice para cada operação). De acordo com o estudo padroniza-se o tempo médio observado ou impõe-se novo tempo para realizar o movimento.

Esses índices serão empregados para determinar o número de trabalhadores necessários em cada unidade de trabalho. É a chamada dotação de pessoal. O número de funcionários lotados jamais pode ultrapassar a dotação de cada unidade de trabalho. A dotação é calculada por meio da relação: quantidade de objetos manipulados *versus* índices dos movimentos a eles relacionados. Chega-se, assim, a um total de horas para a unidade de trabalho em questão e divide-se pela jornada de trabalho. Tem-se o número de trabalhadores necessários. (BOVO, 1997, p. 49)

Essa metodologia para se definir os coeficientes de tempo a serem aplicados nas atividades de distribuição pelos carteiros foi elaborada pelos técnicos das missões francesas conjuntamente com os técnicos da Assessoria de Planejamento e Controle dos Correios. Chama atenção a ausência de negociação com os ecetistas para a implantação das novas mudanças operacionais na ECT. Em pleno regime militar, uma das características marcante das missões francesas era a imposição do novo processo de trabalho através de documentos e da fiscalização das atividades laborais com as devidas punições em caso de descumprimento. Para tal foi criado nos Correios o cargo de monitor, cuja principal função era assegurar a formação prática dos novos funcionários e fiscalizar o trabalho de um grupo de carteiros quando em atividade interna ou de distribuição externa.

O novo processo de trabalho foi implantado em todas as unidades operacionais e as observações para o seu cumprimento ficou a cargo da Inspeção Regional, uma espécie de “polícia dos Correios”. Veja o que diz Bovo:

A Inspeção Regional tem uma atuação mais ampla do que o controle sobre a execução do trabalho. A Inspeção verificará, também, se o chefe da unidade operacional está desempenhando de modo satisfatório o controle sobre a execução do trabalho. Além disso, a Inspeção atua em relação às unidades de concepção e nas unidades operacionais; verifica assuntos tais como: **problemas financeiros, materiais, sindicâncias, problemas com correspondências** etc. (BOVO, 1997, p. 56) (Grifo nosso)

A aplicação de todas essas mudanças nos Correios, inclusive o ressurgimento das Inspeções Regionais⁵⁹, encontrou ressonância no autoritarismo dos militares que presidiram a ECT de 1969 a 1985. Até porque essas mudanças necessariamente precisavam do emprego da disciplina autoritária – fundamento básico da administração militar –, para serem implantadas.

⁵⁹ Originariamente as Inspeções Regionais existiram antes de 1969 no Departamento de Correios e Telégrafos – DCT.

Observe as citações que seguem:

Houve 2.173 punições disciplinares no ano, que corresponde a uma taxa anual de 3,39%.

O número de processos disciplinares instaurado no ano foi de 1633, que corresponde a uma média de 136 por mês. Esse número sofreu substancial redução em relação ao ano anterior, que foi de 534 por mês, isto é, caindo a cerca de 25% do valor de 1971. (“Relatório Anual da ECT” de 1972, p. 86 *apud* BOVO, 1997, p. 56)

Muito foi feito desde 1964, principalmente, em matéria de saneamento moral, restabelecimento da ordem e da disciplina. (Correio Brasileiro. Caderno de Cultura, 20/1/80, p. 8 *apud* BOVO, 1997, p. 56)

O CTN nunca deverá tolerar uma falta grave à disciplina: atrasos ou ausências sem a devida justificativa, incorreções de linguagem. (“Relatório de Síntese Final 13/9/76 a 12/9/77”, p. 7 do anexo 4 *apud* BOVO, 1997, p. 57)

Não existe nenhuma possibilidade de progresso sem ordem. (Relatório “Formação de Pessoal Especializado”, p. 5 *apud* BOVO, 1997, p. 57)

Além de defender o controle das chefias sobre as atividades inerentes aos cargos ocupados pelos ecetistas, as missões francesas procuraram fundamentar sua proposta de organização racional do trabalho em mais três pilares: autoridade, disciplina e ordem. Para Bovo (1997, p. 58), “essa visão aparece claramente em dois princípios: a unidade de comando e a unidade de direção.” Conforme a citação abaixo

O serviço interno dos centros de triagem e o encaminhamento são atividades complementares que exigem uma sincronização perfeita e só podem ser bem efetuados sob a autoridade de um mesmo chefe.

Por não ter previsto e organizado esta unidade de chefia o correio brasileiro teve sua eficácia reduzida e a qualidade do serviço não correspondeu às ambições dos responsáveis pelo encaminhamento. (Relatório “Serviços Interno dos Centros de Triagem”, p. 1 *apud* BOVO, 1997, p. 58)

A primeira citação refere-se à unidade de comando necessária para administrar diversos setores operacionais dos Correios – os centros de triagem e centros de distribuição (área operacional) e os setores burocráticos (área administrativa). Na segunda citação, a referência dessa vez é sobre a unidade de chefia – um responsável pelo Centro de Distribuição Domiciliária (CDD) ou Centro de Triagem apto a executar as ordens da unidade de comando. Ou seja, uma unidade de chefia para cada setor de trabalho e uma unidade de comando para o conjunto dos setores de trabalho.

Em nível de Diretoria Regional (unidade de comando das áreas administrativa e operacional nos estados), a estrutura administrativa nos Correios permaneceu extremamente coesa em torno da Administração Central (em Brasília) nas décadas de 1980 e 1990. Sem

autonomia, as diretorias regionais estavam limitadas a receber e aplicar nos respectivos estados as ordens advindas da capital federal. Inclusive aquelas punitivas a serem aplicadas contra os trabalhadores engajados no movimento sindical ecetista - como veremos mais adiante.

Nessa lógica da unidade de comando e unidade de chefia, fica claro o princípio entre concepção e execução nos Correios. Na labuta diária, o trabalhador “pensava o menos possível sobre como deveria executar suas atividades”, limitando-se apenas à realização de um trabalho de pouca atividade intelectual e puramente repetitivo, a exemplo das atividades de tratamento e distribuição de correspondências⁶⁰. A atribuição para as atividades de maior raciocínio caberia ao corpo gerencial que impunha ao trabalhador as estratégias para a execução das tarefas. Em relatório das missões francesas, essa ideia de execução ficou bem definida: *...os servidores de execução deverão limitar a realizar as tarefas materiais repetitivas que lhe foram atribuídas...* (“Relatório de Síntese Final 15/6/75 a 14/7/76”, p. 63 *apud* BOVO, 1997, p. 65).

Logo, os conceitos de concepção e execução foram aplicados pelas missões francesas enquanto parte da organização racional do trabalho no correio brasileiro. Este, da década de 1970 em diante, adotou a lógica do capitalismo disciplinador por meio do controle e do que Thompson (1998, p. 291) chamou de “uso-econômico-do-tempo”, com gestores desse tempo dispostos a punir os executores em nome da eficiência e da produtividade objetivando uma empresa moderna e lucrativa.

Pela supervisão formaram-se novos hábitos de trabalho fundamentados na concepção e execução das atividades diárias impostas por uma nova disciplina de tempo e, no caso dos carteiros, de distribuição das correspondências a ser seguida por todos. Caso contrário, sob o entendimento dos Correios, se manteria uma força de trabalho à custa de perpetuar métodos ineficientes de execução – com horários flexíveis, intervalos e horas de refeição irregulares e com a realização das atividades postais sob o gerenciamento dos próprios ecetistas. Situação incompatível com o capitalismo disciplinador das missões francesas para o mercado postal brasileiro.

⁶⁰ O fato de o trabalhador ter sido condicionado a execução de suas atividades braçais (execução) e não ser permitida sugestões para a execução das mesmas, necessariamente não significa que estes não compreendessem o processo para a execução das tarefas. Claramente carteiros, operadores de triagem e atendentes comerciais pensavam sobre suas atividades, porém, geralmente esse pensamento não era aceito ou reconhecido pela chefia imediata.

Procuremos, a partir de agora, desenvolver uma abordagem do processo seletivo da mão de obra na ECT.

1.6 Seleção da mão de obra e rotatividade

A mudança do Estatuto do Funcionário Público Federal para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho foi decisiva para a redefinição da seleção da força de trabalho nos Correios. Com a passagem de DCT para ECT passou-se a obedecer ao Artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 – “*Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao Direito do Trabalho e ao das obrigações.*” A aplicação do acima exposto habilitava a gestão da força de trabalho nos Correios, seguindo-se as mesmas regras aplicáveis à iniciativa privada.

Entretanto, nos Correios ocorreu uma particularidade em relação às demais empresas estatais. A eliminação do concurso público para seleção de pessoal tornou a ECT muito mais próxima do setor privado, eliminando os entraves burocráticos existentes para a escolha dos funcionários com perfil adequado às atividades laborais e aptos para assimilar as concepções do capitalismo disciplinador, era o que se previa.

Até pouco depois da Constituição de 1988, a seleção ou recrutamento para o trabalho de nível básico⁶¹ se dava principalmente com a aplicação de um teste de nível elementar (matemática e português) e uma entrevista com profissional da psicologia. Para o acesso ao emprego de nível básico, a escolaridade exigida era a 6ª série primária (BOVO, 1997, p. 92; *Folha de São Paulo*, edição de 09 de dezembro de 1987). Após a Constituição de 1988, o concurso público passou a ser cobrado pela FENTECT⁶² como obrigatório nos Correios e o nível de escolaridade avançou para o de primeiro grau completo (ensino fundamental)⁶³.

A baixa escolaridade ou qualificação profissional juntamente com a ausência de concurso público, a aplicação da CLT para os ecetistas, a oferta de mão de obra superior à demanda, o frágil poder político e a inexistência de uma organização sindical refletiram de

⁶¹ Eram considerados cargos de nível básico os de carteiro, mensageiros, executantes operacionais, atendente comercial, auxiliar administrativo, motorista entre alguns outros de menor contingente.

⁶² Veja no quadro 8 a relação de empregados que foram admitidos após 05 de outubro de 1988 sem concurso público.

⁶³ Atualmente, para o acesso ao emprego a exigência mínima é de ensino médio completo e concurso público.

modo decisivo na política salarial da empresa entre os anos de 1969 e 1985. Para Bovo (1997, p. 76), “assim como a maioria dos trabalhadores do setor privado, os trabalhadores da ECT também se enquadram nessa situação, com repercussão negativa sobre os salários”.

Diante da baixa remuneração, os dados obtidos por Bovo afirmam que o primeiro Plano de Cargos e Salários da ECT data de 1974 e que o salário apresentou significativa deterioração a partir do ano de 1980 quando se iniciou um péssimo período para os trabalhadores em termos de política salarial em razão das crises econômicas que assolaram o Brasil no período.

Outra particularidade relacionada aos trabalhadores dos Correios pode ser relacionada à política de reajustes salariais.

Na medida em que inúmeras empresas do setor público e privado concediam aumento, a título de antecipação ou definitivo, além do estipulado pela política salarial fixada pelo governo, os ecetistas recebiam apenas o fixado pelo governo, obtendo perda salarial em termos reais em vários períodos. Justamente as empresas que contavam com trabalhadores organizados conseguiram aumentos salariais mais compensadores, mas não era esse o caso da ECT. (BOVO, 1997, p. 77)

Percebe-se que além das crises econômicas, e outros fatores apontados acima, a organização sindical tardia entre os ecetistas também foi uma das responsáveis pela deterioração dos salários já que não havia uma instituição interlocutora para as negociações coletivas em prol de melhores salários e condições de trabalho. Sem resistência organizada, a ECT ficou livre para de forma unilateral implantar sua política salarial.

Observe o quadro que segue:

Quadro 3 – Salário Real de Ingresso dos Seguintes Funcionários da ECT: carteiros, mensageiros e executantes operacionais⁶⁴

Data	Salário Real	Data	Salário Real
1º/7/74	100	1º/9/82	109,14
1º/3/75	112,17	1º/3/83	110,06
1º/3/76	119,08	1º/9/83	96,83
1º/3/77	114,41	1º/3/84	74,06
1º/3/78	115,36	1º/9/84	74,04

⁶⁴ Para compreender a metodologia detalhada desse quadro, vide BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Os Correios no Brasil e a organização racional do trabalho – São Paulo: Annablume, 1997.

1º/3/79	116,74	1º/3/85	71,48
1º/9/79	124,29	1º/9/85	68,97
1º/3/80	123,24	1º/3/86	53,43
1º/9/80	111,87	1º/3/87	117,14
1º/3/81	109,50	1º/1/88	116,31
1º/9/81	107,35	1º/7/88	87,78
1º/3/82	110,2		

Fonte: Departamento de Cargos e Salários da Diretoria Regional de São Paulo, da ECT apud Bovo, 1997, p. 77.

Diante da deterioração salarial, todo o cuidado no processo seletivo para admitir funcionários que se enquadrassem no perfil de trabalhador da ECT caiu por terra quando em agosto de 1979 alguns movimentos reivindicatórios começaram a surgir. Em São Paulo, cerca de 800 ecetistas reuniram-se em assembleia na Câmara Municipal e organizaram uma comissão provisória para formar uma associação de classe, reivindicar um piso salarial de cinco salários mínimos e algumas outras reivindicações de menor porte. Segundo a *Folha de São Paulo* (edição de 08 de agosto de 1979), a mobilização se iniciou após a morte de Carlos Aparecido Thomaz, em razão de negligência no atendimento médico dos Correios

O falecimento do funcionário da Serca provocou muita indignação dentro da empresa, vindo a juntar-se também o descontentamento provocado pela supressão do cartão-passe no dia 1º de agosto. Representantes de diversos setores da EBCT procuraram então a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo em busca de apoio para tentar solucionar as irregularidades que dizem existir na empresa.

O cel. Oyama Olintho de Almeida, diretor da DR-SP, é acusado de permitir uma série de irregularidades e de pressionar os funcionários recentemente transferidos da Embratel, forçando-os à demissão. Os empregados da EBCT denunciam que o gerente do Departamento de Operações Telegráficas, Guido Moassab Filho, “pessoa leiga na área e possuidor de indiscutíveis sinais de desequilíbrio emocional” permite o favorecimento de alguns candidatos nos processos seletivos internos. Informam ainda que pelo menos 22 carteiros foram demitidos por se haverem negado a realizar serviços que não eram de sua responsabilidade, acrescentando que muitos boatos sobre novas listas de demissões continuam circulando. (Funcionários do Correio querem criar sindicato. *Folha de São Paulo*, edição de 08 de agosto de 1979, p.21)

A natureza do movimento ficou condicionada à postura da ECT quanto às reivindicações. Sem greve ou qualquer atitude de movimento paredista desde que os Correios se dispusessem ao diálogo com a comissão provisória. O vereador Eurípedes Sales, presidente da Câmara Municipal, chamou a atenção para a ausência de organização dos trabalhadores, fato que permitia ao governo uma política salarial desumana que levou às manifestações e fez

duras críticas ao cerceamento do direito à sindicalização dos trabalhadores dos Correios, acusando a estatal de controle político das necessidades dos ecetistas visando neutralizar qualquer mobilização em torno dos seus legítimos direitos.

Em nota na mesma edição da *Folha de São Paulo*, os Correios admitiram através de seu presidente, Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros⁶⁵, que os funcionários têm o direito de discutir seus problemas, porém “dentro de um clima pacífico e disciplinado”. Como militar, Botto de Barros finaliza seu comunicado ressaltando que “jamais permitirá a quebra da disciplina em um órgão de serviços essenciais à população”. A afirmação de Botto, típica da caserna, demonstra sob a ótica do governo federal, serem os Correios uma empresa pública de modelo administrativo militar, de serviço essencial à segurança nacional e alinhada ao regime de exceção vigente na época.

Ao tratar da ideologia de segurança nacional, o controle da administração pública dos Correios pelos militares fazia parte de um projeto maior para construção de um Estado militarmente forte, não interessava o atendimento das reivindicações dos trabalhadores ecetistas. Mas sim, o empenho no desenvolvimento da Empresa de Correios e Telégrafos “enquadrado no marco de relações capitalistas de produção e com vigorosa intervenção estatal” (NETTO, 2014, p. 147).

Quanto à organização em associação de classe na capital paulista, de certo não foi efetivada em 1979, uma vez que a *Folha de São Paulo* noticiou que Pedro Porcino⁶⁶, liderança do movimento grevista, dentre suas reivindicações, pleiteava o direito à organização em sindicato ou associação e o fim do regulamento paramilitar que afirmava existir dentro da empresa (*Folha de São Paulo*, edição de 07 de março de 1985, p. 28). Sendo a proposta de criação de uma associação de classe aceita pelo então diretor regional da ECT em São Paulo, Marco Antônio Angeiras Bulhões, que pediu para que se definisse o estatuto da associação para posterior análise. (Funcionários dos Correios decidem manter a greve. *Folha de São Paulo*, edição de 08 de março de 1985, p. 21). Ainda no mês de março de 1985 foi criada a associação dos empregados dos Correios e Telégrafos de São Paulo, passando a representar e liderar as greves entre 1985 e 1989 quando foi convertida para sindicato.

⁶⁵ Adwaldo Cardoso Botto de Barros era coronel e engenheiro especialista em comunicações. Foi presidente dos Correios por 12 anos, secretário geral da União Postal Universal – UPU e faleceu em 30 de maio de 2015.

⁶⁶ Com a criação da Associação dos Funcionários dos Correios e Telégrafos no Estado de São Paulo – Acetesp, em março de 1985, Pedro Porcino foi seu primeiro presidente.

Em julho de 1974, data do primeiro Plano de Cargos e Salários dos Correios, o salário de um carteiro correspondia a 2,46 salários mínimos se considerado o maior salário mínimo da época (Cr\$ 376,80 nos estados de SP, RJ, MG e DF), e 3,48 salários mínimos se considerarmos o menor salário mínimo da época (Cr\$ 266,42 na região Nordeste). (Boletins do Dieese de 1975 e 1976 *apud* BOVO, 1997, p.78)

Na década de 1980 entrava em curso a política de arrocho salarial, os salários dos ecetistas pioraram e passaram a ser um dos principais motivos para as mobilizações nacionais a partir de 1985. Os quadros 5 e 6 demonstram essa condição ao comparar o salário do carteiro ao de outras categorias com nível de escolaridade similar.

Quadro 4 - Comparação Salarial entre Funcionários dos Correios e de Outras Categorias da Iniciativa Privada.

Função	Salário Médio em 1985	Dif. Em relação aos carteiros.
Clas. Carteiro	845,66	
Carpinteiro	768,85	- 9,08%
Comp. tip	963,04	13,88%
Recepcionista	739,04	- 12,54%
Datil. esten.	886,73	4,86%
Vendas/atac./var.	709,00	- 16,16%
Guarda/segur.	832,68	- 1,53%

Fonte: RAIS 1985 *apud* Bovo, 1997, p.84

Quadro 5 - Diferença em Termos Percentuais Entre os Salários Médios dos Funcionários dos Correios e de Outras Categorias da Iniciativa Privada.

Função ⁶⁷	Salário Médio em 1986	Dif. em relação aos carteiros
Clas. Carteiro	2078,33	
Carpinteiro	2161,58	4,01%
Comp. tip.	2607,33	25,45%
Recepcionista	1933,67	- 6,96%
Datil. esten.	2322,42	11,74%
Vendas/atac./var.	1937,67	- 6,97%
Guarda/segur.	2173,33	4,57%

Fonte: RAIS 1986 *apud* Bovo, 1997, p. 84.

⁶⁷ As funções aparecem nos quadros 5 e 6, como no original.

Percebe-se nos quadros 4 e 5, nos dois anos, uma grande proximidade salarial entre a maior parte das profissões. A ECT procurava manter o salário dos trabalhadores de nível básico (maioria dos ecetistas), a exemplo do carteiro, em patamares próximos ou inferior ao salário dos trabalhadores da iniciativa privada e não levava em consideração a condição insalubre ou de periculosidade da atividade de carteiro que pudesse se refletir nos salários.

Quanto à rotatividade, entre 1980 e 1983 esta diminuiu em razão da recessão existente no país naquele momento. Observe o quadro apresentado por Bovo para o período de 1977 a 1988:

Quadro 6 - Taxa de Rotatividade (%) – Média Mensal

Ano	Taxa	Ano	Taxa	Ano	Taxa
1977	1,817	1981	0,824	1985	1,634
1978	2,221	1982	0,690	1986	3,722
1979	1,805	1983	0,637	1987	2,127
1980	1,080	1984	0,813	1988	1,423

Fonte: Departamento de Cargos e Salários da Diretoria Regional de São Paulo, da ECT apud Bovo, 1997, p. 78

Nota-se que a partir de 1984 a taxa de rotatividade se elevou, porém, há evidências de que os salários passaram a ficar defasados por toda a segunda metade da década de 1980 levando diversos trabalhadores a deixarem os Correios ou a resistirem por meio da organização sindical que se gestava no período.

Essa conjuntura de alta rotatividade, administração rígida e de baixos salários elevou o nível de insatisfação entre os funcionários da ECT culminando com várias greves entre 1985 e 1990. Foi absolutamente inevitável que as greves, a partir de 1985, tivessem uma enorme centralidade nas ações econômicas e salariais sem esquecer que, paralelamente, havia uma oposição aos atos administrativos repressivos nos Correios e às péssimas condições salariais e de trabalho. Oposição esta que encontrou eco nos novos movimentos sociais pela liberdade sindical. Era, entretanto, uma oposição orquestrada não somente contra a ECT, mas também contra o governo federal em razão de questões maiores nos campos da política, economia e “bem estar” dos setores menos favorecidos da sociedade. Acompanhe abaixo matéria do Informativo ASCOR: boletim dos ecetistas de Alagoas, edição de março de 1987, que reflete sobre o período.

NOVA REPÚBLICA OU A DITADURA DE PALETÓ?!⁶⁸

OCUPAÇÃO DAS REFINARIAS DA PETROBRÁS pelo EXÉRCITO; OCUPAÇÃO DOS PORTOS PELA MARINHA DE GUERRA; PRISÕES; DEMISSÕES; LEI DOS ESTRANGEIROS; LEI DE SEGURANÇA NACIONAL; LEI DE GREVE; CENSURA À IMPRENSA; PELOTÕES DE CHOQUE... CACÊTE DA POLÍCIA... ISSO É NOVO??! igualzinho como antes... Tudo contra os trabalhadores que passam fome e que têm seus DIREITOS MAIS ELEMENTARES NEGADOS! A lei trabalhista fascista garante legalmente esta desgraça!

Em 1984 o povo foi às praças exigir DIRETAS-JÁ para presidente. Setores da OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR, ARTICULARAM-SE com a DITADURA MILITAR e traíram os anseios do povo, levando a ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE para o mesmo colégio eleitoral espúrio, criado pelos generais para dar falsa legitimidade ao DITADOR DE PLANTÃO. O intenso uso dos meios de comunicação de massa e o apoio de setores da ESQUERDA não foi suficiente para garantir a FARSA! O governo que investe contra os trabalhadores e utilizam-se da mesma legislação repressora da DITADURA MILITAR, não pode representar “TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA”, mas cabe bem no mesmo figurino que massacrou por 20 anos o povo brasileiro: AUTORITÁRIO E REPRESSOR. Isso demonstra que o caminho dos trabalhadores é se ORGANIZAREM SE MANTEREM INDEPENDENTES E SEM CONCILIAÇÃO COM O GOVERNO REPRESENTANTE DOS PATRÕES. (Informativo Ascór: boletim dos ecetistas de Alagoas, edição de março de 1987, p. 02)

Chama a atenção diversas frases escritas em letras maiúsculas para impressionar o leitor e deixar em evidência a posição política da ASCOR em relação ao governo federal, a justiça do trabalho (adjetivada como fascista) e ao empresariado. Esta mesma posição política tece duras críticas a setores da esquerda tidos como traidores e, segundo as lideranças da ASCOR, em acordo com um governo que, mesmo na redemocratização, reproduz a legislação repressora da ditadura militar para atacar os trabalhadores. No final, há uma ênfase na convocação para que os trabalhadores se mantenham “organizados, independentes e sem conciliação com o governo que representa os patrões”.

Além disso, percebe-se no texto um discurso forte, de posição, em sintonia com a postura do Partido dos Trabalhadores (na década de 1980) contrária a temas nacionais como Constituinte, Nova República, patronato e favorável à organização sindical dos trabalhadores. Posição política em razão de a maioria das lideranças da ASCOR ser, à época, militante no PT de Alagoas.

Retomando a questão da rotatividade da mão-de-obra nos Correios, várias das demissões deram-se por motivação política. Seja em razão da participação em greves ou por

⁶⁸ A digitação deste texto segue fielmente aos padrões do texto original conforme cópia em anexo.

simpatia ao movimento de organização sindical dos ecetistas. Nas greves de 1985, mais de 3 mil trabalhadores foram demitidos devido à adesão ao movimento grevista nacional. Em razão da rígida disciplina, das más condições de trabalho e dos baixos salários, entre janeiro e dezembro de 1986 mais de 10 mil empregados solicitaram por todo o país dispensa voluntária. Uma “voluntariedade” arraigada de pressão psicológica e sem perspectiva de ascensão profissional e salarial, fatos que deixam sob suspeita a saída “voluntária” de parte desses 10 mil trabalhadores. Ainda em 1985, funcionários “optavam” por deixar a ECT.

Alguns funcionários querem demissão e FGTS, diz ECT

A presidência da ECT – Empresa de Correios e Telégrafos – informou, no início da noite de ontem, que alguns dos funcionários demitidos por participação na última greve e cujas demissões seriam canceladas, preferiram a demissão “sem justa causa” para receber o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – e demais direitos trabalhistas. O cancelamento das demissões ocorridas nos dias 18, 19, e 21 foi prometida pelo ministro Antônio Carlos Magalhães ao negociar o final da paralisação. (*Folha de São Paulo*, edição de 30 de outubro de 1985, p. 22).

Em novembro de 1986, “a direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), através de sua assessoria de comunicação, admite os problemas, indicando ainda a evasão de funcionários para a iniciativa privada como um agravante da crise” (*Folha de São Paulo*, edição de 17 de novembro de 1986).

É possível que tal conjuntura tenha levado milhares de funcionários a pedir demissão por não suportar tanto rigor e desvalorização profissional por parte dos Correios. Continuava em gestação um clima de insatisfação e de ruptura contra uma lógica administrativa e de valores impregnados nos setores administrativos da ECT que destoavam com as intenções político-partidária e sindical de democracia nas décadas de 1980 e 1990.

Logo, a militarização da administração dos Correios não ficou reduzida à ocupação de cargos civis por militares. Mas, principalmente, pelo arraigamento de um conjunto de normas de conduta adotado com fundamento ético militar para se modernizar a estatal e legitimar o regime iniciado em 1964. Foi principalmente esse *ethos* praticado por civis, durante e após a redemocratização, que regeu as relações trabalhistas na ECT ao longo dessas duas décadas (1980-1990). A administração dos Correios demonstrou estar desprovida da habilidade necessária para compreender as transformações políticas no período e, com isso, não se conseguiu evitar os graves conflitos trabalhistas. Essa miopia para perceber as mudanças pelas quais passava o país se deu em razão da permanência, enquanto cultura, entre gestores civis,

de uma formação administrativa conduzida pelos militares ao longo da história recente dos Correios.

Os desdobramentos desses conflitos e os reflexos dessa cultura militar entre as duas décadas em estudo serão temas de nossas abordagens no segundo capítulo.

2 A ASCOR E A ORGANIZAÇÃO DE CLASSE NOS CORREIOS BRASILEIROS

No Brasil, a partir dos anos de 1930 até a década de 1980, foram surgindo embriões de organizações sindicais dos trabalhadores públicos. “No caso das empresas públicas ou de economia mista, como as ligadas aos transportes, siderurgia, mineração, petróleo e serviços financeiros, surgiram importantes organizações sindicais que tiveram papel destacado nas lutas sociais e políticas durante todo o período” (ROSALEN, 2012, p. 49/50). A tendência para o surgimento de novas entidades sindicais do setor público ocorreu em virtude do processo de industrialização brasileiro. As classes operárias, obviamente oriundas da industrialização, passaram a exigir direitos trabalhistas e a se organizar em sindicatos.

Diante do declínio do governo militar e do início da transição do regime autoritário para a democracia, como se comportariam os civis em relação aos militares? Em meio a essa interrogação, o segmento dos servidores e empregados públicos ganhava força quanto à organização sindical a partir da segunda metade da década de 1980. No caso dos Correios, a organização de classe ecetista compôs, juntamente com os trabalhadores da iniciativa privada, o núcleo duro da oposição ao governo federal a partir de 1985. Essa oposição era resultado da tendência existente no final dos anos de 1970, referente à combinação de leis restritivas à liberdade sindical, militância comunista nas fábricas e o reforço de intelectuais advindos do Partido dos Trabalhadores que influenciaram as principais lideranças de trabalhadores nos Correios. Com isso, a organização de classe ecetista começava a ser desenhada, não só em Alagoas como em outras regiões do país.

Identificar em linhas gerais as razões que levaram a essa oposição e à organização coletiva dos funcionários dos Correios em Alagoas, sob a liderança da ASCOR⁶⁹, será propósito deste segundo capítulo. Através dos boletins informativos elaborados e distribuídos pelas suas lideranças, tornou-se possível a circulação de ideias que levaram à construção do sentimento de unidade entre parte significativa desses trabalhadores, principalmente entre os carteiros, vanguarda responsável pela consolidação desse movimento sindical⁷⁰.

⁶⁹ A Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas foi a única dentre as demais associações de correio a adotar a sigla ASCOR. Outras adotaram a sigla AEECT (Associação dos Empregados da Empresa de Correios e Telégrafos) e em São Paulo a sigla era ACETESP – Associação dos Funcionários dos Correios e Telégrafos no Estado de São Paulo.

⁷⁰ Atendentes comerciais e operadores de triagem e transbordo, mesmo com menor participação, também contribuíram com o surgimento e desenvolvimento do movimento sindical nos Correios.

Num contexto em que não valia a pena apostar na ditadura — isto não significava um controle dos civis sobre os militares — mas uma situação intermediária, uma democracia tutelada onde segundo Zaverucha (1994, p. 163), os civis governavam, mas permitiam que os militares mantivessem enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado, em troca da garantia de que não haveria golpe. Até porque,

A história da política nacional após 64 (sessenta e quatro), está marcada pela passagem de uma forma de dominação da burguesia da ditadura militar para uma democracia burguesa tutelada pelas Forças Armadas. Esta mudança foi provocada por diversos fatores: um acúmulo histórico das lutas populares; a crise política e econômica enfrentada pela burguesia diante do esgotamento do padrão de acumulação baseada no financiamento externo; e pelo esgotamento do modelo político de dominação. Este processo mostrou no seu momento a força da burguesia e as debilidades do movimento operário e sindical em ter iniciativas políticas de grande amplitude. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 01)

Na década de 1970, identifica-se uma reação para superar essas debilidades do movimento operário e sindical. No caso dos Correios, na primeira metade da década de 1980, a coerção direta praticada pela ECT sempre em sintonia com as orientações advindas do governo federal, principalmente no que se refere às questões econômicas e nas relações de trabalho, despertaram sentimentos de insatisfação entre os ecetistas e acabaram contribuindo na organização de classe na estatal. Sinal de que setores da classe trabalhadora já vinham encenando mudanças para superar essas debilidades do movimento sindical por meio de iniciativas políticas de grande amplitude.

Analisando esse contexto histórico, este capítulo propõe-se a partir de uma perspectiva nacional, expor a trajetória, os avanços, os dilemas e desafios dos trabalhadores dos Correios em Alagoas entre 1985 e 1989, época em que se desenvolveu o movimento sindical ecetista por todo o Brasil.

2.1 Antecedentes históricos: a fundação da CUT

As greves de 1978 e 1979, patrocinadas pela organização das comissões de fábrica, levaram os trabalhadores a pensar na criação de uma central sindical que tivesse a função de coordenar as ações sindicais. Orientados pelo sindicalismo de discurso combativo que posteriormente se transformaria num sindicalismo de resultados sob a liderança de Luiz

Inácio Lula da Silva⁷¹, havia o propósito de se romper com a estrutura sindical varguista pelo discurso da autonomia e liberdade dos sindicatos classificados pelas lideranças como autênticos⁷².

Em 1980, o Encontro das Oposições Sindicais e o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical resultaram na articulação inicial para a criação de uma central de sindicatos. No mesmo ano, outros encontros como os de João Monlevade (MG) e São Bernardo (SP) definiram os princípios comuns e os fundamentos do “novo sindicalismo”. Nestes dois últimos, discutiram-se os princípios ligados à democratização da estrutura sindical, como o fim da CLT, a instituição de contrato coletivo de trabalho, a liberdade e autonomia sindical. Também se determinou a distinção entre luta sindical e luta partidária, defendeu-se a prática sindical não só nos locais de trabalho, mas também nos bairros e outros espaços, pregando a unificação dos movimentos populares e o sindicalismo num conjunto que hoje entendemos como movimentos sociais.

Juntamente com o debate sobre a criação de uma central sindical, foi defendida a necessidade de fundação de um partido político. A ideia era a de uma grande organização popular que aglomerasse sindicatos, pastorais, organizações de bairros, associações de trabalhadores urbanos e rurais etc. Entretanto, tal propósito esbarrava com os limites da criação apenas de uma central sindical, pois esta reuniria somente sindicatos, federações e confederações.

De qualquer modo, ainda em 1980 fundou-se o Partido dos Trabalhadores – PT⁷³. No bojo dessas discussões, seus articuladores, os mesmos responsáveis pelo surgimento do partido, conduziram à fundação da tão esperada central sindical, definindo seu surgimento e

⁷¹ Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (1975-1981).

⁷² A emergência de uma classe operária organizada e combativa não se deu apenas pelas greves de 1978 e 1979, ou simplesmente pelas ações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Deve-se levar em conta a atuação dos militantes cristãos no movimento operário e sindical e sua influência na formação do novo sindicalismo.

⁷³ Segundo Luis Inácio Lula da Silva, a ideia de se criar um partido dos trabalhadores surgiu quando de sua ida à Brasília, em 1978. Chegando a Capital Federal, Lula afirma que se deu conta de que no Congresso Nacional havia apenas dois parlamentares originários da classe trabalhadora: Benedito Macedo (metalúrgico de São Caetano e ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista) e Aurélio Peres, membro do PCB/SP. Logo, percebeu que os problemas da classe trabalhadora não seriam resolvidos no centro do poder se não houvesse parlamentares trabalhadores para se encaminhar as questões de interesse dos trabalhadores. Quanto a falar publicamente sobre o assunto, Lula disse que somente ao participar do Congresso dos Petroleiros na Bahia, em 15 de fevereiro de 1978, no Hotel Bahia, diante de Fernando Henrique Cardoso e Almir Afonso que estavam no Congresso como debatedores, foi que falou pela primeira vez publicamente sobre a necessidade de se criar o PT. A partir disso, em 1979 surgiu o Movimento Pró PT que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores em 10 de fevereiro de 1980 (Vídeo 1º Conclat/30 anos depois Lula relembra a 1ª Conclat/São Paulo: CUT, 2011)

sua linha de atuação. Esses articuladores, lideranças sindicais, além dos teóricos marxistas, serviram de quadro para o Partido e para a futura Central Única dos Trabalhadores.

Em 1981, o processo de criação da CUT acirrou as divergências no sindicalismo brasileiro havendo uma polarização na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – I CONCLAT⁷⁴, realizada em Praia Grande (SP), entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981 e que foi parcialmente contornada com a criação da Comissão Nacional Pró-CUT. Os trabalhadores de Alagoas estiveram representados nesta Comissão por Arlindo Vitalino da Silva (membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas). Antes dele, outro alagoano, Carlos de Jesus Pompe (membro do Sindicato dos Radialistas de Alagoas), fez parte da Comissão Executiva Nacional da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, composta em 21 de março de 1981 durante a Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais, realizada no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de São Paulo (Vídeo: 30 anos depois Lula relembra a 1ª Conclat/São Paulo: CUT, 2011).

Entretanto, apesar da Comissão Nacional Pró-CUT, os conflitos existentes impossibilitaram a convocação do congresso em 1982 sob a alegação de ser ano eleitoral. Contudo, havia outras divergências, como o perfil da central, a contribuição sindical, convocação de greve geral, o que já acenava para a diferença de concepções políticas e doutrinárias em torno das mais diversas formas de pensamento sobre o sindicalismo.

Não havendo consenso, em 28 de agosto de 1983, a I CONCLAT reunindo 5.059 delegados de 912 entidades, representando 12.192.849 trabalhadores⁷⁵, deliberou pela criação da Central Única dos Trabalhadores. Entre as principais reivindicações no campo sindical constavam o direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical e o reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores. Para Costa (2000, p. 26), a

⁷⁴ Nesse mesmo ano (dias 1, 2 e 3 de maio de 1981), em Alagoas, os sindicatos dos Urbanitários, Jornalistas, Radialistas, Metalúrgicos, Trabalhadores de Hotelaria, Enfermeiros, Trabalhadores da Construção Civil, Bancários, Trabalhadores Rurais dos municípios de Capela, Cajueiro, Carneiros, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Viçosa e Flexeiras, além da ADUFAL e alguns outros, resolveram no I Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (I ENCLAT) organizar a Intersindical visando a organização autônoma dos trabalhadores depois do golpe de 1964 (CARVALHO, 1993, p. 26).

⁷⁵ O total de entidades estava distribuído da seguinte forma: 355 sindicatos urbanos; 310 sindicatos rurais; 99 associações de funcionários públicos; 134 associações pré-sindicais; 5 federações; 8 entidades nacionais e 1 confederação. A participação foi maior que na I Conferência de 1981 (5036 delegados). A participação do campo quase duplicou em número de delegados, apesar da ausência da CONTAG e das 23 federações do campo (1658, contra 916 em 1981). Os trabalhadores do setor público se juntaram aos trabalhadores do setor privado com uma participação três vezes maior: 483, contra 145 em 1981. A grande ausência foi das confederações e das federações: 68, contra 206 em 1981 (Cadernos de Formação Sindical: formação de dirigentes – organização e representação sindical de base – módulo II – O novo sindicalismo e a formação da CUT. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Sindical da CUT).

CUT se apresentou como a sucessora do sindicalismo classista, praticado por organizações nacionais de trabalhadores, como: a Central Operária Brasileira – COB, fundada em 1906, a Confederação Geral do Trabalho no Brasil – CGTB (1929), entre outras confederações.

No mesmo período, ocorreu o surgimento de novas associações de trabalhadores do serviço público inspiradas nesse “novo modelo sindical”, a exemplo da criação em 19 de abril de 1985, da Associação dos Empregados dos Correios – ASCOR. No cenário nacional, ainda em 1986, os sindicalistas que por divergências não participaram da fundação da CUT, fundaram outras centrais sindicais, a exemplo da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que, segundo Santana (2003, p. 293), “tendo em vista a tensão entre suas forças componentes, dará origem ainda à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988, e, posteriormente, à Força Sindical, em 1991.” Estas, em suas pautas de reivindicações e planos de lutas, não ensejaram a greve nem o fim da unicidade sindical. Mas, pregavam o sindicalismo de resultados e defendiam a economia de mercado, adotando uma postura anticomunista e se opondo a CUT e a setores de esquerda dentro da CGT⁷⁶.

Um ano após a sua fundação, a CUT aprovou em seu I Congresso Nacional uma resolução sobre a questão sindical de título “Por uma Nova Estrutura Sindical.” Essa resolução pedia o avanço na elaboração de uma nova estrutura sindical de acordo com o caminhar das lutas apontando para a velha estrutura anti-trabalhadores. Não ficaram de fora o caráter classista e de luta dos sindicatos; a ação sindical de combate à exploração no campo e na cidade; a liberdade e autonomia sindicais; as eleições sindicais livres e diretas e a abolição das formas impostas de sustentação financeira.

Portanto, a CUT surgiu em conjunto com uma ampla junção de correntes em meio a greves, passeatas e mobilizações contra o regime ditatorial. Os trabalhadores de Alagoas estiveram representados na direção nacional, eleita em 28 de agosto de 1983, por José Adelmo dos Santos (Sindicato dos Radialistas de Alagoas) e Pedro Luiz da Silva (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas), ambos na condição de membros efetivos.

Entretanto, apesar da efervescente criação de centrais sindicais nos anos de 1980,

⁷⁶ Quanto a Força Sindical, essa central foi criada a partir do grupo de sindicalistas que animou o chamado “sindicalismo de resultados” na década de 1980, nasceu no início do governo Collor, contando com o apoio político e financeiro desse governo e de grandes empresários. A maioria dos sindicalistas que a lideraram integraram o grupo de sindicalistas pelegos, isto é, governistas na década dos governos neoliberais (BOITTO JR., 2002, p. 66)

A estratégia sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mudou com a adoção da linha sindical denominada propositiva. Mas todas essas mudanças no cenário sindical não afetaram, até o presente, a organização institucional do sindicalismo brasileiro. Esta continua baseada no sindicato oficial reconhecido pelo Estado, na unicidade sindical, na fragmentação dos trabalhadores em sindicatos de categoria e de base municipal, nas taxas sindicais obrigatórias impostas a todos os trabalhadores do mercado formal, inclusive os não-sindicalizados, e na tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa dos sindicatos (BOITTO JR., 2002, p. 59/60)

Quanto a CUT Alagoas, esta foi fundada seis anos após a CUT Nacional, em Congresso de Fundação, ocorrido nos dias 27, 28 e 29 de julho de 1989⁷⁷, na Rua Pedro Monteiro, S/Nº, Centro de Maceió. Cento e trinta delegados participaram do Congresso representando cerca de dezoito categorias (catorze sindicatos e quatro oposições sindicais). A diretoria dos trabalhos ficou assim constituída:

Presidente: Paulo Fernandes dos Santos

Secretário: Joaquim Antônio de Carvalho Brito

Secretário Adjunto: Alcides Pacheco de Oliveira

A primeira diretoria da CUT/AL eleita no Congresso de Fundação, em chapa única, foi composta pela Direção Estadual constituída por vinte e um membros efetivos e seis membros do Conselho Fiscal; e Direção Executiva Estadual constituída por onze membros efetivos que seguem:

Presidente: Analista de Sistemas José Evaldo Lino Moreira, diretor do Sindicato dos Urbanitários;

Vice-Presidente: Analista Químico Tácito Yuri de Melo Barros, presidente do Sindicato dos Químicos;

Secretário Geral: Técnico Operador de Produção Alcides Pacheco de Oliveira, delegado do Sindicato dos Petroleiros;

Primeiro Secretário: Técnico em Química Iaênes Ferreira de Amorim, diretor do Sindicato dos Químicos;

⁷⁷ A CUT Nacional tinha quase 2 mil sindicatos filiados em 1989, representando 8 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos, o que fez dela a instituição virtualmente hegemônica no mercado sindical brasileiro. Entretanto, cabe observar que apesar de sua legitimidade e poder social, a CUT ou qualquer outra central sindical não tem poder de negociação de acordos coletivos. Legalmente isso é uma prerrogativa dos sindicatos de base (CARDOSO, 2003, p. 38).

Tesoureiro: Carteiro Luís Carlos Bastos da Rocha, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas;

Primeiro Tesoureiro: Artífice Mecânico Isaac Romão da Silva, presidente do Sindicato dos Ferroviários;

Secretário de Formação: Eletrotécnico Paulo Fernando dos Santos, presidente do Sindicato dos Urbanitários;

Secretário de Política Sindical: Jornalista Adelmo dos Santos, presidente do Sindicato dos Jornalistas;

Secretária de Imprensa e Divulgação: Jornalista Isabel Cristina Série, delegada de base da FENARJ;

Secretário de Política Social: Funcionário Público Federal José Ronaldo Medeiros, vice-presidente do Sindicato da Previdência e Saúde;

Diretor Executivo: Funcionário Público Estadual José Nivaldo Cardoso Mota, presidente da Associação dos Funcionários da Secretaria da Fazenda.

Entretanto, o movimento para a fundação da CUT em Alagoas já vinha acontecendo desde 1983 a partir do III ENCLAT (Encontro Estadual da Classe Trabalhadora) organizado pela Intersindical. Antes do término dos trabalhos, esse encontro dividiu-se quando representantes dos sindicatos dos Jornalistas, Radialistas, Urbanitários, Construção Civil, Condutores Rodoviários Autônomos, Engenheiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anadia, entre outros, retiraram-se do plenário denunciando manobras do PCdoB quanto ao registro de entidades e controle de delegados (CARVALHO, 1993, p. 26). Esses sindicatos formaram a Frente Sindical que escolheu os delegados para a formação da CUT nacional em 1983 e em 1989 a CUT Alagoas. Ainda segundo Cícero Péricles de Carvalho (1993, p. 26/27) “Os sindicatos que permaneceram no III ENCLAT [alinhados ao PCdoB] liderados pelo Sindicato dos Médicos, escolheram os delegados ao I CONCLAT e formaram a CGT em Alagoas.

No final da década de 1980, o funcionalismo público e as empresas estatais compunham a segunda maior força no interior da CUT (CARDOSO, 2003, p. 37). Utilizando-se desse capital político, do qual os trabalhadores da iniciativa privada também faziam parte, a Central foi reconhecida, pelo menos por boa parte das representações de trabalhadores, como instrumento adequado de pressão.

2.2 Os Movimentos Sociais e a luta pela democracia no governo Sarney

Nas décadas de 1970 e 1980, setores organizados da sociedade brasileira lutaram contra a ditadura militar almejando o reestabelecimento da democracia. Defendia-se a participação popular no pleno exercício dos direitos básicos a educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação, direitos políticos, transporte público, entre outros.

Os desejos democráticos afluíam nas manifestações de rua e nos esforços para reformar as instituições políticas e estabelecer uma nova cidadania⁷⁸. Os sindicatos, as comissões de fábrica, as pastorais sociais, as greves do setor público “foram espaços de socialização política nas quais se forjou um novo sentido de cidadania e um forte sentimento de solidariedade entre os excluídos, que acabou por pautar os rumos da transição” (Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014).

Estava se forjando entre os trabalhadores a ideia da “participação de baixo para cima”, do “povo como sujeito da própria história”. Os trabalhadores dos Correios estavam atentos a esse movimento. O ponto de partida veio do estado de São Paulo, lugar das primeiras manifestações coletivas desta categoria e forte referencial para as demais unidades da Federação. Por toda a década de 1980, em razão do novo momento político pela redemocratização, os movimentos sociais foram se tornando mais diversificados e complexos, gerando novas estruturas de mobilização cujo foco estava na articulação das lutas.

“O número de sindicatos cresceu perto de 50% até 1989. O orçamento global das instituições oficiais e não-oficiais chegava perto de um bilhão de dólares. Este dinheiro financiou a ação de mais de 10 mil sindicatos, representando 18 milhões de trabalhadores em mais de 30 mil negociações coletivas por todo o país.” (CARDOSO, 2003, p. 34). Além dos sindicatos, outras instituições ligadas aos movimentos sociais também surgiram no período. Eis algumas delas: Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) – 1980; Articulação

⁷⁸ A nova cidadania trabalha com uma “redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos”. Não se limita às conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos; mas “inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e de sua prática concreta”. É “uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima”, cujo foco está na “difusão de uma cultura de direitos” no conjunto das relações sociais. O que está em jogo não é apenas a inclusão no sistema político, mas o “direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (Dagnino, 1994 *apud* Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014.)

Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) – 1980; Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) – 1981; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) – 1982; Central Única dos Trabalhadores (CUT) – 1983, entre muitos outros. (Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014, p. 21).

As associações dos trabalhadores dos Correios, criadas a partir de 1985 em diversos estados brasileiros, cerraram fileiras junto a esses movimentos sociais no processo de consolidação da democracia no Brasil. Sua força entre os trabalhadores encontrava-se em fase embrionária durante a campanha pelas Diretas Já, (1983 e 1984) e passou a adquirir importante desenvolvimento entre 1985 e 1988, período em que também ocorreram as discussões pela Constituinte. Essa rearticulação da sociedade civil e a união das forças políticas de oposição incutiram na cabeça das lideranças ecetistas, e, por conseguinte, em diversos trabalhadores dos Correios, a urgente organização de classe em meio à necessidade de participação de todos nas decisões sociais e políticas do país. Carteiros e outros segmentos de trabalhadores postais passaram a acreditar que, organizados, poderiam promover mudanças nos Correios.

Para Gohn (1995), a década de 1980 foi o período mais repleto de movimentos e lutas no Brasil, devido à intensa movimentação social, às mudanças na conjuntura política e econômica e pela dimensão dos problemas sociais. As lutas tomaram características de agitação popular, com greves e saques ao comércio, demonstrando o descontentamento da sociedade e a necessidade de mudança. (GOHN, 1995 *apud* ROSTOLDO, 2014, p.78)

O descontentamento salarial e as más condições de trabalho, aliados ao rígido modelo administrativo nos Correios levaram os trabalhadores ao sentimento de mudança. A organização de classe e as mobilizações dentro da ECT foram, ao final, reflexos das intensas manifestações sociais ocorridas nos anos de 1980 que, de modo geral, lutavam não apenas por melhorias econômicas, mas por melhores condições de vida, por liberdade e democracia. (ROSTOLDO, 2014, p. 78)

Entretanto, sem desconsiderar outros fatores relevantes aqui apontados, é inegável que o movimento de classe nos Correios teve como grande elemento propulsor de sua organização sindical as questões econômicas do período em análise. Sem qualquer aspecto determinista, pode-se afirmar que devido às reivindicações salariais, as críticas às políticas econômicas no

governo Sarney pautaram-se pelas carências de sobrevivência imediata dos ecetistas e de seus dependentes - uma vez que os salários eram considerados baixos para atender às necessidades básicas daqueles trabalhadores. Na filmagem amadora “Os heróis da Praça da Sé”, realizada durante a greve dos trabalhadores dos Correios de São Paulo, entre julho e agosto de 1988, em pleno governo Sarney, cujo ministro das Comunicações era Antônio Carlos Magalhães⁷⁹, pode-se colher alguns depoimentos que denunciam as péssimas condições salariais nos Correios. Seguem abaixo:

É inadmissível uma empresa do porte da ECT manter esse salário de fome, como ela vem mantendo para a categoria. (Primeiro relato - trabalhador dos Correios, provavelmente carteiro, sem identificação).

O leite eu não consigo comprar. Os dois [filhos pequenos] estão tomando chá. Eu vou num mercado com a minha filha, ela pede um danone... eu não posso comprar. O que é que eu faço? Ela chora por causa de um danone, o que é que eu faço? Eu bato, eu bato. Isso não é uma injustiça, eu bater na minha filha porque eu não posso comprar um danone? Porque o dinheiro só dá pra comprar arroz e feijão. Quando dá. (Segundo relato - possivelmente de esposa de carteiro com criança de colo, sem identificação).

Não é fácil a vida de um carteiro. Trabalha o dia inteiro, anda 30, 40 quilômetros por dia com uma mala de 15 a 20 quilos nas costas e quando chega no final do mês, muitas vezes o salário que recebe não dá nem pra pagar o aluguel. É impossível continuar trabalhando ganhando um salário desse. Onde trabalhadores que nem nós, os ecetista, trabalhamos durante o mês inteiro e chega no final do mês e passa fome. A administração dessa empresa... uma administração corrupta, incompetente e é por esse motivo que estamos nesse movimento grevista. É por esse motivo que estamos aqui nessa greve há 25 dias, porque nós somos o carro chefe dessa empresa, nós que realmente transportamos essa empresa nas costas e estamos passando fome. Estamos vivendo num estado de miséria. Estamos vivendo muitas vezes em lugares que nem rato gostaria de viver. Infelizmente essa é a verdade, gente. O

⁷⁹ Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (Salvador, 4 de setembro de 1927 — São Paulo, 20 de julho de 2007) foi um médico, empresário e político brasileiro com base eleitoral na Bahia, estado que governou por três vezes (duas vezes foi nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), além de ter sido eleito senador em 1994 e em 2002. Egresso da UDN, ARENA e PDS, teve o PFL/DEM como sua última agremiação partidária. Era conhecido pelo acrônimo ACM.

senhor Edson Gomin, particularmente, nos desafiou, nos chamou de moleque. Mas, nós não somos moleques. Somos homens trabalhadores, somos pais de família. E é por isso que estamos sustentando essa greve durante 25 dias. É por isso que estamos nessa batalha, gente. É a batalha contra a fome, é a batalha contra a miséria. É a batalha contra o desespero de ver muitas vezes a sua família pedir um prato de comida e você não poder oferecer. Ver a sua filha lhe pedir um danone e você não poder dar. É por isso que estou nessa greve, particularmente, e tenho certeza que todos os nossos demais companheiros que aqui estão. Essa é a mensagem que eu queria deixar nesse momento para vocês. (Terceiro relato - carteiro 1 fardado, sem identificação)

Com o salário de 20 mil cruzados não tá dando pra me manter minha família. E nós estamos aqui também pedindo a população... (conclusão da frase incompreensível) (Quarto relato - carteiro 2, fardado sem identificação)

[...] Nós não vamos nos quebrar com a ameaça de fome que querem nos fazer. Porque nós sabemos que a ameaça de fome não [frase incompleta]... mas, nós sabemos que a fome concreta vai existir se voltar a trabalhar sem aumento de salário, porque com 25 mil cruzados, com 21 mil cruzados de salário é fome no duro e fome não dá pra passar mais. E pra não passar fome, nós temos que continuar em greve pra arrancar aquilo que é nosso e nos é de direito. Então, companheiros... (plenária interrompe com continuados gritos de a greve continua, a greve continua, a greve continua!!!) (Quinto relato - liderança discursando para a plenária na Praça da Sé, sem identificação)

Deste modo, a escalada grevista nos Correios teve como principal causa a política de arrocho salarial mantida pelo governo Sarney. Entretanto, é importante dizer que, durante a década de 1980, a organização de classe ecetista não buscava unicamente melhorias salariais. Também clamava por democracia na empresa e pela valorização dos funcionários de base, restritos em sua maioria às atividades elementares e sem perspectivas de ascensão profissional. Nos temas nacionais, polarizavam-se as discussões e reivindicavam-se participação política e vida democrática no país. A ASCOR emitiu opinião sobre a participação nas discussões políticas em texto de setembro de 1986.

A ASCOR pode ou não fazer política?

Constantemente os dirigentes da nossa Associação são acusados de estarem “fazendo política”. Essa espécie de terrorismo que se alimenta da desinformação deve ser repudiada. Em primeiro lugar toda e qualquer luta que objetive a conquista de melhores condições de vida é em suma uma luta política. Uma luta política que nasce da nossa exigência aos patrões e ao governo para fazer respeitados os nossos direitos. Em segundo lugar fazer política não é privilégio de uns poucos dominantes, até porque se queremos mudar algo, essa mudança passa pela luta política. Na verdade o que os donos do poder querem é nos ver longe da política. E estaremos longe da política deles marcada pelo vício da corrupção. Mas faremos sim uma política nova e diferente, baseada nas nossas dificuldades, nos nossos problemas e nas nossas lutas que objetiva hoje a conquista das nossas reivindicações, e no futuro a construção de uma nova sociedade. (Informativo ASCOR, setembro de 1986, p.03)

Nesse debate pela participação política, a ASCOR defendia a discussão sobre a Constituinte com os ecetistas e polarizava o tema entre patrões e trabalhadores.

Constituinte?!

Os patrões querem estar lá para fazerem as leis que interessam a eles. E as leis que defendem os interesses dos patrões não são contra nós trabalhadores? Eles querem mais terra, mais bancos, mais industrias, continuar pagando salário de fome, demitir na hora que quiserem, explorar e matar impunemente... tudo isto protegidos por leis que eles querem fazer. E nós?. Vamos votar em patrões e seus aliados? . que tal começarmos a discutir em grupo a constituinte?. (Informativo ASCOR, agosto de 1986, p. 04)

Alguns desses textos vinham ilustrados com charges para facilitar a compreensão do leitor e chamar sua atenção para o debate. Os favoráveis à participação política da ASCOR sobre temas da Nova República justificavam a ideia por acreditar na possibilidade de discutir e encaminhar bandeiras de luta da categoria, a exemplo da estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 40 horas, direito de greve, salário justo, entre outras reivindicações.

Transcender as questões econômicas era uma tendência na época. Os movimentos sociais populares na década de 1980, no Brasil, não buscaram unicamente melhorias econômicas, mas clamavam por “[...] democracia de base e direta e pela ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social” (DOIMO, 1995 *apud* ROSTOLDO, 2014, p. 79).

O povo tornou-se capaz de se opor ao autoritarismo político e à repressão social, ao mesmo tempo em que reivindicava mudanças e melhorias sociais (ROSTOLDO, 2014, p. 82).

A organização de classe nos Correios seguiu essa tendência por direitos políticos, pois suas lideranças acreditavam que, sem instituições políticas fortes e democráticas, o país não se transformaria. Pelas greves, também se buscou abrir brechas no pacto das elites⁸⁰ pela redemocratização e, com isso, assegurar aos movimentos sociais a cidadania política.

Figura 1 – Constituinte?



Fonte: Informativo ASCOR, agosto de 1986, p. 04.

Nessa conjuntura, na qual a corrente do “novo sindicalismo” defendia a ideia de que os sindicatos deveriam deixar a tutela do Estado⁸¹ para a efetiva ação política, as lideranças da ASCOR passaram a inserir nos temas econômicos a participação política e democrática nas discussões nacionais enquanto bandeiras de luta dos movimentos sociais. Professores, médicos, motoristas, funcionários públicos, engenheiros, bancários e várias outras categorias também protestaram contra os baixos salários e as demissões em massa. As reivindicações por salários dignos, estabilidade no emprego e reconhecimento da organização sindical no local de trabalho também foram bandeiras de luta inerentes a diversas categorias de trabalhadores.

⁸⁰ Refiro-me ao pacto estabelecido entre as elites políticas e econômicas com as forças armadas para a redemocratização do Brasil, onde o povo e os movimentos sociais não teriam participação direta.

⁸¹ Durante o Regime Militar, “o controle da classe trabalhadora pautou-se por forte coerção sobre os sindicatos, quando não por intervenções diretas e prisão ou assassinato das lideranças” (Direito à Memória e à Verdade, 2007, p. 20)

2.3 Origem de uma organização de classe

A luta contra a grande exploração do trabalho (estampada nas ações contrárias ao arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. (ANTUNES, 1991, p. 15). Esta ação influenciou direta ou indiretamente outros movimentos de classe que surgiam pelo país em meio à conjuntura econômica na qual a riqueza do Brasil, na segunda metade da década de 1980, apresentava a seguinte distribuição: “20% do topo da população ficavam com mais de 60% da renda do país, enquanto os 40% de baixo recebiam 10% ou até menos.” (*UN World Social Situation*, 1984, p. 84 *apud* HOBSBAWM, 1995, p. 334).

No aspecto político-administrativo, “com a passagem do governo militar para um civil após vinte anos, de fato se nota, na composição ministerial, uma completa desmilitarização. Isto é, sob José Sarney, não se encontra nenhum militar ocupando postos ministeriais civis.” (MATHIAS, 2004, p. 81). A autora reforça essa ideia afirmando que

A despeito, portanto, de os governos José Sarney e Fernando Collor terem promovido uma *desmilitarização* da burocracia do sistema brasileiro de comunicações, mediante nomeação de civis para cargos importantes, é possível perceber que houve continuidade no tratamento das demandas e, em consequência, nas decisões implementadas, o que aponta para a existência de uma cultura interna à burocracia que extrapola a necessidade da presença militar. (MATHIAS, 2004, p. 146)

Mathias, portanto, aponta que mesmo com a ausência física dos militares nos cargos civis, o presidente José Sarney, ex-presidente do PDS, partido profundamente identificado com o governo militar de 1979 a 1984 e que se opusera a qualquer emenda que favorecesse as eleições diretas (ZAVERRUCHA, 1994, p. 170), permaneceu subserviente ao estamento militar em todo o seu governo. Para Maciel (2012, p. 85), o presidente da Nova República era um egresso dos quadros de apoio à Ditadura Militar. Fato que se confirma com a continuidade, pelos civis, da influência administrativa das Forças Armadas na burocracia estatal, fato corriqueiro nos Correios. De modo que, enquanto estratégia dos grupos dominantes, deixou de haver em maior intensidade a necessidade de permanência da presença física militar nos relevantes cargos civis do governo federal. Até porque,

Durante a crise da Ditadura Militar, a direção política do bloco no poder foi assumida por um bloco de forças políticas em que os militares exerciam muito mais um poder de veto do que propriamente um poder de proposição e encaminhamento, o que permitiu a metamorfose do cesarismo militar em tutela militar na Nova República. Esta situação permitia aos militares preservar a condição de ator político relevante e exercer o papel de reserva repressiva estratégica do bloco no poder diante da eventualidade da radicalização política por parte das classes subalternas, mas não lhes permitia dar a direção política do governo e da aliança política que o sustentava. (MACIEL, 2012, p. 25/26)

Apesar da saída física dos cargos civis, as Forças Armadas estiveram de prontidão e monitorando todo o processo político no governo Sarney. Tanto é que o presidente não hesitou em fazer uso dessa reserva repressiva diante do agravamento do quadro econômico brasileiro em razão do afundamento do Plano Cruzado e das reações populares quando a CUT e a CGT convocaram uma grande manifestação em frente aos prédios dos ministérios. O protesto terminou em violentos distúrbios, e Sarney convocou a Polícia Militar e forças do exército, incluindo tanques, para restabelecer a ordem (*Veja*, 3 dez. 1986 *apud* ZAVERUCHA, 1994, p. 183). Mais ainda,

Em dezembro, diante da ameaça de uma greve geral, Sarney convocou forças do exército e da marinha. Pela primeira vez desde 1968, tanques cruzaram a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, com o objetivo de controlar posições estratégicas, como a refinaria de Volta Redonda. A marinha controlou os portos de Santos e Rio de Janeiro. Com o tempo, Sarney desenvolveria o hábito de chamar os tanques, em vez da polícia, para atemorizar grevistas (ZAVERUCHA, 1994, p. 183).

Entretanto, no tocante à economia, a CUT Alagoas nas resoluções do 3º CONCUR, avaliava o Plano Cruzado e o movimento sindical da seguinte forma:

O Plano Cruzado (fevereiro de 1986) provocou um forte impacto no movimento operário e sindical: várias campanhas sindicais que se constituíram no avanço mais significativo do movimento dos anos anteriores foram esvaziadas. As greves perderam o potencial de generalização demonstrado no período anterior, restringindo-se por muito tempo à luta por local de trabalho, no máximo, por categoria. Os eixos da luta sindical perderam seu caráter ofensivo (no sentido de demandas e reivindicações que avançam em relação ao já garantido na luta) e assumiram um caráter defensivo de direitos ameaçados ou efetivamente revogados pela política do governo. Consequentemente essas lutas perderam fôlego e capacidade de polarização política na conjuntura, sendo mais assimiladas e canalizadas pelo governo e pela burguesia. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 03)

O uso das forças armadas continuaria em março de 1987 para intervir contra cerca de 60 mil trabalhadores das refinarias de Duque de Caxias (RJ) e de Paulínia (SP) que exigiam 94% de aumento salarial em tempos de inflação de 19% ao mês.

A popularidade de Sarney atingia seu nível mais baixo. No início de julho de 1987, oitocentos soldados armados de metralhadoras tiveram que proteger o presidente contra insultos e apedrejamento, durante uma missa na catedral de Brasília. Dois dias depois, foram convocados 1200 soldados, além da Polícia Militar e da Polícia Federal, para salvaguardar o presidente da ira popular, numa visita ao Acre (*Veja*, 8 jul. 1987).

Porém, apesar do pessimismo quanto às coletivas ações sindicais, a CUT Alagoas reconhecia que

As greves do funcionalismo e dos trabalhadores das estatais no segundo semestre de 1988, a luta dos metalúrgicos de Volta Redonda, as ocupações de terras organizadas pelo movimento dos trabalhadores Sem-Terra em diversos estados, (além da participação nesses movimentos dos sindicatos progressistas e das federações no campo da CUT) e o assassinato do companheiro Chico Mendes, foram fatos que marcaram profundamente a conjuntura e que tiveram desdobramentos políticos de relevância. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 03)

O avanço do movimento sindical a partir de 1988 contribuiu para o aprofundamento da crise no governo Sarney. Partidos políticos, a exemplo do PT, adquiriram grande crescimento eleitoral nas eleições municipais de 1988 e contribuiu para uma maior adesão a greve geral de março do mesmo ano. No campo trabalhista, as mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, a exemplo da Lei de Anistia, da volta do multipartidarismo, dos planos econômicos, do movimento das Diretas Já, e da Constituinte, influenciaram sobremaneira as relações de trabalho por todo o Brasil. “O movimento sindical impôs-se, a partir de então, como o único interlocutor dos assalariados capaz de negociar e reivindicar pautas de âmbito nacional. E as ações grevistas ampliadas consolidaram esta tendência.” (ANTUNES, 1991, p. 30/31).

A CUT Alagoas passou a conclamar os membros dos movimentos sociais para participar dos novos governos, mas com a advertência para o não atrelamento. Leia o posicionamento oficial da Central:

A vitória eleitoral da esquerda [novembro de 1988] levanta contra ela uma série de provocações, ameaças, sugestões de golpe. Tenta-se intimidar os novos eleitos, colocá-los na defensiva, exigindo deles uma rápida solução para os problemas que não foram enfrentados pela ditadura, pela chamada transição democrática (...) A participação dos membros do movimento social organizado nesses novos governos não deve implicar em **atrelamento** (...) **Esse erro não podemos cometer.**

“A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido e **manterá sempre sua independência em relação ao poder do Estado e sua autonomia frente aos partidos políticos.**” (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 14) (Grifo nosso)

Nos Correios, as lideranças sindicais vinculadas ao PT e em oposição aos partidos de direita, oficialmente adotavam o discurso da autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos. Posicionamento que sofreu grande reviravolta a partir de 2002, mas que neste texto não nos cabe analisar.

Em meio ao processo da redemocratização do país, a relação capital/trabalho na ECT passou a ser fortemente acirrada em razão da mudança de seu perfil produtivo para o de empresa pública de regime privado⁸². Esse perfil, ao longo da década de 1980 foi alimentado pela péssima política salarial e de ascensão profissional gestadas nas diretrizes político-econômicas do governo federal, impulsionando os trabalhadores dos Correios à organização sindical por todo o país. Realidade que culminava com greves que se voltaram contra a dilapidação salarial e o crescente empobrecimento e pauperização dos ecetistas.

Das greves plebiscitárias do ABC paulista em 1979/80 ao confronto de Volta Redonda em 1988; e da greve geral dos bancários de 1985 à greve geral nacional em março de 1989, todas tiveram como motivação primeira a reposição salarial, a luta contra a subtração e a degradação dos salários ou, no caso das greves gerais, dos decretos que arrojavam ainda mais os salários. (ANTUNES, 1991, p. 33)

Nesse contexto, o impedimento jurídico de se fundar sindicatos⁸³ levou os trabalhadores dos Correios a se organizar em associações de cunho combativo, contrárias às já referidas questões político-econômicas ocorridas na primeira metade da década de 1980 e relacionadas à Nova República, à Constituinte, às demissões de trabalhadores, ao arrocho

⁸² Esse perfil começou a ser implantado em 1969 quando os Correios deixaram de ser um Departamento ligado ao Ministério das Comunicações e passou a ser uma empresa pública de caráter privado regida pela Consolidação das Leis do Trabalho e subordinada ao mesmo Ministério.

⁸³ Proibido pelo Artigo 566/43 da CLT, o Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos – Sintect-AL – só pode ser fundado em 10 de novembro de 1988 após o advento da Constituição de 05 de outubro de 1988.

salarial e outras mais. O movimento sindical na ECT deu publicidade a estas questões quando em boletim informativo de 1986 indagava aos trabalhadores:

Quem não se lembra que a ECT/DR-AL no período de 78/84 foi recordista de demissões? E as punições? Suspensões covardes que não obedeciam qualquer critério. Quem não se lembra do companheiro MÁXIMO FIEL, que morreu entregando telegramas por e tar proibido de ir ao médico?!!!

E nada mudou na ECT com a “nova república”. Continua tudo a mesma coisa para todos os trabalhadores do País: ARROCHO SALARIAL, FOME, DESEMPREGO, PERSEGUIÇÕES, “CACETE DA POLÍCIA etc.. Só na ECT de São Paulo são 2.500 companheiros desempregados. 99,9% das greves de trabalhadores foram decretadas ilegais. As leis de Segurança Nacional, de Imprensa, dos estrangeiros, de Greve, CLT etc. continuam de pé e sendo utilizadas como instrumento de repressão. Em nossa greve do ano passado o Sr. Sarney ouviu seu conselho político e mandou nos demitir, de acordo com a vontade do ministro das comunicações. A esta violência contra nós, trabalhadores, respondemos com nossa organização e disposição de luta. (Editorial *in* Informativo ASCOR, agosto de 1986)⁸⁴

Percebe-se que os funcionários dos Correios eram chamados à organização e à luta por bandeiras relacionadas à estabilidade no emprego, salário justo, jornada de trabalho semanal de 40 horas⁸⁵, fim das demissões políticas, plano de cargo e carreira, além da defesa do monopólio postal enquanto ponto importante para a manutenção dos Correios como empresa pública. De modo que, num Estado rendido ao capital, a exemplo do Estado brasileiro dos anos de 1980 e 1990, os ecetistas fundaram associações de classe engajadas na organização sindical contra a legislação que permitia o controle e subordinação dos movimentos de trabalhadores pelo governo federal.⁸⁶

Nessa perspectiva, pela memória forjada ao longo desse processo histórico, os trabalhadores da ECT também resistiram ao controle e subordinação da lógica empresarial buscando construir, pela organização de classe, os instrumentos necessários para a conquista e manutenção de seus interesses. Vários estavam dispostos a participar do movimento social e político das classes subalternas – em especial os de nível básico⁸⁷ pertencentes à área

⁸⁴ A transcrição desta citação respeitou a forma ortográfica contida no texto original.

⁸⁵ Na década de 1980 e 1990, contratualmente a carga horária semanal de trabalho nos Correios era de 44 horas.

⁸⁶ Cabia ao Ministério do Trabalho e Emprego a aplicação da legislação vigente antes de 1988 para se fundar sindicatos no país. Desse modo, servidores públicos e empresas paraestatais (caso dos Correios) não podiam se organizar em sindicatos. Outra medida que visava subordinar as organizações de classe se dava pela exigência da Carta Sindical para que o sindicato pudesse ser reconhecido pelo Estado assim como, do ponto de vista financeiro, o imposto sindical descontado uma vez por ano de cada trabalhador e repassado aos sindicatos pelo governo federal.

⁸⁷ Trabalhador de nível básico na ECT era todo aquele cuja escolaridade mínima durante a contratação era a do antigo primeiro grau incompleto (6ª série), hoje nível fundamental (7º ano). Exemplo: carteiros, atendentes comerciais, operadores de triagem e transbordo, auxiliares administrativos, entre outros. Atualmente, a escolaridade mínima para ser contratado pelos Correios é a do ensino médio completo via concurso público.

operacional –, sendo convencidos pelas lideranças sindicais (sejam das associações de trabalhadores de correio, seja de sindicatos ou das centrais sindicais) a transcender a postura meramente econômico-corporativa, para uma postura crítica visando um projeto de participação democrática para o país. No âmbito interno dos Correios, esse projeto era percebido nas duras críticas à repressão e à rigidez do modelo administrativo de inspiração militar nas décadas de 1980 e 1990.

Foto 1 - Ato Público de trabalhadores dos Correios em Alagoas (março de 1986)



Fonte: Autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

Logo, durante as pesquisas e em minhas vivências no movimento sindical dos Correios, testemunhei o encontro da geração fundadora da organização de classe ecetista com a geração de sindicalistas da década de 1990 que, pelo tempo, se mostrou influenciada por seus líderes e por diferenças ideológico-partidárias, com explícita notoriedade através das disputas internas polarizadas entre sindicalistas ligados ao PT e ao PCdoB numa clara demonstração de interesses partidários sobre os sindicatos. Para Linden (2013, p. 277), “sempre que possível, os partidos políticos tendem a usar os sindicatos para expandir ou

consolidar sua esfera de influência.” As disputas internas entre PT e PCdoB, pelo menos por parte do PT, tinham por objetivo conquistar novos “veículos eleitorais”. Afirmção que se confirmou ao longo da década de 1990 quando boa parte das direções do SINTECT-AL era composta por filiados assíduos ao Partido dos Trabalhadores e saiu na defesa, perante os ecetistas, dos projetos políticos do PT, a exemplo da criação dos Comitês Lula Presidente e do apoio às candidaturas proporcionais e majoritárias nas eleições nacionais, estaduais e municipais.

Protagonista na condução da classe dos empregados ecetistas durante a segunda metade da década de 1980, a ASCOR, através de lideranças como Lourival dos Santos, José Inácio Aguiar Ribeiro, Gilberto Francisco Macena, Luiz Batista e alguns outros que acabaram no anonimato⁸⁸, contribuiu em sua rápida existência com a pavimentação do caminho para os embates contra o engessamento da Nova República, pela democracia e pela construção do movimento sindical dos trabalhadores dos Correios em Alagoas. De modo que, para se refletir sobre a história da ASCOR, de seus associados e lideranças, há de se reconhecer que “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

É importante, num relampejar de pesquisa, trazer luz à categoria dos Correios em Alagoas. A década de 1980 foi caracterizada pela abertura política, por uma explosão de greves em várias categorias de trabalhadores, pelo aparecimento das centrais sindicais e de diversas associações de trabalhadores; sendo assim, pode ser lembrada pelo renascimento do sindicalismo combativo polarizado contra a permanência da burocrática estrutura sindical no Brasil.

Agentes ativos enquanto categoria, o movimento sindical dos Correios deu sua parcela de contribuição para a consolidação do processo democrático brasileiro. Essa organização de luta se apresentou como um movimento classista sintonizado com os movimentos sociais e com as orientações vindas da forte oposição ao governo federal nas décadas de 1980 e 1990.

⁸⁸ Para saber mais sobre essas lideranças sindicais, ver: SILVA, Roberval Santos da. *Carta Aberta: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)*. Maceió: Imprensa Oficial, 2008.

2.4 Redemocratização e crise econômica no Brasil dos anos 1980

A transição democrática⁸⁹ brasileira é parte do processo de redemocratização ocorrido na América Latina em fins de 1970 e durante a década de 1980. Paradoxalmente, enquanto o país paulatinamente ensaiava a reconstrução da democracia e vivia intensa mobilização operária, com greves gerais ocorrendo em vários estados, os Correios consolidavam cada vez mais uma política nacional repressora a fim de evitar o advento e fortalecimento do sindicalismo em seus espaços de trabalho.

A ojeriza da direção da ECT por qualquer manifestação de liberdade, além de sua força e coragem prepotentes de lançar mão das atitudes repressoras mais repugnantes contra os ECETISTAS, demonstra que a velha ditadura permanece viva e empenhada em continuar tentando calar os trabalhadores demitindo suas lideranças ou aqueles que expressam, na prática, a insatisfação generalizada pelas terríveis injustiças e exploração indecente de que são vítimas não apenas os ECETISTAS, mas todo um novo trabalhador.

As demissões sumárias, (POR JUSTA CAUSA!!! (?)), de 3 companheiros ativistas de nossa LUTA, SEM DIREITO DE DEFESA, com a alegação de que os mesmos estavam estimulando paralisação na ECT, demonstra o quadro de intolerância reinante na empresa e desafia os princípios mais elementares de LIBERDADE e JUSTIÇA. (Informativo ASCOR, julho de 1987, p. 01)⁹⁰

A citação acima aponta para as perseguições contra trabalhadores dos Correios em plena redemocratização brasileira, sob a acusação de se estar organizando um movimento de trabalhadores disposto a lutar por direitos através de paralisações. Mediante essa postura, os Correios continuaram sendo acusados pelas lideranças sindicais de não respeitar princípios de liberdade e justiça, princípios disputados no período e efetivamente reivindicados pelos movimentos sociais.

Além das perseguições as lideranças sindicais, as políticas econômicas também foram motivo de grandes protestos entre os líderes ecetistas nos anos de 1980, inserindo-se nas lutas e nos debates em torno da democracia. O controle de preços e salários pelo regime militar

⁸⁹ Seguiremos o conceito de transição democrática de Daniel Aarão Reis que a define como “o período que se inicia com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais, em 1979, e termina com a aprovação de uma nova Constituição, em 1988. De transição, porque nele se fez um complicado e acidentado percurso que levou de um estado de direito autoritário, ainda marcado pelas legislações editadas pela ditadura, conhecidas como “entulho autoritário”, a um estado de direito democrático, definido por uma Constituição aprovada por representantes eleitos pela sociedade.” (REIS FILHO, 2014, p. 125)

⁹⁰ As grafias citadas neste trabalho são fieis aos originais utilizados durante a pesquisa, sem qualquer alteração de acordo com as normas da ortografia vigente ou correção de palavras.

passou a sofrer forte oposição quando, a partir de 1978⁹¹, sindicatos operários do ABC paulista, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, começaram a questionar a proibição das greves por melhores salários e o controle estatal sobre sindicatos pouco representativos e amplamente assistencialistas.

A audácia dos metalúrgicos revogara a Lei nº 4.300, de junho de 1964, que proibia a realização de greves (SINGER, 2014, p. 209) e serviu de incentivo para o surgimento em todo o Brasil de novas organizações de classe, a exemplo das associações de servidores ou empregados públicos e da luta para a retomada de sindicatos controlados pelo regime ditatorial.

No setor privado o movimento sindical dos trabalhadores em Alagoas começou a se insurgir com a vitória dos jornalistas, em junho de 1978, quando Freitas Neto saiu-se vencedor e passou a presidir o sindicato da categoria após liderar chapa de oposição contra o jornalista Alberto Jambo, apoiado por forças conservadoras lideradas por Divaldo Suruagy⁹² e Albérico Cordeiro (CARVALHO, 1993, p. 25). As novas organizações e as lideranças sindicais oposicionistas debatiam sobre a redemocratização brasileira e a consolidação de um novo cenário político que culminou na Constituição de 1988.

Ao Sindicato dos Jornalistas de Alagoas juntou-se o Sindicato dos Radialistas, dirigido por Adelmo dos Santos. Fruto da mobilização e da nova fase sindical dos profissionais da área de comunicação foi decretada e deflagrada, um ano depois, a primeira greve em Alagoas após o golpe militar. Neste mesmo ano a oposição venceu no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, liderada por Pedro Luís da Silva [...] A vitória de chapas oposicionistas nos Sindicatos dos Jornalistas e Urbanitários é seguida de novas vitórias em outras categorias profissionais tais como bancários, médicos, metalúrgicos, professores, construção civil, engenheiros, etc., assim como a criação de vários novos sindicatos e associações profissionais (CARVALHO, 1993, p. 25/26).

A partir desta perspectiva, a oposição liderada pelos sindicalistas em Alagoas lutou pela democracia, mas o Estado não perdeu o controle das manifestações sociais em voga acompanhando de perto as movimentações contrárias ao governo federal. Nesse período de

⁹¹ Os sindicatos de trabalhadores, fortemente golpeados pelo regime já nos primeiros dias de abril de 1964, conseguiram se reerguer gradualmente e realizar importantes greves em 1968, em Osasco (SP) e Contagem (MG), retornando a um patamar de fermentação discreta até atingir novo salto em 1978, quando no ABC paulista, voltam as mobilizações de massa que dariam início à construção de um novo sindicalismo no Brasil (Direito à memória e à verdade, 2007, p. 24)

⁹² Divaldo Suruagy (São Luís do Quitunde, 5 de março de 1937 - Maceió, 21 de março de 2015) foi economista, funcionário público e político brasileiro, que governou o estado de Alagoas por três vezes: 1975-1978, 1983-1986 e 1995-1997.

transição democrática⁹³, até o fim da primeira metade dos anos de 1990, é importante registrar que no campo econômico as crises da inflação alimentaram o discurso de oposição dos movimentos sociais pela cidadania em constante conflito com boa parte da classe política brasileira.

Na primeira metade dos anos dos anos de 1980, a inflação registrava taxas anuais de mais de 200% e o crescimento conhecia altos e baixos. (REIS, 2014, p. 105). Nessa atmosfera de crise econômica, com os trabalhadores tentando preservar seus ganhos frente à inflação descontrolada, os movimentos sociais se apresentavam para criticar a política econômica do governo federal. Em agosto de 1981 realizou-se a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), com participação de mais de 5 mil delegados vinculados a mais de mil sindicatos. Em agosto de 1983, foi fundada a CUT nacional e seus opositores fundaram a Confederação Geral dos Trabalhadores. Desse modo, se pretendia um sindicalismo organizado pela base e autônomo em relação aos partidos e ao Estado⁹⁴.

Outra modalidade grevista que se destacou nos anos de 1980 e refletiu os problemas socioeconômicos brasileiros foram as históricas greves nacionais de 1983, 1986, 1987 e 1989 – anos em que esses movimentos de maior ou menor repercussão, a depender do momento e somando-se suas edições, mobilizaram milhões de pessoas e se voltaram contra os governos objetivando uma política econômica favorável aos trabalhadores.

As questões estruturais da realidade econômica e social do modelo capitalista no Brasil, fundamentadas no capitalismo periférico com significativa dívida externa, altos percentuais inflacionários, exclusão social e de forte exploração da mão de obra trabalhadora, não sofreram mudanças significativas neste período. Nem mesmo a partir de 1985, quando se instituiu um governo civil no Estado brasileiro e adotaram-se planos econômicos que se revelaram incapazes de transformar a realidade socioeconômica no país.

⁹³ Ainda segundo Daniel Aarão Reis, o período compreendido entre 1979 e 1988 foi de transição democrática porque após a revogação dos atos institucionais em 1979 não se estabeleceu um regime democrático no Brasil, embora já não houvesse uma ditadura nos moldes tradicionais.

⁹⁴ Durante os anos 1980, a CUT manteve uma linha sindical de oposição à política de desenvolvimento do Estado brasileiro. Opunha-se ao pagamento da dívida externa, às sucessivas políticas de arrocho salarial, apoiava ativamente a luta pela reforma agrária e agitava palavras de ordem favoráveis à estatização dos bancos, da educação, da saúde e do transporte público. Sua plataforma apontava, claramente, para a organização de um Estado de bem-estar social no Brasil. Essa plataforma era defendida por meio de ações de massa. A luta grevista era valorizada e, em quatro ocasiões, a CUT organizou greves nacionais de protesto contra a política econômica dos governos Figueredo e Sarney (BOITTO JR., 2002, p. 67).

Os efeitos do Plano Cruzado sobre a inflação podem ser avaliados pelas cifras oficiais do Índice Geral de Preços ao Consumidor: no ano anterior ao plano, a inflação foi de 218,24%; entre março de 1986 e março de 1987, foi de 97,41%. Menos que a metade da inflação em 1985. Portanto, o Plano Cruzado amenizou a subida dos preços ao menos por um ano. Em 1987, a inflação já alcançou o nível de 363,5%, o que mostra o caráter efêmero do cruzado.

Nos anos seguintes, a inflação foi atacada ainda por outros planos, combinando congelamento passageiro com medidas de contenção da demanda: o Plano Bresser, em 1987; o Plano Verão, em 1989; e o Plano Collor, em 1990. Os dois primeiros, sucessores do Plano Cruzado, combinaram congelamento de preços, corte de crédito, elevação de impostos e redução do gasto público. Os efeitos sobre a inflação foram pífios. (SINGER, 2014, p.217)

O termômetro balizador dessa afirmativa pode ser medido pelo crescimento na quantidade de greves entre 1985 e 1987. Segundo Welmowicki (2004, p. 73) “Se, entre 78 e 84, o número de greves por ano era de 259, em média, a partir de 85 saltou para 1.898!”. Representada pelo arrocho salarial, o quantitativo de greves chegou a seu maior índice em 1987, com um total de 2.259 paralisações (ANTUNES, 1991, p. 18). Uma das possibilidades para esse aumento na quantidade de greves diz respeito à forte recessão econômica e à excessiva exploração do trabalho no período, além das lutas dos movimentos sociais, dentre este o sindical, pelas “liberdades democráticas” num momento em que a fundação de novos sindicatos continuava em ascensão no país.

De modo geral, esses movimentos contribuíram para a recuperação da função básica dos sindicatos em defesa dos salários e, em longo prazo, pela parcial recuperação da cidadania política, possível apenas com a restauração do estado democrático de direito no Brasil. Sendo assim, as greves praticadas nos anos de 1980 surgiram primeiramente na iniciativa privada, mais precisamente nas indústrias do ABC paulista, a partir de 1978. Nos anos posteriores foi se estendendo para o setor público com destaque para a luta das associações sindicais de servidores e empregados públicos pelo que denominavam, segundo Boito (1991, p. 54) “o seu direito de sindicalização”.

As associações de empregados dos Correios protagonizaram esta discussão pelo direito à sindicalização. Impedidas pela legislação, nos anos posteriores a 1984, construíram não oficialmente, mas de fato, uma estrutura sindical livre da influência do Estado, uma vez que as intervenções se davam nos sindicatos oficialmente reconhecidos pelas leis trabalhistas de então. Isso porque

O Estado moderno substituiu o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto,

abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos e associações de cultura. (GRAMSCI, 2002, p.139).

Essas associações, agora combativas e de representação de classe, surgidas no processo histórico da segunda metade da década de 1980 tinham como características: a organização dos trabalhadores a partir do local de trabalho, a representação sindical dos empregados ecetistas, o recebimento das cotizações espontâneas e, contraditoriamente ao que estava posto em termos de sindicatos oficiais, a realização de negociações coletivas com o governo federal. Sendo que a primeira tentativa de organização associativa dos ecetistas, da qual se tem notícia, ocorreu em 1979, nos Correios de São Paulo e já comentada no primeiro capítulo deste trabalho.

Quanto às questões de bastidores relativas à organização dos funcionários dos Correios em Alagoas, algumas delas aconteceram no PT e no PCdoB, já que as principais lideranças desses funcionários estavam ligadas a uma dessas duas siglas⁹⁵ e defendiam os interesses destes partidos para arregimentar servidores ou empregados públicos visando fortalecer os projetos políticos na disputa pelo poder no Brasil, inclusive com acaloradas discussões entre Lourival dos Santos e Inácio Aguiar durante as reuniões da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas. Respectivamente, duas representações partidárias que disputavam espaço político entre os trabalhadores dos Correios.

Entretanto, apesar das greves de 1934 e 1979, antes de 1985 não havia nos Correios nenhuma tradição de organização e de luta sindical. As greves estavam proibidas pela Lei 4.300, de junho de 1964 (SINGER, 2014, p.209) e a organização sistemática de trabalhadores em sindicatos esbarrava no Artigo nº 566 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), restando às associações de trabalhadores dos Correios atuarem à margem do sistema sindical brasileiro, até então controlado pelo Estado.

Identificamos apenas fatos isolados que antecederam o início da organização sindical na categoria ecetista em Alagoas; um deles narrado pelo ex-carteiro Cícero Lourenço da Silva, dirigente do SINDPREV-AL⁹⁶, que declarou ter sido admitido pelos Correios em 1976 e que embora não houvesse um movimento organizado dos trabalhadores na estatal, os carteiros se reuniam para discutir e reclamar das pressões e perseguições praticadas pela

⁹⁵ A maioria dessas lideranças estava ligada ao PT, restando apenas ao PCdoB contar com a colaboração de José Inácio Aguiar para disputar espaço dentro da ASCOR enquanto representação partidária.

⁹⁶ SINDPREV-AL – Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social e Trabalho no Estado de Alagoas.

empresa⁹⁷. Uma dessas medidas truculentas da ECT está disposta na Portaria 0671/84, emitida em 29 de outubro de 1984 e assinada pelo então diretor regional Celso Pinto Mangueira, cuja penalidade era um dia de suspensão aplicada ao funcionário Sebastião Silva Monteiro, condutor de veículos, lotado no Setor de Transportes, acusado de deixar de abastecer a viatura que estava em seu poder. Em sua defesa, Monteiro alegava que era da ciência do auxiliar do chefe, denominado de Juvenal, o fato de o veículo estar com marcador de combustível defeituoso e com o tanque furado. Entretanto, a pena foi aplicada em 01 de novembro de 1984.

Ainda na primeira metade da década de 1980, iniciativa aglutinadora foi posta em prática por Pedro Porcino, empregado dos Correios em São Paulo, que se utilizava das malas postais para enviar panfletos a diversos estados incentivando a criação das associações de empregados. Chegando a Maceió, os trabalhadores ao manipular as malas passavam a ter acesso ao material “subversivo” contendo denúncias de perseguição e demissão de trabalhadores. Um deles era o carteiro Luiz Batista, mas conhecido pela alcunha de Luizão (SILVA, 2008, p. 38).

Esta forma de comunicação “subversiva” situava os trabalhadores sobre o quadro nacional das perseguições e semeava nas lideranças ecetistas alagoanas a necessidade de organização para fazer valer os interesses da categoria⁹⁸. Estrategicamente foi avaliado de forma antecipada o sentimento da categoria sobre a criação de uma associação. A avaliação mediante pesquisa ocorreu através da distribuição de 500 questionários cujo resultado apontou para o percentual de 80% dos votantes concordando com a criação da entidade.

À mesma época, ganhava força pelo Brasil a campanha das *Diretas Já* - Movimento político-popular que acelerou a transição da ditadura para a democracia por meio das grandes manifestações populares em todo o país. Transição que foi conduzida sob o pacto firmado entre os militares e as elites políticas e econômicas brasileiras. Um pacto pela redemocratização, mas, que excluía a classe trabalhadora, deixando-a efetivamente fora das

⁹⁷ As declarações dadas por Cícero Lourenço foram colhidas informalmente por mim durante curso de formação sindical realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas, em 27 de julho de 2013. Ainda segundo Lourenço, o local utilizado para as reuniões dos carteiros era a lanchonete do “seu Luiz”, em funcionamento no edifício sede da ECT, localizado na Rua do Sol, atual Rua João Pessoa, nº 57, Centro de Maceió.

⁹⁸ Na maioria dos casos, o trabalhador não consegue prescindir totalmente de lideranças, necessitando, pelo menos, de alguns porta-vozes para representá-lo nas negociações com o empregador e as autoridades públicas (LINDEN, 2013, p. 224).

negociações que permitissem as transformações sociais – o que a tornou apta para a radicalização com fortes críticas aos militares e a setores da política nacional.

De acordo com Rodrigues (1994), esse processo foi a continuação da transição democrática “lenta, gradual e segura” que se iniciou no governo Geisel (1974-1979), quando os grupos dominantes, militares, burguesia e políticos gerenciavam as mudanças. A abertura seria feita de forma controlada, com os dispositivos de exceção criados durante a ditadura substituídos por outros que garantissem aspectos institucionais básicos e a participação popular dentro dos limites da lei.

A transição democrática se iniciou no Brasil em 1974, não como uma ruptura democrática, mas como uma transição pacata, negociada, feita por meio de alianças com setores dissidentes do regime autoritário, com compromissos que implicavam concessões econômicas e sociais. Transição feita de cima para baixo pelo Colégio Eleitoral sem reformas sociais e econômicas [...] (ROSTOLDO, 2014, p. 107/108)

Apesar da aproximação de setores da sociedade para uma transição negociada, ela não foi tão pacata se levarmos em consideração as manifestações sociais ao longo dos anos de 1970 e 1980, “em torno da ampla luta sobre a forma, objetivos e ritmo da abertura, ou transição, do regime militar implantado em 1964 em direção a um Estado de Direito” (SILVA *in* FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 247). Segundo Maciel (2012, p.20),

Da burguesia do setor de bens e capital com os defensores de um projeto neodesenvolvimentista – os chamados ‘economistas de oposição’ –, durante a crise da Ditadura, esta demonstrou não ser capaz de viabilizar uma aliança político-social que envolvesse a burguesia de Estado, o médio capital e até setores assalariados em torno de uma retomada do desenvolvimentismo (CRUZ, 1997).

Fora do pacto pela redemocratização, a proposta dos opositores ao governo, a exemplo da CUT e do PT, era assegurar aos trabalhadores espaço na vida social do país. Dentre as ações, o combate ao sindicalismo de Estado, a criação de associações de trabalhadores no setor público e o exercício da greve – enquanto instrumentos básicos contra a forte crise econômica dos anos de 1980 e contra o processo de transição conservador. Fora do processo oficial da redemocratização, os movimentos de esquerda intensificaram as ações de fortes críticas aos planos econômicos e ao “manco” pacto social elaborado pelas elites.

Passada a conjuntura de isolamento político do final do governo Figueiredo (MACIEL, 2004, p. 305-320) e esgotadas as ilusões populares com as perspectivas transformadoras da Nova República, o movimento antiautocrático das classes subalternas conseguiu retomar sua ofensiva. Dirigido pela CUT, principalmente, intensificou o processo de sindicalização e iniciou uma nova escalada grevista,

liderada pelos funcionários públicos, indicando sua resistência ao processo de cortes no setor público, mas com forte ressonância em outros setores, como metalúrgicos, bancários e trabalhadores rurais (BOITO JR, 2004 *apud* MACIEL, 2012, p. 22).

Para uma transição política operada “por cima” e, até então, exitosa, mesmo diante das dificuldades, a irrupção dos trabalhadores foi uma surpresa (MACIEL, 2012, p. 81). Os sindicatos sob o controle das oposições sindicais e as associações de trabalhadores combativas, nos idos de 1985 em diante, adotaram estratégias de forte oposição contra o recém-implantado governo civil, resistindo assim contra as políticas governamentais excludentes e de continuidade. Segundo Almeida (1996, p. 32), “Mesmo depois que o governo militar saiu de cena, o confronto continuou sendo a estratégia dominante do sindicalismo ativo, embora já não fosse a única”. Ao longo de 1985, seriam contabilizadas 927 paralisações, um aumento de 50% em relação às 618 do ano anterior (MACIEL, 2012, p. 82). Esses confrontos continuaram ocorrendo nos anos posteriores e se deram também no campo das ideias e da propaganda. A ASCOR fez coro nesses protestos conforme texto informativo datado de abril de 1987.

Um grito de liberdade!

Num ato público promovido pela ASCOR no dia 24 passado em frente ao edf. sede da ECT, os ECETISTAS Alagoanos deram uma clara e vigorosa demonstração de que não aceitam conviver, pacificamente, com o regime policial-fascista encabeçado pelos Srs. JARBAS MARANHÃO e ANILDSON MENEZES, e que se reflete mais claramente em ATOS DE ODIOSA REPRESSÃO aos trabalhadores dos correios. São punições arbitrárias e absurdas que acontecem diariamente. Não existe um mínimo de liberdade e respeito aos direitos mais elementares dos ECETISTAS.

JARBAS MARANHÃO e ANILDSON MENEZES são maestros de uma orquestra de ditadores que faz inveja a qualquer Bulhões da vida. Todo ECETISTA conhece bem as práticas criminosas de diversas figuras de proa na direção da empresa em Alagoas. É trágico para os trabalhadores dos correios, o histórico da atuação do GOT ROBERTO CARNEIRO, PRINCIPAL RESPONSÁVEL pelo ASSASSINATO do companheiro MÁXIMO FIEL. Este companheiro morreu do coração, em plena via pública, trabalhando, porque não pôde consultar um médico, SOB PENA DE SER PUNIDO pela figura escabrosa do GOT, conhecido nos meios ECETISTAS como “O TERRÍVEL”. Isso para não nos aprofundar em outras atitudes mais corriqueiras que significam cerceamento da liberdade de pensamento e expressão, e, até, da livre locomoção dos trabalhadores dentro de seu setor de trabalho.

Esse clima de TERRORISMO PSICOLÓGICO imposto pela DR/AL, NÃO FOI SUFICIENTE PARA CALAR OS ECETISTAS. A maioria de nós estávamos lá, na manifestação promovida por nossa entidade de classe. ESTAMOS UNIDOS E SOLIDÁRIOS EM NOSSA CAMINHADA PARA A LIBERDADE!

Este foi apenas o primeiro passo de muitos que serão dados pela ASCOR no sentido de que possamos por um fim definitivo a essa prática de abutres a serviço dos

exploradores e do imperialismo. Queremos ver estabelecido dentro da ECT o nosso DIREITO À LIBERDADE e o RESPEITO À NOSSA CONDIÇÃO DE TRABALHADORES que de fato produzem as riquezas que hoje, pra nossa desgraça, é usufruída por uns poucos privilegiados.
 TUDO O QUE DENUNCIAMOS, TODOS SABEMOS QUE É VERDADE. É PRECISO LUTAR PARA VENCERMOS UM DIA! VIVA OS ECETISTAS!!!
 (Editorial – Informativo ASCOR, ano 2, nº 9 – Maceió, abril de 1987)

Devido ao tratamento dado pelos Correios a seus trabalhadores, sempre no cumprimento das orientações do Ministério das Comunicações, liderado por Antônio Carlos Magalhães e muito distante do discurso oficial do governo de transição para a democracia, as críticas ao governo civil passaram a ser rotina em meio à categoria ecetista. Percebe-se que nos embates de forte oposição, a ASCOR adotou um discurso de criminalização da ECT e de seus gestores acompanhado pela descrença na transição democrática. Ou seja, para as lideranças sindicais dos ecetistas a transição democrática não estava acontecendo nos Correios.

Nos boletins informativos, nas reuniões com os trabalhadores, a exemplo das assembleias gerais ou em encontros informais entre grupos de ecetistas nos bares de Maceió, o assunto sempre descambava para a vida difícil nos Correios, quando se falava dos chefes arbitrários e das medidas políticas e econômicas do governo federal. O teor desses momentos estava sempre arraigado e fortemente influenciado pela conjuntura de luta dos movimentos sociais pelas liberdades democráticas com participação ativa dos trabalhadores em todo o processo.

No plano nacional, setores conservadores reagiram às mobilizações, às ondas de greve e ao protagonismo do movimento sindical nacional liderados pelas centrais sindicais.

As disputas internas da burguesia pelo projeto político que deveria dar consequência à “nova” República causaram tensionamentos que foram resolvidos momentaneamente em 1987/88 com uma reorganização das forças políticas mais reacionárias em torno do Governo Sarney e do chamado “centrão”. Mandato de 5 anos para Sarney, defesa do papel dos militares como tutores do regime institucional, da propriedade privada sem restrições sobre sua função social, defesa do grande capital transnacional ou nacional, do latifúndio, etc., e uma ordenação do Estado que mantém todos os mecanismos de repressão e controle sobre o movimento operário e popular, esse foi o programa dessa articulação hegemônica da “Nova” República. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 02)

No entanto, a forte rejeição popular ao governo Sarney, em razão de não ter solucionado os problemas econômicos nacionais, fez com que a burguesia e o aparelho

governamental perdessem o controle da crise e recorressem as receitas do Fundo Monetário Internacional e suas imposições.

2.5 Greve: como prevenir e desmobilizar

A grande quantidade de greves no período, seguramente preocupou a classe patronal. Mesmo sendo um fato isolado, nos arquivos do SINTECT-AL encontramos uma cartilha, apócrifa, portanto de origem desconhecida, possivelmente de 1989, de caráter confidencial e intitulada: *Greve: como prevenir e desmobilizar*. Não sabemos como chegou aos arquivos do sindicato. Seu conteúdo foi escrito para fazer parte de alguma formação de chefes ou para diretamente instruir gestores de como proceder para prevenir e desmobilizar greves, elaborar estratégias para evitá-las, conquistar o maior número possível de trabalhadores, evitando a adesão às causas da classe e/ou para municiar os gestores de conceitos que os habilitassem a lidar com as paralizações.

A riqueza de detalhes chama atenção para a preocupação com a insatisfação dos trabalhadores e as definições dos tipos de greve. “Greve de zelo”, “operação tartaruga”, “greve branca ou braços cruzados”, “greve pipoca ou de tempo”, “greve de ocupação”, “greve de confrontação ou de piquetes”, além das definições sobre alguns tipos de líderes sindicais, a exemplo do “líder ideológico ou politizado”, o “líder informal adotado pelo politizado”, o “líder informal leal ao chefe”. Em sequência, um quadro contendo toda dinâmica para a prevenção e desmobilização das greves.

A cartilha encerra com algumas recomendações para o “plano de emergência em situações de greve” e que entendemos valer a pena transcrevê-las abaixo.

- Após a greve, a empresa não deve manter o núcleo de mobilização que gerou o movimento. Assim recomendamos: diluir (ou seja, demitir progressivamente) sem justa causa: anarquistas; líderes sem estabilidade; chefias comprometidas; e últimos da lista de retorno ao trabalho (desestimulando as futuras greves).
 - Haverá elementos de confiança da empresa infiltrado como grevista. Elementos infiltrados nas assembleias;
 - Pessoal dormindo na empresa;
 - Filtragem psicológica;
 - Plano de Chamada atualizada durante todo o ano, consolidando novos endereços, quem irá chamar quem, etc;
 - Deixe passar 30 dias e comece a diluir os mais mobilizáveis através de demissões sem justa causa (3 ou 4) nas sextas-feiras, ao fim do expediente.
- Essas recomendações fazem parte de um estudo confidencial, bastante detalhado, que vem sendo utilizado pela classe patronal para se prevenir e combater as lutas dos

trabalhadores contra a exploração. Não é preciso ressaltar a utilidade desse estudo para o movimento sindical. A discussão ampla do modo como age o inimigo de classe vai contribuir para elevar a consciência e a organização da classe trabalhadora.

De toda maneira, apesar da confidencialidade, o documento foi parar nas mãos de algum dirigente do SINTECT-AL. Presume-se que se foi posto um carimbo da instituição sobre a capa e arquivado é porque havia no documento alguma importância para entender o *modus operandi* das chefias dos Correios sobre os trabalhadores e os adeptos das ideias sindicais na empresa. É possível também que este material tenha sido desenvolvido pelos Correios para ser trabalhado nas formações de seu corpo gerencial, mas não há certeza.

Foto 2 - Cartilha Greve: como prevenir e desmobilizar.

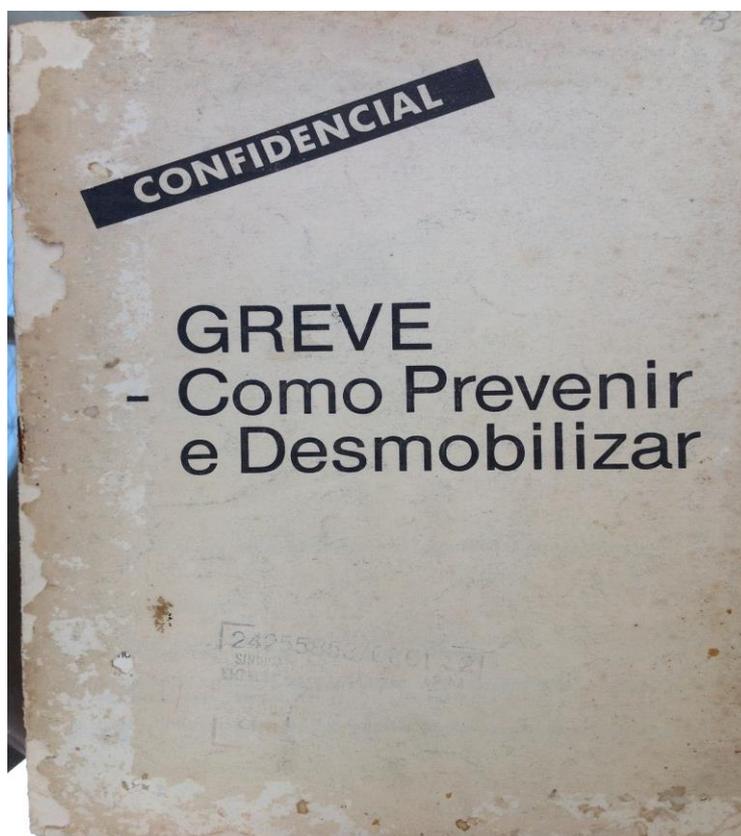


Foto: Roberval S. da Silva

De modo geral, é possível identificar na cartilha algumas práticas dos Correios contra os trabalhadores no período estudado. Aguardar um tempo de 30 dias pós-greve para começar a dispensar os grevistas ou simpatizantes do movimento sindical; demissão sem justa causa para dificultar contestações na Justiça do Trabalho; dispensa de poucos trabalhadores (02 ou

03) as sextas-feiras para evitar um clima de desânimo e descontentamento dos colegas no dia seguinte, já que seria um sábado e depois um domingo para que o fato fosse melhor assimilado, etc.

2.6 Uma Associação para os Ecetistas: a ASCOR

Em 1985, o Brasil estava entre os países com as maiores taxas de greves (ROSTOLDO, 2014, p. 101)⁹⁹. Naquele momento, houve um grande aumento nas paralisações do setor público, que em 1985 representaram 31,2% devido à adesão dos assalariados da classe média (professores, médicos, bancários, etc.) e os trabalhadores da base (correios, motoristas, comerciários, funcionários de escola e universidades, etc.) (MACIEL, 2012, p. 82).

Nessa conjuntura de ebulição social ocorrida na década de 1980, a partir de 1985, ano em que vários segmentos realizaram sua primeira greve (idem, p. 101), associações de trabalhadores de Correios começaram a surgir por todo o Brasil. Ainda segundo Rostoldo (2014, p. 102),

As mudanças do sindicalismo brasileiro na década de 1980 apontaram um indiscutível fortalecimento do movimento, que se expandiu e criou centenas de novos sindicatos oficiais e associações do setor público de caráter sindical. [...] As associações de funcionários públicos se converteram em ativos sindicatos e passaram a demonstrar que era possível organizar os trabalhadores sem a tutela do Estado. Mostraram que era possível a representação sem o aval estatal, assim como se manter financeiramente sem as contribuições sindicais compulsórias e negociar com os patrões fora de datas-bases e do controle da Justiça do Trabalho.

Diante da perspectiva da representação sindical por meio de associações de classe, levados por um difícil período político-econômico e inspirados no movimento de trabalhadores do ABC paulista, os trabalhadores ecetistas perceberam que era chegada a hora das mudanças administrativas nos Correios e de acompanhar o desejo de transformação social e econômica, muitas vezes sinalizados pelas greves no Brasil.

Apesar de a onda grevista ter-se iniciado já no primeiro trimestre, contabilizando cerca de 100 movimentos só no Estado de São Paulo, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, cujos sindicatos eram controlados pela CUT, em abril **galvanizou o**

⁹⁹ Entre 1978 e 1984 registraram-se 259 movimentos grevistas no Brasil. Número pequeno, se comparado com o período entre 1985 e 1990, quando ocorreram 2203 greves no país. (ROSTOLDO, 2014, p. 100)

movimento sindical, espalhando-se entre os metalúrgicos de outras cidades do interior e diversas outras categorias, como os químicos, professores, trabalhadores nos setores de energia elétrica, transporte, **correios**, totalizando 142 greves entre abril e junho, 58 delas em São Paulo (OLIVEIRA, 1987 *apud* MACIEL, 2012, p.83) (Grifo nosso)

No âmbito interno dos Correios, esse desejo de transformação indicava uma oposição ao corpo burocrático de formação conservadora na ECT anteriormente inspirado em conceitos militares transmitidos por oficiais do Exército e por administradores da Escola Superior de Administração Postal – ESAP, cujo quadro docente, como já dito, era composto por civis e por oficiais instrutores das Forças Armadas.

As associações também surgiram em meio a trabalhadores vitimados pela política de baixos salários e pelos altos índices de inflação. Contrapondo essa política econômica dos Correios, as associações nasceram de maneira espontânea, forjadas nas greves, plantadas nos centros de distribuição domiciliária e com singela estrutura e apoio logístico. Tratava-se de uma resposta às medidas econômicas alinhadas à formação e práticas administrativas de influência militar na ECT.

A história do movimento das estatais tem sido marcada pelas demissões de funcionários. São melhores os companheiros que perderam seus empregos nas lutas por nossos direitos. Em particular, o quadro de funcionários dos correios foi um dos mais atingidos por essa ação fascista da ditadura militar e do Governo da Nova República de perseguir e demitir ativistas sindicais. (Informativo ASCOR, maio de 1988, p. 02 e 03).

Adalberto Moreira Cardoso colabora com essa hipótese ao confirmar que “as relações de trabalho no nível micro eram profundamente adversárias devido a regimes autoritários de trabalho e ao uso predatório da força de trabalho, expressa em gerência despótica, baixos salários, altas taxas de rotatividade e extensão das horas de trabalho via horas-extras” (CARDOSO, 2003, p. 35).

Em Alagoas, coube à ASCOR combater a continuidade das práticas ditatoriais comandadas pelos Correios e fielmente executadas no estado. Em Maceió, a associação contou com o apoio logístico do Sindicato dos Bancários. Colaboração que contribuiu para a sua criação no dia 19 de abril de 1985, em auditório pertencente a este sindicato. A comissão

de fundação era composta por Judson Cabral de Santana¹⁰⁰, Adilson Batista Leite, Édile Tenório Barros Lima, José Carlos Andrade Rocha e Ana Lúcia Fernandes de Lima.

Durante a assembleia de fundação, que contou com significativa participação de funcionários, foram apresentados como pontos de pauta: a fundação da associação e aprovação dos estatutos, eleição da diretoria, valor da contribuição mensal e outros temas de interesse dos ecetistas.

O fato de todos os carteiros de Maceió trabalharem concentrados num único centro de distribuição domiciliária, executando as mesmas tarefas, contribuiu para o trabalho de conscientização sobre a importância da unidade entre todos e para propagar as queixas relacionadas às dificuldades econômicas no meio familiar. Até porque, “na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados” (THOMPSON, 1998, p. 271).

O trabalho diário sempre se dava pelo recebimento das cartas e encomendas, sua separação por distritos (bairros e ruas) e o consecutivo ordenamento pela manhã sempre acompanhado pelo olhar atento do chefe do centro de distribuição domiciliária. O turno da tarde era reservado para a distribuição externa, quando o carteiro ao sair para entregar as cartas, se deparava com as condições insalubres da chuva, do sol, do peso da bolsa e das iminentes possibilidades de acidentes de trabalho.

Nessas condições, a concentração dos carteiros num único setor de trabalho facilitou a propagação, pelas lideranças da ASCOR, da comunicação de resistência, da difusão de ideias e a mobilização para as manifestações, seguindo o modelo da organização de base dos trabalhadores do ABC paulista¹⁰¹.

O espaço público foi recuperado pelos trabalhadores que, a partir das greves de 1978 no ABC e Zona Sul paulistas, veem o movimento se alastrar pelo país, não apenas como retomada do movimento reivindicatório, mas como rompimento de uma prática que submetia a organização das categorias profissionais aos limites impostos pelo Estado aos sindicatos, buscando uma maior proximidade com os trabalhadores.

¹⁰⁰ Judson Cabral de Santana foi engenheiro civil nos Correios de Alagoas. Teve que deixar a empresa para assumir a presidência do Sindicato dos Engenheiros, transferindo-se para a Telasa (Empresa de Telecomunicações de Alagoas – extinta no governo FHC). Foi vereador de Maceió pelo PT por dois mandatos. Foi candidato a governador de Alagoas e a prefeito de Maceió. Na década de 1990, após considerável amadurecimento político, prestou importantes serviços para a categoria dos Correios em Alagoas e para os movimentos sociais. Foi deputado até fevereiro de 2015, quando afastou-se da Assembleia Legislativa de Alagoas por não conseguir a reeleição.

¹⁰¹ As principais manifestações no ABC paulista em fins dos anos de 1970 ocorreram em virtude das mobilizações iniciadas nos locais de trabalho através das organizações de base.

Essa nova organização nos locais de trabalho proporcionou novas formas de negociações entre patrões e empregados, a participação no movimento de trabalhadores não sindicalizados e a manutenção de greves como, a dos metalúrgicos do ABC paulista. (ROSTOLDO, 2014, p. 103)

Nos Correios a noção de hierarquia e disciplina foi tão rígida que, durante muito tempo, as punições foram utilizadas com o intuito de intimidar e pressionar coletivamente (BARROS NETO, 2014, p. 140). O Centro de Distribuição Domiciliária de Maceió possuía uma efetiva organização no local de trabalho que foi decisiva para a criação da ASCOR. Era um “barril de pólvora” onde os carteiros viviam reprimidos pelas regras internas plenamente cumpridas pelo chefe da unidade. Intransigente, Carlos Roberto Davi¹⁰² fazia uso das comunicações internas (CI’s) para ameaçar e punir os carteiros. As CI’s deveriam ter a finalidade de fazer o trabalhador tomar ciência de certo fato, ordem ou orientação de serviço. Entretanto, tornaram-se instrumentos de intimidação no qual o trabalhador, após ser indagado sobre algum ocorrido e respondê-la, aguardava uma punição administrativa praticamente certa.

Ao sancionar um empregado, a penalidade era divulgada nos meios de comunicação interna da Empresa e, nos tempos mais duros, lida em voz alta para todos os empregados, sendo depois fixada no quadro de avisos das unidades de trabalho. Mesmo depois da abertura política, promovida inclusive na empresa, era comum a divulgação das penas máximas (demissão por justa causa) aplicadas a empregados, prática que só deixou de ser legítima com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 05 de outubro de 1988 (BARROS NETO, 2014, p. 141).

Após confirmar que os Correios praticavam sessões de constrangimentos ao expor publicamente as penalidades aplicadas aos trabalhadores, Barros Neto tenta remediar a péssima relação de trabalho na ECT ao afirmar que, no período [1980-1990] a abertura política também foi promovida nos Correios. Discordamos dessa afirmação porque o processo de prática administrativa militar exercida por diversos gestores oriundos das escolas de correio, em meio ao massacre político capitaneado por Antônio Carlos Magalhães, com perseguições as lideranças e simpatizantes da organização de classe na empresa inviabilizou sobremaneira a abertura política nos Correios.

¹⁰² Carlos Roberto Davi hoje é aposentado dos Correios, na década de 1980 era o gestor responsável pelos carteiros no único Centro de Distribuição Domiciliária de Maceió. É considerado por muitos como algoz dos carteiros e responsável por várias demissões e punições a seus subordinados no período. Na informalidade dos carteiros era apelidado de “Jacaré”, devido ao pouco trato e às truculências cometidas a serviço da ECT.

É fato que os militares utilizaram as escolas de correios para difundir uma cultura e valores comuns em toda a organização, que possibilitou aos Correios uma continuidade e efetividade administrativa e garantiu, aos militares e à organização, a consecução de seus respectivos objetivos (BARROS NETO, 2014, p. 142). Entretanto, essa mesma efetividade administrativa representou para os trabalhadores perseguição política, intolerância, milhares de demissões e o medo que os Correios nutriam em seus empregados.

Diversas comunicações internas foram sentenças condenatórias, punições de advertência, suspensão ou de carta demissionária sem o direito a ampla defesa. Assim, nos anos de 1980 e 1990, as temidas CI's levavam o terror psicológico aos ecetistas que passaram a entender que a saída contra todas as dificuldades até então relatadas seria a organização de classe por meio de uma associação profissional. De modo que, com nomenclatura diferenciada e participação nos momentos iniciais de trabalhadores da área administrativa, a ASCOR rapidamente passou para o controle dos empregados da área operacional, em especial dos carteiros. Uma das razões para esse feito foi à aglomeração num único setor de trabalho desses profissionais que assumiram a linha de frente da ASCOR num claro apoio político ao presidente Lourival dos Santos e contra a lógica antidemocrática e de exploração na empresa.

2.7 A luta pelo controle da ASCOR e as seguidas retaliações da ECT

Imediatamente após a criação da ASCOR ocorreu seu primeiro embate interno. Sendo uma organização criada pela participação de funcionários administrativos e operacionais da ECT, sua natureza combativa ou recreativa foi discutida na primeira reunião de trabalho, ocorrida em 12 de junho de 1985. A reunião teve como principal ponto de pauta o afastamento das funções de chefia nos Correios do primeiro-secretário José Inácio Aguiar Ribeiro. O fato dividiu a diretoria e originou um embate sobre a natureza de atuação da ASCOR tendo o grupo liderado pelo vice-presidente, engenheiro civil Judson Cabral¹⁰³, defendido a atuação recreativa da associação enquanto o grupo liderado pelo presidente da entidade, telegrafista Lourival dos Santos, defendeu a combatividade (SILVA, 2008, p. 39).

¹⁰³ O jovem engenheiro Judson Cabral de Santana era filho de militar, seu pai pelo que parece ocupava a graduação de sargento do Exército Brasileiro e possivelmente tal situação pode ter influenciado sua postura diante dos rumos da associação.

Dois meses depois, a 06 de agosto de 1985, as retaliações chegaram a Lourival dos Santos. O motivo seria a distribuição de boletins informativos da ASCOR nos setores de trabalho. A punição foi uma advertência por escrito de Celso Pinto Mangureira, então diretor regional dos Correios em Alagoas.

O fato repercutiu na *Gazeta de Alagoas*, edição de 08 de agosto de 1985, após protesto do deputado estadual Eduardo Bonfim, que classificou a punição como “medida policialesca incompatível com o novo clima de liberdade instaurada no país.” O deputado afirmou ainda que a “Nova República” não chegara aos Correios de Alagoas e lembrou que a empresa ficou conhecida ao longo do regime ditatorial como um foco de controle severo da parte do Serviço Nacional de Informação, instaurando-se nos Correios um clima de perseguição e intimidações que não condizia com o novo momento. Ainda segundo a *Gazeta de Alagoas*,

O deputado estadual Eduardo Bonfim, do PMDB, denunciou ontem, através de indicação na Assembléia Legislativa, as perseguições contra funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas, por parte da direção regional da empresa. Segundo o parlamentar, um numeroso grupo de funcionários da EBCT o procurou para denunciar essas perseguições.

“A direção dos Correios em Alagoas está ameaçando funcionários com transferências para o interior ou inquéritos administrativos para demitir aqueles que decidem reivindicar qualquer coisa”.

Um fato que comprova as denúncias formuladas pelos servidores está acontecendo. Usando o pretexto de que o presidente da Associação dos Servidores dos Correios, Lourival dos Santos, estava distribuindo documentos da entidade dentro da empresa, o diretor regional da ECT, Sr. Celso Pinto Mangureira, mandou abrir inquérito visando punir o funcionário, e se possível demiti-lo – afirmou Eduardo Bonfim.

O deputado opositor diz que “essas perseguições estão atingindo todos os servidores que não concordem com os métodos militaristas implantados na ECT pelo citado diretor”. (*Gazeta de Alagoas*, edição de 08 de agosto de 1985, p. 03)

Defender uma associação de natureza recreativa e ser contra a greve geral dos ecetistas em uma conjuntura extremamente desfavorável, deve ter sido tarefa difícil para o grupo da área administrativa. O impasse foi decidido pela categoria três meses após a reunião que iniciou o debate sobre a natureza da ASCOR. Em assembleia geral realizada na noite de 30 de setembro de 1985, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil-seccional Alagoas, o presidente Lourival dos Santos fez um discurso inflamado criticando a política econômica do governo Sarney e conclamou a plenária para a greve geral dos trabalhadores, prontamente decretada pela categoria na mesma noite, mas com vigência a partir do dia 02 de outubro de 1985. Naquele momento, Judson Cabral, discordando da natureza combativa da ASCOR,

renunciou a vice-presidência e foi seguido por outros funcionários da área administrativa, principalmente os que compuseram a comissão de fundação da associação.

A divisão, embora politicamente fragilizasse a ASCOR, não a descredenciou quanto à representatividade dos ecetistas. Seu fim foi preservado, tanto que nos textos divulgados em seus boletins informativos, a defesa era para uma categoria unida e fortalecida contra as ações da ECT e do governo federal. Nas negociações com os Correios, os resultados alcançavam todos os funcionários e Alagoas estava sempre representada pela Associação.

O segundo embate se deu entre as representações partidárias do PT e PCdoB dentro da associação. Com a predominância do Partido dos Trabalhadores representado por Lourival dos Santos, evidenciou-se o controle deste grupo político sobre a ASCOR. José Inácio Aguiar, oposição representativa do PCdoB, não conseguindo maioria durante os embates foi preterido por Lourival e excluído da chapa que disputaria as eleições para a próxima diretoria da ASCOR¹⁰⁴. Essas disputas entre PT e PCdoB já vinham ocorrendo há alguns anos a exemplo do que aconteceu durante o III ENCLAT/Alagoas, em 1983, quando após acusar o PCdoB de tentar manobrar o encontro em seu favor político ao tentar eleger delegados afinados com a sigla para o I CONCLAT que fundaria a CUT nacional, o PT provocou um racha no movimento sindical alagoano arrastando para sua influência a maioria dos sindicatos e associações de então, dentre estes os mais influentes e com maior número de trabalhadores.

Logo se percebe que os momentos iniciais de existência da Associação foram pautados por divergências externas e internas quanto a sua natureza e controle político ideológico¹⁰⁵. Este fato nos remete a Gramsci (2002, p. 135) quando este afirma que

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta.

¹⁰⁴ A postura de Lourival em deixar José Inácio Aguiar, representação do PCdoB, fora da diretoria da ASCOR na eleição seguinte contribui para confirmar a radicalidade dos petistas a frente da associação no período. Visão confirmada pelo professor Alberto Saldanha (militante do PCdoB à época) durante processo de qualificação deste trabalho.

¹⁰⁵ Nos referimos também à disputa interna ocorrida entre os trabalhadores da área administrativa de viés mais conservador e próximo dos gestores e os trabalhadores da área operacional com características mais combativas na defesa dos interesses da categoria.

Os embates e divergências entre os líderes da ASCOR e a diretoria regional dos Correios continuariam ocorrendo. Tais atritos acabariam influenciando diversos trabalhadores de base que passaram a ser simpatizantes das ideias de organização de classe nos Correios. Sem vitória para os ecetistas, mas apenas ações e parcas conquistas de defesa, a resistência dos trabalhadores dos Correios ganhava corpo e notoriedade no movimento sindical brasileiro. Além do mais, a conjuntura era propícia para as mobilizações e o fortalecimento das instituições combativas de classe, pois além das lutas por questões salariais, indo contra os pacotes econômicos, havia ainda no governo de José Sarney a péssima relação de trabalho nos Correios.

Aliás, este processo de mobilização sentido desde a virada da década, amplia-se ainda mais em plena transição democrática, ao longo do governo de José Sarney (1985-1989), o qual enfrentou um elevado número de movimentos reivindicativos por parte dos trabalhadores, que foram desde a luta pela inserção de direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988, passando pelas greves locais e nacionais por categorias, até as greves gerais contra diversos planos econômicos de seu governo (Plano Cruzado e Plano Bresser, por exemplo). (SANTANA, 2003, p. 294-295)

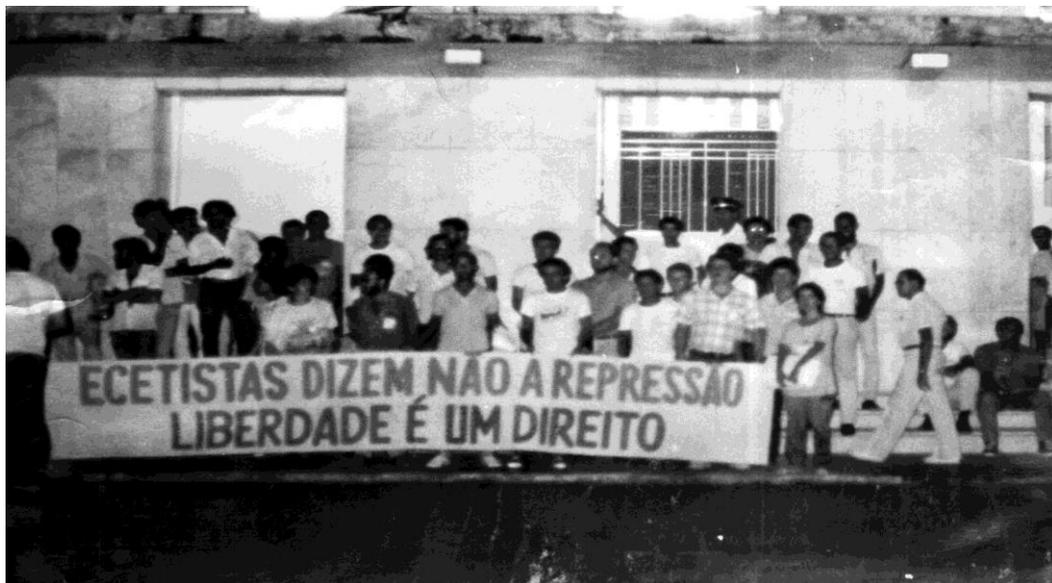
Isso significa que taxas crescentes de inflação tornaram racionais as estratégias contenciosas baseadas em greves de massa demandando a indexação dos salários. Isso ocorreu, ademais, contra políticas públicas de controle da inflação baseadas justamente na contenção dos salários reais (Tavares de Almeida, 1992) o que, como efeito colateral, verteu greves estritamente econômicas em protestos políticos diretos contra o governo (CARDOSO, 2003, p. 35). A título de exemplo, pode-se citar a greve nacional conduzida pela CUT e CGT em dezembro de 1986. Nela os trabalhadores de aproximadamente 23 estados brasileiros cruzaram os braços. Sindicatos e associações de classe, a exemplo da ASCOR apoiaram o movimento.

Todavia, o Estado não respeitava a organização de classe ecetista. Posição claramente demonstrada pelo governo federal quando, sem o necessário diálogo e a mínima prudência política numa conjuntura de “redemocratização”, o ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães determinou a demissão, por todo o país, de funcionários envolvidos com o movimento paredista. Em Alagoas, 30 funcionários da estatal¹⁰⁶, entre simpatizantes da

¹⁰⁶ Praticamente toda a diretoria da ASCOR estava entre os demitidos pelo ministro Antônio Carlos Magalhães.

ASCOR e lideranças da categoria diretamente envolvidos com o movimento classista foram sumariamente demitidos por participação na greve geral dos Correios em 1985.

Foto 3 - Manifestação de trabalhadores dos Correios em Alagoas na década de 1980.



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

O Jornal de Alagoas, edição de 19 de outubro de 1985, noticiou o fato com a matéria intitulada *Alagoas pára a greve na ECT*. Em entrevista ao jornal, o então diretor regional dos Correios, Celso Pinto Manguieira, justificava as demissões como sendo uma reação da empresa contra “os elementos considerados cabeças do movimento grevista.” A questão foi discutida na Assembleia Legislativa de Alagoas e os demitidos contaram com o apoio de vários deputados.

A Assembleia Legislativa do Estado e diversos sindicatos de trabalhadores aderiram às manifestações. Os deputados Moacir Andrade e Eduardo Bonfim denunciaram em sessão parlamentar o ministro das Comunicações, como “ditador” e a Assembleia aprovou por unanimidade uma indicação do deputado Eduardo Bonfim pedindo a imediata readmissão dos demitidos. (SILVA, 2008, p. 47)

Os demitidos tiveram também o apoio do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Roberto Torres, dos sindicatos dos médicos, dos radialistas, assistente social, jornalistas, metalúrgicos, bancários, Conclat, além de diversos profissionais liberais. Nessa relação com o público em geral, Linden (2013, p. 211) aponta para o fato de que “caso [os

trabalhadores] consigam mobilizar um apoio significativo da opinião pública para sua campanha, os grevistas, direta ou indiretamente, irão aumentar as pressões sobre o adversário.” Tanto que no desenrolar da greve e após protestos de várias lideranças políticas e um movimento de solidariedade que contou com o apoio da opinião pública, Antônio Carlos Magalhães voltou atrás e os demitidos da ASCOR retornaram ao trabalho.

2.8 Trabalhadores dos Correios vão à luta: a greve de 1985¹⁰⁷

A primeira greve da categoria dos Correios em Alagoas¹⁰⁸ seguiu a tendência nacional de paralisações por vários estados do país em meio à conjuntura de progressivos cortes nos investimentos das empresas estatais, por aumento salarial em razão dos altos índices de inflação e diminuição do poder de compra dos trabalhadores. As restrições econômicas se deram desde o início da década de 1980 e foram as principais medidas adotadas pelo governo federal para conter o déficit público (SOUZA, 1983 *apud* MACIEL, 2012, p.21). Precavidas contra esses cortes, as associações de classe nos Correios passaram a defender, principalmente nas greves, bandeiras econômicas nacionais relacionadas à quebra do monopólio postal. Havia o temor da demissão em massa e do agravamento da desvalorização profissional e salarial. Outras bandeiras de luta eram defendidas por todo o país nos primeiros meses de 1985, eis algumas: redução da jornada de trabalho de 48 horas para 40 horas semanais, estabilidade de dois anos e a incorporação aos salários dos 30% de antecipação salarial concedidos em maio de 1985 em razão de movimento grevista nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em meio à onda de greves no ano de 1985, o governo agiu de forma autocrática, defendendo as leis herdadas do regime anterior, fazendo uso de mecanismos repressivos ao seu dispor (MACIEL, 2012, p. 86). Há um relato disponível no site da Rede Brasil Atual¹⁰⁹ que reflete bem as ações autocráticas do governo federal nos Correios.

¹⁰⁷ Texto parcialmente publicado no livro *Carta Aberta: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)*, de minha autoria.

¹⁰⁸ Inicialmente a greve de 1985 restringiu-se ao estado de São Paulo, no período de 6 a 8 de março. A greve contou com a participação de, aproximadamente, 20 mil empregados reivindicando 155% de aumento salarial; conseguiram 133%. Em abril de 1985, trabalhadores de vários estados também entraram em greve, reivindicando, com sucesso, o mesmo aumento obtido pelos paulistas. (BOVO, 1997, p. 79)

¹⁰⁹ <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/comissao-da-verdade-pedira-ao-ministerio-do-trabalho-dados-de-sindicalistas-perseguidos-4881.html>

A VERDADE QUE O CORREIO ESCONDE

Em 1985, a inspetoria dos Correios e os agentes do SNI invadiram a sede da nossa Associação - ACETESP, na Praça Princesa Isabel, Centro de São Paulo, cortaram água e luz, levaram todo nosso arquivo com o fichário dos nossos diretores e de todos os sócios registrados. Em seguida, lacraram a porta e deixaram um aviso, uma ordem judicial.

Todos os diretores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Fomos intimados a depor no DEOP'S da Rua Piauí... Graças a interferência e, atuação, em nosso processo, do advogado Eduardo Greenhalgh, enviado pelo "PT", o processo foi arquivado.

26 anos depois, conseguimos resgatar o nosso fichário, com uma relação de 956 nomes, encontramos no arquivo da "ABIN", em Brasília. (Comentário de Paulo Bezerra¹¹⁰ referente à matéria Comissão da Verdade pedirá ao Ministério do Trabalho dados de sindicalistas perseguidos, publicado 11/06/2013 no site da Rede Brasil Atual)

Com esta lista em mãos, a empresa executou a mando de Antônio Carlos Magalhães, uma verdadeira varredura em cima dos funcionários filiados à Acetesp. Foram 3.000 demissões nos anos de 1985 e 1986 (Injustiça na Anistia *in* Inverta – Semanário Comunista Voz Operária, edição 439, 12/09 a 06/10/2009, p. 04).

Em setembro de 1985, os ecetistas de São Paulo voltaram a protestar para denunciar que mil e quinhentos funcionários haviam sido demitidos em razão da última paralisação ocorrida no mês de maio. Os ministros militares não aceitavam, principalmente, as greves no serviço público, proibidas pela Lei de Greve em vigor, exigindo sua aplicação pelo governo e pela Justiça do Trabalho (Isto É, 8.5.1985 *apud* MACIEL, 2012, p. 86) À época, conforme noticiou a *Folha de São Paulo*, edição de 11 de maio de 1985, Marco Antônio Angeiras Bulhões, irritado, declarou que demitiria os responsáveis pelo movimento por considerá-lo um ato irresponsável. O movimento foi classificado como de desordem pelo então Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Leia o que ele disse:

“Com certeza há um certo tipo de infiltração, que não pode ser bem recebido pelo governo. Os pleitos dos trabalhadores merecem nosso apreço, mas a **desordem** não pode merecer o respeito do governo.” Disse Antônio Carlos Magalhães, **sem explicar o que seria esta “infiltração”**, alegando não pertencer a nenhum órgão de informação. (ECT pede decretação de ilegalidade. *Folha de São Paulo*, edição de 11 de maio de 1985, p. 19) (Grifo nosso)

“Vamos tomar todas as providências cabíveis na lei contra aqueles que não querem trabalhar nem deixam que seus colegas trabalhem.” Considerou a greve “absurda” por se tratar de um serviço essencial.

“Dialogamos com movimentos reivindicatórios justos, mas não aceitamos os que fazem greve para perturbar a ordem democrática. Assim vamos tomar todas as

¹¹⁰ Paulo Bezerra é ex-sindicalista demitido dos Correios na década de 1980 e presidente da Associação dos Anistiados dos Correios de São Paulo.

providências cabíveis na lei”, enfatizou o ministro. (Ministro garante que vai acabar com a greve nos Correios. *Folha de São Paulo*, edição de 15 de maio de 1985, p. 19)

Maciel (2012, p. 86) esclarece a citação acima identificando de onde partiam as infiltrações ao afirmar que “em junho, foi a vez de o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, criticar duramente a “infiltração esquerdista” no governo, o predomínio das “esquerdas” no pacto social, além dos projetos de Lei de Greve e de reforma agrária do governo.”

No Rio de Janeiro, grevistas chegaram a entrar em conflito com a Polícia Militar devido a piquetes para reivindicar estabilidade para as lideranças da associação e a garantia de que não haveria punição aos grevistas.

De acordo com o comando de greve, houve seis feridos durante os conflitos com a polícia, iniciados pouco depois da meia noite, quando cerca de quarenta policiais militares utilizaram jatos d’água e bombas de gás lacrimogêneo para garantir a saída, do prédio central da ECT, de veículos da empresa carregados de malotes. Muitos dos cinqüentas grevistas de plantão na porta do prédio tiveram que ser carregados pelos policiais, pois insistiam em ficar deitados na calçada para impedir a saída dos veículos. Ao final da assembléia de ontem, os grevistas decidiram organizar grandes piquetes, no prédio central e nos centros operacionais da ECT, para evitar novas retiradas de malotes. (Piquetes reprimidos no Rio. *Folha de São Paulo*, edição de 16 de maio de 1985, p.28)

Em 18 de maio de 1985, o diretor regional dos Correios de São Paulo, Marco Antônio Angeiras Bulhões, puniu com demissão por “justa causa” onze membros do comando de greve e integrantes da associação dos ecetistas em São Paulo¹¹¹.

“Além das demissões, virão suspensões, e advertências. A cada ativista caberá a punição na exata medida de sua participação nas atividades ilegais, como furar pneu de carro dos Correios, botar cola na fechadura das portas e realizar pressão física nos colegas para que não trabalhem,” disse um assessor da ECT, em Brasília. (Correio prepara dossiê para punir “ativistas” da greve. *Folha de São Paulo*, edição de 20 de maio de 1985, p. 13)

¹¹¹ Segundo notícia da *Folha de São Paulo*, edição de 19 de maio de 1985, p. 26, “além de Marilena e Edvaldo, foram demitidos: Pedro Porcino de Araújo (presidente da Acetesp), José Américo Queirós, Paulo Bezerra de Melo, Sebastião Bezerra Sobrinho, Edivaldo Gerônimo de Brito, Claudecir Vengel, Efigênio de Souza Pereira, Carlos Alberto Mihara, Manuel Teles de Souza.”

Em resposta às demissões, cerca de mil e quinhentos grevistas bloquearam, em 20 de maio de 1985, o acesso à agência central dos Correios de São Paulo. Os funcionários chegaram em passeata, após assembleia no Sindicato dos Bancários na qual decidiram manter a greve. Em Brasília, o presidente da ECT, Laumar Melo Vasconcelos, prometeu aumentar as punições após ter demitido toda a diretoria da Associação dos Empregados dos Correios no Rio de Janeiro.

A greve só acabou em 22 de maio, quando em assembleia geral, cerca de dois mil trabalhadores paulistas decidiram, após 13 dias de paralisação, suspender o movimento e retornar às atividades normais sem que as principais reivindicações tivessem sido atendidas e com saldo de 53 demitidos em São Paulo e 20 no Rio de Janeiro. Iniciava-se uma longa batalha pelo retorno dos demitidos. Em 27 de junho de 1985, ainda havia movimentação da Acetesp para reverter as demissões que aumentavam a cada dia.

Desde a última greve dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em maio, cerca de duzentos empregados foram demitidos e a empresa não pretende negociar as dispensas, segundo denunciou ontem ao ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, o presidente da Associação dos Funcionários dos Correios e Telégrafos (Acetesp), Pedro Porcino de Araújo. Porcino pediu ao ministro que faça gestões junto à empresa para que sejam reabertas as negociações, sustadas as dispensas e readmitidos os funcionários. (“Acetesp diz que 200 funcionários foram demitidos desde maio”. *Folha de São Paulo*, edição de 27 de junho de 1985, p. 24)

Ao longo da greve, destaque para o monitor postal José Américo Queiroz, o Alemão, então com 28 anos de idade, vice-presidente da Acetesp e que na ausência de Pedro Porcino, que estava em Brasília para negociações, foi o principal líder do movimento em constante diálogo com o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, principal ícone da corrente política que influenciou de forma marcante várias lideranças dos ecetistas em Alagoas e no país.

Na recente greve dos funcionários dos Correios – mais política que essencialmente reivindicatória -, a segunda deflagrada neste ano, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva, conforme o noticiário da imprensa, foi um orientador preponderante. Como experimentado consultor esteve traçando diretrizes aos dirigentes paredistas dos carteiros, inexperientes, porém comprometidos, simpatizantes e filiados ao PT que faz das greves, também, um movimento expansionista de propaganda política. (O pacto e o pato. *Folha de São Paulo*, edição de 01 de junho de 1985, p. 3).

No Rio de Janeiro, sete demitidos fizeram greve de fome por 72 horas na Câmara Municipal do Rio. Eles pediam a reintegração de 24 funcionários demitidos na capital fluminense. Os grevistas eram: Fernando Antônio da Silva, Elias Laje, João Anchieta, Ernani Coelho, Antônio Fernando Cardoso, Luís Mário e Sérgio Simões.

Nova mobilização aconteceu em alguns estados no mês de setembro de 1985. Em Maceió, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, cerca de 250 trabalhadores se reuniram em assembleia extraordinária, em 18 de setembro, coordenada pela ASCOR, e deliberaram pela realização de ato público em protesto contra o não cumprimento, por parte da ECT, da incorporação de 30% de reajuste salarial como estabelecia a Carta de Brasília. A orientação para a realização de ato público em todo o Brasil partia da UNECT¹¹² e o primeiro secretário da ASCOR, José Inácio Aguiar, utilizando-se de uma característica do “novo sindicalismo”, conclamou todos os trabalhadores a fazerem a mobilização em todos os setores de trabalho para que o ato público demonstrasse a unidade da categoria.

Com uma possível greve nacional em andamento, havia uma preocupação por parte do grupo de diretores liderados pelo vice-presidente da ASCOR quanto aos encaminhamentos que estavam sendo tomados. Judson Cabral procurou esclarecer a diferença existente entre um ato público e uma greve, pois naquele momento entendia que uma greve seria imatura trazendo possíveis prejuízos para os trabalhadores. Possivelmente, Judson Cabral estivesse preocupado com as demissões ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro após as mobilizações de maio, quando dezenas de trabalhadores foram demitidos em razão da greve. Entretanto, o carteiro José da Silva Correia¹¹³ e o empregado Jarbas conclamaram todos os trabalhadores para dobrar o número de presentes ao ato público.

Naquele período, havia uma mobilização nacional pela greve. Em Alagoas o periódico *Luta Popular*, em matéria intitulada “Servidores dos Correios decidem hoje se vão parar.”, fez

¹¹² UNECT – Embora não tenha conseguido informação oficial dessa sigla, provavelmente seu significado seja União Nacional dos Empregados dos Correios e Telégrafos. Movimento ligado aos primeiros momentos das associações. Nas fontes primárias consultadas, ela aparece uma única vez sob a forma de sigla em fala de Judson Cabral, conforme registro em Ata de Reunião da Diretoria da Ascor. Entretanto, durante as pesquisas foi encontrada, em alguns boletins Informativos da ASCOR a sigla UNAC – União Nacional das Associações dos Trabalhadores dos Correios. (Informativo ASCOR, setembro de 1986).

¹¹³ José da Silva Correia nasceu em Maceió, no dia 01 de agosto de 1960. Ingressou nos Correios em março de 1980 no cargo de carteiro, sob a matrícula 8.026.373-9. Após atuação na construção do movimento sindical ecetista, foi demitido em 20 de julho de 1987 por perseguição política. Como coordenador da Anistia do Sintect-AL, onde atuou em prol dos demitidos por razões políticas, conseguiu ser anistiado no governo Lula.

alusão a um Ato Público realizado no final da tarde do dia 23 de setembro de 1985, com participação de aproximadamente 400 funcionários, no Calçadão da Rua do Comércio, Centro de Maceió. O encontro tinha como principal objetivo chamar a atenção da sociedade e protestar contra o descumprimento de acordo pelos Correios para reposição salarial.

Em resposta ao Ato Público, a empresa tentou desmobilizar o movimento paredista pressionando os trabalhadores que já passavam por situação econômica difícil. Na época, as ameaças de demissão eram constantes. Em clima muito tenso, o presidente Lourival dos Santos já havia sofrido tentativa de agressão do então diretor regional, Celso Pinto Manguieira, porque insistiu em participar de reunião na qual os funcionários da Agência Central seriam ameaçados de demissão pelo diretor dos Correios, caso aderissem à greve.

Em 24 do mesmo mês, a *Folha de São Paulo* noticiava que na noite anterior “cerca de setenta trabalhadores dos Correios promoveram um ato público na Praça Ramos de Azevedo, centro de São Paulo.” Em entrevista, Maria Anacleta Nunes dos Santos, componente do Conselho de Representantes da Associação dos Funcionários da ECT em São Paulo, afirmava que as demissões continuavam acontecendo todos os dias desde a greve de maio, além das pressões contra os ativistas e as pessoas que estavam a fim de trabalhar pelos direitos políticos e trabalhistas nos Correios.

Além de Alagoas, cerca de quatrocentos ecetistas de Curitiba/PR participaram de manifestação em apoio às reivindicações da categoria. Ernani Coelho, presidente da Associação dos Empregados da Empresa de Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro, admitiu para a *Folha de São Paulo* que os ecetistas cariocas estavam dispostos a aderir ao movimento e que uma greve poderia ganhar proporções nacionais caso a ECT não atendesse às reivindicações da categoria. Para Coelho, 23 das 31 diretorias regionais espalhadas pelo Brasil estariam dispostas à paralisação. À época, nos Correios trabalhavam cerca de sessenta e oito mil trabalhadores, sendo que São Paulo era o estado com maior número de ecetistas – dezenove mil e novecentos funcionários.

Em Alagoas, no dia 30 de setembro, no mesmo auditório da OAB, por volta das 19 horas, o presidente Lourival dos Santos fez um discurso inflamado refletindo sobre a atual política econômica do governo federal e suas consequências para os trabalhadores dos Correios. Estes compareceram em massa à Assembleia, vários ficaram em pé. Dos 500 empregados que trabalhavam em Maceió, cerca de 450 estiveram presentes (SILVA 2008, p. 43).

Durante os encaminhamentos da assembleia para o movimento grevista, um fato chamou a atenção. Diante de todos na assembleia, Judson Cabral se posicionou contrário à greve e justificava seu posicionamento por entender que não havia razões para a paralisação, uma vez que o salário dos carteiros era razoável para a realidade do mercado. Entretanto, diante de toda a categoria reconheceu a difícil situação da classe, mas manteve o discurso contrário à greve e foi apoiado por Adilson Batista. De toda a sorte, os trabalhadores queriam greve e o grupo de diretores contrário ao movimento não convenceu. Voto vencido, Judson Cabral e Adilson Batista foram ainda contrariados pelos carteiros Andrade, José Correia e por Jorge Santos, este último operador de triagem e transbordo na Agência Central de Maceió.

Por fim, a greve geral foi decretada por tempo indeterminado sob o olhar de diversas personalidades dos partidos de esquerda e líderes sindicais de outras categorias que participaram desta assembleia, a exemplo de Kátia Born, Reinaldo Cabral, Djalma Falcão, Sérgio Barroso, Edberto Ticianelli e Claudionor Araújo¹¹⁴. Essas mesmas lideranças políticas testemunharam, após a decretação da greve, a renúncia de Judson Cabral e de outros diretores lotados na área administrativa dos Correios, optando assim por deixarem a ASCOR.

Antes dessa greve nacional, em março de 1985 havia sido deflagrada uma greve de três dias (6 a 8 de março) em São Paulo e outras greves menores em capitais como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Um indício de que os ecetistas estavam atentos à conjuntura política e econômica que tomava conta do país desde fins dos anos de 1970.

Sem sucesso quanto às exigências pontuadas nas manifestações de setembro, em 15 de outubro de 1985, quatro estados decretaram greve. Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará.

Os funcionários da ECT reivindicavam a incorporação da antecipação salarial de 30%, concedida em maio pela empresa e descontada no reajuste semestral de setembro (em vez de reajuste de 68,33%, receberam 29,4%). Além disso, querem a readmissão de 1.500 funcionários demitidos em São Paulo após a greve de maio (praticamente 10% da categoria na área da diretoria de São Paulo), trimestralidade,

¹¹⁴Neste período destacam-se as dificuldades quanto à consolidação dos partidos de esquerda em Alagoas. Segundo Carvalho (1993, p. 84), o PT em Alagoas viveu sua primeira década de existência administrando suas crises internas causadas essencialmente pela incapacidade de fazer política num quadro que não tinha a moldura de São Bernardo do Campo. Diferentemente de sua estrutura nacional, em Alagoas o PT conta com poucos quadros no movimento sindical urbano e uma quase ausência no movimento sindical no campo. O Partido Comunista do Brasil/PCdoB despontou no início da década de 80 como o mais organizado partido de esquerda em Alagoas. Em determinado momento o PCdoB tinha a hegemonia no movimento estudantil, presença nos movimentos sindicais urbano e rural. O partido Popular Socialista/PPS (ex-PCB), recém-saído de um Congresso de refundação, estreia a nova legenda. (...) A reconstituição dos laços com o novo movimento sindical e o crescimento enquanto legenda eleitoral, foram enormemente prejudicadas por suas dissensões internas.

estabilidade, redução da jornada de trabalho, manutenção do monopólio postal. (Greve nos Correios atinge quatro estados no primeiro dia. *Folha de São Paulo*, edição de 16 de outubro de 1985)

Em comunicado, a ECT classificou a greve como movimento político desagregador promovido por elementos estranhos aos serviços postais. Sendo que a nota não identificava quais eram os elementos estranhos. A 17 de outubro, a *Folha de São Paulo* noticiava as agressões da Polícia Militar do Rio de Janeiro contra os grevistas parados há dois dias e a adesão de nove capitais, incluindo São Paulo e Brasília.

No segundo dia de paralisação no Rio, oito grevistas ficaram feridos em choque com a Polícia Militar. Os choques ocorreram na madrugada e na manhã de ontem, em frente a sede da diretoria regional da empresa, no centro da cidade. Os PMs usaram cassetete e bombas de gás para dispersar um piquete. A noite, cerca de setecentos funcionários – 7% do pessoal da ECT no Rio – decidiram manter a paralisação. O governador Brizola condenou os incidentes e anunciou a abertura de inquérito. Em Brasília, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães disse que não vai negociar com os grevistas. (São Paulo adere à greve nos Correios. *Folha de São Paulo*, edição de 17 de outubro de 1985, p.01).

Durante a madrugada, a PM, apesar de ter agido com violência, não conseguiu que os caminhões deixassem o prédio. Por volta das 8h, a PM voltou à sede da ECT com um contingente maior: 130 homens, cem deles do Batalhão de Choque. Os soldados tentaram negociar com os piqueteiros. Estes, porém, notaram que, enquanto conversavam, os caminhões se preparavam para sair do prédio. Começou então o conflito, que duraria quase uma hora. Os policiais investiram contra os piqueteiros, agredindo-os a golpes de cassetetes. Os grevistas reagiram com pedras, que também eram lançadas de prédios vizinhos. (idem, p. 29)

A *Folha* também anunciava conflitos com a polícia em Belo Horizonte e Porto Alegre, inclusive com dois jornalistas feridos. Nos dois primeiros dias de greve, Antônio Carlos Magalhães já havia determinado a demissão de quarenta funcionários. Naquele momento, a greve era total ou parcial no Rio de Janeiro, Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Curitiba (PR), São Luiz (MA), Belém (PA), Manaus (AM) e Maceió (AL). Antônio Carlos Magalhães tentava desqualificar o movimento de todas as formas, inclusive com declarações do tipo: “existem muito mais *anarquistas*¹¹⁵ que empregados dos Correios nesse movimento. Quem não for trabalhar terá seu ponto cortado e será demitido.” (ECT demite 40 e ministro faz ameaças. *Folha de São Paulo*, edição de 17 de outubro de 1985, p. 29)

¹¹⁵ O uso do termo anarquista teve o sentido deturpado pelo ministro, tendo uma conotação de desordeiros fora da lei.

Em Maceió, a adesão à greve foi maciça e os dados colhidos nesta mesma edição da *Folha de São Paulo* são semelhantes aos verificados nos boletins informativos da ASCOR. Veja o que diz o jornal paulista: “Em Maceió, 92% (480) dos 520 funcionários da empresa entraram em greve ontem¹¹⁶, segundo o presidente da associação dos carteiros, Lourival dos Santos.” (Idem)

No terceiro dia de greve, a ECT demitiu mais trinta funcionários em todo o país, chegando a setenta o número de demitidos. Personalidades políticas nacionais, a exemplo de Ulysses Guimarães, e regionais a exemplo de Eduardo Bonfim, além de setores da imprensa, intercederam para apaziguar os ânimos e passaram a criticar duramente o ministro das Comunicações. Veja o que escreveu Paulo Sérgio Pinheiro, colunista da *Folha de São Paulo*:

Se os corredores brasileiros não se dão conta da luta contra o apartheid, na mesma semana tivemos no Brasil outro grande deslocado, o ministro Antônio Carlos Magalhães e sua atuação República Velha (não a da ditadura, a da República antes de 1930, a Velhíssima). [...] sua Excelência demonstra extraordinária consistência para não mudar nada na sua compleição original. Ao lidar com grevistas, seu ministério está dando uma lição para o mundo democrático. No ano passado, houve greve de correios na França e, este ano, nos Estados Unidos. Há dois anos, a Itália também se viu parada por um movimento semelhante. Greves longuíssimas, cheias de incidentes, negociações penosas. Lá, como aqui, os correios são julgados como serviços públicos essenciais. Nem por isso os governantes desses países se sentiram à vontade para usar da arma secreta que o ministro Antônio Carlos Magalhães tem com tanta proverbialidade e segurança: despedir as lideranças grevistas. Atenção Reagan, Mitterrand, Craxi, os senhores estão sendo incomodados por líderes e grevistas de associações de funcionários dos correios: façam como o Toninho, rua neles! Senhores líderes democráticos, não esqueçam também de fotografar e filmar todos os piqueteiros para depois enviar (como na recente Velha República) para a Polícia Federal poder processar com mais base as lideranças grevistas. Nada como a Lei de Segurança Nacional para se lidar com movimentos grevistas. Outras práticas mesclam com rara felicidade o moderno e o tradicional. Para intimidar a maioria dos funcionários, filas enormes de candidatas a vagas de carteiros, balconistas e inspetores foram formadas em lugares bem visíveis.

Assim não vale, ministro Antônio Carlos Magalhães. Era assim que seus antecessores na Velhíssima República liquidavam com as estruturas do movimento operário. Demitir lideranças de associações para depois dizer que o movimento não tinha “estrutura” é retomar as práticas do autoritarismo. Até sexta-feira passada eram mais de cem demitidos. Desse jeito é fácil acabar a greve: queremos ver é o mago da Bahia lidar com movimentos grevistas como fazem seus coleguinhas das democracias capitalistas. Negociando, dialogando, sem poderem recorrer à violência das demissões arbitrárias. A nota do presidente da ECT é um doce da Velhíssima e da Velha República: a greve dos funcionários dos correios é classificada de

¹¹⁶ A *Folha de São Paulo* leva a entender que a greve dos Correios em Alagoas tenha começado no dia 16 de outubro de 1985, porém em ata da assembleia geral disponibilizada no Sintect-AL, afirma-se que a greve em Alagoas foi decretada em 30 de setembro de 1985, mas com vigência a partir da zero hora do dia 02 de outubro de 1985 e com adesão de alguns estados a partir de 16 de outubro de 1985, conforme noticiado acima. Não ficou esclarecido porém se Alagoas realmente entrou em greve em 02 de outubro ou no dia 16 do mesmo mês conforme noticiado pela *Folha de São Paulo*.

“movimento político desagregador, promovido por elementos estranhos aos serviços postais.” Mas qual a greve que não tem a participação de sindicatos articulados com partidos políticos aqui e no mundo inteiro? Por que a diretoria da ECT, que pratica com tanta arte a integração polícia-empresa, não expõe com clareza quem são esses “elementos estranhos”? A tese da conspiração para explicar surtos grevistas já era, especialmente na transição democrática. (PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Insensíveis e ternos. In Folha de São Paulo*, edição de 22 de outubro de 1985, p. 03)

Após as severas críticas, com o fim da greve em Brasília, no dia 20 de outubro, o ministro Antônio Carlos Magalhães começou a ceder e deu um ultimato aos demais estados, ainda em greve, para que encerrassem a paralisação garantindo que não haveria mais demissão e prometendo rever as já realizadas. Após cinco dias parados, os funcionários voltaram ao trabalho sem que as reivindicações tivessem sido atendidas. Entretanto, os casos de demissão passaram a ser ponto de negociação que contou com a mediação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional Brasília), Maurício Correa. Porém, a determinação para a revogação das demissões nesta greve ocorreu somente em 23 de outubro, quando o ministro Antônio Carlos Magalhães determinou ao presidente dos Correios, Laumar Melo Vasconcelos, a anulação de todas as demissões de funcionários. A decisão saiu após reunião com a comissão de negociação dos grevistas e mediada pela OAB. Até aquele momento não se conseguia precisar o número de demitidos, entretanto, a *Folha de São Paulo* (edição de 24 de outubro de 1985, p. 32) publicava que no Rio de Janeiro havia 146 demitidos, seguidos por Brasília, 116, Pernambuco, 32, Rio Grande do Sul, 28, Amazonas, 25, Paraná, 24, Maranhão, 04, Minas Gerais, 01 e Alagoas, com 30 demissões, a maioria de lideranças da ASCOR.

O *Jornal de Alagoas*, de 19 de outubro de 1985, Ano XXIV, edição nº 238, noticiou o fato com a matéria intitulada “Alagoas pára a greve na ECT.” Em entrevista ao jornal, o diretor regional dos Correios, Celso Pinto Manguiera, declarou que os prejuízos com a greve giravam em torno de 150 milhões de cruzeiros diários e justificava as demissões como sendo uma reação da empresa contra “os elementos considerados cabeças do movimento grevista.” Na mesma matéria, o demitido Lourival dos Santos, em tom de lamento, denunciava que os Correios haviam usado a repressão policial contra os empregados.

O *Jornal do Brasil*, de 24 de outubro de 1985, também noticiou o resultado da reunião entre Antônio Carlos Magalhães e a comissão de representantes dos servidores de 10 estados, inclusive Alagoas, representada pelo presidente Lourival dos Santos. Segundo o periódico,

seriam anuladas 411 demissões em função do movimento grevista encerrado no dia 22 de outubro.

O ato de Antônio Carlos Magalhães, conhecido no movimento sindical como “Toninho Malvadeza”, não expressou em nenhum momento um sentimento de arrependimento pelas demissões. Em matéria do jornal *Gazeta de Alagoas*, edição de 26 de outubro de 1985, intitulada “Correios readmitirão os 30 funcionários.”, ficou evidenciado que as demissões chamaram a atenção da opinião pública em todo o Brasil e o retorno dos demitidos em Alagoas só foi possível devido a um amplo movimento de solidariedade e de protestos contra as punições. A Assembleia Legislativa do Estado e diversos sindicatos de trabalhadores aderiram às manifestações. Os deputados Moacir Andrade e Eduardo Bonfim denunciaram em sessão parlamentar o ministro Antônio Carlos Magalhães, como “ditador.” Em seguida, a Assembleia aprovou por unanimidade uma indicação do deputado Eduardo Bonfim pedindo a imediata readmissão dos demitidos. Bonfim e Moacir Andrade foram aparteados por outros deputados que apoiaram o pedido de readmissão. Severas críticas foram feitas à maneira arbitrária e truculenta adotada pela direção dos Correios em Alagoas para reprimir a greve e punir as lideranças dos trabalhadores.

2.8.1 Protestos de trabalhadores contrários às demissões e perseguições nos Correios

Durante a sessão da Assembleia Legislativa, um abaixo-assinado encabeçado pelos demitidos pedia a readmissão dos servidores punidos e denunciava a repressão nos Correios. O documento teve imediata adesão dos parlamentares, inclusive de seu presidente, deputado Roberto Torres e seguia assinado por líderes de várias áreas que lá estiveram em solidariedade aos funcionários dos Correios. Também assinaram o manifesto os Sindicatos dos Médicos, Radialistas, Jornalistas, Assistentes Sociais, Metalúrgicos, Bancários, Associação dos Processadores de Dados, Conclat, além de jornalistas, advogados e profissionais de vários outros setores.

A indicação de Eduardo Bonfim, pedindo a readmissão dos punidos, bem como o abaixo-assinado, foram enviados ao Presidente da República, aos ministros do Trabalho, Almir Pazzianoto e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações. Os demitidos também

buscaram apoio do governador Divaldo Suruagy¹¹⁷ após mediação de João Sampaio¹¹⁸. A ideia era que o Governo do Estado fizesse uma intervenção junto ao ministro Antônio Carlos Magalhães para que este voltasse atrás de sua decisão. A pressão sobre o ministro ganhou conotação nacional nos diversos segmentos da sociedade, o que o fez ceder e determinar o retorno de grande parte dos funcionários demitidos.

Com a revogação das demissões, a categoria continuou sendo oprimida por chefes obedientes ao modelo administrativo militar praticado na empresa, a exemplo de Carlos Roberto Davi, chefe do Centro de Distribuição Domiciliária de Maceió, que era temido pela maioria dos carteiros e que, segundo depoimentos, pertencia à linha dura da empresa tendo sido o responsável por diversas demissões.

Os ecetistas, principalmente os da área operacional que militavam junto a ASCOR, viviam momentos de incerteza quanto ao futuro profissional. As lideranças dos trabalhadores não gozavam de estabilidade e a Associação passava por sérias dificuldades financeiras. Uma parcela dos trabalhadores resistia em contribuir com uma entidade que, segundo eles, tinha fins políticos. Devido à conjuntura intransigente nos Correios, com muitas demissões por todo o Brasil, vários viam nos diretores da ASCOR uma ameaça aos seus empregos caso aderissem às mobilizações. O sentimento de solidariedade não era unanimidade entre os ecetistas, muito menos a tão sonhada, pelas lideranças sindicais, combatividade entre todos os funcionários; se percebia claramente a dificuldade para aglomerar toda a categoria em torno do movimento sindical.

A estrutura administrativa com resquícios militares nos Correios intimidava a participação em massa nas mobilizações, o discurso anticomunista se fazia presente diariamente na empresa enquanto a força da ASCOR se concentrava na área operacional. Não pela assimilação do discurso marxista, praticamente inexistente entre os trabalhadores, mas pela natureza penosa do serviço e pela repressão dos gestores que gerava um descontentamento reforçado pelos baixos salários¹¹⁹ e pelas dificuldades econômicas do país. Por outra parte, embora os funcionários da área administrativa sofressem as mesmas restrições

¹¹⁷ Segundo depoimento informal de José da Silva Correia e Luiz Batista (Luizão), o ecetista José Inácio Aguiar Ribeiro foi contra o pedido de ajuda a Divaldo Suruagy para que intervisse junto ao ministro Antônio Carlos Magalhães objetivando o retorno dos demitidos à ECT.

¹¹⁸ João Rodrigues Sampaio Filho - Prefeito de Maceió por duas vezes (1971-1975/1990-1992). Atualmente (janeiro de 2016) é reitor do Centro Universitário CESMAC.

¹¹⁹ A crise fiscal do Estado degradou a qualidade dos serviços públicos e conteve os salários reais dos servidores, sobretudo em nível federal, que tiveram seu poder de compra corroído em quase 60% entre 1983 e 1989 (NORONHA, 1992 *apud* CARDOSO, 2003, p. 36)

salariais, a natureza do trabalho em ambiente salubre, climatizado, livre das intempéries e do grande esforço físico, além da convivência diária com diversos gestores dos mais variados níveis acabaram por seduzi-los a aparente indiferença com a luta e a organização de classe.

Minha experiência de doze anos no cargo de carteiro, me permitiu testemunhar alguns casos de carteiros ou operadores de triagem ativos na luta sindical que quando reabilitados ou desviados de função para a área administrativa, se afastaram do movimento e passaram a compor com os não grevistas, com os que não estavam dispostos a reivindicar.

As lideranças buscavam alternativas para unificar os ecetistas. As atividades de lazer promovidas pela ASCOR na ASTEL¹²⁰ serviam de momentos de confraternização e, de certa maneira, para aproximar e desenvolver o espírito de solidariedade entre os trabalhadores. Muitos se filiaram à Associação, ajudando-a financeiramente, mas se recusavam a marchar durante as mobilizações. Ficava clara a insegurança desses trabalhadores e o precário sentimento de solidariedade, que reforçados pela eficiente perseguição às lideranças de classe, criou um fosso entre os trabalhadores da área operacional e os da área administrativa. Entretanto,

Uma mesma situação social e um mesmo objetivo de superá-la levam os vários personagens a registrarem suas formas de pensar e interpretar a sociedade, o momento político, as manifestações de poder e toda uma gama de percepções e sensibilidades com uma mesma frequência (FERREIRA, 2011, p.33)

Por isso, após a greve de 1985 parte dos carteiros, maioria dentre os ecetistas, assumiram a vanguarda do movimento sindical nos Correios enquanto diversos membros da categoria, boa parte da área administrativa, apenas se beneficiavam das conquistas alavancadas nas campanhas salariais. Muitos, sequer procuravam contribuir financeiramente com a manutenção estrutural do movimento, enquanto outros, se comportavam de forma oportunista trabalhando pelo enfraquecimento e destruição da organização de classe nos Correios. Esse fato pode ser fundamentado no pensamento de Linden (2013, p. 211) quando o autor afirma que “os empregadores podem empregar outros métodos para complicar a mobilização das greves. Eles podem elevar os custos da ação coletiva, por exemplo, jogando grupos de trabalhadores uns contra os outros, ou ameaçando-os de demissão.”

¹²⁰ Possivelmente, salve-me do engano, a sigla ASTEL significava Associação dos Trabalhadores da Telasa – Telecomunicações de Alagoas.

Desse modo, a partir das greves de 1985, estava posta uma nova forma de relação entre os ecetistas, os Correios e o governo federal. Uma relação conflituosa que evidenciou um protagonismo de parte dos trabalhadores da ECT. De maneira que, conforme avançava a crise econômica durante o governo Sarney “e na medida em que seu continuísmo em relação ao governo militar ficava cada vez mais patente” (MACIEL, 2012, p. 27), o movimento de classe nos Correios se fortalecia e ampliava seu poder de mobilização por todo o país.

Por conseguinte, os Correios continuavam com suas práticas arbitrárias, a exemplo do diretor regional de São Paulo, Marco Antônio Angeiras Bulhões, que não respeitando o princípio do contraditório, em fevereiro de 1986 determinou a demissão de um carteiro após acusação sem provas de uma usuária. De modo que a *Folha de São Paulo* assim noticiou:

Carteiro demitido

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (regional São Paulo) afirma que a denúncia da Sra. Ida Angela Krueger, culpando funcionários pelo extravio de quatro cartas sem registro, não pode ser comprovada. O diretor regional da empresa, Marco Antônio Angeiras Bulhões, afirma: “Como nosso interesse não é levantar dúvidas quanto as afirmativas de nossos clientes, mas comprovar fatos, optamos pela substituição do carteiro acusado, evitando a continuidade da inamistosa situação mencionada pela Sra. Ida em sua carta.” (*Folha de São Paulo*, edição de 12 de fevereiro de 1986, p. 13)

Nesse clima hostil e de muita radicalidade, no mês de novembro de 1986, os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro decretaram greve, mesmo com a ECT ameaçando usar a Lei de Greve para punir os trabalhadores. As reivindicações eram de 36,5% de reposição salarial, direito à sindicalização e readmissão dos demitidos durante a greve de maio de 1985.

No Rio de Janeiro, treze carteiros foram presos por agentes da Polícia Federal sob a acusação de estarem fazendo piquete na agência postal 1º de Março, no Centro da cidade (*Folha de São Paulo*, edição de 26 de novembro de 1986, p. 16). Ao todo foram treze funcionários presos e em seguida demitidos sob a acusação de piquete (Idem, 26 de novembro de 1986, p. 15).

A ASCOR não participou diretamente da greve dos Correios nesse ano. Havia uma preocupação das lideranças, que percebiam uma fragilidade do movimento ao classificá-lo como desarticulado e num contexto em que os ecetistas estavam temerosos, em razão das

centenas de demissões ocorridas nos Correios por determinação do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães¹²¹.

O 1º secretário José Inácio Aguiar Ribeiro deixou transparecer a sua preocupação quanto ao nível de organização nacional, fazendo ver que ainda existiam muitas debilidades que precisavam ser superadas e em caso de uma precipitação de um movimento desarticulado, poderia implodir todo movimento, quando as associações mais combativas sofreriam golpes profundos com possíveis demissões das principais lideranças, podendo a partir daí surgir associações puramente recreativas, o que é pretensão da ECT. (Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos Empregados dos Correios em Alagoas, realizada em 26 de setembro de 1986).

Em 04 de novembro de 1986, a ASCOR realizou assembleia geral extraordinária para deliberar pela greve nacional dos empregados dos Correios. Em sua fala, o presidente Lourival dos Santos fez uma exposição do cenário nacional e informou os estados que estavam realizando assembleia para decretar greve geral¹²². Cinquenta e dois associados estavam presentes na assembleia, número considerado pequeno pelas lideranças da ASCOR. Diante disso, ficou definido que não seria possível decretar greve geral em Alagoas em razão da pequena presença de ecetistas na assembleia¹²³. Decidiu-se, porém, a realização de ato público em frente ao edifício sede da estatal em Alagoas em protesto pela intransigência da direção dos Correios e em apoio aos ecetistas de outros estados que estavam em greve.

Em Maceió, notícia do *Jornal de Alagoas* dava conta de que os ecetistas alagoanos, após a greve geral coordenada pelas centrais sindicais e ocorrida em 12 de dezembro de 1986, estavam sofrendo forte reação da diretoria regional e que esta determinou investigação implacável para identificar os empregados que participaram do movimento paredista nacional ao distribuir panfletos e incentivar a adesão dos ecetistas. Dentre os investigados, o carteiro José da Silva Correia passou pelo interrogatório “policial” realizado pelos Correios para punir os participantes do movimento reivindicatório. O fato aponta para uma postura antagônica dentro da ECT em relação ao período considerado por intelectuais, a exemplo de Daniel Aarão Reis, como transição democrática.

¹²¹ Ata da Assembleia Extraordinária realizada no dia 26/09/1986, às 18:30 horas no auditório da Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas para cumprir o calendário de mobilização nacional.

¹²² Segundo Lourival dos Santos, Santa Maria (RS), Porto Alegre (RS) e Pernambuco e outros estados estariam na mesma data realizando assembleia geral para definir se aderiam a paralisação.

¹²³ Segundo consta em Ata da Assembleia Geral de 04/11/1986, os Correios de Alagoas contava com 800 funcionários em seus quadros.

Por fim, sem avanços econômicos e enfraquecida pelo tempo, a greve terminou com a ECT se negando a readmitir os treze trabalhadores presos pela Polícia Federal e os demais demitidos em maio de 1985.

2.9 O I Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios¹²⁴

Maceió sediou o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios. O evento confirmou a organização em nível nacional das associações dos empregados com a predominância da natureza combativa, sindical e da forte militância dos ecetistas alagoanos nos momentos iniciais dessa organização.

O Congresso ocorreu de 08 a 10 de agosto de 1986 após deliberação do Encontro Nacional das Associações, realizado em São Paulo para debater a campanha salarial de 1986 e eleger uma diretoria executiva para encaminhar as questões nacionais dos trabalhadores. Delegações de grande parte do Brasil compostas por 120 delegados representando 21 associações participaram do evento com bandeiras de luta que definiram os rumos do movimento classista pelos anos posteriores.

Foto 4 - 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios, realizado em Maceió.



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

¹²⁴ Texto inicialmente publicado no livro *Carta Aberta: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)*, de minha autoria.

As demissões ocorridas após a greve de 1985 foram tema de destaque ao longo do encontro. Entretanto, a discussão em torno do Instituto de Seguridade Social dos Correios (Postalis) já demonstrava uma preocupação dos empregados quanto ao tempo de serviço para a aposentadoria. Outros temas paralelos, mas de significativa importância, também foram tratados no Congresso, a exemplo do direito ao vale-transporte, liberação de diretores das associações para organizar o movimento classista, viabilização de desconto das mensalidades em folha de pagamento, redução da jornada de trabalho para 40 horas¹²⁵, além de outros pontos que denunciavam o tratamento dado pelos Correios a seus trabalhadores.

Obviamente que os temas discutidos durante o Congresso orbitaram em torno da política econômica do governo Sarney. Principalmente em virtude do Plano Cruzado, lançado pelo governo em 28 de fevereiro de 1986 e que afetou diretamente os empregados dos Correios em meio a troca da moeda nacional, o congelamento de preços - que levou a uma crise de desabastecimento nacional e a redução do poder de compra dos salários.

Centenas de trabalhadores dos Correios em São Paulo estavam desempregados neste período. As greves eram decretadas ilegais e a Nova República utilizava-se da Lei de Segurança Nacional¹²⁶, de Imprensa, dos Estrangeiros e de Greve como instrumentos de repressão contra as manifestações que denunciavam as medidas adotadas pelo governo federal (SILVA, 2008, p.51).

Essa conjuntura, em pleno processo de redemocratização, levou a ASCOR a debater sobre a manutenção do monopólio postal, a autonomia sindical, a manutenção do emprego de 70 mil trabalhadores dos Correios, o direito a sindicalização e o direito de greve. Ainda no boletim informativo datado de agosto de 1986, a ASCOR percebe no primeiro congresso da categoria um papel fundamental para a unificação da classe em nível nacional.

COMPANHEIROS CONGRESSISTAS,

A luta é grande, as pressões são muitas mas nossa organização em associações avança rapidamente em todo o País. O resultado é este nosso 1º CONGRESSO NACIONAL, que cumpre um papel fundamental na unificação de nossa ação nacionalmente.

Estamos, em pouco tempo, somando vitórias importantes, tanto no aspecto de nossa organização, quanto no avanço da consciência dos ECETISTAS de que é preciso

¹²⁵ I Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios. Bandeiras prioritárias. Maceió: 1986, p. 01 e 02.

¹²⁶ Sua orientação era marcada por forte ideologia anticomunista e objetivava a limitação das liberdades individuais, a introdução da censura aos meios de comunicação e a repressão total aos que se opunham por meio de atividades clandestinas.

LUTAR! LUTAR! Temos o DIREITO À ESTABILIDADE NO EMPREGO, SALÁRIO JUSTO, JORNADA SEMANAL DE 40 HORAS. Exigimos o FIM DAS DEMISSÕES POLÍTICAS, A EFETIVAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS e a DEFESA DO MONOPÓLIO POSTAL, em defesa do emprego de 70.000 companheiros e do patrimônio da nação ameaçado pelo capital internacional, articulado com o capital nacional e da falsa “Nova República”. Exigimos o DIREITO À SINDICALIZAÇÃO, e estamos, na prática, enfrentando uma legislação trabalhista fascista que nos nega este e muitos outros direitos, como a liberdade e autonomia sindical e o direito irrestrito de greve. Venceremos se cada vez houver mais unidade e participação dos ECETISTAS em nossas associações.

FELIZ CONGRESSO. VITÓRIA!!! VITÓRIA!!! (Boletim Informativo ASCOR, 1986, p.02).

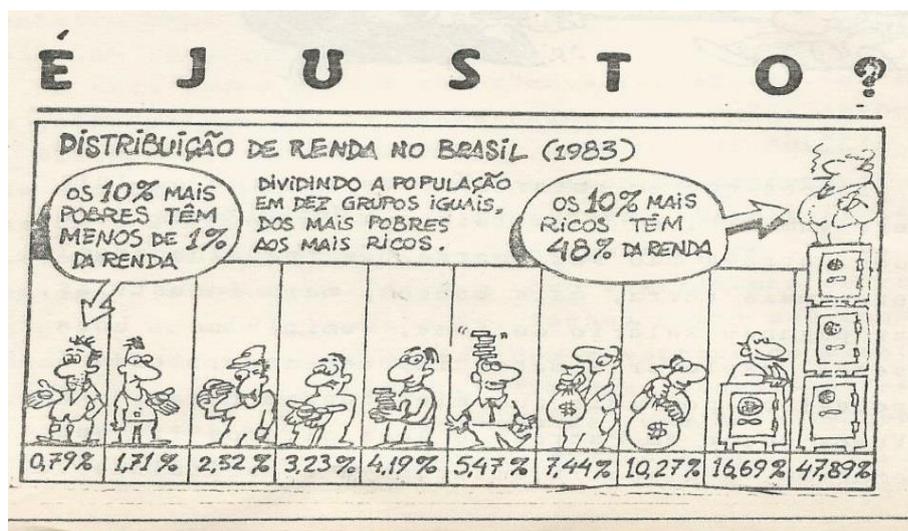
Vê-se na citação que, após um ano de fundação da ASCOR, havia um clamor pela união nacional dos trabalhadores dos Correios acompanhada de uma tônica de forte crítica à Nova República e ao governo Sarney, defendendo a estabilidade no emprego, salário justo, jornada semanal de 40 horas, fim das demissões políticas e pela manutenção do monopólio postal. As críticas das lideranças dos ecetistas contra a Nova República acompanhavam a posição política da CUT referente ao tema. Para os cutistas,

O projeto da “Nova” República nasceu marcado pela tradição do poder burguês do Brasil de manter-se sempre tutelado pelos militares em razão de não ter a classe dominante partidos políticos fortes, com feições ideológicas nítidas e aglutinadoras de forças sociais expressivas. A “Nova” República é o projeto de reciclagem do poder burguês através da constituição de uma nova ordem política, jurídica e administrativa que corresponda a novas iniciativas implementadas para dar saídas à crise do capitalismo. É o projeto da continuidade da adequação do capitalismo no Brasil às novas condições da divisão internacional do trabalho, continuidade que se expressa particularmente na política econômica de “austeridade” que marcou todos os ministros econômicos da “velha” e da “nova” República. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 01/02)

Orientados pelas críticas da CUT e do Partido dos Trabalhadores contra a Nova República, as lideranças dos ecetistas procuravam através da comunicação visual conscientizar o trabalhador dos Correios sobre os problemas nacionais.

A figura abaixo alerta para a má distribuição de renda no Brasil em 1983. Três anos depois foi utilizada em boletim informativo da ASCOR (1986) como propaganda contra o governo e sua política econômica.

Figura 2 – É justo? Distribuição e Renda no Brasil (1983)



Fonte: *Informativo ASCOR*, agosto de 1986, p. 03.

Em 1983, o governo federal estava nas mãos dos militares e Alagoas se apresentava com 42% da população economicamente ativa desempregada ou subempregada; 55% da população acima de 15 anos era analfabeta e 38% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escolas (CARVALHO, 1993, p. 23). Resgatar um documento desse período, três anos após sua elaboração, indica que as lideranças da ASCOR tinham uma visão de continuidade das mazelas do regime ditatorial durante a Nova República, inclusive nos Correios. Deste modo, em alguns momentos, as lideranças buscaram apoio de representações partidárias para mediar o conflito com a ECT. Em 24 de abril de 1987, o jornal *Gazeta de Alagoas* tornou público o pronunciamento do vereador por Maceió, Edberto Ticianelli, que fez duras críticas ao então diretor regional Jarbas Maranhão. Ticianelli o acusava de “não fazer outra coisa senão perseguir funcionários que não rezam pela sua cartilha partidária.”

A Justiça do Trabalho também foi alvo de críticas. Num período em que praticamente não havia avanço nas reivindicações ao governo federal, a justiça trabalhista estava desacreditada pelos ecetistas, principalmente porque não havia uma intervenção quanto às questões econômicas nem a reversão das centenas de demissões ocorridas desde 1985 nos Correios por todo o país. Em matéria intitulada “Nas Garras dos Urubus?”, divulgada no *informativo ASCOR*, edição de março de 1987, há referência contra o julgamento de Mauro Lapa, presidente da Associação dos Empregados dos Correios de Pernambuco e demitido em novembro de 1986 em razão de ter liderado a greve no estado. A legislação era duramente

criticada em seu código de leis com rótulos do tipo: “legislação trabalhista fascista” e “tribunal das elites”. A visão que se tinha era a de que a Justiça do Trabalho compactuava com as ações mais odiosas da repressão (SILVA, 2008, p.52).

A legislação trabalhista fascista respalda OS FASCISTAS DA ECT, legalizando as ações mais ODIOSAS DA REPRESSÃO. Por isso o companheiro MAURO LAPA, que liderou os ECETISTA pernambucanos na GREVE DE NOVEMBRO, teve SEU CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO e, agora, será SUBMETIDO AO JULGAMENTO DOS TRIBUNAIS DAS ELITES. O deleite dos fascistas não esconde de nenhum ECETISTA a certeza de que quem deveria ser julgado, seriam eles, opressores, repressores e exploradores de quem de fato TRABALHA e PRODÚZ: OS TRABALHADORES. Confiamos, contudo, que seja feita justiça e MAURO LAPA SEJA ABSOLVIDO. (Nas Garras dos Urubus - Informativo ASCOR - Boletim dos Ecetistas de Alagoas, março de 1987, p. ?).

Em abril de 1987, a ASCOR anunciava a absolvição de Mauro Lapa e sua reintegração aos quadros dos Correios de Pernambuco. Nos pronunciamentos das lideranças dos trabalhadores, se destacavam a decisão da justiça como uma importante vitória contra os “fascistas da ECT” e sua condenação pela imaginária “Justiça dos Trabalhadores”. (Mauro Lapa absolvido *in Informativo ASCOR* – Boletim dos Ecetistas de Alagoas, ano 02, nº 09, abril de 1987).

Após sua absolvição, Mauro Lapa esteve em Maceió para participar da assembleia geral realizada em 08 de junho de 1987. No encontro, passou os informes sobre a reunião que as lideranças das associações de correio tiveram com o presidente da ECT para tratar sobre os pontos da pauta de negociação elaborada no II Congresso Nacional dos Trabalhadores dos Correios, realizado em Campinas/SP, em fevereiro de 1987. Mauro Lapa agradeceu o apoio dado pelos ecetistas alagoanos durante seu julgamento na Justiça do Trabalho, ressaltou a postura antidemocrática do presidente dos Correios e teceu diversas críticas contra a ECT e Antônio Carlos Magalhães.

2.9.1 Greve e demissões nos últimos anos da década de 1980

Linden (2013, p. 203) “define a greve como uma forma de luta, coerção e poder”. Para o autor, a greve pressupõe um conflito numa situação onde os interesses entre trabalhadores e empregadores divergem entre si. É fato que na relação capital-trabalho ambas as partes

desejam obter resultados favoráveis que, quando não alcançados, desencadeiam fortes reações com reflexos no cotidiano de todos. Pressão para o atingimento de metas, punições, assédio, demissões etc., podem ser instrumentos utilizados pela classe patronal para ter seus objetivos¹²⁷ alcançados. No caso dos Correios, as fontes primárias pertinentes a segunda metade da década de 1980 indicam que as ameaças se davam de forma constante na gestão do diretor regional Jarbas Maranhão. Por várias vezes nas manchetes de jornais de grande circulação, o diretor sempre era acusado pelas lideranças dos trabalhadores e por políticos de esquerda, a exemplo de Freitas Neto¹²⁸, de perseguir e demitir dezenas de trabalhadores dos Correios. Jarbas Maranhão chegou a publicar, segundo a *Gazeta de Alagoas* de 02 de abril de 1987, nota impedindo qualquer manifestação de caráter político ou ideológico por parte dos funcionários nos recintos da empresa. Para Ticianelli, o diretor regional, de forma repressiva, atentava contra o direito que os trabalhadores tinham para discutir livremente, sem imposições, os problemas econômicos, políticos e sociais do País.

Nesse ambiente hostil, em meados de 1987, a morte do carteiro Jackson da Silva Lima¹²⁹, ocorrida no dia 24 de junho de 1987, serviu de estopim para a demissão de José da Silva Correia, diretor social da ASCOR e carteiro do Centro de Distribuição Domiciliária¹³⁰. Correia foi demitido por justa causa ao emitir opinião entre seus colegas de trabalho para que todos os carteiros fossem prestar as últimas homenagens ao carteiro Jackson. O fato gerou controvérsia quando o carteiro Correia, seguido pelo colega José Hébio Albuquerque Ramalho¹³¹, entrou em discussão com o chefe do CDD, Carlos Roberto Davi dos Santos.

¹²⁷ Os objetivos podem estar relacionados a produção, ao lucro e, até mesmo, ao impedimento ou enfraquecimento da organização de classe nas empresas.

¹²⁸ Freitas Neto nasceu na capital alagoana, em 19 de dezembro de 1949, e morou por muitos anos no tradicional bairro de Bebedouro. Depois de uma ativa trajetória como estudante secundário e universitário, abraçou as carreiras de jornalista, e radialista muito cedo, passando pelas principais redações de esporte e política dos principais veículos de comunicação de Alagoas e correspondente, por 19 anos, do Jornal Estado de São Paulo, o "Estadão". João Vicente Freitas Neto (47) e sua esposa, Maria das Graças de Carvalho Freitas (49) morreram em um desastre aéreo, envolvendo um avião bi-motor Antonov 24, da empresa Cubana de Aviación, no mar do Caribe, numa noite de sexta-feira em 11 de julho de 1997, minutos depois de decolar de Santiago de Cuba em direção à capital cubana, Havana. (disponível em <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/178144/2012/07/11/ha-15-anos-jornalismo-alagoano-perdia-freitas-neto>)

¹²⁹ Segundo informações constantes na Ata de Reunião Extraordinária da ASCOR, de 17 de outubro de 1986, o carteiro Jackson da Silva já se encontrava enfermo e passando por dificuldades financeiras, a ponto de ser aprovada uma doação no valor de Cz\$ 800,00 pela ASCOR em solidariedade ao carteiro. Quando procurado nos registros ou nas conversas informais com carteiros contemporâneos, a exemplo de José da Silva Correia, não obtivemos maiores detalhes sobre a vida profissional e familiar do carteiro Jackson.

¹³⁰ Neste período, Maceió possuía apenas um Centro de Distribuição Domiciliária para atender a toda cidade.

¹³¹ Atualmente é professor da Rede Estadual de Ensino em Alagoas.

Aproveitando-se do momento oportuno, pois demitir um diretor da ASCOR por motivação política agravaria o mal-estar estabelecido na opinião pública através das manchetes de jornais que logo seriam publicadas, Jarbas Maranhão e seu diretor adjunto, Anildson Meneses Silva¹³², no dia 20 de julho de 1987 demitiram por justa causa José da Silva Correia e José Hébio sem qualquer oportunidade de defesa. Após a demissão, o clima entre os carteiros e demais funcionários dos Correios era de extrema apreensão e revolta, conforme noticiou a *Tribuna de Alagoas*, de 22 de julho de 1987. Em 09 de agosto do mesmo ano, o fato ainda era matéria jornalística na imprensa alagoana através da *Gazeta de Alagoas*, que noticiou a realização de um ato público coordenado pela ASCOR defronte à agência central dos Correios para denunciar o caso à população.

Em 13 de agosto de 1987, preocupados com a opinião pública quanto às denúncias de perseguição, os Correios emitiram nota no *Jornal de Alagoas* desmentindo a ASCOR e justificando as demissões de José Correia e de José Hébio por indisciplina, insubordinação e desacato a diretoria e gerentes. Ainda na nota, os Correios insistem em afirmar que os demitidos pregavam a desordem, a indisciplina e a baixa produtividade.

Uma contra argumentação teórico-metodológica para a queixa dos Correios se encontra em Linden (2013, p. 195), quando este afirma que

Os trabalhadores subalternos podem recorrer a uma vasta gama de estratégias. Quais, exatamente, serão as formas de protestos usadas vai depender de muitos fatores. [...] Até mesmo os segmentos mais fracos da classe trabalhadora subalterna podem recorrer a métodos como fingir não entender as tarefas confiadas a eles, realizar trabalho de baixa qualidade, produzir pouco ou combinar roubos coletivos.

Obviamente que outros casos de trabalhadores rotulados de improdutivos, indisciplinados e desordeiros estão presentes na história dos Correios. Em parte dos casos, tratava-se de estratégia para legitimar as demissões e criminalizar os resistentes dentro da estatal. Em outras situações, o comportamento “marginalizado” se dava em reação ao rigor e à repressão administrativa na ECT.

No caso dos carteiros Correia e Hébio, a ASCOR, pleiteando a simpatia da opinião pública revidou a nota reafirmando no *Jornal de Alagoas*, de 16 de agosto de 1987, todas as denúncias de perseguição política praticada pela então diretoria regional. Ao diretor Jarbas

¹³² Atualmente é assessor jurídico nos Correios.

Maranhão foi sugerido o livre acesso da imprensa aos setores de trabalho a fim de comprovar as perseguições contra os trabalhadores. A sugestão não foi acatada pelo diretor regional.

De todo modo, os trabalhadores estão propensos a usar de forte pressão para alcançar reivindicações econômicas, sociais e ou/políticas de interesse da classe diretamente envolvida ou de outras (LINDEN, 2013, p. 204), a exemplo do que ocorreu em 10 de dezembro de 1987, quando o jornal *Folha de São Paulo* noticiava que na noite anterior, os carteiros de Brasília decretaram greve para reivindicar reajuste salarial de 105%, tíquete-refeição no valor de Cz\$ 120,00 com reajuste trimestral a partir de 1988. Em São Paulo, a assembleia da categoria optou pela continuidade das negociações com a ECT e não decretou greve.

A paralisação logo levou o ministro Antônio Carlos Magalhães a declarar que não haveria qualquer tipo de diálogo e classificar o movimento de “político e injustificado” determinando a demissão sumária dos funcionários que participassem de piquetes. (*Folha de São Paulo*, edição de 11 de dezembro de 1987). Além de Brasília, Amazonas e Pernambuco decretaram greve. Em Alagoas, a paralisação durou apenas meio período tendo sido encerrada às 11 horas e 15 minutos do dia 10 de dezembro, segundo noticiou a *Folha de São Paulo*. O periódico ainda afirmava que, segundo Lourival dos Santos, presidente da ASCOR, cerca de 70% dos carteiros aderiram ao movimento e toda a entrega de correspondência foi paralisada (*idem*).

O curto período de greve em Alagoas se justificava devido a truculência de Antônio Carlos Magalhães, que tratava as lideranças do movimento com demissão sumária. A não adesão dos ecetistas de São Paulo ao movimento era outro fator importante. A época, o estado era uma referência para o movimento de classe nos Correios por abrigar a maioria dos ecetistas do país. Quando não parava as atividades, o movimento nacional dos trabalhadores dos Correios ficava enfraquecido e com menos poder de barganha junto ao governo federal.

Uma nova greve ocorreu no ano seguinte (1988). Iniciada na capital paulista, somente 24 dias depois da paralisação em São Paulo, os ecetistas em nível nacional começaram a realizar suas assembleias para avaliar a possibilidade de paralisação em vários estados. Para reprimir o movimento, em 03 de agosto de 1988, a diretoria dos Correios paulistas demitiu 50 funcionários, totalizando 1200 demissões desde julho do mesmo ano no estado (*Folha de São Paulo*, edição de 04 de agosto de 1988, p. 18).

Durante o movimento paredista, o ministro Antônio Carlos Magalhães demitiu o presidente da ECT, Laumar Melo Vasconcelos, sob a acusação de transações irregulares para

a venda de um terreno da ECT na Ponta do Arpoador, no Rio de Janeiro (Idem). Enquanto o presidente era demitido, os grevistas reivindicavam 45% de reposição salarial, aumento do vale-refeição de Cz\$ 200,00 para Cz\$ 320,00, retorno dos demitidos e pagamento dos dias parados. Porém, em assembleia realizada em 04 de agosto, Rio de Janeiro e Brasília não aderiram à greve. Os ecetistas de Brasília optaram por negociar com o ministro das Comunicações. Já no Rio de Janeiro, foi marcada uma nova assembleia para o dia 09 de agosto de 1988 para reavaliar a decisão.

Antônio Carlos Magalhães cedeu parcialmente às reivindicações dos grevistas autorizando reajuste de 35% nos salários e o pagamento do vale alimentação no valor de Cz\$ 300,00. Entretanto, se negou a anular as demissões realizadas por motivo de greve.

Quando a reunião começou, Antônio Carlos disse que estava ali para discutir problemas salariais. Em seguida, falou o representante de Pernambuco, Mauro Lapa, 44, que pediu a readmissão dos 1.150 empregados demitidos em São Paulo por causa da greve. O ministro, segundo versão dos funcionários e de sua assessoria, retrucou que não iria readmitir grevistas, em hipótese alguma, já que não contrariaria um princípio seu. Ouviu do representante dos funcionários a resposta de que “então não podemos negociar, porque combinamos isso antes de entrar em reunião.” Muito irritado, segundo Lapa, o ministro teria levantado da mesa e dito: “vou provar a você que acabo com o movimento em suas bases com o aumento que vou dar. E vou criar um correio particular se houver greve”. (*Folha de São Paulo*, edição de 09 de agosto de 1988, p.02)

Sem o retorno dos demitidos e a negociação dos dias parados, São Paulo manteve a greve no estado. No Rio de Janeiro, os ecetistas mantiveram durante assembleia geral, realizada em 09 de agosto, a posição de não parar as atividades em razão do reajuste salarial de 35%. Entretanto, Antônio Carlos Magalhães sofreu forte crítica do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que determinou ao Tesouro, auditoria nos Correios. Contrariado, Antônio Carlos ameaçou deixar o governo caso o aumento não fosse concedido. Ambos os ministros apresentavam seus argumentos para o fato. Antônio Carlos Magalhães temia que a paralisação dos Correios se alastrasse para o sistema telefônico, prestes a entrar em greve antes do reajuste. Tinha informações de que o Serviço Nacional de Informações (SNI)¹³³ havia detectado um plano para emudecer telefones públicos, incluindo palácios e o Congresso. “A bomba cairia no colo do ministro, apontado como responsável pela paralisação

¹³³ Criado em 13 de junho de 1964 para recolher e processar todas as informações de interesse da segurança nacional. Seu comandante, com status de ministro, mantinha encontros diários com o presidente da República e tinha uma grande influência sobre as decisões políticas do governo (Direito à Memória e à Verdade, 2007, p. 23).

de dois serviços que, apesar dos pesares, funcionam bem. Em especial os Correios”. (*Folha de São Paulo*, edição de 11 de agosto de 1988). Em contrapartida, o ministro Maílson da Nóbrega temia que o reajuste concedido aos Correios incentivasse outras greves, desmoralizando de vez o plano de austeridade para conter a inflação. Contraditoriamente, o mesmo reajuste já havia sido concedido aos funcionários do Banco do Brasil, subordinado ao Ministério da Fazenda, sem nenhum sinal de insatisfação de Maílson.

Durante o impasse entre os dois ministros, os funcionários dos Correios de São Paulo realizaram assembleia geral no dia 10 de agosto de 1988 para deliberar sobre o fim da greve no estado. Do ponto de vista econômico¹³⁴, os grevistas consideraram vitoriosa a paralisação de 30 dias e definiram que as lideranças deveriam procurar o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para tentar reverter às demissões ocorridas durante a greve. Entretanto, em meio à crise dentro do governo, Antônio Carlos Magalhães intransigentemente afirmava que não voltaria atrás das 1.050 demissões.

Segundo a CUT Alagoas,

A crise do governo no final do mandato do Sarney abre espaço para a ampliação da tutela militar, que passa a ser exercida em todas as áreas, de maneira aberta, e notadamente, no tratamento da relação entre o regime e o movimento dos trabalhadores. A violência das Forças Armadas e da PM, para dar dois exemplos, no caso de Volta Redonda e dos Sem-Terra de Rio Grande do Sul, pôs em evidência que o aparato repressivo será usado amplamente para tratar casos em que a impotência do governo abra espaços para ampliação das conquistas populares. (Mas os recursos à violência só tem ampliado o isolamento do governo, o que por sua vez incentiva a maior intervenção direta dos militares) (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 03/04)

De todo modo, o argumento quanto à eficácia ou não das greves no período, em especial nos Correios, pode estar presente entre os que refletem a temática das paralisações de trabalhadores no Brasil. Para Linden (2013, p. 225), o sucesso de uma greve, portanto, não depende apenas das pressões imediatas colocadas sobre o empregador pelos grevistas, mas também de até que ponto outros atores sociais importantes – o Estado, outros capitalistas, a Justiça do Trabalho, os meios de comunicação, os partidos políticos, a opinião pública e os consumidores – contribuem para essas pressões em razão da perturbação causada pela greve em todo o sistema econômico.

¹³⁴ O salário do carteiro iniciante, que em junho era igual a Cz\$ 27 mil, após o reajuste de 35% subiu para Cz\$ 51.831,00, incluída a URP do mês. (*Folha de São Paulo*, edição de 11 de agosto de 1988, p. 04).

No caso dos Correios, ficou evidente que além dos recursos militares para impedir o movimento dos trabalhadores de modo geral, o governo Sarney utilizou-se do instituto da demissão para inibir a organização de classe na ECT. Em meio às fortes críticas ao regime militar e ao governo federal, à medida que a crise econômica se agravava, as estratégias sindicais, tendo como maior exemplo as greves e em particular o surgimento das associações de classe, revelaram-se insuficientes e incapazes de assegurar a imediata melhoria econômica para os trabalhadores em razão do descontrolado crescimento inflacionário no país. Tal conjuntura não desqualificou a luta dos ecetistas ou apontou para sua inviabilidade, pois a organização de classe se fez necessária; uma vez que sem representação, esses trabalhadores ficariam bem mais vulneráveis diante das intransigências e das ações de mercado dos Correios.

3 O SINTECT-AL E SEUS EMBATES: COLLOR E OS TRABALHADORES

O Brasil iniciou os anos de 1990 fragilizado econômica e politicamente. A nova década sentia em seus primeiros momentos os reflexos do conturbado período de instabilidade da moeda; instabilidade do crescimento e instabilidade na condução das políticas públicas dos anos de 1980. Ao todo, oito planos de estabilização monetária, quatro diferentes moedas, onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, catorze políticas salariais, dezoito modificações nas regras de câmbio, cinquenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a autoridade fiscal (SOARES, 2009, p. 36). O insucesso dessas tentativas de estabilização da economia trouxe consequências econômicas e sociais para a vida do país e dos trabalhadores. Recessão sem limites, desemprego e aumento da pobreza estão dentre as consequências no período.

No âmbito dos Correios, após a abertura política e o processo de redemocratização nos governos Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), a anterior presença militar caracterizada por rígida disciplina e por constantes abusos e excessos, deixou uma marca saudosista no médio corpo gerencial (gerentes de CDD's, supervisores operacionais, etc). Executores fiéis das ordens de um alto comando administrativo, parte desses gerentes subalternos cumpriu o papel de algozes dos trabalhadores de nível básico. O alvo era funcionários simpatizantes ou adeptos de partidos de esquerda, que vislumbrando a consolidação do movimento sindical ecetista, questionavam a continuidade nos governos Collor e Itamar Franco das práticas administrativas antidemocráticas nos Correios, principalmente contra lideranças de trabalhadores ou simpatizantes de um movimento de resistência ainda em gestação¹³⁵.

Para o alto escalão da ECT, não se percebeu apenas um saudosismo do tempo dos militares. Com uma formação coordenada, nos anos de 1980, pela caserna na Escola Superior de Administração Postal, diversos administradores postais juntamente com ocupantes de outros cargos, simpatizantes do regime, preservaram (durante a segunda metade da década de 1980 e praticamente por toda a década de 1990) hábitos de truculência como parâmetro

¹³⁵ Obviamente que outros funcionários sem qualquer participação ou simpatia pelo movimento sindical ecetista também foram atingidos e demitidos no governo Collor.

administrativo cujo principal objetivo, em nome da produtividade ou da vaidade pelo poder, era ameaçar, punir, perseguir e demitir as lideranças sindicais. Com o lema “nos Correios não há espaço para comunistas”, vigente desde a década de 1980, as perseguições alcançavam os trabalhadores que defendiam o fortalecimento do SINTECT-AL. Segundo Barros Neto (2004, p. 81),

Isto se deve, é claro, porque mesmo não tendo convivido com os militares propriamente ditos, conviveram com o “regime” perpetuado por aqueles que ingressaram na organização nos anos mais duros. Mesmo não sendo militares, uma rápida conversa com a liderança da Empresa permitia perceber um certo ar de autoritarismo e alto grau de centralismo. (...) Este estilo militar de administrar a empresa foi algo presente durante muitos anos, muito difícil de mudar de uma hora para outra e, mesmo as leis do País encontraram resistências na Empresa quando se tratava o status quo. Exemplo claro disso foi o medo que nutriam os empregados quanto a associarem-se a sindicatos...

Desde os tempos da ASCOR, as punições vinham sendo aplicadas para enfraquecer a organização de caráter sindical dos trabalhadores ecetistas. Antes, as principais lideranças dos ecetistas já vinham refletindo sobre o papel, o alcance e a finalidade do sindicalismo para a defesa dos interesses dos trabalhadores dos Correios. Essa necessidade, conforme declarações de José Inácio Aguiar e Lourival dos Santos, levou a ASCOR a discutir o tema sindicalismo, inclusive em assembleia realizada em 21 de junho de 1988. As lideranças da ASCOR não enxergavam o sindicato como uma organização apolítica e neutra. As ações organizadas contra as medidas econômicas do governo federal, a participação nas greves gerais coordenadas pela CUT e a militância de alguns de seus diretores no Partido dos Trabalhadores e no PCdoB, demonstraram esse ponto de vista.

3.1 A Fundação do SINTECT-AL

Ao longo da segunda metade da década de 1980, as lideranças sindicais dos Correios em Alagoas vislumbravam a possibilidade de a ASCOR se transformar em sindicato da categoria. Contudo, diante da impossibilidade jurídica de se fundar um sindicato ecetista, surgiu a proposta de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações – Sinttel. Entretanto, a sugestão não foi efetivada porque com o advento da Constituição de 1988, os ecetistas passaram a ter o direito de fundar seus sindicatos. Fora as questões legais, em

conversa informal com José Inácio Aguiar, este declarou que não foi dado prosseguimento ao processo de filiação ao sindicato dos telefônicos porque a Diretoria da ASCOR percebeu, após a assembleia de 21 de junho de 1988, que não teria a oportunidade de participar da diretoria do Sinttel, possivelmente por ser um sindicato com um grupo político já formado que não estaria disposto a imediatamente abrir mão de cargos em sua Diretoria para outra categoria que estivesse chegando. A alternativa, então, foi seguir a tendência nacional de se criar em todos os estados sindicatos próprios da categoria ecetista. Um exemplo próximo foi seguido. Os trabalhadores dos Correios de Pernambuco, segundo informe constante em Ata de Reunião Extraordinária da ASCOR, datada de 19 de outubro de 1988, estariam criando seu sindicato no dia 26 de agosto de 1988, antes da promulgação da Constituição.

A instituição pernambucana despertou o interesse dos trabalhadores dos Correios em Alagoas, tanto que Lourival foi enviado pela ASCOR para participar da assembleia de fundação do sindicato pernambucano. Sua missão era observar os trâmites percorridos para depois criar o sindicato dos trabalhadores dos Correios em Alagoas.

Assim, em 10 de novembro de 1988, respaldados pela nova Constituição promulgada em 05 de outubro, oitenta e seis ecetistas alagoanos reunidos em Assembleia Geral, no auditório do Sindicato dos Bancários¹³⁶, situado na Rua Barão de Atalaia, Centro de Maceió, deliberaram pela criação do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas, pela criação da diretoria provisória e pela aprovação do Estatuto da nova instituição. Contudo, por decisão da plenária, toda a diretoria da ASCOR foi conduzida para ocupar em caráter provisório os cargos da nova diretoria do SINTECT-AL durante três meses. Ficando assim definida a primeira diretoria do novo sindicato:

Presidente: Lourival dos Santos

Vice-presidente: Luiz Carlos Bastos

Secretário Geral: Walmiro Zacarias

Diretor Financeiro: José Benedito Nazário

Diretor de Divulgação e Imprensa: Osvaldo Teixeira

Diretor de Formação Sindical: José Hermes da Silva

¹³⁶ Nos registros da lista de presença dessa assembleia constam que a reunião se deu no Sindicato dos Jornalistas. Possivelmente houve um equívoco de quem elaborou o documento, já que não se tem notícias da existência do Sindicato dos Jornalistas no endereço citado e nenhum registro de assembleias do Sintect-AL no âmbito desses profissionais da imprensa. O que se sabe é que na Rua Barão de Atalaia, está localizada até os dias de hoje a sede do Sindicato dos Bancários em Alagoas, possível local de fundação do SINTECT-AL.

Diretor de Patrimônio: Luciano Mendonça

Suplentes: Edmilson Correia da Silva; Jarbas Bezerra; Gerson Luiz dos Santos; José Gonçalves da Silva; Everaldo Cabral da Silva; José Severo da Silva e José Cláudio dos Santos.

Conselho Fiscal: Marcino Costa de Souza; Antônio dos Santos Filho e Talvanes Maurino Lopes.

Na mesma Assembleia, os bens da ASCOR foram transferidos para a instituição sindical que recebeu todo o seu ativo e passivo a partir de sua data de criação. Concedida a palavra ao presidente do Sinttel, Edvaldo Feijó, este registrou a importância daquele momento histórico para os trabalhadores dos Correios.

Com a extinção da ASCOR, o SINTECT-AL passou a representar os trabalhadores dos Correios em Alagoas e a defender seus interesses de classe. A mudança permitiu a continuidade da luta ecetista no estado com reconhecimento nacional entre os trabalhadores dos Correios. Esse reconhecimento resultou na realização do segundo encontro nacional dos ecetistas em Maceió, nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 1988. O evento teve como objetivo definir as reivindicações da categoria a nível nacional para serem apresentadas a ECT. Um dos principais temas exigidos aos Correios foi à revogação das demissões por motivo de greve¹³⁷. A CUT avaliou o ano de 1988 da seguinte forma:

O ano de 1988 ficará gravado na história do nosso movimento sindical pela forma aberta com que se deu a luta de classe. O massacre de Volta Redonda por forças militares, o contínuo assassinato de lideranças sindicais (Chico Mendes), as intervenções militares nas usinas e nos portos, os pronunciamentos dos chefes militares, etc., são manifestações que atestam a clareza dos confrontos e o papel do Estado. A derrota nas eleições, no entanto, coloca para as forças conservadoras o desafio de dar uma resposta convincente ao problema da crise (sobretudo a inflação, o déficit público e a dívida externa), ao mesmo tempo em que não pode afrontar os interesses das hierarquias internacionais e nacionais, dos empresários e dos latifundiários (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 12)

A diretoria da ASCOR acompanhou as grandes discussões nacionais e procurou se firmar, em seu curto período de existência, enquanto representação ecetista em Alagoas. No âmbito nacional, fomentou o interesse e a necessidade de uma organização de classe entre os ecetistas juntamente com outras associações de trabalhadores dos Correios.

¹³⁷ Vários dos demitidos nesse período só retornaram a ECT durante o governo Lula, alguns foram cedidos para outros órgãos após ser anistiados.

3.2 Avanços na categoria, retrocessos nos Correios

A passagem da ASCOR para SINTECT-AL no final de 1988 apontou para um grau de amadurecimento na organização de classe dos trabalhadores dos Correios. Com um sindicato próprio, os trabalhadores poderiam sem qualquer impedimento constitucional ter melhor representação. Entretanto, tal mudança não significou que os Correios também estivessem em sintonia com as transformações proporcionadas pela Constituição Federal, pois nesse período não havia uma cultura democrática na estatal.

O ano de 1989 inicia-se com a campanha pela eliminação da URP. O governo e a burguesia querem substituí-la por mecanismos de controle dos salários mais “eficazes”, novamente o arrocho salarial será usado para “controlar” a inflação que chega à marca dos 70% em janeiro. O reaquecimento das lutas sociais, em torno da bandeira salarial, se coloca na ordem do dia (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 12).

O modelo administrativo e cultural repressivo dentro da ECT permaneceu em 1989 e continuou em voga apesar da contratação de funcionários ocorrida nos anos de 1990, inclusive no seu quadro administrativo, com a chegada de administradores e técnicos formados nas universidades autônomas e livres da ideologia disciplinadora militar. Até porque os cargos de comando nos Correios permaneceram sob a gerência dos que, por toda a década de 1980, contribuíram com o modelo administrativo militar da ESAP.

A permanência da rotina austera, os baixíssimos salários, o apadrinhamento e a imobilidade em termos de ascensão profissional dentro dos Correios, principalmente para os trabalhadores de nível básico que não percebiam a oportunidade para avançar na carreira, acentuou marcadamente a continuidade da rotatividade na empresa. Diversos talentos, considerados bons profissionais, optaram pela vida profissional em outros lugares. Várias estatais, empresas públicas, e outras instituições, hoje, abrigam esses funcionários que poderiam ter somado nas atividades dos Correios.

Assim como nos anos de 1980, na década de 1990 o desânimo pelo tratamento recebido era tão significativo que alguns outros trabalhadores optaram pelo pedido de demissão sem nenhuma garantia de um novo emprego e amargaram a falta de uma nova oportunidade no mercado de trabalho até os dias atuais. Durante o governo Lula (2003-2011), a Comissão Nacional de Anistia, do Ministério da Justiça, reconheceu em vários casos que

tais pedidos de demissão tenham sido em virtude da forte repressão praticada pelas instituições públicas entre os anos de 1980 e 1990. Ou seja, vários trabalhadores preferiram deixar a empresa e ficar desempregados por não suportar as perseguições e os baixos salários nos Correios.

Retornando ao tema central, pode-se dizer que a primeira missão do SINTECT-AL foi participar das negociações em nível nacional para a readmissão dos trabalhadores demitidos dos Correios por razões políticas e pela participação em greve durante a década de 1980 (*Informativo Sintect-AL*, ano 01, nº 01, NOV/DEZ 1988 & JAN de 1989). Sem êxito, devido ao indeferimento de petição do sindicato à diretoria regional dos Correios, restou à entidade de classe ajuizar ação na Justiça do Trabalho e aprofundar as críticas ao mundo político, ao governo Sarney, em especial a seu ministro Antônio Carlos Magalhães, pelo tratamento dado a estes trabalhadores e pela desobediência à Constituição de 1988¹³⁸.

Quanto à presença do SINTECT-AL nas mobilizações externas coordenadas pela CUT, há registros da participação da categoria dos Correios na Greve Geral ocorrida nos dias 14 e 15 de março de 1989 (*Informativo Sintect-AL*, ano 01, nº 02, março de 1989)¹³⁹. As fontes dizem que houve uma adesão de 100% da área operacional ao movimento paredista e aborda as perdas salariais provocadas pelo Plano Verão¹⁴⁰, além de fazer destaque para a participação e a consciência política dos trabalhadores.

Segundo a CUT Alagoas, houve uma participação calculada em 35 milhões de grevistas durante os dois dias de greve. Para a Central, em números absolutos, esta foi a maior greve de trabalhadores assalariados sob o capitalismo, a nível mundial. Entretanto, na mesma avaliação, a CUT fez uma autocrítica ao reconhecer que “não conseguiu tirar todos os frutos

¹³⁸ De acordo com informações colhidas no Informativo do SINTECT-AL. Ano 01, nº 03, de junho de 1989, cerca de nove mil trabalhadores foram demitidos nos anos de 1980. Em Alagoas entre nove e treze demitidos entraram com pedido de readmissão.

¹³⁹ Para a CUT Alagoas a greve geral não era mera somatória de greves de categoria, mas um movimento eminentemente político geral, de todos os explorados e oprimidos e isso não pode ser medido apenas por categoria. É preciso analisar mais profundamente os estados de ânimo coletivos da massa em relação aos objetivos das jornadas de luta. Para tanto, é necessário que os dirigentes sindicais cutistas deixem de ser apenas dirigentes das suas categorias para ser dirigentes da classe trabalhadora e seus aliados. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 04).

¹⁴⁰ O “Plano Verão” representou uma tentativa desesperada do Governo Sarney de buscar sua redenção junto à opinião pública e a unificação da burguesia. Um plano que não ataca as bases da crise (dívida externa e dívida pública interna) mas que em nome da contenção da hiperinflação impõe o mais profundo arrocho salarial à classe trabalhadora. O Plano de fato naufragou, seja pelo caráter limitado de suas medidas frente ao tamanho da crise, seja pela resistência dos trabalhadores ao arrocho salarial, fora a desmoralização do governo imerso num mar de lama de escândalos e corrupções. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 02/03).

políticos deste impressionante movimento grevista (*Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL*, 1989, p. 04)

Em resposta às mobilizações nacionais das diversas categorias de trabalhadores, o governo Sarney encaminhou ao Congresso Nacional Medida Provisória que regulava a Lei de Greve. Considerada pelo movimento sindical como uma medida mais reacionária que a antiga Lei de Greve, o tema foi motivo de debate entre os trabalhadores dos Correios chegando a ser notícia nos meios de informação do sindicato (*Informativo Sintect-AL – Ano 01, nº 04*, abril/maio de 1989).

Foto 5 - Uma das primeiras manifestações públicas do SINTECT-AL em 1989



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

Para as paralisações ocorridas nos Correios, a empresa mudou o discurso das demissões ainda no final da década de 1980. Em julho de 1989 elas passaram a ser justificadas como reforma administrativa ou uma reestruturação dentro da empresa (*Jornal de Alagoas*, 05 de julho de 1989). Diversos trabalhadores foram demitidos sob esse argumento e para preencher as vagas, os substitutos foram indicados pelo próprio diretor Jarbas Maranhão, o que se presume a não realização de concurso público (*Informativo Sintect-AL*, ano 01, nº 06, julho de 1989). As demissões, tidas como ilegais pelos sindicalistas, foram contestadas

mediante ação na justiça por estarem em desacordo com a Lei Eleitoral, uma vez que haveria descumprimento de prazo que as tornavam ilegais em decorrência das eleições de 1989.

Jarbas Maranhão, descontente com as denúncias, enviou carta ao SINTECT-AL questionando a matéria publicada no jornal *Gazeta de Alagoas*¹⁴¹. Segundo o jornal, o diretor ameaçava acionar os meios jurídicos contra o sindicato. O fato é que nem a Delegacia Regional do Trabalho se dispôs a realizar as homologações dos demitidos.

Outro agravante contra Jarbas Maranhão perante à opinião pública foi a notícia veiculada pelo *Jornal de Alagoas*¹⁴², que também noticiou o fato já abordado pela Gazeta. A matéria, além de fazer referência às demissões sem justa causa, informava que o diretor regional emitira várias correspondências ao SINTECT-AL pedindo esclarecimentos sobre as críticas contidas no jornal do sindicato (*Informativo Sintect-AL*, nº 06, julho de 1989). Só que dessa vez o *Jornal de Alagoas* abordava a morte do carteiro Neumário Machado de Lima, 41 anos, vulgo Torino, casado e pai de dois filhos, como sendo de responsabilidade da administração dos Correios em Alagoas. O periódico alagoano segue a matéria afirmando que

Segundo o Sindicato, a direção da ECT colocou o funcionário Neumário Machado Lima na “lista negra” por causa do grande número de licença médica que ele vinha apresentando para poder tratar da sua doença. “Com medo de perder o emprego o servidor foi obrigado a voltar ao trabalho e, não agüentando, morreu ao sair de casa para a empresa”, dizia o sindicato. (*Jornal de Alagoas*, 26 de julho de 1989)

A morte de Neumário causou comoção entre os trabalhadores dos Correios e ficou bem definido na Coluna Fala Ecetista, do Informativo acima mencionado e redigido por José Anelito de Azevedo, cujo trecho vale à pena reproduzir como indício que poderá definir o sentimento dos trabalhadores à época. Texto intitulado: *Palavras para você, garotinho Neumário*. Segue:

Você se foi, de súbito você se foi, se foi para o vale das sombras e da serenidade (...). E agora garotinho? E os teus algozes que te impregnaram um terrorismo psicológico como suspense da verdadeira caça-bruxas? Voltamos à idade média por ventura? Retroagimos ao tempo ou são eles pedra sem lápide? E os direitos humanos, inalienáveis coincidentemente comemorados com o bi-centenário da revolução que os incrementou? (...) serás o símbolo do martírio ecetista, um marco na história funcional dos Correios, um incentivo para a luta (...). (*Informativo Sintect-AL – Ano 01, nº 06, julho de 1989*)

¹⁴¹ Jornal Gazeta de Alagoas, 23 de julho de 1989

¹⁴² Jornal de Alagoas, 26 de julho de 1989

As lamentações pela morte do carteiro incomodavam a diretoria regional, a impressão entre os trabalhadores era de que a história se repetia a exemplo do ocorrido com o também carteiro Máximo Fiel. Entretanto, o constrangimento não serviu de reflexão ou de trégua para que os trabalhadores fossem mais bem compreendidos pelos Correios quando estivessem na luta por seus direitos.

3.3 O Comitê Eceletista Lula Presidente

Em 1989, imbuídos no processo de disputa eleitoral para presidente, os trabalhadores dos Correios foram uma das primeiras categorias em Alagoas a criar um comitê de apoio ao então candidato Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Havia uma preocupação no SINTECT-AL em refletir as propostas de Collor e Lula no sentido de conscientizar os trabalhadores a apoiar o candidato petista. A CUT Alagoas acreditava nas possibilidades ampliadas de um deslocamento da correlação de forças em favor do proletariado. A ideia seria uma vitória da esquerda nas eleições presidenciais resultante de uma grande campanha de massas que combine o plano eleitoral com ações de lutas diretas dos trabalhadores e o incremento de sua organização massiva de base. A CUT chegou a equiparar os candidatos Fernando Collor, Ulisses Guimarães, Mário Covas e Leonel Brizola como candidatos com perfil idealizado pela burguesia à Presidência da República nas eleições de 1989.

O candidato ideal da burguesia deve combinar um perfil conservador ou liberal na questão econômica com um perfil populista capaz de dar novo rosto ao padrão de dominação burguesa. Neste sentido, em diversos graus, Collor, Ulisses, Covas e Brizola podem corresponder ao perfil idealizado pela burguesia, travando-se no momento a disputa entre si e estabelecendo uma política de alianças no enfrentamento das alternativas colocadas pelo campo operário e popular. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 07).

Segue a CUT Alagoas em suas resoluções,

No entanto, os trabalhadores também perceberam que a sua ferramenta fundamental é a luta de massas, sem a qual a sua participação na luta institucional se fragiliza e é neutralizada facilmente pela burguesia. Devemos evitar a caracterização equivocada de que o momento é de acumulação de forças para viabilizar as eleições presidenciais e a vitória de um candidato comprometido com os trabalhadores, pressupondo uma “radicalização limitada”, que não desestabilize o processo político

lançando mão dos viciados meandros da negociação já experimentados e fracassados durante o processo constituinte. Esta posição não pode ser levada adiante, pois apenas a intensificação das lutas contra o Estado, a burguesia e o imperialismo é que aprofundará a crise de dominação burguesa e sustentará o aprofundamento da democracia, levando à possibilidade de implantação de um governo comprometido com os trabalhadores, com as necessárias medidas democráticas populares e anti-imperialistas. (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 07).

Em informativo distribuído aos trabalhadores pelo Sindicato, as lideranças sindicais dos Correios chamavam atenção para os 29 anos sem processo eleitoral direto para presidente. Os sindicalistas acreditavam que o candidato do Partido dos Trabalhadores não iria privatizar os Correios¹⁴³ e que faria um governo popular, com a suspensão do pagamento da dívida externa e a implantação da reforma agrária.

Segundo panfleto elaborado pelo Comitê,

Os ecetistas também vão votar em LULA porque é o único que sempre esteve ao lado dos trabalhadores. LULA não vai privatizar os Correios. A democracia e participação são os novos rumos adotados no governo popular. Os filhotes da ditadura perderam e não mais poderão reprimir.

No dia 17 de dezembro temos um encontro marcado com a liberdade. Pela suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária, garantias de melhores salários, mais escolas, saúde decente, e pelo desenvolvimento do Brasil só temos uma escolha: LULA!!!” (Panfleto do Comitê Ecetista Pró Lula Presidente, s/d)

A criação deste Comitê seguia recomendação da CUT Alagoas que orientava seus sindicatos e oposições a engajar-se no processo eleitoral e na ampliação da consciência política dos trabalhadores. A Central incentivava as categorias a debater a conjuntura nacional em assembleias, boletins e outras formas de comunicação das massas, a exemplo dos cursos de formação. “A CUT deve estimular os trabalhadores para formar comitês populares para intervir organizada e unilateralmente no processo eleitoral.” (Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL, 1989, p. 11).

Em sua plataforma de exigências, elaborada para orientar a intervenção da CUT na questão das eleições presidenciais, bandeiras de luta como reforma agrária ampla e massiva sob controle dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical; contra a privatização das

¹⁴³ O debate sobre a privatização dos Correios e a consecutiva perda de milhares de postos de trabalho sempre foi motivo de preocupação dos trabalhadores desde os tempos da ASCOR. Um dos argumentos para tal estava atrelado ao projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Mas, antes havia sido reflexo das transformações econômicas pelas quais passava o mundo em fins da década de 1980 e início da década de 1990.

estatais, estatização do sistema financeiro, transporte público e indústria, controle operário da produção, reforma radical urbana, entre outras.

A Resolução da CUT também defendia as bandeiras com temáticas internacionais, a exemplo de ser contra a agressão dos Estados Unidos à América Central, na defesa dos direitos do povo palestino à autodeterminação, contra o *apartheid* e pelo rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul e pelo apoio aos trabalhadores na luta por democracia nos Estados operários burocratizados (Idem).

Foto 6 - Encontro do Comitê Lula Presidente – (Maceió – 1989)



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

Ainda em meados de 1989, durante o apoio explícito ao candidato metalúrgico, aconteceu um fato inusitado. Tudo começou quando uma faixa de campanha à candidatura de Lula, fixada pelo SINTECT-AL em frente à sede dos Correios localizada na Rua João Pessoa, Centro de Maceió, foi retirada por determinação do diretor regional adjunto Anildson Menezes Silva (*Informativo Sintect-AL*, ano 01, nº 07, agosto de 1989). O fato virou caso de polícia, pois o Sindicato prestou queixa na delegacia à autoridade policial sobre o sumiço da faixa. Após tomar ciência do ocorrido, o delegado intimou o diretor adjunto até a delegacia para que o material de campanha fosse devolvido. O vexame passado pelo alto funcionário dos Correios por muito tempo foi lembrado entre os ecetistas com muito humor e irreverência.

Embora o acontecimento tenha sido recordado de forma cômica, expressa o sentimento conservador dentro dos Correios e a preocupação com a possibilidade de uma figura apoiada pela esquerda nacional vir a assumir o mais alto posto da nação brasileira. A conjuntura de 1989 não deixava de escancarar, principalmente na empresa, uma “luta de classes” representada pela disputa ideológica e de poder entre os setores oriundos do regime militar e os trabalhadores há muito tão sedentos de democracia e melhor tratamento na estatal.

3.4 O bispo e a extorsão¹⁴⁴

O ano de 1989 começou com um grave problema para o SINTECT-AL. Tratava-se do caso de extorsão envolvendo o Arcebispo de Maceió, Dom Edvaldo Gonçalves do Amaral, e um funcionário dos Correios. O fato repercutiu sobremaneira na imprensa alagoana que noticiou por vários dias o caso chamando a atenção da opinião pública. O jornal *Gazeta de Alagoas*, edição de 25 de janeiro de 1989, relatou que o sacerdote estava sendo vítima de extorsão por alguém ligado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos após ter interceptada uma correspondência sua vinda dos Estados Unidos¹⁴⁵.

Depois de ter atendido parcialmente às imposições do transgressor, o Arcebispo passou a receber telefonemas ameaçadores. Acionada a polícia, logo se criou um plano para surpreender quem estivesse arquitetando a extorsão. De prontidão na casa do bispo católico, um oficial da polícia gravou a voz do criminoso que buscava informações sobre o paradeiro do sacerdote. O curioso é que precipitadamente o jornal *Gazeta de Alagoas* apontava em sua matéria o nome do bacharel em direito e operador telegráfico dos Correios, José Geraldo Ferreira, como o principal suspeito pela extorsão. O tabloide continuou noticiando em sua matéria que o sistema de segurança estadual chegou à conclusão de que José Geraldo era o principal acusado do crime. Este, pressionado pela exposição aos fatos, negou sua participação diante do secretário de segurança José Rubem Fonseca de Lima.

Preocupados com o escândalo, os Correios abriram inquérito administrativo para apurar o envolvimento do funcionário e declararam à imprensa alagoana que a ficha funcional

¹⁴⁴ Texto inicialmente publicado em 2008 quando da publicação do livro *Carta Aberta: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)*, de minha autoria.

¹⁴⁵ Não consegui informações sobre o conteúdo da correspondência endereçada ao bispo. Entretanto, o que haveria de tão importante na carta a ponto de servir como objeto de extorsão?

de José Geraldo era limpa, tendo ele sido inclusive considerado operador telegráfico padrão na empresa.

O *Jornal de Alagoas*, em 27 de janeiro de 1989, noticiou que Dom Edvaldo Amaral estava sendo ameaçado de morte pelo criminoso. Preocupado com a execração pública do operador telegráfico, o SINTECT-AL emitiu nota de desagravo por vários canais de comunicação contra a Secretaria de Segurança Pública por ter acusado, sem provas, o funcionário José Geraldo como autor da violação da correspondência e da chantagem feita a Dom Edvaldo. Segundo a nota, as acusações eram precipitadas e irresponsáveis porque estavam calcadas em indícios inexistentes. Para Lourival dos Santos, presidente do Sindicato, as gravações feitas com o chantagista não correspondiam nem a voz nem ao vocabulário do funcionário acusado.

Por fim, José Geraldo havia sido acolhido com muita solidariedade no dia 26 de janeiro pelos demais companheiros de trabalho que certificaram sua conduta como irrefutável. Em Informativo do SINTECT-AL¹⁴⁶, na matéria intitulada: *A Verdade Esclarecida*, foi relatado que após perícia do Departamento de Polícia Federal, a voz de José Geraldo não era a mesma do criminoso que ameaçou e tentou extorquir o Arcebispo de Maceió. Restando ao acusado a oportunidade para processar todos os que o execraram publicamente por calúnia e difamação (*Jornal de Alagoas*, edição de 23 de fevereiro de 1989), dentre estes a Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, a Organização Arnon de Mello e o funcionário dos Correios César Roberto de Souza, responsável pelo inquérito administrativo¹⁴⁷.

3.5 As últimas perseguições dos anos de 1980 e os ecetistas na década de 1990

Mesmo com o advento da Constituição de 1988, que melhor define as garantias sindicais, os Correios ignoraram esses direitos constitucionais e emitiram portaria orientada pela diretoria regional para repreender os dirigentes Lourival dos Santos, José Benedito Nazário, Luiz Carlos Bastos, Gilberto Macena¹⁴⁸ e José Cláudio por adentrarem as instalações

¹⁴⁶ Informativo Sintect-AL, ano 01, nº 10, outubro de 1989

¹⁴⁷ Em conversa com Lourival dos Santos, então presidente do Sintect-AL, este me relatou que o processo não chegou a ser efetivado. Seria mais uma estratégia para coibir as especulações em cima do nome de José Geraldo. Entretanto, o presidente mantém, após tantos anos, a opinião de inocência do funcionário dos Correios.

¹⁴⁸ Gilberto Francisco Macena nasceu em Maceió, no dia 01 de abril de 1958. É funcionário dos Correios desde 03 de outubro de 1977 sob a matrícula 8.025.985-5. Atualmente exerce a função de atendente comercial. Um dos principais fundadores do movimento sindical nos Correios, sempre esteve na linha de frente da ASCOR e do

da empresa sem autorização. Embora os mesmos fossem dirigentes sindicais legalmente constituídos pelos trabalhadores, essa representatividade, na prática, não era respeitada pelos Correios.

Em julho de 1989, segundo o Informativo do SINTECT-AL¹⁴⁹, “a dupla fascista”¹⁵⁰ Jarbas/Anildson demitem arbitrariamente 12 companheiros ecetistas. Essas foram as últimas demissões no governo Sarney, as dispensas desses funcionários ocorreram entre junho e dezembro de 1989 e em alguns casos foram por motivação política, a exemplo de Edeil Gomes Cavalcante, militante da ASCOR demitida grávida pela ECT. O quadro abaixo apresenta a relação de funcionários dispensados na intenção de manter na memória deste movimento sindical esses momentos de dificuldades para os ecetistas.

Quadro 7 - Demitidos pela ECT no Período de Julho a Dezembro de 1989¹⁵¹

NOME	CARGO	MATRÍCULA	ADMISSÃO	DEMISSÃO
Edeil Gomes Cavalcante	Auxiliar de Escritório	8.026.716-5	24.03.1985	04.07.1989
Sebastião Silva Monteiro	Condutor de Veículos	8.026.593-6	25.10.1983	30.06.1989
Roseele Cristina Costa de Lima	Executante Operacional	8.026.580-4	12.07.1983	04.07.1989
Maria Quitéria Barbosa de Oliveira	-	8.026.522-7	02.09.1982	04.07.1989
Ana Paula ¹⁵²		8.026.748-3	23.10.1985	04.07.1989
Sílvio Santos Brandão	Carteiro	8.026.841-9	15.12.1986	04.07.1989
Carlos André Correia dos Santos	-	8.026.885-4	07.10.1987	04.07.1989
Alinaldo Ferreira da Silva	-	8.026.160-4	02.10.1978	05.07.1989
José Cândido dos Santos	-	8.026.281-3	26.03.1979	30.06.1989
Mário de Oliveira Lima	-	8.026.384-4	09.05.1980	04.07.1989
Carlos Alves Pontes	-	8.025.392-4	-	04.07.1989
Mauro Jorge Galvão dos Santos	-	8.026.495-6	-	-
Sandro Roberto C. Cavalcante	-	8.026.847-1	-	-

Fonte: Lista de demitidos pela ECT no período de junho a dezembro de 1989/Arquivo SINTECT-AL

Posteriormente, em dezembro do mesmo ano, a justiça deu ganho de causa ao SINTECT-AL e determinou o retorno imediato dos demitidos. Com a volta desses trabalhadores, a instituição de classe alcançou uma de suas primeiras conquistas e procurou se

Sindicato. Foi demitido em 1985, 1997 e 1998 devido a perseguições políticas. Ocupou vários cargos nas diretorias do Sintect-AL chegando a vice-presidente.

¹⁴⁹ Informativo Sintect-AL, ano II, nº 01, retrospectiva 1989.

¹⁵⁰ O rótulo de fascista atribuído a Jarbas Maranhão e Anildson Menezes Silva necessariamente não é de nossa autoria, mas um termo utilizado no período pelos informativos do SINTECT-AL.

¹⁵¹ É possível que tenha havido outros demitidos neste período e que por falta de registros não estão aqui relacionados.

¹⁵² Não foi encontrado o sobrenome desta funcionária.

engajar no cenário sindical dos Correios pelo Brasil. Prova disso é que em 18 de julho de 1989, mergulhada num momento difícil na relação empresa versus trabalhadores, vinte e sete ecetistas superaram a rigidez da ECT e em nome da categoria, aprovaram em Assembleia Geral a filiação do SINTECT-AL à Federação Nacional dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos – FENTECT.

Entretanto, no primeiro semestre de 1990, a FENTECT propôs uma ação popular para que todas as admissões a partir da promulgação da Constituição de 1988 fossem feitas através de concurso público. O que não se esperava era que de maneira extremamente legalista e interessada em atingir a ECT, a Federação tenha proposto a anulação de todas as admissões sem concurso feitas a partir de 05 de outubro de 1988 não levando em consideração, do ponto de vista político, que milhares de trabalhadores perderiam seus empregos.

Em resposta, o juiz federal da 6ª Vara do Distrito Federal, através de Edital de Citação publicado no Diário da Justiça de 24 de julho de 1990, citou mais de quatro mil funcionários da ECT para apresentarem defesa, sob pena de anulação de suas contratações. Em Alagoas, a medida causou preocupação entre os envolvidos. Temerosos em perder o emprego, vinte e sete funcionários dos mais variados cargos foram citados. O quadro abaixo relaciona esses trabalhadores.

Quadro 8 - Relação de Empregados Admitidos pela ECT/AL de Maio a Junho de 1989

NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO
Cláudio Cardozo Pedroza	8.026.892-7	17.05.1989
Cícero Luiz Santos	8.026.893-7	15.06.1989
Márcio Alves de Barros	8.026.894-3	21.06.1989
Carlos Alberto Chagas	8.026.895-1	03.07.1989
Roberto Nogueira dos Santos	8.026.896-0	04.07.1989
Editelmo José Malta de Pontes	8.026.897-8	06.07.1989
Wilton Lopes Pinheiro	8.026.898-6	06.07.1989
Isnaldo Acácio Pereira Silva	8.026.899-4	07.07.1989
Elizeu Gomes de Sena	8.026.900-1	07.07.1989
Marcos Antônio de Paiva Amorim	8.026.901-0	07.07.1989
José Jadson da Silva	8.026.902-8	07.07.1989
Edmilson dos Santos	8.026.903-6	07.07.1989
Valmiro José de Araújo	8.026.904-4	07.07.1989

Jaelson Vieira da Silva	8.026.905-2	07.07.1989
Leandro José da Silva Santos	8.026.906-0	07.07.1989
Jabson Antônio G. da Silva	8.026.907-9	07.07.1989
Nilson Silva de Lima	8.026.908-7	07.07.1989
Gerson Felix Ferreira	8.026.909-5	07.07.1989
Jairo Rodrigues Costa	8.026.910-9	07.07.1989
Antônio Elias da Silva	8.026.911-7	07.07.1989
José Ubiratan Cavalcante	8.026.912-5	07.07.1989
José Cícero de Araújo	8.026.913-3	07.07.1989
Jeovane Francelino da Silva	8.026.914-1	07.07.1989
Eliel Rocha de oliveira	8.026.915-1	07.07.1989
José Viana da Silva Neto	8.026.916-8	20.11.1989
Givaldo Gomes da Silva	8.026.917-6	22.11.1989
Amaro Bandeira Leal Júnior	8.026.918-4	06.12.1989

Fonte: Edital de Citação/Arquivo do SINTECT-AL.

Somente dez anos depois, a questão voltou a ser discutida pelo SINTECT-AL que convocou assembleia geral para o dia 29 de março de 2000 a fim de decidir sobre a posição da entidade a respeito do tema. Por fim, os trabalhadores decidiram que os contratados sem concurso deveriam bancar os custos advocatícios, pois o SINTECT-AL não deveria disponibilizar sua assessoria jurídica por considerar que a contratação sem concurso público era uma ilegalidade da direção nacional dos Correios (*Gazeta Ecetista*, edição de 05 de abril de 2000).

Ao final, pelo menos em Alagoas, a demissão dos funcionários acima citados acabou não acontecendo e por fim não foi possível definir se o processo na Justiça Federal foi encerrado ou qual o derradeiro entendimento sobre o caso.

3.6 Mobilização sindical e demissões no governo Collor

Em 1990, 56% dos eleitores classificaram os sindicatos como confiáveis, abaixo da Igreja Católica (82%), do Judiciário (62%) e do rádio (56%). Esse foi, também, o ápice do progresso de consolidação sindical na democracia emergente (IBOPE *apud* CARDOSO, 2003, p. 37). Para o SINTECT-AL, o ano de 1990 começou com a Semana de Luta dos Ecetistas. Esta tinha por objetivo denunciar para a opinião pública as perseguições, a falta de

democracia nos Correios e as arbitrariedades que se reproduziam desde a década de 1980 (*Gazeta de Alagoas*, edição de 24 de janeiro de 1990).

De 22 a 26 de janeiro foram publicadas notas na imprensa, dadas entrevistas nas emissoras de rádio e televisão, realizado ato público com a presença de outras entidades de classe, parlamentares e distribuição diária de informativos à categoria. A Semana de Luta serviu para os trabalhadores refletirem aquele momento político e fortalecer a unidade em torno do sindicato. Ações rotineiras, a exemplos das reuniões setoriais, distribuição de boletins informativos e as assembleias gerais eram utilizadas pelas lideranças do sindicato para conquistar os trabalhadores e fortalecer o movimento sindical nos Correios. Certamente, devido à conjuntura de medo estabelecida na década de 1980, as assembleias geralmente não eram repletas de trabalhadores. Mas, os ecetistas que a elas compareciam acabavam sendo propagadores, em seus locais de trabalho, dos encaminhamentos e temas discutidos nesses encontros.

É fato que os pontos de pauta sempre foram definidores do quantitativo de trabalhadores presentes nas assembleias gerais da categoria dos Correios. Geralmente as assembleias que aglomeravam mais ecetistas eram as decisivas durante as campanhas salariais ou quando havia algum ponto polêmico a ser discutido pela categoria.

Os quadros abaixo demonstram a frequência de ecetistas nas assembleias no final da década de 1980 e início da década de 1990:

Quadro 9 - Número de Participantes nas Assembleias Gerais do SINTECT-AL Ocorridas em 1989.

LOCAL	DATA	Nº DE PARTICIPANTES
Sindicato dos Bancários	07/04/1989	21
Não informado	20/04/1989	35
Clube da Astel	27/04/1989	52
Não informado	08/05/1989	84
Clube da Astel	10/05/1989	67
Não informado	04/07/1989	33
Não informado	18/07/1989	27
Sindicato dos Urbanitários	22/08/1989	47
Sindicato dos Bancários de Alagoas	22/09/1989	34
Clube da Astel	13/10/1989	48

Não informado	26/10/1989	51
Não informado	08/11/1989	21
Não informado	09/11/1989	59
Não informado	21/11/1989	47
Não informado	05/12/1989	63
Não informado	13/12/1989	54

Fonte: Livro de Assinaturas de Assembleias do Sintect-AL.

Seguramente outras assembleias gerais devam ter ocorrido ao longo de 1989, mas seus registros não foram encontrados durante essas pesquisas. Entretanto, o quantitativo de participações indicado no quadro 9, até certo ponto, se reproduziu nos anos seguintes. Possivelmente, a menor participação continuou em face do terror provocado pelas demissões e repressão à organização de classe nos Correios nos anos iniciais de 1990.

Quadro 10 - Número de Participantes nas Assembleias Gerais do SINTECT-AL em 1990

LOCAL	DATA	Nº DE PARTICIPANTES
Não informado	07/05/1990	27
Não informado	14/05/1990	26
Não informado	11/06/1990	27
Sindicato dos Bancários	18/07/1990	114
Sindicato dos Bancários	19/07/1990	68
Não informado	23/07/1990	26
Sintect-AL	16/08/1990	17
Não informado	30/08/1990	21
Não informado	05/09/1990	16
Não informado	11/09/1990	16
Não informado	12/09/1990	13
Sindicato dos Bancários	18/10/1990	19
Clube da Astel	27/11/1990	41
Sintect-AL	06/12/1990	22
Clube da Astel	11/12/1990	54

Fonte: Livro de Assinaturas de Assembleias do Sintect-AL.

Embora as perseguições tenham continuado no início da nova década, a insatisfação da categoria com os Correios e a diretoria regional pode ser percebida na assembleia de 18 de julho, quando 114 trabalhadores compareceram para protestar contra as ações repressivas dos

Correios. A relação abaixo identifica o nome de vários delegados sindicais ativistas que foram demitidos no governo Collor.

Quadro 11 - Relação de Lideranças Sindicais Demitidas Entre 1990 e 1991

NOME	PUNIÇÃO	DATA	MOTIVO OFICIAL
José Jorge de Oliveira	Demissão	06/1990	Sem justa causa
Moacir José dos Santos	Demissão	06/1990	Sem justa causa
Cleonilton Alves da Silva	Demissão	06/1990	Sem justa causa
Manoel Miguel dos Santos Jr.	Demissão	06/1990	Sem justa causa
Oswaldo Teixeira de Carvalho	Demissão	06/1991	Por defender a greve em assembleia da categoria.
Cláudio Roberto Pacheco das Chagas	Demissão	06/1991	Por defender a greve em assembleia da categoria.
José Francisco Simplício Filho	Demissão	-	Por ser contra questionário da ECT

Fonte: Carta do Sintect-AL, de 19 de novembro de 1992, à Secretaria de Anistia e Defesa do Emprego

Em 20 de julho de 1990, o SINTECT-AL denunciou Jarbas Maranhão, Anildson Menezes e Roberto Mota pela demissão de Orson Luís, Chagas e Oswaldo Teixeira. Em protesto foi organizado no mesmo dia um ato público em frente à Agência Central dos Correios em Maceió. Em resposta, a diretoria regional convocou o pelotão de choque da Polícia Militar para reprimir os trabalhadores espalhando o medo pela empresa. O fato foi noticiado pelo jornal *Gazeta de Alagoas*¹⁵³, que também expôs os objetivos da Semana de Luta organizada pelo Sindicato. Como elemento mobilizador, foi publicada pelo sindicato uma “suposta” declaração de autoria de Roberto Mota, um alto funcionário da empresa, afirmando que “a direção do correio em Alagoas demitirá cada ecetista que entrar em greve, e já convocamos o Pelotão de Choque da Polícia para reprimir os grevistas. Aqui é a terra do presidente Collor, não podendo haver greve em hipótese nenhuma” (Roberto Mota, quinta-feira, 19 de julho de 1990, in *Informativo SINTECT-AL*, edição de 20 de julho de 1990).

As declarações de Roberto Mota ocorreram em virtude da assembleia geral realizada no dia 18 de julho e da Semana de Luta. O fato é que associar o movimento reivindicatório dos ecetistas com a “terra” do presidente Collor, expõe a péssima relação existente entre a diretoria regional e as lideranças sindicais. O tom era de guerra, havendo também uma nítida

¹⁵³ Jornal *Gazeta de Alagoas*, 26 de janeiro de 1990

preocupação com a imagem da instituição federal em face do então presidente da República ser alagoano.

O clima de hostilidades intensificou-se com a campanha de desfiliação em massa do SINTEC-AL imposta pelos Correios a todos os trabalhadores. Pelo Brasil, a empresa havia demitido aproximadamente quatro mil trabalhadores, vinte e oito em Alagoas – difícil resistir às pressões pela desfiliação.

Outra maneira de cooptar os trabalhadores e esvaziar o Sindicato baseou-se no cerceamento da ascensão profissional. Os engajados no movimento sindical e que nele insistiram em permanecer não tiveram vez. Entre os supervisores operacionais ou chefes de CDD's nenhum mais era filiado ao Sindicato. Entretanto, o movimento continuou, embora o grupo de sindicalistas, fundadores da ASCOR e do SINTECT-AL, tivesse sua ascensão profissional prejudicada e, em algumas situações, abdicado de momentos de suas vidas pessoais em nome dos trabalhadores.

O mesmo aconteceu, por exemplo, com os carteiros Benigno e Hermes, que perderam a gratificação de carteiro motorizado por participação em greve. Os boletins internos dos Correios, uma espécie de terrorismo através da informação, amedrontavam alguns trabalhadores. Anunciava-se que o importante era preservar o emprego, e quem entrasse em greve corria o risco de se juntar à legião de desempregados (*Informativo Gazeta Ecetista*, ano III, 28 de maio de 1991).

Em pleno governo Collor, quando seu plano neoliberal de “enxugar o Estado” demitia trabalhadores por toda a parte, os ecetistas continuavam a se reunir para deliberar sobre temas da categoria.

Quadro 12 - Número de Participantes nas Assembleias Gerais do SINTECT-AL em 1991 e 1992

LOCAL	DATA	Nº DE PARTICIPANTES
Não informado	29/04/1991	16
Não informado	21/05/1991	33
Não informado	06/06/1991	33
Não informado	11/06/1991	57
Não informado	10/12/1991	51
Não informado	17/03/1992	22
Não informado	19/03/1992	23
Não informado	27/03/1992	10
Não informado	03/04/1992	19
Não informado	29/05/1992	09
Não informado	21/07/1992	22
Não informado	29/09/1992	25
Não informado	03/12/1992	26

Não informado	10/12/1992	66
Não informado	16/12/1992	71
Não informado	18/12/1992	30
Não informado	17/03/1992	73

Fonte: Livro de Assinaturas de Assembleias do Sintect-AL.

Obviamente que outras categorias resistiam às incursões neoliberais através dos protestos e greves pelo Brasil. A reação do governo veio com a tentativa de se mudar a lei de greve, que passaria a condenar o piquete dos trabalhadores com definição de penas para a detenção das lideranças que não respeitassem o funcionamento dos serviços essenciais. Fato inibidor nos Correios, mas não a ponto de amordaçar o movimento sindical, conforme exposto pelo número de participantes nas assembleias de 1991 e 1992. Reprimir, demitir e subjugar com baixos salários e pela iminente condição do desemprego (dilemas de grande parte dos brasileiros), não serviu para se alcançar os objetivos neoliberais do Plano Collor. Os movimentos de trabalhadores aconteceram e contribuíram para a forte ojeriza social a qual o presidente da República teve de enfrentar em boa parte de seu mandato.

3.7 Collor e os ecetistas: uma relação conturbada

Imediatamente após assumir a Presidência da República, em 1990, Fernando Collor de Mello iniciou um ataque frontal aos trabalhadores, iniciou um forte programa de privatizações e até dezembro do mesmo ano havia cortado 100 mil empregos (SCHNEIDER, 1992, p. 05). As reformas administrativa e patrimonial, incluindo a privatização das estatais, pretendiam reduzir o déficit público em US\$ 8, 75 bilhões (*Folha de São Paulo*, edição de 17 de março de 1990). Para isso, o programa de demissão de funcionários e servidores públicos fazia parte do pacote de medidas do governo. As promessas giravam em torno de cortes no funcionalismo com o afastamento de 357 mil servidores (LACERDA, 1993, p. 162), sendo que até dezembro de 1990 havia demitido 107 mil funcionários e colocado outros 65 mil em disponibilidade¹⁵⁴.

Vamos considerar neste texto os dados apresentados em relatório da SAF [Secretaria de Administração Federal] (1992), elaborado pela Escola Nacional de

¹⁵⁴ As informações oficiais sobre os resultados da reforma administrativa no que se refere à redução do total de servidores são muito desconstruídas. Existem referências a números muito distintos. De acordo com pesquisa da Enap, no primeiro ano do governo Collor foram reduzidos 160 mil postos de trabalho na administração direta, inclusive fundações e autarquias. Deste total foram extintos 12.336 cargos vagos, 31.336 funções de confiança deixaram de existir (DAS, DAI e FAZ), com uma redução de 50,21% do total existente no dia 14 de março de 1990 (LACERDA, 1993, p. 162).

Administração Pública (Enap). De acordo com este órgão, no início do governo Collor o serviço público federal – administração direta, fundações e autarquias – atingia o total de 703.517 servidores civis no serviço ativo. No final de 1991 este total havia passado para 598.226 servidores, ou seja, uma redução de 105.291 servidores (15% do total inicial). Do total existente em 1991, havia 115.014 na administração direta, propriamente dita, 324.439 nas 118 autarquias, 119.880 nas 42 fundações e 38.893 servidores dos antigos territórios, hoje cedidos aos novos Estados. (LACERDA, 1993, p. 162)

Paradoxalmente, em notícia do *Jornal do Brasil*, edição de 23 de maio de 1990, a reforma de impacto promovida nos primeiros meses do governo Collor não atingiu os apadrinhados políticos. O governo gastava, em meados deste ano, Cr\$ 150 milhões por mês – não computados os ministérios militares – somente para pagar os 2.793 cargos de funções gratificadas do tipo DAS (Direção e Assessoramento Superior). Estas funções estariam, segundo Roberto de Melo Ramos, pesquisador do Instituto de Pesquisa Aplicada, “reservadas a apadrinhados políticos ou a representantes da iniciativa privada, que se utilizam desses cargos para benefício próprio ou dos interesses que representam” (LACERDA, 1993, p. 164/165).

Apesar dos apadrinhamentos, ainda segundo Lacerda (1993), um violento arrocho salarial foi imposto aos servidores públicos com acelerada perda do poder real dos vencimentos atingindo algo próximo dos 60% do valor existente em fevereiro de 1990. Obviamente que essas perdas salariais eram relativas a depender da carreira específica da administração indireta, a exemplo das empresas de economia mista, por terem maior autonomia para definir sua política salarial por meio das negociações coletivas¹⁵⁵. Fato que não diminuía as dificuldades e os impedimentos impostos pelo governo durante as campanhas salariais.

Outra contradição diz respeito à contratação de empresas prestadoras de serviço para atender a determinadas demandas no serviço público através do fornecimento de mão-de-obra temporária. As contratações visavam complementar as deficiências específicas de pessoal em razão dos milhares de demitidos no período. O governo chegou a contratar 4.469 empregados, em meados de 1991, via empresa de serviços (*O Globo*, edição de 25 de agosto de 1991). Esta prática foi se generalizando enquanto alternativa para contornar as proibições de contratação para o quadro de servidores permanente (LACERDA, 1993, p. 167).

¹⁵⁵ Entretanto, este fenômeno de perda salarial acima referido repercute de forma muito diferenciada para o conjunto dos servidores públicos. Existem carreiras específicas que foram muito menos atingidas do que outras (Idem, p. 163).

Tratando das estatais e dos empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a avaliação do governo Collor era de que até 1982 havia uma sustentação de níveis elevados de investimento financiado com o endividamento externo, o que fez acumular nas estatais 70% da dívida externa. Porém, com a crise do financiamento externo provocada em 1982 com a moratória mexicana, abriu-se um longo processo de ajustamento. Ou seja, a partir de 1985, o Tesouro da União voltou a ser a principal fonte de financiamento das empresas estatais. No final da década de 1980, a incapacidade do governo de sustentar, por recursos fiscais, as necessidades de financiamento das estatais num ambiente de crise e fragilização política do setor produtivo estatal levou o governo a optar pela privatização em larga escala dessas empresas, fundamentado na perspectiva do Estado mínimo (PRADO, 1993, p.84)¹⁵⁶. Nesse período, o fortalecimento do mercado era entendido como uma via indispensável para a modernização da economia brasileira. Admitia-se que a redução do Estado era uma necessidade para que o Brasil acompanhasse as mudanças tecnológicas e organizacionais em andamento na economia internacional (LACERDA, 1993, p.167/168).

Subjacente a esta ideia de modernização estava implícita a opção por um ajuste da economia brasileira via mercado, que passaria pela redução expressiva da intervenção do Estado e pela seleção, através da ação da livre concorrência, dos agentes econômicos mais aptos a sobreviver sem o apoio econômico estatal (Dedecca; Brandão, 1993, p.335).

No campo das privatizações, somente no primeiro ano de mandato, o Plano Collor liquidou oficialmente 23 empresas e órgãos públicos após acumular nos primeiros meses uma inflação de 157% (*Folha de São Paulo*, edição de 22 de dezembro de 1990). Em sua primeira semana no cargo, Collor extinguiu a Siderbras (a holding estatal de aço), a Portobras (holding que administrava os portos) e a Intelbras (uma companhia em comércio internacional) (SCHNEIDER, 1992, p.14).

Ainda segundo Schneider (1992, p. 6), a privatização é uma política normalmente associada e preconizada por movimentos conservadores e principalmente neoliberais. Entretanto, segue o autor:

¹⁵⁶ Em relação ao Estado mínimo compartilhamos com a definição de Netto quando este afirma que: (...) em alguma medida, o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno” que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhes um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo (Netto, 1993, p. 79/80 *apud* CASTELO, 2013, p. 245).

No Brasil, o que causa perplexidade é que o governo Collor adotou uma política de privatização sem um mandato eleitoral neoliberal (como teria sido o caso de Mario Vargas Llosa no Peru), sem a pressão de partidos políticos de direita (como na Argentina e no México) e sem que uma tecnocracia neoliberal tivesse se apoderado do Estado (como no México nos anos 80 e no Chile e Argentina nos anos 70).

O plano privatista de Collor procurava acompanhar a tendência internacional que desde a década de 1980 passava a favorecer cada vez mais a privatização. “O argumento constante nos debates sobre a reforma do Estado era a preocupação de que o Brasil não perdesse o “bonde da história” (SCHNEIDER, 1992, p. 09) abdicando da oportunidade de se integrar aos países de primeiro mundo envolvidos com o neoliberalismo. Para isso, a percepção era a de que o Programa de Privatização tinha como objetivo reduzir o déficit público por entender que as empresas estatais eram um ativo com valor de mercado, portanto passível de negociação (PRADO, 1993, p. 110).

Além do Programa de Privatização, o Plano Collor seguia em sua tentativa de destruir as conquistas trabalhistas dos funcionários das estatais, geralmente inexistentes na iniciativa privada, a exemplo de maior permanência no emprego, melhores salários e maiores benefícios. À época, setenta por cento dos trabalhadores das indústrias de transformação ganhavam até cinco salários mínimos, ao passo que oitenta e seis por cento dos trabalhadores em empresas estatais recebiam seis ou mais (*Folha de São Paulo*, edição de 02 de setembro de 1990). Situação que, segundo o governo, onerava em demasia o Estado.

O quadro abaixo aponta para os resultados de pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria no final de 1989, quando foi pedido que 550 líderes industriais elencassem em ordem de prioridade os elementos de uma política empresarial.

Quadro 13 - Pesquisa com Empresários Brasileiros em 1989 Sobre as Privatizações e Recursos do BNDES

Percentual de Industriais	Prioridade
67%	Consideraram a privatização muito importante.
27%	Consideraram a contratação de empresas estatais muito importante.
8%	Defendiam a criação de empresas públicas.
63%	Aprovavam o financiamento de áreas prioritárias pelo BNDES.
84%	Eram favoráveis à expansão dos financiamentos de longo prazo pelo BNDES.

Fonte: Competitividade e estratégia industrial: a visão de líderes industriais brasileiros / Confederação Nacional da Indústria, Departamento Econômico. – Rio de Janeiro, 1990, p. 17.

Pelos percentuais acima, percebe-se que havia um interesse da elite empresarial no processo de privatização brasileiro e a canalização dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social na iniciativa privada. O interesse, necessariamente apontava para a abertura de mercado, principalmente o monopolizado por determinadas estatais. “Havia entre as elites uma visão mais diversificada sobre os setores que o Estado deveria delegar à iniciativa privada. O programa de Collor inicialmente se moldou à visão dessas elites” (SCHNEIDER, 1992, p. 14) e buscou associar o programa da privatização à redução do déficit e a estabilização econômica no Brasil.

Ozires Silva, ministro da Infraestrutura no governo Collor, foi um dos apoiadores do processo de privatização. Seu ministério detinha o controle da maioria das estatais e para ele o Estado havia tentado impor controles sobre os salários, contratações, investimentos e publicidade em empresas que já não eram mais possíveis administrar. Portanto, julgava ser a privatização a melhor solução (SCHNEIDER, 1992, p. 12). No caso dos Correios, esse controle sobre salários, investimentos e contratações aprofundou o processo de sucateamento da estatal e a crescente insatisfação de seus funcionários. Enquanto isso, os cortes de pessoal e a irredutibilidade quanto a aumentar salários, azedavam as relações entre governo e empregados de empresas estatais e seus sindicatos (Idem, 1992, p. 15). Além do que, deve-se ter claro que na conjuntura de venda das estatais durante o governo Collor uma das motivações básicas, universais, da privatização era enfraquecer o poder dos sindicatos do setor público (PRADO, 1993, p. 140).

A Lei 8.029, sancionada pelo presidente Collor em 12 de abril de 1990, autorizou o Poder Executivo a extinguir ou dissolver 22 entidades. Segundo a SAF, até o final de 1991 já haviam sido efetivamente extintas treze entidades, a saber: Sudeco, Sudesul, DNOS, Funarte, Fundação Educar, Fundação Pró-Memória, Museu do Café, Fundação Cinema Brasileiro, Fundação Pró-Leitura, Fundacen, Portobrás, EBTU e Embrater. (LACERDA, 1993, p. 161)

Desde os primeiros meses do governo Collor, milhares de trabalhadores perderam seus empregos. Em cada família passou a haver um ou dois desempregados. Com a economia recessiva em meados de 1992, o país contava com mais de sete milhões de postos de trabalho perdidos (GIANNOTTI, 1992, p. 32). Nos Correios, a política de arrocho salarial e de demissão que preocupava os ecetistas teve continuidade por toda a década de 1990.

Logo no primeiro dia, o Plano Collor I tirou 84,32% do reajuste de todos os trabalhadores. Era a inflação do mês de março. Pela política salarial em vigor, antes do Plano Collor, esses 84% iriam recompor o salário a partir do 1º de abril. Mas Collor e a ministra Zélia Cardoso decretaram a inflação zero e, portanto, tornou-se “desnecessário” aplicar esse indexador aos salários da “minha gente”. Enfim, sumiram os 84% (GIANNOTTI, 1992, p. 33).

O arrocho salarial não ficou limitado ao confisco dos 84%. Por todo o mandato de Collor, o salário dos ecetistas e demais trabalhadores foi definhando. As demissões como parte da reforma administrativa em todos os órgãos da esfera federal, visando enxugar a folha de pagamento do funcionalismo público, eram frequentes e, em junho de 1990, com seis meses de governo, o ministro da Infraestrutura, Ozires Silva, determinou a demissão de funcionários dos Correios em todo o Brasil. Em Alagoas, 27 trabalhadores foram demitidos sem justa causa. Destes, quatro faziam parte da diretoria do SINTECT-AL¹⁵⁷. Em Pernambuco, foram cerca de 175 ecetistas demitidos¹⁵⁸.

No caso de Alagoas, as demissões não ficaram restritas apenas a Maceió, ecetistas de vários municípios alagoanos também foram atingidos pelas demissões. O quadro abaixo relaciona funcionários do interior do estado que foram demitidos e seus respectivos municípios.

Quadro 14 - Funcionários dos Correios Lotados no Interior Alagoano Demitidos no Governo Collor

FUNCIONÁRIO	MUNICÍPIO
José Carlos B. da Silva	Messias
Natanael Messias Barbosa	Maribondo
Sonia Melo C. Vital	Arapiraca
João Soares Lima	Pão de Açúcar
Petrúcio Luis Brito	Pão de Açúcar
Antônio Alves de Melo	Pão de Açúcar
Cícero de Goes	Santana do Ipanema

Fonte: Lista de demitidos no Interior (Plano Collor)/Arquivo do SINTECT-AL

¹⁵⁷ O *Jornal de Hoje*, edição de 05 de junho de 1990, relacionou os demitidos em Alagoas. Foram eles: Francisco Assis A. da Silva, Cícero L. de Barros, Edvaldo Gomes Cavalcante, José Alberto G. da Silva, Anivaldo Anselmo dos Santos, Carlos André, Gilberto Alves da Silva, Clemente Alves da Silva, Manoel S. Junior, José Jorge Oliveira, João G. da Silva, Erasmo T. Cavalcante, Maria Regina L. Gomes, Maria das Graças F. da Silva, Antonio S. Filho, Maria Rosângela Oliveira, Maria Quitéria B. Oliveira, José Carlos B. da Silva, Natanael Barbosa, Sônia Melo C. Vital, João Soares Lima, Petrúcio Luiz Bento, Antonio Alves de Melo, Cícero Góes, José dos Santos, João G. da Silva e Pedro Augusto da Silva. A maioria destes trabalhadores só retornaram a ECT no governo Lula após longo processo pela anistia.

¹⁵⁸ À época os Correios possuíam 70 mil funcionários em nível nacional.

Entretanto, abriu-se um parêntese para a readmissão por ordem judicial ocorrida no mês de setembro de 1990, após ação do SINTECT-AL e da FENTECT, de alguns trabalhadores dos Correios em Alagoas¹⁵⁹ que foram demitidos em 1985 por motivação política (*Jornal de Hoje*, edição de 03 de julho de 1990). Este fato foi de encontro à característica neoliberal da demissão em massa de trabalhadores e deu margens para os demais demitidos acreditarem numa possível reversão judicial ou futura anistia para as demissões em massa de servidores ou empregados públicos no período.

A 13 de julho de 1990, o *Jornal de Hoje*, afirmava ter havido quatro mil demissões de ecetistas por todo o país. Ainda na notícia intitulada *Funcionários da ECT admitem fazer greve este mês*, os dirigentes sindicais em Alagoas convocavam a categoria (cerca de 800 trabalhadores) para o Dia Nacional de Luta a ser realizado em 18 de julho de 1990. A pauta era reajuste salarial de 187% e a imediata reintegração dos demitidos pelo ministro Ozires Silva. Em maio de 1990, os Correios da Paraíba já haviam demitido 75 trabalhadores, conforme nota publicada no jornal *Correio*, edição de 01 de novembro de 1992, e declarações de Sérgio Lucena, gestor da ECT no estado, que confirmava à época que as demissões ocorreram por ordens superiores do governo federal.

O jornal *Correio de Notícias*, do estado do Paraná, edição de 19 de julho de 1990, noticiava que as perdas salariais nos Correios eram de 213% e que os setenta e cinco mil trabalhadores da ECT poderiam entrar em greve. Ainda segundo o jornal, três mil e quinhentos trabalhadores realizaram assembleia geral em Curitiba e nas principais cidades do interior para deliberar sobre o ingresso no movimento nacional. A época, a remuneração média da categoria era de Cr\$ 17 mil.

Em Santa Catarina, a greve dos Correios, cuja pauta era o reajuste de 213% e a readmissão de 50 funcionários demitidos em maio de 1990 pelo Plano Collor, iniciava com trinta demissões. No Piauí, o diretor regional Alfredo Ferreira Neto, solicitou intervenção da Polícia Militar para impedir a ação dos piquetes e garantir a abertura da agência central (*Folha de São Paulo*, edição de 20 de julho de 1990).

A mídia tecia cotidianamente louvores à modernização pregada por Collor. Palavras antes reservadas a uma pequena elite – como “economia de mercado”,

¹⁵⁹ Os funcionários readmitidos foram: Agliberto Barbosa de Oliveira, Arlindo da Rocha e Silva, José Almeida Mendes, José Dival Daniel, Kleber Costa Santos e Maurício E. de M. Sarmento.

“flexibilização”, “desregulamentação da economia”, “privatização” – são ouvidas diariamente e repetidas nas rodas mais simples da sociedade. Junto com a miséria e a fome que se espalhavam, o projeto neoliberal pregado por Collor foi sendo implantado. Associada à onda neoliberal que está varrendo desde a Europa o mundo nesta última década do século vinte, a pregação colorida da modernização da economia avançou em vastas área da sociedade (Idem, 1992, p. 38).

As demissões em massa de empregados e servidores públicos faziam parte do projeto neoliberal de Collor¹⁶⁰ enquanto receita para se alcançar o Primeiro Mundo. Ainda segundo Giannotti (1992, p.50),

O projeto neoliberal não leva em conta as consequências sociais. Estas não pesam, não são indicadores ponderáveis nesta matemática. Se o custo da implantação das medidas traz consigo milhões de desempregados, aumento generalizado da miséria e outras consequências parecidas, isto não vem ao caso.

Para Antunes (2005, p. 12),

O projeto Collor, substância e essência dos Planos 1 e 2, não caminha. Ao contrário, retrocede e desorganiza o país. Sonha com uma nação que participe, como filhote crescido, do clube dos países ricos, de fotografia neoliberal, uma espécie de grande Coréia no Atlântico Sul. Dócil ao grande capital externo, aproveitando-se da concorrência intramonopólica, vislumbra a modernização capitalista sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vivem a brutalização mais aguda de sua história republicana.

Collor planejou a redução do papel do Estado com a desregulamentação da economia, o corte nas despesas públicas e sociais, a importação de tecnologia, privatização de estatais, além da supressão de direitos e demissão em massa de servidores e empregados públicos. Sob o argumento de redução e modernização da máquina estatal, o Ministério da Infraestrutura determinou em março de 1991 um corte de 12,3% dos funcionários empregados nas 238 empresas que controlava entre holdings, subsidiárias, empresas associadas e coligadas e até autarquias, como o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). As ordens de Collor eram para demitir 59.363 funcionários até dezembro do mesmo ano (*O Estado de São Paulo*, edição de 13 de março de 1991).

¹⁶⁰ Mesmo considerando a presença de medidas e determinadas políticas de cunho neoliberal nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), consideramos que a implantação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, inicia-se no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) (MACIEL, 2011, p. 98)

Figura 3 - Charge de carteiro recebendo carta de demissão.



Fonte: *Jornal de Alagoas*, edição de 23 de maio de 1990.

As empresas ligadas ao Ministério da Infraestrutura respondiam até o ano de 1990 por 540.022 funcionários. Após a posse de Collor, até março de 1991 esse quadro já havia sido reduzido para 480.659 trabalhadores após a primeira onda demissionária ocorrida no ano anterior. O quadro abaixo retrata a segunda fase do plano demissionário a ser cumprido até dezembro de 1991 (Idem).

Quadro 15 - Estimativa de funcionários para serem demitidos das estatais federais até dezembro de 1991 em cumprimento a segunda fase do Plano Collor

Empresa	Número de Funcionários a serem Demitidos até dezembro de 1991
Correios	2.500
Eletrobrás	15.896
Petrobras	1.763
Siderúrgicas	8.745
Portos	3.567
Sistema Aquaviário	2.869
Sistema Ferroviário	11.091
Telebrás	4.614
Sistema Rodoviário	8.327

Fonte: *O Estado de São Paulo*, edição de 13 de março de 1991 – Política, p. 4

Os Correios aproveitaram a conjuntura de privatizações e demissões de servidores e empregados públicos para intensificar suas práticas abusivas contra os trabalhadores e sua organização de classe. *O Jornal do Estado Folha do Paraná*, de Curitiba, edição de 21 de março de 1991, noticiava que “o processo de privatização das estatais que o governo pretende implantar a pretexto de sanear a economia, fez pipocar uma onda de greves no país. Além dos previdenciários e petroleiros, os funcionários dos Correios resolveram deflagrar um protesto contra a ‘falta de liberdade de atuação do sindicato...’” A reclamação se deu em virtude da demissão do sindicalista Alfredo Alves do Nascimento e a suspensão do contrato de outros cinco funcionários após protesto em frente à sede dos Correios do Paraná durante o Fórum Nacional contra a Fome e a Recessão, organizado pela CUT em todo o país. À época, o estado do Paraná contava com 3.265 funcionários dos Correios (*Gazeta do Povo*, Curitiba/PR, edição de 19 de março de 1991).

É certo que a recessão e o desemprego não atingiram apenas o setor público brasileiro. A iniciativa privada também sofreu com significativas taxas de desemprego a partir de 1990 e com o aumento do tempo de procura por trabalho. Veja o que dizem Dedecca; Brandão (1993, p. 337),

Quanto ao comportamento da ocupação, ele adquiriu marcante trajetória descendente, ainda mais intensa que a verificada no período 1981/83. A indústria, que, a partir de 1984, não havia alterado de forma expressiva sua estrutura ocupacional, iniciou um acelerado movimento de redução de seu contingente de ocupados, afetando fortemente o nível de emprego assalariado.

As demissões do setor privado foram acompanhadas pela queda nos rendimentos dos trabalhadores. Esta combinação enfraqueceu diversas categorias nas negociações salariais, pois a persistência de elevadas taxas de desemprego e baixos salários demonstrou as reais consequências do Plano Collor e fortaleceu o discurso de sindicatos e centrais sindicais contra a onda capitalista neoliberal durante a década de 1990.

Naquele período, a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo saltou de 8,7%, em 1989, para 15,2%, em 1992, segundo o Dieese. A origem da crise do mercado de trabalho estava na aplicação de políticas de cunho liberal na economia brasileira, quando sua base produtiva, repentinamente, foi exposta à competição externa (GOMES, 2011).

Em reação à onda demissionária, o movimento sindical brasileiro, antecipando-se aos escândalos de 1992, começava a empunhar a bandeira do “Fora Collor!”. Atos públicos com

essas palavras já estavam sendo realizados em dezembro de 1991. A época, a CUT foi uma das principais opositoras ao projeto neoliberal do presidente. Naquele momento, a central estava dividida em duas posições relacionadas ao governo e a seu projeto neoliberal.

O centro da questão era a atitude que a CUT pretendia ter frente à implantação do projeto Collor. Duas posições apareceram. Uma que, embora condenasse os resultados catastróficos do plano para os trabalhadores, defendia o ponto de vista de que seria possível retomar o crescimento, visando uma distribuição de renda com o próprio governo Collor. Neste sentido, chamava a participar de várias tentativas de entendimento, de Fóruns, de Câmaras Setoriais, com a esperança e o firme desejo de obter conquistas e vantagens para a classe representada pela central.

A outra visão se definia por “aprofundar a ingovernabilidade” do governo Collor e julgava a primeira visão como um abandono da perspectiva histórica da Central, de contestação global do sistema capitalista, em troca de uma política de convivência com este sistema. (GIANNOTTI, 1992, p. 81/82)

Essa primeira posição da CUT possivelmente tenha se dado após a Plenária Nacional ocorrida em agosto de 1990, quando a central começou uma redefinição de sua perspectiva de luta sindical abalada pela derrota de Lula em 1989. Para Maciel (2011, p. 104/105), nesta nova orientação, a prática cutista de enfrentamento com o governo e o patronato, passou a ser questionada como insuficiente e meramente “reativa” ou “defensiva”, devendo ser substituída por uma nova postura, “propositiva”, oferecendo alternativas, ao invés do simples oposicionismo. Porém, os escândalos relacionados à Presidência da República deram fôlego para a ala conservadora da CUT que pregava a manutenção das perspectivas históricas da central.

A definição veio em 1992 com o processo de *impeachment*. Segundo Santana (2003, p. 301), “o movimento sindical, em grande parcela se dedicou às manifestações de rua favoráveis ao processo.” A confirmação do *impeachment* demonstrava que a união política das diversas frações burguesas em torno da candidatura de Collor evitou a vitória da esquerda em 1989, mas ao longo dos dois anos de mandato não obteve êxito na construção de uma hegemonia burguesa no país para a consolidação do ideário neoliberal. Além do que, as divergências relacionadas à privatização das estatais através do Programa Nacional de Desestatização, a ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas, entre outras, eram fortes para impedir a formação de uma sólida base de apoio do governo no Congresso Nacional (MACIEL, 2011, p. 101).

Paralelamente, o processo de redefinição do papel econômico e social do Estado se iniciou com a venda das estatais, principalmente dos setores de siderurgia e

petroquímico/fertilizantes, e segue com a extinção de órgãos e com os primeiros cortes de pessoal no funcionalismo público (Gremaud, Saes e Toneto Jr., 1997 *apud* Maciel, 2011, p. 102), a exemplo dos Correios que à época demitiu empregados por todo o Brasil e introduziu o temor da privatização entre seus funcionários.

A ofensiva neoliberal de Collor havia contado com o apoio de parte da mídia e até de setores do sindicalismo de resultados liderados pelo então ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri. Entretanto, em razão das graves denúncias de corrupção, em 1992 surgiu um amplo movimento político pela derrubada do presidente. “Apoiado por diversas forças sociais e partidos políticos, o “Fora Collor” se notabilizou por reeditar uma campanha política poli classista e de perfil nacional, como nas “Diretas já” de 1984” (MACIEL, 2011, p. 104).

Mesmo com a postura ofensiva e autoritária de Collor em relação aos trabalhadores e aos direitos trabalhistas, neste espaço de tempo, a partir do IV Concut, realizado em setembro de 1991 e da V Plenária Nacional, em julho de 1992, a CUT avançou em sua flexibilização com o capital priorizando o diálogo com a elite político-econômica e reforçou a ideia da via parlamentar como conquista para que os partidários do PT ocupassem os espaços de poder via processo eleitoral. Além disso,

O aprofundamento da democratização reduziu o efeito expressivo de práticas e discursos contestatórios. O engajamento de partidos de esquerda em eleições formais e “burguesas”, com apoio do sindicalismo, deslegitimou as demandas revolucionárias de parte dos líderes cutistas. Ao contrário de Sarney, tanto Collor como Fernando Henrique Cardoso venceram eleições limpas com grande apoio popular, nos dois casos contra Lula. Para ser politicamente eficaz novamente, a CUT teria que mudar sua estratégia de ação para além da pura confrontação ao “sistema político ilegítimo” (CARDOSO, 2003, p. 39).

Apesar de o crescimento econômico e o emprego terem sofrido mais do que o necessário com a eliminação de setores inteiros da produção e do emprego em nome do Estado mínimo, a partir do debate pela flexibilização nas negociações em nome dos trabalhadores e em sintonia com o projeto político do Partido dos Trabalhadores, a identificação do socialismo com os meios de produção e a criação de um governo dos proletários perdeu força prevalecendo uma aproximação da CUT e do Partido dos Trabalhadores com os liberais e a identificação do socialismo com a democracia burguesa. Paralelamente a essas discussões, a CUT e os movimentos sociais encabeçavam o movimento

nacional *Fora Collor* engajando-se em amplo debate e mobilizações pelo *impeachment* de Fernando Collor da Presidência da República.

Figura 4 – Povo Exige Fora Collor!



Panfleto distribuído pelos movimentos sociais alagoanos convidando a população para ato público contra o governo Collor (setembro de 1992) – Arquivo do Sintect-AL

Quanto aos destinos do presidente Collor, a debilidade política estrutural foi decisiva para sua queda, suscitando a retomada do projeto neoliberal em novas bases políticas (MACIEL, 2011, p.107). As incursões e sua política de governo, justificadas na busca pela estabilização da economia brasileira, baseando-se na total abertura do mercado nacional ao capital e mercado estrangeiros, na privatização de empresas estatais, no corte de incentivos fiscais às exportações e na restrição do fluxo de dinheiro a fim de barrar a inflação inercial, congelando o mercado interno (POSSAS, 2008, p.07) continuam sendo objeto de análise para as ciências humanas, em especial para a História Social do Trabalho no Brasil.

4 VENTOS DO “PROGRESSO”: NEOLIBERALISMO E OPOSIÇÃO SINDICAL NOS GOVERNOS FHC (1995-2003)

Para a historiadora Michelle Reis de Macedo (2014, p. 32), “um conceito é criado quando há a necessidade de reunir em uma única palavra representações de uma realidade.” O neoliberalismo pode ser um destes conceitos. Ele adentrou as fronteiras do mundo sindical e, pela imprensa, passou a fazer parte da realidade de milhares de trabalhadores. Sendo assim, neste quarto e último capítulo a ideia é investigar seu alcance no cotidiano dos trabalhadores dos Correios durante os anos de 1990, em especial, no período neoliberal brasileiro em que se convencionou chamar de “Era FHC (1995-2003).”

Estudos específicos apontam que

O neoliberalismo inaugura uma nova etapa na correlação de forças entre Estado, capital e trabalho. Corroídas a base da acumulação keynesiana, o Estado neoliberal lança mão de três políticas estatais específicas: a) *políticas desreguladoras*, isto é, da redução reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia e das relações de trabalho; b) *políticas de privatização*, ou seja, desestatização de empresas produtoras de serviços e bens públicos e c) *políticas de abertura da economia ao capital internacional*, eliminando as reservas de mercado e o protecionismo econômico (SAES, 2001, p. 82 *apud* GUIOT, 2006, p. 49).

Ciente de que o termo leva a várias facetas, nossas reflexões seguirão Moraes (2001, p. 10) quando este afirma que o neoliberalismo é um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945)¹⁶¹, isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Moraes aponta ainda o neoliberalismo como a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, dentre estas o socialismo. Já para Boitto Jr. (2002, p. 61), “no plano da política de Estado, o neoliberalismo no Brasil e, em geral, na

¹⁶¹ Acordo de Bretton Woods ou ainda "Acordos de Bretton Woods" é o nome com que ficou conhecida uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na mesma cidade norte-americana que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire, no hotel Mount Washington. O objetivo de tal concerto de nações era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial (disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/acordo-de-bretton-woods/>).

América Latina, assenta-se sobre quatro eixos: abertura comercial, privatização da produção de mercadorias e serviços, desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos gastos sociais do Estado.”

Quanto a sua ascensão, a experiência neoliberal no Velho Mundo e no Continente Americano começou em 1979 com Margareth Thatcher à frente do Partido Conservador. O neoliberalismo alcançou as economias centrais com força: em 1980 Reagan (EUA), em 1983 Schluter (Dinamarca), em 1982 Kohl (Alemanha) espalhando-se pelos Países Baixos e, depois, pela Escandinávia (GUIOT, 2006, p. 51).

Deste modo, o conjunto de definições que caracteriza o neoliberalismo: introdução de maior flexibilidade nos mercados de trabalho, desregulação das operações financeiras, privatização de setores nas mãos do Estado e a percepção do socialismo e dos sindicatos como sabotadores das bases da acumulação privada foram articuladas pelos Estados neoliberais contra os trabalhadores nos anos de 1990. Por fim, durante os movimentos pelas reivindicações salariais, os neoliberais entendiam que os sindicatos de classe teriam empurrado o Estado para um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno (MORAES, 2001, p. 28).

No caso do Estado brasileiro, a reação para combater as reivindicações e a ação sindical na década de 1990 se sustentava, em parte, pela pregação midiática de um cenário apocalíptico. A imprensa conservadora atacava os sindicatos que, por suas greves e mobilizações, foram rotulados de perturbadores da ordem pública e acusados de impedir a expansão do emprego e prejudicar os pobres ao se opor as ideias neoliberais.

Quem se preocupa sinceramente com os pobres deve buscar, obsessivamente, elevar a demanda de mão-de-obra através de medidas como: 1) a privatização de empresas estatais, pois o governo falido perdeu a capacidade de investir; 2) a eliminação de restrições ao capital estrangeiro, que geraria empregos e traria tecnologia; 3) a diminuição dos encargos sociais e burocráticos, que oneram o custo da contratação de mão-de-obra. Uma outra maneira de prejudicar os pobres é a exacerbação do poder sindical. Os operários são uma criação do capitalismo (no socialismo os sindicatos são mera linha auxiliar da ideologia dominante), que exercem papel útil no balanço democrático. Mas, eles são úteis sobretudo para defender e melhorar a situação dos já empregados. Paradoxalmente, podem ser cruéis para os desempregados, isto é, os mais pobres. Frequentemente negam-lhes o direito de trabalhar, impondo pisos salariais que impedem as empresas de contratar mais gente (CAMPOS, Roberto. *Folha de São Paulo*, edição de 12 de fevereiro de 1995, p. 1-4)

Durante os ataques aos sindicatos e sua responsabilização pelo desemprego no país, parte da grande imprensa nacional ocupava-se em divulgar as soluções “salvacionistas” que visavam a forte ação governamental pela privatização a fim de garantir investimentos na saúde e educação. A exemplo do discurso em rede nacional do presidente Fernando Henrique Cardoso e publicado pela *Folha de São Paulo*.

Nós vamos apressar a privatização e vender este ano 17 empresas, a maioria da área petroquímica. Além disso, incluímos as empresas do setor elétrico na lista da privatização. São algumas dezenas de bilhões de reais. Com o dinheiro da venda, nós vamos reduzir a dívida do governo e investir no setor social. É melhor nós termos dinheiro para aplicar em saúde e educação, prioridades do meu governo (*Folha de São Paulo*, edição de 27 de abril de 1995, p. 1-4).

A justificativa neoliberal de obtenção de mais recursos através da privatização para investimento na área social foi mero discurso para angariar apoio popular para as ações do governo¹⁶². De todo modo, a preocupação com o social limitava-se apenas ao discurso de governo, pois o maior interesse era satisfazer o mercado financeiro e entregar à iniciativa privada, além das estatais, o sistema brasileiro da saúde e da educação.

Do mesmo modo que as demais campanhas de privatização, esta não se apoiava em nenhum estudo ou pesquisa internacional para justificar a vantagem da transferência para o setor privado. Embora vários dos membros do governo tenham estudado em universidades públicas e, portanto, gratuitas, e tenham se beneficiado de pós-graduações em universidades europeias, onde o sistema universitário é fundamentalmente público, embora a alta qualidade dos estudos nestas universidades nunca tenha sido questionada, a universidade “tinha de ir” para o mercado (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 46).

O governo tentou de todas as formas tornar o ensino superior gratuito inviável. Desde o primeiro ano de mandato de FHC os salários dos professores foram congelados; as verbas para a manutenção das universidades foram reduzidas; as bolsas de mestrado e doutorado foram pouco a pouco cortadas; as aposentadorias sendo ameaçadas. Milhares de professores com vasta experiência começaram a se aposentar para escapar do risco de serem atingidos em seus direitos (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 46).

O governo insistia na ideia do ensino pago. Para isso, o BNDES investiu seus recursos no desenvolvimento das universidades privadas enquanto que para as universidades públicas

¹⁶² De 1991 a 1997 “o governo federal do Brasil vendeu 45 empresas estatais, valendo US\$ 12 bilhões.” (COGGIOLA, 1997, p. 75). Entretanto, não encontrei qualquer fonte de pesquisa que comprovasse o investimento desses recursos na área social.

os investimentos foram se tornando cada vez mais escassos. A antropóloga Eunice Ribeiro Durham se demitiu do Conselho Nacional de Educação, em 2001, por discordar das ideias de FHC quanto ao financiamento da rede privada do ensino superior no Brasil. “Tem havido um crescimento desmensurado do sistema privado. Esse crescimento está sendo governado pelo mercado, pelo processo de lucro, e está ameaçando a universalidade do sistema de ensino superior no Brasil” (*Folha de São Paulo*, edição de 23 de julho de 2001, A6). Acontece que, em 2001, com a política neoliberal para a educação superior, 2/3 (66%) dos estudantes universitários estavam matriculados em universidades privadas (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 49).

Por fim, sucatear as instituições para justificar sua entrega para a iniciativa privada era ação rotineira nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Assim como na saúde e na educação, os Correios também passaram ao longo dos oito anos de mandato de FHC em completo processo de sucateamento e de precarização das atividades fins para obter o apoio da opinião pública em seu processo de entrega para o setor privado.

4.1 Neoliberalismo e demissões nos Correios durante a década de 1990

Hilary Wainwright (1998, p. 09), na introdução à edição brasileira de seu livro *Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda* aponta a desregulamentação, a privatização, a macroeconomia monetarista e a legislação antissindicalista como o grupo de políticas que caracteriza o neoliberalismo. No Brasil, a partir de 1989, o neoliberalismo ganhou força nas políticas econômicas de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso. Quando a frente do Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco (1992-1994) e logo em seguida na condição de presidente da República (1995-2003), FHC, de maneira incisiva e sistematizada, pôs em prática os princípios neoliberais no país com o apoio de partidos aliados e, principalmente, com o aval do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O fato foi que a social-democracia não conseguiu evitar o “canto da sereia” neoliberal. As recíprocas relações de hostilidades iniciais entre o ideário neoliberal e os social-democratas foram postas de lado não só fazendo com que estes últimos se deixassem levar pela “maré da economia global”, mas também mostrando-se “os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais.” A nova correlação de forças imposta pelo paradigma hegemônico neoliberal a partir dos anos 80, convenceu boa

parte dos partidos antes identificados com a social-democracia do *welfare state* de que “não havia outra alternativa” e não apenas mudaram radicalmente sua programática (com vistas às disputas eleitorais) como também se transfiguraram em neoliberais convictos – novos apologetas e personificações do capital (GUIOT, 2006, p. 52).

Antes, porém, no governo Itamar Franco, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) demonstrou que seu governo não estava disposto a recuar nas intenções de acelerar o processo de desestatização iniciado no governo de seu antecessor. A pressão exercida pelo FMI e pelos credores internacionais deixa claro que o objetivo era entregar o patrimônio estatal brasileiro e acabar com todos os monopólios até o final do governo (VIEIRA, 2000, p. 24/25).

Aceitar as imposições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁶³ era condição *sine qua non* para patrocinar uma política amplamente excludente no campo social. Sob a lógica do Estado mínimo, FHC deu continuidade ao neoliberalismo de Collor¹⁶⁴, proporcionou um projeto de privatização que abarcou milhares de trabalhadores e os submeteu a uma relação de trabalho precarizada sob o controle do capital. O que ocorreu no sistema de telefonia brasileiro, por exemplo, culminou na onda demissionária dos funcionários das estatais, embora em seguida tenha alcançado relativo emprego, mas sempre acompanhado das baixas taxas de remuneração e de efetiva precarização do trabalho.

Adepto do discurso apocalíptico, Fernando Henrique pregava a necessidade do “ajuste” neoliberal como condição para se renegociar a dívida externa brasileira e atrair investimentos que beneficiassem investidores internacionais em prejuízo das camadas subalternas. A aceitação do programa neoliberal visava o controle da inflação e a solidez das finanças públicas em detrimento do emprego e das proteções sociais. Ademais, o governo FHC reagiu contra a organização sindical combativa no Brasil acenando positivamente para as declarações do chefe do FMI, Michel Camdessus, diante da Confederação Internacional dos Sindicatos

¹⁶³ Como o grau de neoliberalização estava sendo cada vez mais considerado pelo FMI e pelo Banco Mundial uma medida de bom clima de negócios, houve um incrível aumento da pressão sobre os Estados para que adotassem reformas neoliberais (HARVEY, 2012, p. 100). Os Estados Unidos também usaram o acesso preferencial a seu imenso mercado de consumo para pressionar diversos países a adequar sua economia conforme as exigências neoliberais (em alguns casos por meio de acordos bilaterais de comércio) (Idem, p. 102).

¹⁶⁴ Oficialmente, o governo Collor estabeleceu a vitória incontestável do neoliberalismo e nele, sem tardança, operou-se o desmantelamento do aparelho de Estado, especialmente a apelidada “reforma administrativa” que consistiu apenas na demissão ou aposentadoria compulsória de milhares de servidores públicos. O desemprego era então apresentado como meta vencedora que, por si só, levaria ao sucesso as reformas neoliberais em curso. Defenestrado Collor, seu substituto manteve as linhas gerais de uma política de mercado. Só havia um mal a combater: a inflação. Para combatê-la, havia que além de desmantelar o Estado, dar curso à privatização das empresas estatais, tida como fonte de todos os males (SODRÉ, 1999, p. 41).

Livres (CIOSL). Na reunião da CIOLS, Camdessus declarou que “os sindicatos devem marchar lado a lado com os governos e mercados.” Senão, ameaça, “os mercados serão impiedosos com quem não se adaptar” (Quinzena nº 235, São Paulo, 15 de agosto de 1996 *apud* COGGIOLA, 1997, p. 68). Ou seja, era inconcebível para o governo de FHC o movimento sindical brasileiro organizar-se no universo político para a defesa de classe indo de encontro ao mercado globalizado.

Além disso, para o neoliberalismo, “a criação de políticas redistributivas – políticas sociais do Estado voltadas para os pobres – constitui assim o destino inexorável da democracia sem limites, um regime político que gasta cada vez mais (e mal) e taxa cada vez mais (e mal)” (MORAES, 2001, p. 62). Esse era um dos argumentos neoliberais que alcançava a ideia de que a efetiva presença do Estado nas políticas sociais em expansão seria responsável pelas crises econômicas, sobrecarga do governo e endividamento do Estado.

E assim continuavam se defendendo:

Cortemos o mal pela raiz, dizem nossos liberais. É urgente barrar a vulnerabilidade do mundo político à influência perniciosa dos pobres, incompetentes, malsucedidas. Em primeiro lugar, reduzindo esse universo político – ou o campo das atividades sobre as quais eles podem influir, desregulamentando, privatizando, emagrecendo o Estado. Em segundo lugar, reduzindo o número de funcionários estatais que estejam submetidos à pressão das massas (MORAES, 2001, p. 63).

Outro ponto importante diz respeito aos mercados financeiros internacionais. Para o neoliberalismo, eles devem ser menos vulneráveis à voz das urnas e das ruas, pois estas são inconsequentes, volúveis e insaciáveis. Em suma, se já não é possível evitar o voto, é preciso esterilizá-lo¹⁶⁵. Moraes vai além ao afirmar que: “a participação extra eleitoral das massas também tem de ser limitada – e por isso os processos de “ajuste” neoliberais golpeiam exemplarmente os sindicatos e associações de defesa dos trabalhadores” (idem, p. 63).

No campo das privatizações, a receita era se livrar de pesadas obrigações com as empresas estatais privatizando-as sob o argumento de que “o setor público se caracteriza, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocaçãõ” capazes de levar ao crescimento econômico” (MORAES, 2009, p. 40). Porém, a privatização não poderia ocorrer sem antes reduzir parte

¹⁶⁵ Em seu livro *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*, o autor não define claramente os “possíveis” caminhos para a esterilização do voto nem para a limitação da participação extra eleitoral das classes subalternas.

das dívidas das estatais demitindo trabalhadores e tratando o trabalho e seu ambiente como meras mercadorias.

Mas, no modelo neoliberal, encontrava-se também a ideia de que com a privatização e o Estado mínimo se reduziria o gasto público e se eliminaria o déficit público, considerados os causadores de inflação. Para atingir esses objetivos, o Brasil adotou uma série de medidas denominadas de Reforma Administrativa, a exemplo da demissão de funcionários, venda de patrimônios públicos e a expressiva redução do gasto social. De todo modo, a Reforma Administrativa sob esses termos não resultou na eliminação do déficit público, nem na redução da inflação durante o governo Collor (SOARES, 2009, p. 40/41).

Contudo, a lógica neoliberal não parou no campo das privatizações. Atacar setores como educação, assistência social, saúde, universidades fez parte dos planos de FHC. Ou seja, para o governo, “setores antes geridos ou regulados pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados (libertos de todo tipo de interferências)” (HARVEY, 2012, p. 76). Isso significa que as privatizações iniciadas pelo presidente Fernando Collor tiveram continuidade nos anos 1990 quando FHC transcendeu a desestatização das empresas públicas estatais e ampliou seu leque para a educação e saúde com forte estímulo também para a previdência social.

Em reação, um conflito direto com os movimentos sociais e dentre estes, o movimento sindical, se estabeleceu a partir de 1995 com profundos reflexos na dinâmica operacional de diversas categorias ao longo dos governos FHC. Sobretudo com um acentuado refluxo ou diminuição das ações grevistas entre 1997 e 2002, inclusive nos Correios, quando o governo federal reagiu com a força das demissões para inibir ou até enfraquecer a ação sindical na estatal.

Para o estrategista governamental, tornou-se urgente encontrar uma forma adicional para fragilizar o sindicalismo, inviabilizando as suas ações de resistência. Mais do que isso, era preciso atraí-lo e incorporá-lo, na medida do possível, ao próprio projeto neoliberal. A construção do desemprego em massa seria assim transformado em um dos principais instrumentos usados pelos arquitetos do novo projeto para enfraquecer o sindicato de luta (POCHMANN; BORGES, 2002, p. 26).

Quando não era possível enfraquecer, incorporar ou cooptar o sindicato de acordo com as intenções neoliberais, Coggiola (1997, p. 71/72) afirma que

As empresas brasileiras parecem estar optando por um modelo nitidamente anti-sindical, envidando inúmeros esforços para afastar as entidades representativas dos

trabalhadores do processo de mudanças, bem como eliminar as formas de organização dos operários dentro das fábricas. Todas as medidas anti-sindicais e as reformas antipopulares do governo FHC – destruição do serviço público e quebra da estabilidade do servidor, reforma reacionária da Previdência Social, arrocho salarial, perspectiva de legalização do contrato temporário de trabalho, quebra da isonomia e dos regimes jurídicos únicos, denúncia da Convenção 158, etc – se enquadram dentro dessa lógica. O ponto alto foi atingido com a repressão militar da greve dos petroleiros de 1995.

Harvey (2012, p. 85) retrata bem esse objetivo neoliberal ao afirmar que,

No plano doméstico, o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital. Sindicatos independentes ou outros movimentos sociais (como o socialismo municipal do tipo de Greater London Council), que adquiriram substancial poder sob o liberalismo embutido, têm, portanto, de ser disciplinados, se não destruídos – em nome da supostamente sacrossanta liberdade individual do trabalhador isolado.

O que Harvey nos leva a compreender é que no âmbito dos Correios, as perseguições, demissões e demais medidas punitivas contra seus funcionários eram medidas restritivas pela coação contra todo e qualquer simpatizante ou ativista sindical decidido a fortalecer a organização de classe na empresa. Quando não, a ECT recorria às normas coercitivas, a exemplo do MANPES¹⁶⁶, e táticas internas de “policiamento” executadas pela GINSP¹⁶⁷ a fim de incriminar o trabalhador que não se adequasse às determinações ou tentasse se insubordinar contra práticas administrativas voltadas para a exploração através da rotina de trabalho insalubre e desumana aplicada contra carteiros e demais funcionários da área operacional.

Além do interesse na exploração pelo trabalho, a ideia era continuar dispersando ou reprimindo formas coletivas de organização e de oposição na ECT. Como resultado, no âmbito sindical brasileiro

A cena sindical mudou muito ao longo da década de 1990, que é a década dos governos neoliberais no Brasil. Num período que alterna crescimento econômico baixo com recessão, que apresenta um aumento inaudito do desemprego e, no plano político, tem se caracterizado pela ofensiva das forças conservadoras, em um período como esse a luta sindical enfrenta grandes dificuldades. A atividade grevista caiu e a pauta de reivindicações dos sindicatos encontra-se cada vez mais rebaixada – aceitação da redução de salários, de demissões em massa etc (BOITO JR., 2002, p. 59).

¹⁶⁶ Manual de Pessoal dos Correios.

¹⁶⁷ Gerência de Inspeção.

Para Linden (2013, p. 211), “muitas estratégias ‘de cima para baixo’ têm como efeito direto ou indireto reprimir os possíveis grevistas. Estes correm sempre grandes riscos e, em alguns casos, podem estar pondo em cheque toda a sua vida.” Seguindo este raciocínio, uma das formas de dispersão praticadas pela ECT em Alagoas era amedrontar pela chantagem, chegando-se ao ponto de horas antes da decretação da greve de 1997, ser anunciado pelo supervisor do CDD Mundaú que não se fizesse greve, pois caso contrário haveria demissões¹⁶⁸. A questão é que o fato se confirmou: 31 trabalhadores¹⁶⁹ de vários CDD’s foram demitidos nos primeiros meses após o fim dos 15 dias de greve. As demissões a “contagotas” serviram para se gerar apreensão entre os trabalhadores, pois quando menos se esperava, algum ecetista era informado de sua demissão sem justa causa, sendo que, nos bastidores, os demitidos estavam sendo dispensados por motivo de greve¹⁷⁰. O quadro abaixo identifica os ecetistas alagoanos demitidos no período pós-greva de 1997.

DEMITIDOS PELOS CORREIOS DE ALAGOAS EM 1997

- 01 – Valdir Soares Costa**
 - 02 – Gilberto Cosme do Nascimento**
 - 03 – Antônio José Santos**
 - 04 – José Antônio de Oliveira**
 - 05 – João de Souza**
 - 06 – Ricardo Cabral da Silva**
 - 07 – Waldeck Santiago de Almeida**
 - 08 – José Ramiro Maurício da Silva**
-

¹⁶⁸ Quando carteiro no CDD Mundaú, em uma das reuniões “pré-greva de 1997” com a chefia da unidade, testemunhei o supervisor Everloi Cândido afirmar publicamente em alto e bom som que os carteiros refletissem, pensassem bem e não fizessem greve, pois caso contrário haveria demissões. Como a ECT não poderia formalizar esse tipo de ameaça, pois poderia ter problemas na Justiça do Trabalho, possivelmente o supervisor estivesse portando uma mensagem da direção da ECT a ser transmitida de forma verbal, já que no período estava ocorrendo seguidas reuniões com os gestores dos CDD’s. Outra possibilidade é a de que o supervisor tenha tido acesso a essa informação durante um desses encontros e desejado alertar os colegas para o iminente desemprego. O fato é que, após o aviso e terminada a greve, as demissões ocorreram em vários CDD’s.

¹⁶⁹ Durante as pesquisas com arquivos fotográficos no SINTECT-AL, encontramos uma fotografia que registra uma manifestação em Penedo/AL, em apoio aos demitidos. Chamou-nos a atenção o número de demitidos inscritos na faixa – 33 em vez de 31. Há possibilidade de que realmente tenha havido 33 demissões após a greve de 1997. Infelizmente não conseguimos esclarecer o número exato de demitidos ficando essa lacuna para ser resolvida em futuras pesquisas.

¹⁷⁰ É fato que a ECT em Alagoas aproveitou o momento para dentre esses 31 ou 33 trabalhadores também demitir alguns funcionários tidos por ela como “problemáticos” em razão da “baixa produtividade”, do “desleixo” e da “má fé” em suas funções profissionais. Situação passiva de verificação quando se investiga o histórico de alguns deles e não se encontra evidências da participação em movimentos reivindicatórios do SINTECT-AL, ou sequer a participação nas assembleias da categoria. Entretanto, a maioria dos demitidos tiveram sua participação nas ações do SINTECT-AL devidamente comprovada por meio de testemunhos, fotografias, assinaturas em atas, Carteira de Trabalho e Emprego e nas fichas funcionais da ECT.

-
- 09 – Alexandre dos Santos Lima**
 - 10 – Jabson Antônio Gerônimo da Silva**
 - 11 – Josivaldo Alves de França**
 - 12 – João José do Nascimento Filho**
 - 13 – José Jorge de Oliveira**
 - 14 – José Maciel Neto**
 - 15 – Cláudio Roberto Pacheco das Chagas**
 - 16 – Estanislau Cavalcante de Medeiros Neto**
 - 17 – Sidney Souza Silva**
 - 18 – José Francisco Costa Filho**
 - 19 – Valter Silva Batista**
 - 20 – José Ednaldo Ferreira**
 - 21 – José Oscar Salvador de Lima**
 - 22 – Cícero de Góes**
 - 23 – José Gomes de Lima**
 - 24 – Écio Tenório**
 - 25 – Luiz Galvão Melo**
 - 26 – Davis Fonseca da Silva**
 - 27 – Nildson Mendes Sampaio**
 - 28 – Geraldo Barros da Silva**
 - 29 – José Domicio da Silva**
 - 30 – Givaldo Gomes da Silva**
 - 31 – Miguel Ângelo Barbosa Aguiar**
-

Fonte: (SILVA, 2008, p. 66/67)

Caso marcante e insensível dos Correios foi à demissão de José Ramiro Maurício da Silva. Portador de uma pequena deficiência física em uma das pernas, Ramiro foi demitido após a greve de 1997 porque segundo sua chefia não atendia as expectativas de distribuição das correspondências. Fato é que o funcionário possivelmente fora demitido em virtude da deficiência – uma vez que não era militante político, nem possuía um passado de simpatizante do movimento sindical devido ao pouquíssimo tempo de trabalho na ECT.

Enfim, os Correios não tinham uma política inclusiva para os portadores de necessidades especiais, tampouco sensibilidade suficiente para respeitar as especificidades de funcionários que precisassem de condições de trabalho adequadas para sua permanência nos quadros da empresa. Todavia, José Ramiro foi submetido a exames médicos de admissão tendo sido considerado apto para desempenhar as funções de carteiro.

Quanto aos demais funcionários dispensados, possivelmente estavam sendo observados pelas chefias imediatas e pelo corpo gerencial para serem demitidos na primeira oportunidade.

Para a maioria, a participação na greve de 1997 foi à ocasião ou o limite para a efetivação das dispensas, embora estas tenham sido efetuadas sem a justa causa¹⁷¹.

De modo geral, as demissões sem a justa causa de funcionários públicos não estáveis, os programas de demissão voluntária, o fechamento de organismos estatais, de privatização e de aprovação da reforma administrativa eram assumidas pelo governo federal, desde Collor, enquanto medida necessária para a redução do número de funcionários. Como resultado, obteve-se o enfraquecimento do setor público que com a aprovação da reforma administrativa, associada à Lei de Responsabilidade Fiscal impôs regras rígidas para o gasto com pessoal levando a menor participação do emprego público no total da ocupação (POCHMANN; BORGES, 2002, p. 25).

Importante dizer que o refluxo das greves no movimento sindical não é uma exclusividade dos governos FHC. Ele inicia-se no governo Collor de maneira antagônica, quando comparado às greves da década de 1980.

Quadro 16 - Quantidade de Greves no Brasil entre 1989 e 1992

Ano	Quantidade de Greves	Número de Grevistas
1989	1.548	10 milhões
1990	2.200	12,3 milhões
1991	789	9,2 milhões
1992	568	2,9 milhões

Fonte: COGGIOLA, 1997, p. 81/82.

A questão é que na década de 1980, além da forte recessão econômica, outro elemento mobilizador das categorias tenha sido, na primeira metade dessa década, a forte demanda reprimida por liberdade democrática em razão dos 21 anos de regime de exceção no Brasil. Como já demonstrado, essa explosão de greves começa ainda no final dos anos de 1970 com o movimento dos metalúrgicos do ABC Paulista. Em contrapartida, com o advento do neoliberalismo a partir do governo Collor e suas diversas facetas (desemprego, recessão,

¹⁷¹ Alguns dos trabalhadores relacionados na lista de demitidos de 1997 não haviam aderido ao movimento grevista ou tinham qualquer simpatia pelo movimento sindical. Porém, aproveitando-se do momento de anistia, após a assinatura pelo Presidente Lula, da Lei 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, foram inseridos no processo por suas demissões estarem dentro do prazo estabelecido no texto da lei (04 de março de 1997 a 23 de março de 1998) que assegurou o retorno dos perseguidos políticos neste período a ECT. A ação foi mais uma atitude política do SINTECT-AL do que de fato um direito assegurado a estes poucos trabalhadores, dos quais me reservo o direito de não os citar, especificamente por não ser meu propósito delatar carteiros após ter acesso a informações delicadas durante as pesquisas.

abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, demissões, etc.) o movimento sindical começou a ficar acuado devido à “nova” ordem neoliberal levando à diminuição do número de greves inclusive na “Era FHC.”

No governo Itamar Franco (1992-1994), ocorreu uma queda na taxa de sindicalização entre 1993 e 1995 quando a força de trabalho ocupada cresceu de 66.569.757 para 69.628.608, mas com um número de trabalhadores não-sindicalizados aumentado de 55.537.866 para 58.340.869 (*O Estado de São Paulo*, 8/9/1996 apud COGGIOLA, 1997, p. 82)¹⁷².

Contudo, em levantamento estatístico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos finais do governo de Fernando Henrique Cardoso, se afirma que em dezembro de 2001 havia pouco menos de 16 mil sindicatos no país, dos quais 5.092 eram sindicatos de empregados urbanos representando 1.449 sindicatos de trabalhadores a mais do que os existentes em 1991. Ou seja, um aumento de 40%. Entretanto, segundo o mesmo IBGE, o emprego formal urbano cresceu apenas 10,2%. O Censo ainda diz que em 1991 existia um sindicato urbano para cada grupo de 5.523 trabalhadores. Sendo que, em 2001 se constatou que essa proporção havia caído para um sindicato a cada grupo de 4.356 empregados formais urbanos (CARDOSO, 2003, p. 40).

Além disso, principalmente na segunda metade da década de 1990,

Os aparelhos privados de hegemonia controlados pela burguesia reproduzem diariamente a noção de que existiria um consenso no tocante ao debate sobre as desigualdades: primeiro não haveria mais a divisão entre esquerda e direita, e as disputas políticas estariam esvaziadas dos grandes projetos nacionais e populares de transformação social, restritas somente as questões pragmáticas da pequena política, sem ideologias a embasar as ações humanas; segundo, todos reconheceriam que as desigualdades devem ser combatidas, mas todos também reconheceriam a impossibilidade de superá-las dadas as diferenças entre os indivíduos. A ideia do mercado é mais uma vez vendida como sendo algo pertencente a uma natureza humana imutável e internalizada de modo completamente natural, inclusive por intelectuais da esquerda que antes a combatia como uma falsa consciência. Quando isto acontece, a derrota proletária é devastadora, restando pouco espaço para a dissidência (CASTELO, 2013, p. 249).

¹⁷² Na década de 1980 “trinta por cento dos empregados formais eram filiados a sindicatos, e quatro centrais sindicais disputavam a sua lealdade: CUT, Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Geral dos Trabalhadores (também CGT) e União Sindical Independente (USI)” (CARDOSO, 2003, p. 34).

Por fim, as mudanças no cenário sindical (principal base política e eleitoral do PT e da CUT) juntamente com a insistência política após três derrotas de Lula nas eleições para presidente da República (1989, 1994, 1998), levaram essas agremiações, ainda na década de 1990, a repensarem o combate à naturalização da ideia de mercado. Por meio da corrente partidária hegemônica conhecida como *Articulação Sindical* cujo principal líder era o próprio Lula, o neoliberalismo passou a ser recepcionado com críticas amenas objetivando uma política e um sindicalismo propositivos¹⁷³, privilegiando uma postura mais adequada a negociação com empresários e governo. Mas, sem abrir mão de uma forte oposição ao governo FHC, pois continuava havendo interesse em desestabilizá-lo para assegurar a ascensão do projeto político que levaria Lula ao topo do poder¹⁷⁴.

Nesses termos, o sindicalismo propositivo não só se manteve ao longo dos anos 1990 e 2000, como se intensificou. Passou a ser o tipo de sindicalismo padrão. Ou, de outra forma, pode-se dizer que a CUT criou um novo tipo de sindicalismo. Se a Força Sindical era declaradamente adepta do sindicalismo de resultado, a CUT agregou às determinações deste aquilo que era sua essência, ou seja, a crítica à política econômica do governo. Menos intensa que antes, limitada apenas a alguns (e mínimos) pontos ((DUARTE; GRACIOLLI, 2010, p. 17/18).

Essas afirmações foram atestadas após a leitura da *Carta ao Povo Brasileiro*¹⁷⁵, em 22 de junho de 2002, quando se tentou convencer setores da sociedade brasileira, o mercado e a comunidade internacional de que o PT poderia chegar ao poder de forma “desarmada” através

¹⁷³ As diversas transformações ocorridas no campo econômico, político, social e, principalmente, sindical, especialmente no início dos anos 1990 – que se consubstanciou na crise do estado desenvolvimentista, na implementação das políticas neoliberais e no surgimento do sindicalismo de resultado – pressionaram a CUT no sentido de rever e, no limite, de reestruturar a ação combativa implementada até então. Com todos esses novos elementos em jogo, e a vertiginosa expansão da Força Sindical, a CUT começa a perder espaço, tanto no que diz respeito ao número de sindicatos e correntes políticas que a compunham, quanto – e conseqüentemente – em termos de sua representatividade e legitimidade. Não havia saída: ou a coordenação da central comprava a briga, e mantinha sua postura combativa, ou partia para uma adaptação as novas condições que se colocavam. A opção, então, foi se enquadrar dentro dos novos padrões. A CUT passou a defender o contrato coletivo de trabalho, elemento primordial não apenas da desregulamentação das relações de trabalho, mas fundamental para a própria postura dos sindicatos, que passariam a centrar cada vez mais da defesa dos interesses de categorias específicas, em detrimento de uma ação mais voltada à defesa da classe trabalhadora em geral. A adoção ao contrato coletivo, por outro lado, era uma forma de definir a nova política da central, na medida em que substituíria a organização de greves em prol da melhoria salarial pela formulação de propostas contratuais, o que necessariamente revertia em uma gradual minimização de seu papel político, especialmente no que dizia respeito à formação e conscientização da classe trabalhadora (DUARTE; GRACIOLLI, 2010).

¹⁷⁴ Para isso, se utilizou os movimentos sociais, dentre estes os sindicatos, para propagar a forte crítica contra a política econômica, o desemprego, os baixos salários e as alterações na legislação visando a flexibilização nas relações de trabalho. Atos públicos, protestos, manifestações, as mais diversas, serviram de instrumento para a propagação das críticas ao governo. O alvo maior, não era tanto o neoliberalismo, mas sim o governo de FHC, principal rival ao projeto petista e cutista para se chegar à Presidência da República.

¹⁷⁵ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

de um amplo movimento em defesa do país. Para isso, não se levaria a cabo as alardeadas rupturas prometidas na década de 1980. As mudanças econômicas e sociais se dariam por meio da negociação, da ação estatal contra a pobreza na sociedade brasileira e do respeito aos contratos. Segue trecho da *Carta ao Povo Brasileiro* que confirma essas ideias:

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. [...] Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país (SILVA, 2012).

De todo modo, essa ação estatal havia sido timidamente iniciada nos governos FHC seguindo a orientação neoliberal de implantar nos países periféricos poucos programas sociais para apenas conter o aumento do número de pobres sem, entretanto, não atacar as causas que geram a pobreza. Em seguida, a ação estatal do programa de Lula não propunha o caminho da ruptura com o capitalismo. Apenas buscou assegurar uma face humana ao neoliberalismo, porém, completamente desprovida das reais transformações sociais há muito reivindicadas pelas classes subalternas brasileiras. “Mais uma vez, as expressões da ‘questão social’ foram naturalizadas” (CASTELO, 2013, p. 252).

4.2 Oposição sindical, “privatização” e cultura do medo nos governos FHC

Fernando Henrique Cardoso, em seus primeiros meses de mandato à frente da Presidência da República, já enfrentava forte oposição do movimento sindical, principalmente

dos sindicatos filiados à CUT, contrários ao programa coordenado pelo governo de privatizações e de quebra dos monopólios das estatais. Com isso, evidencia-se que

Ao longo da década de 1990, a central combateu, de modo ativo, principalmente na gestão de Jair Meneguelli, a política de privatização. Organizou atos públicos de protestos nos leilões de empresas públicas. Mas, fato importante para se avaliar o impacto popular do neoliberalismo, esses atos encontraram, na grande maioria das vezes, com uma participação insignificante de trabalhadores. Na crise do governo Collor, a CUT, em contraste com a posição adotada pela Força Sindical, teve uma participação decisiva na campanha que levou ao impedimento de Fernando Collor de Mello. Porém, a ação contra a política de privatização não se repetiu diante das demais iniciativas dos governos neoliberais (BOITTO JR., 2002, p. 67/68).

Além do refluxo do sindicalismo no setor público¹⁷⁶, em virtude das correntes demissões e desemprego, possivelmente essa avaliação de uma menor mobilização de trabalhadores contra a política neoliberal de privatização seja reflexo da postura adotada pela CUT a partir de 1990, quando reunida em plenária nacional na cidade de Belo Horizonte, adotou uma nova linha sindical que sua direção denominou, seguindo uma terminologia já consagrada na Europa, “sindicalismo propositivo” (BOITTO JR., 2002, p. 67). Tal mudança significou o abandono da antiga linha sindical conhecida como sindicalismo de confronto por uma nova estratégia que valorizava a negociação com os empresários e com o governo¹⁷⁷. Apesar da mudança de postura da Central Única, o apoio às reivindicações do funcionalismo público, inclusive com o incentivo à greve contra as medidas de privatização das estatais encontrou resistência por parte do governo quando Fernando Henrique Cardoso, tentou se impor diante do sindicalismo grevista e se utilizou de velhos atributos, como o corte de ponto dos trabalhadores de empresas e repartições públicas paralisados. “Porém, novos instrumentos se associariam a este. Através do Decreto-Lei nº 1.480, o governo dispôs as formas pelas quais deveriam ser tratadas as paralisações no serviço público.” (SANTANA, 2003, p. 302)

¹⁷⁶ Somente em 26 de março de 1999 a CUT, ao lado do MST, partidos de esquerda e movimento estudantil, promoveram o “Dia Nacional de Luta em Defesa do Brasil”, uma série de demonstrações em cada grande capital de Estado em protesto contra o desemprego, as privatizações e as políticas do FMI [...]. Ao longo da segunda metade de 1999 um conjunto de greves sacudiu a cena mais uma vez: motoristas de caminhão, petroleiros (depois de cinco anos de silêncio), metalúrgicos, servidores públicos e bancários, num *revival* que traria as estatísticas de greve para os altos padrões anteriores a FHC (CARDOSO, 2003, p. 73/74).

¹⁷⁷ A CUT tem demonstrado, também, uma boa vontade excessiva para negociar com os governos neoliberais, primeiro com Collor e, depois, com FHC. Em todas essas ocasiões, o governo chamou a central para negociar quando se encontrava diante de dificuldades, e rompeu unilateralmente a negociação assim que encontrou, nos bastidores do governo e sem a participação dos sindicalistas, uma solução liberal para os problemas criados pelo próprio liberalismo (BOITTO JR., 2002, p. 68)

No âmbito dos Correios, as consequências do enrijecimento do governo federal culminaram com a demissão de aproximadamente dois mil trabalhadores em todo o Brasil após a greve de 1997 e o corte do ponto de trabalho (15 dias) para os grevistas que permaneceram nos quadros de funcionários da ECT. Além destes, a política de baixos salários, o medo constante de novas demissões e o envio do Projeto de Lei Postal, que supostamente abriria caminho para a privatização da empresa, deram o tom do refluxo quanto às paralisações.

Na realidade, mudanças na base material do capitalismo ocorreram, impulsionando a transformação rápida das classes trabalhadoras, com consequências importantes para a atuação sindical. De um lado, a expansão do desemprego gerou a cultura do medo da demissão generalizada no interior dos locais de trabalho (POCHMANN; BORGES, 2002, p. 29).

A cultura do medo nos Correios difundida pela ampliação das demissões, na maioria dos casos sem justa causa, arrefeceu os ímpetos da categoria. Ou seja, até então, o movimento sindical encontrava-se na defensiva, pois o alto desemprego na década de 1990, o sindicalismo politicamente dividido, a péssima política salarial, com índices de reajustes muito abaixo da inflação, e sem resposta eficiente dos sindicatos de Correios, contribuíram para a pausa das greves entre 1997 e 2002. Sendo assim, o governo FHC intensificou sua política salarial com insignificantes reajustes e retirada de direitos assegurados em anos anteriores pelos ecetistas.

Embora tenha havido um recuo quanto às greves, houve importante insatisfação dos ecetistas, principalmente na área operacional, com constantes reclamações nos setores de trabalho em razão dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho. A resposta da ECT era de que “os insatisfeitos deveriam deixar a empresa.” Sugestão nada interessante diante dos baixos índices de emprego formal no país, conforme comparado quando se avalia o percentual de trabalhadores com carteira assinada na segunda metade dos anos de 1990.

Quadro 17 - Emprego Formal (% de trabalhadores com carteira assinada nas principais regiões metropolitanas)

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
49,3%	48,5%	46,7%	46,4%	45,9%	44,5%	43,6%	45,0%

Fonte: IPEA, *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise apud* (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 19)

Na área da indústria (utilizando indicador da FIESP para a Região Metropolitana de São Paulo), o emprego caiu durante os sete anos do Governo FHC a cerca de 2/3 do que era em meados da década de 1990, ou cerca de metade de seu valor em meados da década de 1980 (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 21). Desse jeito, no cenário do desemprego mundial, o Brasil deixou de ocupar o 13º lugar em 1986, para ocupar o quarto lugar em 1998 e a segunda posição em 2002, no *ranking* mundial do desemprego (POCHMANN; BORGES, 2002, p. 26). Ainda segundo os autores (p. 27), no Brasil, em 1998, o movimento sindical conseguiu fazer pouco menos de 400 greves, quando nos anos 1980 chegava a ser responsável por cerca de 4 mil greves anuais.

Nos Correios, a diminuição no número de greves e as centenas de demissões apontaram para a necessidade de se enfraquecer o movimento sindical objetivando a consecutiva privatização da estatal. Esse suposto propósito do governo federal de privatizar a ECT foi denunciado diversas vezes pelos sindicatos ecetistas durante toda a década de 1990. Em Alagoas, o SINTECT-AL, a partir de 1997, intensificou o debate contra a privatização da estatal. Em carta aberta, informava que “os bons serviços prestados pelos Correios à população estão seriamente ameaçados.” O documento denunciava ainda que Sérgio Motta, então ministro das Comunicações, havia declarado que os Correios serão privatizados e que “os dirigentes da ECT, cumprindo determinação de FHC, promovem um grande desmonte na empresa.” (*Carta Aberta à população contra a privatização dos Correios*, 1997).

Em dezembro do mesmo ano, o SINTECT-AL procurou fazer uma retrospectiva dos temas de interesse dos ecetistas. O assunto neoliberalismo fez parte da pauta e chegou aos trabalhadores em boletim informativo.

NEOLIBERALISMO

1997 foi um ano de árduas e dolorosas batalhas para a categoria ecetista. Mais dolorosas ainda para o conjunto da classe trabalhadora no Brasil. Enquanto na Europa, o neoliberalismo começa a cair por terra, depois de quase duas décadas de muito discurso modernizante e globalizante e poucas ações para resolver os problemas sociais, as ideias democráticas e socialistas ressurgem com mais força, os nossos países periféricos tentam pegar o rescaldo e insistem numa política econômica que torna os ricos mais ricos e os pobres cada vez mais pobres (*Gazeta Ecetista*, edição de 23 de dezembro de 1997).

Em seguida, parte-se para o ataque ao governo federal e às autoridades diretamente envolvidas com a questão.

CONSEQUÊNCIAS

Essa política nefasta, aqui representada por FHC, Pedro Malan, Ciro Gomes e tantos outros, traz consequências imediatas na vida dos trabalhadores e sua luta por melhores condições de trabalho. Rezando na cartilha de Washington, o governo do PFL/PSDB (e demais partidos que dão sustentação) trabalha para retirar as conquistas históricas dos trabalhadores, esfacelar o movimento sindical, trazer instabilidade ao mercado de trabalho. Tudo isso porque o que eles chamam de globalização precisa de mão-de-obra barata, temporária, sem tantos custos sociais (Ibidem)

O boletim se encerra invocando um futuro de esperança para se construir “um governo voltado para os interesses da maioria da população.” Uma referência indireta de apoio à candidatura de Lula à Presidência da República. Tanto é que consta nos arquivos do SINTECT-AL, panfleto intitulado FHC NUNCA MAIS!, sem data, mas que possivelmente foi distribuído entre os ecetistas às vésperas das eleições de 1998. Nele há menções ao neoliberalismo e às ações de Fernando Henrique Cardoso contra a categoria dos Correios e apoio claro e veemente a Luís Inácio Lula da Silva na campanha eleitoral para presidente.

FHC NUNCA MAIS!

O trabalhador dos Correios sentiu de perto a prática desse governo e vai gritar com todas as forças: FHC NUNCA MAIS! E a ECT não poupou esforços para atender a cartilha do neoliberalismo de Fernando Henrique, que se interessou mais em mostrar ao mundo capitalista que estava afinado com as exigências das grandes potências e do FMI do que em ter o respeito da população. Nós sabemos:

- demissões injustas de ativistas e líderes sindicais, funcionários com problemas constatados de saúde, funcionários mais antigos ou sem a simpatia dos chefes, etc.
- tentativa permanente (em todas as datas-bases) de retirar benefícios conquistados historicamente, como a cesta-básica e os tíquetes.
- salários e benefícios diferenciados para os novatos.
- veto de FHC ao projeto de periculosidade para carteiros.
- projeto de privatização dos Correios.

Tudo isso para mostrar que todas as áreas do governo estão integradas à globalização. Globalização que coloca a economia nacional debaixo dos interesses dos países ricos. Só Lula pode governar o Brasil de forma diferente, com mais justiça e mais democracia.

ESTAMOS COM LULA! (Panfleto *FHC NUNCA MAIS!* – SINTECT-AL: [1998])

Para o SINTECT-AL somente a saída de FHC poderia melhorar as condições de trabalho. No boletim informativo *Gazeta Ecetista*, edição de 04 de agosto de 1998, as lideranças sindicais pró-Lula usaram o tema da privatização para convencer os funcionários dos Correios a votar no petista. “Se Fernando Henrique Cardoso conseguir ser reeleito, o caminho para a ECT será a privatização, mais desemprego e mais arrocho salarial. Por tudo isso, o Conrep¹⁷⁸ deste ano tirou pela primeira vez uma moção de apoio a um candidato: Lula.” E continua com a tática de convencimento afirmando que “o programa de governo de Lula se contrapõe à privatização dos serviços postais, às demissões injustas e ao projeto econômico de FHC, que privilegia os mais ricos e gera desemprego.” Na conclusão, um apelo direto aos trabalhadores: “Por isso, apoiamos a iniciativa de alguns companheiros de Alagoas em formarem um núcleo de apoio a Lula. E orientamos abertamente toda a categoria: participem.” (*Gazeta Ecetista*, edição de 04 de agosto de 1998).

No mesmo boletim, as lideranças criticam a Associação dos Administradores Postais, acusada de apoiar o projeto de privatização dos Correios e chama seus associados de entreguistas.

DEFENSORES DA PRIVATIZAÇÃO

A associação dos administradores postais já espera a privatização dos Correios. Trabalha com arrecadação de fundos para comprar possíveis ações da ECT e tornar seus filiados sócios da empresa, na esperança de garantir seus empregos. Ao fazerem isso, os administradores reforçam a tese da privatização. Entreguistas! (Ibidem)

Nesse período, o sistema Telebrás havia sido privatizado e o SINTECT-AL usou o fato para convencimento dos trabalhadores. Inclusive denunciando que após a privatização, o desemprego já havia começado no sistema e a imprensa não divulgava o fato. E concluía dizendo: “A facilidade com que o sistema Telebrás foi privatizado pode acelerar outros planos de privatização do governo: os Correios estão na mira.”

¹⁷⁸ Conrep – Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios, Telégrafos e Similares (FENTECT). Órgão deliberativo dos ecetistas em nível nacional.

Além do debate sobre a privatização dos Correios, circulava a ideia da terceirização dos serviços postais, principalmente os mais lucrativos que, pela interpretação dos sindicalistas, seriam entregues à iniciativa privada conforme as portarias 310 e 311¹⁷⁹ emitidas pelo Ministério das Comunicações no final de 1998.

Analisando a Portaria 310, o movimento sindical tinha uma interpretação de que o documento objetivava diminuir o tamanho da ECT reduzindo o quadro de funcionários e de salários, além de repassar a maioria dos serviços postais à iniciativa privada, inclusive com prazos para o ajuste dos serviços às novas finalidades operacionais. (*Gazeta Ecetista*, edição de 29 de janeiro de 1999).

Além da preocupação com a privatização dos Correios, percebe-se nas entrelinhas uma preocupação com a manutenção do monopólio postal – tema de importante debate na década de 1990 e que posteriormente chegou ao Supremo Tribunal Federal para julgamento de sua constitucionalidade. De qualquer forma, há indícios de que havia uma intenção na ECT de acabar com o monopólio postal. Veja o que diz Egídio Bianchi, então presidente dos Correios:

Do anteprojeto da Lei Geral do Sistema Nacional de Correios, elaborado ao longo de um ano, constam as seguintes principais mudanças: **extinção do monopólio postal no prazo de dez anos**; criação da Agência Nacional de Serviços de Correios; disciplina do regime de concessões de serviços públicos postais, para ampliar a participação da iniciativa privada; definição objetiva dos serviços universais (essenciais) (BIANCHI, 1999, p. 387). (Grifo nosso)

Quanto à Portaria 311, esta estabelece a frequência mínima de distribuição postal nos municípios brasileiros, inclusive com redução dos dias de entrega a depender do número de habitantes em cada cidade.

Pela avaliação do SINTECT-AL, haveria um agravamento no descumprimento dos prazos de entrega e um acúmulo de correspondências. Se no final de 1998 e início de 1999 a ECT já não executava a entrega em dia nos prazos definidos (cinco dias) de distribuição das cartas nas cidades acima de 50.000 habitantes, imagine nos municípios que pela quantidade de

¹⁷⁹ Ministério das Comunicações/Secretaria de Serviços Postais – Portaria N° 310, de 18 de dezembro de 1998. Publicada no D.O.U. de 18/12/1998.
Ministério das Comunicações/Secretaria de Serviços Postais – Portaria N° 311, de 18 de dezembro de 1998. Publicada no D.O.U. de 18/12/1998.

moradores a entrega passaria a ser duas vezes por semana. A tendência seria de que o atraso fosse ainda maior¹⁸⁰.

Quadro 18 - Frequência da Distribuição Postal nos Municípios Brasileiros

Frequência Mínima	População dos Municípios
Duas vezes por semana	Até 5.000 habitantes
Três vezes por semana	Acima de 5.000 até 50.000 habitantes
Cinco vezes por semana	Acima de 50.000 habitantes

(BIANCHI, 1999, p. 384).

Diante de tamanha precariedade, para as lideranças sindicais havia uma proposital intenção de provocar insatisfação na opinião pública para favorecer o processo de privatização. Até porque,

FHC quer entregar para a iniciativa privada 90% das agências postais existentes em cidades com até 200 mil habitantes. Nas cidades com até 50 mil habitantes, moradores de pequenas comunidades rurais e urbanas podem ficar sem receber cartas em casa, pois a entrega deixará de ser diária (*Gazeta Ecetista*, edição de 24 de março de 1999).

Entretanto, a Diretoria do SINTECT-AL reagiu as exigências para a distribuição das cartas e organizou uma sessão pública na Câmara de Vereadores de Maceió¹⁸¹ para debater o tema. A sessão ocorreu no dia 31 de março de 1999 com o objetivo de alertar o Poder Legislativo, a Prefeitura e as lideranças comunitárias para o “perigo” que representava as portarias 310 e 311 e o projeto de caixa postal comunitária¹⁸². O então diretor regional dos Correios em Alagoas, Paulo Machado, não compareceu à sessão e foi duramente criticado pelo SINTECT-AL sob a alcunha de “fujão.” (*Gazeta Ecetista*, edição de 28 de maio de 1999).

¹⁸⁰ O prazo regular para a entrega das correspondências em cidades acima de 50.000 habitantes era de dois dias a partir da data da postagem.

¹⁸¹ A sessão foi convocada pelos vereadores Aliomar Lins e Judson Cabral.

¹⁸² O projeto das caixas postais comunitárias foi elaborado pelos Correios para todo o Brasil e basicamente visava eliminar a utilização de carteiros nas periferias das cidades. As cartas seriam depositadas em módulos de 180 caixas postais administradas pela comunidade, onde o carteiro iria duas vezes por semana para colocar e recolher as cartas da semana (*A Tarde* – Salvador/BA, edição de 27 de maio de 1999). Ou seja, uma vez as cartas disponibilizadas, os moradores deveriam buscá-las nos módulos sem qualquer mediação com funcionários dos Correios, havendo o risco iminente de violação das correspondências.

Além da Câmara de Vereadores de Maceió, o SINTECT-AL esteve a 23 de maio de 1999 no bairro do Jacintinho, região periférica de Maceió, para participar de um debate sobre cidadania no Colégio Estadual Teonilo Gama. O incumbido da missão foi o líder sindical Benedito Nazário que aproveitando a oportunidade falou sobre o projeto de privatização dos Correios e suas consequências na vida dos moradores da periferia. A ideia era atrair o movimento comunitário para participar de ações conjuntas com o sindicato contra a privatização da ECT.

O sindicato está realizando uma série de caminhadas e debates em bairros periféricos de Maceió com o objetivo de conscientizar a população sobre os riscos da privatização dos Correios, além de colher assinaturas para um projeto de Lei de iniciativa popular que vai se contrapor ao projeto de Lei Postal da empresa. Na sexta-feira e no sábado passados, a caminhada foi realizada no bairro do Jacintinho. Houve uma boa cobertura da imprensa, com matérias em todos os jornais e em uma emissora de televisão. A recepção da população ao nosso projeto é muito boa. E o mais importante: trata-se de um contato com os clientes dos Correios, um momento de conscientização e educação do povo (Informe SINTECT-AL, edição de 22 de junho de 1999).

Fato é que a imprensa deu boa repercussão às caminhadas promovidas pelo sindicato nos bairros periféricos de Maceió.

ECETISTAS FAZEM NOVA CAMINHADA

Trabalhadores dos Correios realizam hoje, a partir das 9 horas, nos bairros do Jacintinho e Bebedouro, mais uma caminhada para coleta de assinaturas em prol de um projeto de lei contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O Sindicato dos Trabalhadores na ECT em Alagoas (Sintect-AL) dá continuidade a um trabalho iniciado na semana passada que tem como objetivo denunciar à população sobre a intenção do governo federal de repassar os serviços rentáveis dos Correios para a iniciativa privada. De acordo com o presidente da entidade, José Cícero Cavalcante Pereira, a nova Lei Postal encaminhada ao Congresso pela direção da ECT “vai transformar a empresa em sociedade anônima, de economia mista, mantendo sob o monopólio do Governo somente os serviços considerados sociais, como “carta simples e telegramas” (*Tribuna de Alagoas*, edição de 26 de junho de 1999).

Com o projeto 1.491/99 que trata da Nova Lei Postal, temia-se a demissão em massa de funcionários dos Correios e o repasse de serviços rentáveis como o de encomendas (Sedex e outras) à iniciativa privada. Restaria para os Correios apenas a parte social (entrega de cartas) à população, mas na maioria das localidades sem a utilização do carteiro, já que o programa de caixas postais coletivas dispensaria estes profissionais.

Por fim, as lideranças sindicais acreditavam que a Nova Lei Postal fazia parte das imposições do FMI ao governo brasileiro. Veja o que diz um panfleto distribuído pelo SINTECT-AL na campanha salarial de 1999: “Mas o governo FHC, a mando do FMI, vem tentando privatizar os Correios. E na hora de assinar um Acordo Coletivo que reconheça o esforço e a capacidade dos empregados dos Correios, o governo orienta arrocho salarial.”

Foto 7 – Abaixo assinado no Centro de Maceió contra a privatização dos Correios (anos de 1990)



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

De certo que a privatização dos Correios, a quebra do monopólio e o mercado postal interessavam à iniciativa privada. Em levantamento do SINTECT-AL estipulava-se que no Brasil, 74% da população, ou cerca de 120 milhões de pessoas, recebiam suas correspondências no conforto de suas casas; que a ECT obteve um lucro de mais de 200 milhões de reais em 1998; que os Correios estavam presentes em todos os municípios brasileiros, que a ECT mantinha-se com seus próprios recursos, sem recorrer ao Tesouro Nacional e que o patrimônio operacional era de 5.500 veículos, 5.124 motocicletas, 25 mil bicicletas, 11.700 agências de atendimento, 25.432 caixas de coletas e 82.500 empregados, dos quais 37.640 eram carteiros, tornando os Correios a maior empresa empregadora do país

entre as públicas e as privadas (*Gazeta Ecetista*, edição de 02 de julho de 1999). Ainda em 1999, os Correios tinham a quinta maior receita operacional bruta entre as empresas do setor público, superando os R\$ 3,3 bilhões no ano de 1998.

Disponibilizando mais algumas informações sobre os Correios, no ano seguinte (1999), a ECT tratava e entregava, por dia, cerca de 26 milhões de objetos e seu efetivo contava com mais de 80 mil funcionários distribuídos em 23 Diretorias Regionais e na Administração Central, em Brasília (BIANCHI, 1999, p. 382). Contudo, o tráfego postal na década de 1990 variou bruscamente conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 19 - Crescimento do Tráfego Postal na Década de 1990.

Ano	Tráfego (bilhões)	Crescimento (%)
1990	3,496	-
1991	3,371	-3,6
1992	3,336	-1,0
1993	4,310	29,2
1994	4,668	8,3
1995	6,127	31,3
1996	6,009	-1,9
1997	6,047	0,6
1998	6,825	12,9

(BIANCHI, 1999, p. 382)

Diante de números, certamente divulgados durante as mobilizações pelos bairros periféricos, a Câmara de Vereadores de Maceió aprovou por unanimidade o projeto de Lei do vereador Judson Cabral (PT), que garantia o direito da população de receber suas correspondências pelas mãos dos carteiros. Com a sanção da Lei 4.482/99 pela prefeita Kátia Born, os Correios ficaram proibidos de instalar as caixas postais coletivas em Maceió.

As ações contra a privatização contaram ainda com 7.779 assinaturas recolhidas em abaixo assinados durante as reuniões em igrejas, associações e escolas, nas visitas ao interior e pelo esforço individual de diversos funcionários que aderiram ao movimento (*Gazeta Ecetista*, edição de 29 de outubro de 1999). Contou-se também com o apoio do Partido dos Trabalhadores, da CUT e da Pastoral da Terra numa tentativa de interiorizar o debate,

inclusive com visitas a acampamentos rurais da CPT¹⁸³ nos municípios de Messias, Murici e Flexeiras (*Gazeta Ecetista*, edição de 16 de julho de 1999).

As investidas do movimento sindical contra a privatização tiveram um custo operacional que foi assumido pela maioria dos ecetistas. Em agosto de 1999, em assembleias gerais por todo o país, os trabalhadores aprovaram desconto assistencial de 1% sobre os salários nos meses de setembro, outubro e novembro. O objetivo era contribuir com as despesas da campanha contra a privatização dos Correios. O desconto foi efetuado durante os meses de setembro, outubro e novembro.

Para combater a ofensiva do discurso da direção da empresa em favor da terceirização e privatização, a Fentect e os sindicatos tiveram uma série de despesas extras. Elaboração do jornal especial da Fentect para se contrapor à campanha de contrainformação da empresa e uma série de atividades nos estados, a exemplo do recolhimento de assinaturas, reuniões nos bairros periféricos e nas escolas serviram de justificativas para os descontos (*Gazeta Ecetista*, edição de 26 de agosto de 1999). Em junho de 2002, o SINTECT-AL realizou Congresso Estadual, na sede da FETAG, em Maceió, para debater a privatização com a categoria.

Foto 8 – I Congresso Estadual dos Trabalhadores dos Correios



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

¹⁸³ CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Foto 9 – Plenária do I Congresso dos Trabalhadores dos Correios em Alagoas



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

Fica claro que as ações em Alagoas contra a privatização da ECT tinham uma orientação nacional através da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares e que o movimento ocorria por todo o Brasil com a adesão de outros sindicatos ecetistas. Havia, contudo, a intenção de ampliar ainda mais as ações da campanha e o SINTECT-AL contava com a participação dos ecetistas para sugerir em assembleia geral, realizada no dia 11 de fevereiro de 2000, outras medidas para barrar a Nova Lei Postal (*Informe Sintect-AL*, edição de 11 de fevereiro de 2000).

Em nível nacional, a Fentect definiu de 21 a 23 de março de 2000 o plano de lutas contra a privatização dos Correios. Denúncia, ampliação das formas de comunicação com a sociedade, atos públicos, reuniões com moradores dos bairros, atos e sessões públicas nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Estaduais e a mobilização das bancadas federais contra a aprovação da Nova Lei Postal¹⁸⁴ fizeram parte do plano de lutas para o ano 2000.

Para fortalecer o debate, o Conselho de Representantes da Fentect resolveu fundir a campanha salarial de 2000 com a campanha contra a privatização. Durante o encontro,

¹⁸⁴ Na Bancada Federal de Alagoas, os deputados Joaquim Brito e Régis Cavalcante declararam apoio a causa da categoria.

representantes dos estados presentes no CONREP (mais de duzentos trabalhadores) ocuparam por mais de quatro horas o Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília¹⁸⁵. O objetivo era pressionar os deputados e o relator do projeto de Lei, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) a desistirem da nova Lei Postal.

COMISSÃO

O clima ficou tenso quando a segurança da Casa foi acionada, mas os ecetistas somente se retiraram do plenário quando foi aceita uma comissão de representantes para ser recebida pelo presidente da Câmara, o deputado Michel Temer. A comissão conseguiu a reunião, apresentou a preocupação da categoria com a privatização e denunciou as demissões ocorridas na empresa (*Gazeta Ecetista*, edição de 20 de junho de 2000).

Por fim, a Câmara dos Deputados, através do deputado Paulo Paim (PT/RS), recomendou à direção da ECT a revisão de todas as demissões ocorridas a partir de 1997¹⁸⁶ e adiou a data de votação do projeto, que seria 28 de junho de 2000. O feito foi considerado vitorioso para o movimento sindical ecetista e um importante passo para protelar a votação da Nova Lei Postal.

Após o adiamento da votação e com a demissão de Egydio Bianchi, presidente da ECT, passaram a ocorrer algumas divergências sobre a Nova Lei Postal dentro do próprio governo. De acordo com a grande imprensa, o pivô da crise teriam sido as divergências acerca do uso da verba publicitária dos Correios. O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, achou que Bianchi estava se autopromovendo através da propaganda da ECT. Ao deixar o cargo, Bianchi saiu atirando:

Na entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, Bianchi não economizou a metralhadora: “caso a Lei Postal seja sancionada, os Correios perderão R\$ 830 milhões por ano, ou 25% da receita obtida no ano passado”. Esse prejuízo ocorrerá em razão da perda do monopólio da remessa de cartas comerciais (cobranças bancárias, cartões de crédito ou envio de talões de cheque), segundo ele. O ex-presidente foi mais além e disse que, em consequência das mudanças impostas pela Lei Postal, ele prevê a demissão de 50 mil empregados (*Gazeta Ecetista*, edição de 20 de julho de 2000).

¹⁸⁵ Os representantes do ecetistas em Alagoas, José Cícero Cavalcante Pereira e Gilberto Macena participaram da ocupação.

¹⁸⁶ Fato que não ocorreu, pois os demitidos de 1997 só foram anistiados em 2006 após amplo processo de anistia.

Em meio às possíveis declarações do ex-presidente da ECT, pesquisa realizada pela CNI-IBOPE apontava em Boletim Técnico nº 97/2000, que cinco mil usuários em todo o país, entre 11 e 24 de maio de 2000, consideraram o serviço dos Correios muito eficiente ou eficiente. Para 92% dos entrevistados, os Correios foram considerados a estatal mais eficiente. A Caixa Econômica Federal ficou em segundo lugar com 67%, o Banco do Brasil com 64% e as empresas de energia elétrica ficaram com 63% de avaliação positiva. Quanto a concordar ou não com a privatização dos Correios, as campanhas realizadas pelos sindicatos de ecetistas pelo Brasil parecem ter surtido efeito, pois entre os entrevistados 18% concordavam com a privatização e 74% discordavam (*Gazeta Ecetista*, edição de 20 de julho de 2000).

Como o tema continuava em pauta, em agosto de 2000, no auditório do Sindicato dos Bancários, o SINTECT-AL promoveu um debate entre a Fentect e a ADCAP sobre a Nova Lei Postal. O secretário-geral da Federação, Luís Eduardo, e Maurício Lorenzo, diretor de Comunicação da ADCAP nacional concordaram e divergiram durante as discussões. A ADCAP não via como negativa a transformação dos Correios em S.A (Sociedade Anônima) por entender que era favorável a participação privada em algumas áreas de atuação postal. Mas, discordava do processo de reestruturação da empresa. A Fentect rejeitava a mudança da razão social dos Correios e pressionava os congressistas com passeatas, invasões e manifestações. As duas entidades, concordavam, porém, com a manutenção do monopólio postal como garantia dos serviços de qualidade e empregos (*Gazeta Ecetista*, edição de 24 de agosto de 2000).

4.3 Gestão Paulo Machado: nenhum sinal de mudança

Segundo o Boletim *Gazeta Ecetista*, de 16 de fevereiro de 1995, Paulo Machado assumiu o comando dos Correios alagoanos em 30 de abril de 1993 em substituição a Roberto Mota. Para as lideranças sindicais e pelo teor dos textos de seus boletins informativos, durante sua gestão, o novo diretor parecia estar bem determinado a pôr em prática na ECT o projeto neoliberal de FHC. Para isso, estabeleceu-se um verdadeiro campo de guerra entre sua diretoria e o SINTECT-AL.

Chamou atenção as várias farpas trocadas entre o diretor regional e o presidente do sindicato José Cícero Cavalcante Pereira, indo muitas vezes parar no campo pessoal. Denúncias de perseguição, descumprimento de acordos, greves agressivas com ações de

piquetes, pesadas críticas em reuniões setoriais, boletins informativos polêmicos e possível apadrinhamento político do senador Renan Calheiros deram a tônica na relação entre sindicato e empresa por praticamente toda a década de 1990.

Em dezembro de 1994, a relação de hostilidade levou a categoria a repudiar em assembleia geral a “falta de palavra” de Paulo Machado por não cumprir acordo firmado com o SINTECT-AL e ter chamado o Pelotão de Choque da Polícia Militar para reprimir os grevistas que se encontravam mobilizados em frente a várias unidades de trabalho dos Correios. A indignação levou os trabalhadores a elaborar uma lista tríplice acompanhada de abaixo-assinado contendo os nomes de Plistheus Mota de Souza, Antônio Mauro de Freitas Lapa e José Valmir Barbosa Barros para diretor regional em lugar de Paulo Machado. O documento foi entregue à diretoria nacional dos Correios em Brasília e embora não tenha surtido efeito, demonstrou o grau de insatisfação dos trabalhadores com o então diretor regional¹⁸⁷.

Em 1995, outro abaixo-assinado contra Paulo Machado voltou a circular. Dessa vez, devendo ser encaminhado aos parlamentares federais em Brasília pedindo seu afastamento imediato. Ao reagir contra a ação, o diretor foi denunciado no Informativo *Gazeta Ecetista*, edição de 13 de abril de 1995, acusado de estar tentando confundir a categoria contra o sindicato. O texto denuncia a pressão sobre os trabalhadores que assinassem o documento além da campanha pela desfiliação contra o SINTECT-AL.

A hostilidade refletiu na Campanha Salarial do mesmo ano. A *Gazeta de Alagoas*, edição de 15 de julho de 1995, noticiou, em matéria intitulada: *Grevistas da ECT denunciam agressão*, a invasão da Polícia Militar ao pátio dos Correios acompanhada de agressão aos trabalhadores grevistas. Ainda segundo a matéria, o diretor regional admite ter solicitado a presença dos policiais para acabar com os excessos de alguns grevistas e negou ter autorizado a invasão da PM às dependências dos Correios. Entretanto, a presença marcante do Pelotão de Choque da Polícia Militar se deu de forma assídua nas greves ocorridas nos Correios entre 1993 e 1997.

O *Boletim Informativo do SINTECT-AL* noticiou o fato dizendo que

¹⁸⁷ Ata da Assembleia Geral Permanente do SINTECT-AL, 12 de dezembro de 1994.

Já esperávamos a atitude do diretor Paulo Machado de convocar o pelotão de choque para reprimir o movimento grevista da categoria. A Polícia Militar invadiu as dependências das agências para transportar o malote de correspondências e outros documentos e coibir o nosso direito de greve.

Alguns companheiros foram agredidos covardemente pelos policiais. Só não houve prisões porque a imprensa estava no local.

A presença da PM nos Correios foi mais um ato de arbitrariedade do Sr. Paulo Machado, que se soma a outros. O Sr. Paulo Machado não engana a mais ninguém: a postura de democrático, sempre aberto ao diálogo que ele apresenta na imprensa local já era. “Tanto os ecetistas quanto os usuários o conhecem muito bem.” (Diretor Convoca pelotão de choque. *Gazeta Ecetista*, Ano VI, 28 de julho de 1995.)

Em Carta Aberta à população, os trabalhadores dos Correios chamavam atenção para a falsa imagem de democrata que Paulo Machado passava para a imprensa. No mesmo documento há uma denúncia inusitada, trata-se da transferência de três funcionários de Pão de Açúcar: os carteiros Manoel Messias, Antônio Alves e João Soares, todos com mais de 20 anos de serviços prestados aos Correios. A transferência se deu para Maceió, distante mais de duzentos quilômetros da cidade sertaneja. Outra transferência, provavelmente sem justificativa aceitável, foi aplicada contra o ativista político Luiz Batista, o Luizão, transferido para Barra de São Miguel de forma sumária (*Gazeta Ecetista*, ano VI, edição de 20 de outubro de 1995).

Após forte reação do SINTECT-AL contra as transferências, o caso foi parar na Procuradoria Regional do Trabalho. Depois de muita pressão de políticos e do Sindicato, Paulo Machado se antecipou à decisão da Procuradoria e cedeu, revertendo às transferências de Pão de Açúcar.

4.4 A greve de 1997 e o movimento contra a “privatização” dos Correios

A greve dos funcionários dos Correios em 1997 foi a última ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso. A *Folha de São Paulo*, (edição de 04 de setembro de 1997, p. 11) afirmava que onze estados (Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Maranhão, Pará, Amazonas e o Distrito Federal) haviam aderido à paralisação. A categoria reivindicava 5% de aumento real, piso salarial de R\$ 820,00 e reposição da inflação de dezembro de 1996 a julho de 1997, igual a 24,07%. Na época, o SINTECT-SP estimava uma participação de 70% dos trabalhadores do estado, cerca de 23.500 no primeiro dia de greve com a adesão de 85% dos trabalhadores da área operacional, a maioria carteiros.

Sem avanço nas negociações, no décimo segundo dia de paralisação, os Correios radicalizaram e demitiram cento e cinquenta e três trabalhadores sob a acusação de excesso durante a greve. Entretanto, não esclareceu a imprensa quais teriam sido esses excessos. A maior parte dessas demissões ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (*Folha de São Paulo*, edição de 18 de setembro de 1997). Porém, as dispensas não ficaram apenas em meio aos grevistas. Irritado pelos protestos em frente a sua residência, quando grevistas fizeram acampamento para pressionar, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, determinou a demissão de toda a diretoria nacional dos Correios. A *Folha de São Paulo*, edição de 21 de setembro de 1997, transcreveu uma fala irritada do ministro sobre os grevistas em frente a sua residência. “Eu quero a evacuação daqui. É a minha casa e está atrapalhando os moradores. O senhor quer que eu fale com o governador?” (Sérgio Motta, ministro das Comunicações, a um policial da tropa de choque que ajudava a proteger sua casa, em São Paulo, sobre os grevistas dos Correios que estavam em frente ao local). Na época, se comentava entre os grevistas aqui em Alagoas, que Sérgio Motta também mandou demitir todos os funcionários que estavam protestando em frente a sua residência¹⁸⁸.

Após 15 dias de paralisação, os grevistas resolveram, em 23 de setembro de 1997, encerrar a greve sem qualquer avanço nas reivindicações contidas na Pauta Nacional de Reivindicação. Derrotados, amargaram centenas de demissões em nível nacional, desconto dos dias parados, inclusive no vale-alimentação e meses de apreensão em virtude das dispensas “sem justa causa” que aconteciam a todo momento nas diretorias regionais por todo país.

Em Alagoas, cerca de trinta e um trabalhadores foram demitidos. Ao longo dos meses pós-greve o “terrorismo” devido às famosas listas semanais de demissão gerou um trauma coletivo entre os trabalhadores somente superado em 2003, com a primeira greve dos Correios no governo Lula. Por seis anos, temendo demissões em massa no governo FHC, a categoria amargou, durante as negociações salariais, reajustes entre 2% e 3% sempre abaixo da inflação, quando o governo federal aplicava a política do abono para “obrigar” ecetistas fragilizados economicamente a aceitar propostas rebaixadas nos acordos coletivos de trabalho.

Para os trabalhadores empregados, a realidade não é melhor. De acordo com o Dieese, quase metade dos acordos trabalhistas de 1996 não conseguiu repor a

¹⁸⁸ Não consegui confirmar a veracidade dessa informação por meio das fontes de pesquisa. Entretanto, entre alguns que participaram da greve de 1997, a lembrança é de que os manifestantes também foram demitidos.

inflação aos salários, isto sem falar na reposição das perdas dos “planos” anteriores. Até a reposição parcial da inflação passada vem adotando a forma de uma esmola (o chamado “abono”) não incorporada ao salário e instável por natureza: “uma nova tendência está se firmando nos acordos trabalhistas: a negociação de abonos no lugar de reajustes salariais baseados na inflação. Nos últimos cinco meses, as negociações de quatro categorias importantes – petroleiros, bancários, bebidas e metalúrgicos envolveram ofertas de abono. Em todos os casos, o abono foi proposto como substituto ao aumento salarial ou como complemento a reajustes menores que a inflação dos últimos 12 meses” (*Folha de São Paulo*, 10/11/1996 *apud* COGGIOLA, 1997, p. 78)

Tal política salarial gerou perdas significativas no poder aquisitivo da categoria levando-a à situação de pobreza. Muitos estavam residindo em vilas nas periferias de Maceió, adquiriram dívidas por inadimplência e só não passaram por necessidades alimentares graças à conquista do vale alimentação na década de 1980.

Em meio a essas negociações salariais, Paulo Machado de Carvalho continuou sendo acusado pelo Sindicato por desorganização administrativa, apuração pela metade de irregularidades e processos arbitrários de demissão. Defensor da ideia de que os Correios não seriam privatizados, Paulo Machado sofreu fortes críticas nos atos públicos realizados pelo SINTECT-AL em 23 de junho¹⁸⁹ e 07 de julho de 2001, no Centro de Maceió, contra a privatização.

Enquanto as ações prosseguiam nos estados, na tarde do dia 22 de agosto de 2001, apesar de cerca de 280 trabalhadores dos Correios terem invadido a sala onde estava reunida a Comissão de Ciência e Tecnologia, no Congresso Nacional, não conseguiram impedir a aprovação do Projeto de Lei 1491/99. Alagoas esteve representada na invasão pelos líderes sindicais Benedito Nazário, Gilberto Macena e José Cícero Cavalcante Pereira (*Gazeta Ecetista*, edição de 24 de agosto de 2001).

Após a aprovação na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Projeto de Lei foi encaminhado para a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e teve como relator o deputado Freire Jr. (PMDB-TO) (*Jornal da Fentect*, edição especial, 2001). Em Alagoas, a campanha teve prosseguimento no interior quando as lideranças sindicais realizaram ato público no Centro de Arapiraca, em 27 de agosto de 2001 e colheram 553 assinaturas contra o Projeto da Nova Lei Postal (*Gazeta Ecetista*, edição de 30 de agosto de 2001).

¹⁸⁹ No ato público do dia 23 de junho de 2001 foram recolhidas 445 assinaturas contra o Projeto de Lei 1491/99.

Em meio ao avanço desse Projeto de Lei, os Correios variavam o quantitativo de carteiros efetivos em seus quadros de acordo com o tempo de serviço desses profissionais na estatal. O quadro a seguir esboça bem essas variações:

Quadro 20 - Número de Carteiros e Tempo de Serviço nos Correios.

Tempo de Serviço	Número de Carteiros	Percentual
Até 5 anos	19.255	50,78%
De 6 a 10 anos	5.434	14,33%
De 11 a 20 anos	8.288	21,85%
De 21 a 30 anos	4.851	12,81%
Mais de 30 anos	86	0,23%
Total	37.914	100%

Fonte: Jornal *Correios do Brasil*, nº 32, janeiro e fevereiro de 2001.

Se comparado os dois primeiros casos, verifica-se que 65% dos carteiros não possuíam 10 anos de serviço, o que significa rotatividade da mão de obra e um menor custo para a ECT já que esses trabalhadores perderam vários benefícios por força de acordos coletivos rebaixados entre 1995 e 2002, nos governos FHC. Anuênios, gratificações de férias, parcelamento das antecipações de férias e do 13º salário são algumas das vantagens que deixaram de ser concedidas aos ecetistas. Quanto ao lucro da ECT, foi alvo de indagação do SINTECT-AL.

E para onde, afinal, se destina o lucro da ECT tão alardeado no superávit dos últimos exercícios? Certamente não é destinado apenas para privilegiar seus administradores nos trezinhos da alegria. Com certeza tem sido direcionado para o governo federal bancar inúmeras falcatruas nos bastidores do poder. Além é claro de sustentar os juros intermináveis da dívida externa brasileira junto ao FMI (*Gazeta Ecetista*, edição de 14 de setembro de 2001).

Analisando o número de trabalhadores a disposição dos Correios entre 1995 e 2000, percebe-se o alto quantitativo de estagiários, autônomos, adolescentes e terceirizados envolvidos com os serviços postais no Brasil. Vários destes exerciam atividades fins em discordância com a legislação vigente, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Quadro 21 - Quantitativo de Trabalhadores nos Correios entre 1995 e 2000.

Ano	Efetivos	Estagiários, autônomos, adolescentes e terceirizados
1995	79.779	14.861
1996	78.879	20.254
1997	80.622	20.342
1998	82.598	19.798
1999	82.253	21.375
2000	82.426	26.498

Fonte: Jornal *O Mensageiro* – Sintect-RS apud *Gazeta Ecetista*, edição de 14 de setembro de 2001.

Com a precarização do trabalho, característica encontrada no neoliberalismo, os adolescentes foram amplamente utilizados no período para a execução das atividades de carteiros, recebendo salários inferiores e talvez sem qualquer garantia trabalhista¹⁹⁰. Em oposição a esta prática, o SINTECT-AL impetrou denúncia na Procuradoria Regional do Trabalho contra os Correios de Alagoas por adolescentes advindos da Associação do Movimento de Amparo à Infância (AMAI) através de convênio com a ECT, estarem exercendo ilegalmente as funções de carteiro. A denúncia do Sindicato foi considerada procedente e a ECT foi proibida de continuar explorando essa mão de obra.

Quanto a Paulo Machado, após uma gestão conturbada, com diversas demissões de trabalhadores, algumas greves, forte ataque das lideranças sindicais e em meio a uma série de denúncias por supostas irregularidades, em novembro de 2001, foi exonerado da função. Ainda em 2002, o SINTECT-AL continuava especulando sobre sua saída alegando má gestão.

Ainda é sigiloso. Mas, informações extra-oficiais, indicam que o resultado das investigações de Brasília sobre irregularidades na DR/AL pode culminar na demissão do ex-diretor Paulo Machado e atingir praticamente toda sua coordenação. Paulo Machado está sendo investigado por uma série de denúncias. O Sintect-AL fez denúncias na Procuradoria Geral da República sobre possíveis irregularidades na reforma da garagem, e na Procuradoria Regional do Trabalho sobre contratações irregulares de estagiários por indicação política. Outras denúncias, levadas até rádios de Maceió, partiram de um vereador de Rio Largo, o Dadá. Paulo Machado teria cometido várias ilegalidades em licitações para serviços e obras de engenharia.

¹⁹⁰ Não foi possível obter qualquer informação oficial sobre os direitos assegurados para esses menores “estagiários”. Entretanto, o *Jornal de Hoje*, edição de 26 de novembro de 1995, p. A4, dava publicidade a denúncia do SINTECT-AL e afirmava que segundo o presidente do Sindicato, José Cícero Cavalcante Pereira, os menores estavam recebendo salário mínimo, trabalhando 08 horas diárias, as vezes ultrapassando o horário, não tinham direito a ticket alimentação, nem qualquer outro direito social. A denúncia continuava dizendo que os menores iniciavam a jornada as 07 horas e largavam as 17 horas sem tempo para o estudo e que alguns chegaram a desmaiar com tanto trabalho.

Segundo as denúncias, a grande maioria das licitações teria sido vencida por uma mesma empresa. As licitações são referentes a reforma de agências no interior e na capital (*Gazeta Ecetista*, edição de 15 de março de 2002).

Com a exoneração de Paulo Machado, assumiu em caráter de intervenção, o diretor regional da ECT na Bahia, Alceu Rech, ligado ao PSDB. Embora tenha deixado a função de confiança, o SINTECT-AL insistia em lembrar de Paulo Machado em seus boletins informativos.

Se há culpados, que eles paguem. A posição da categoria, referendada por seu sindicato, em relação às denúncias de irregularidades com o dinheiro público envolvendo a diretoria anterior da ECT em Alagoas, foi levada de forma clara aos representantes do Ministério Público Federal em Alagoas. O presidente do sindicato, Benedito Nazário, o vice, Manoel Cantoara, e o diretor James Magalhães, acompanhados do assessor jurídico da entidade, Eli Gessé, participaram de uma reunião na semana passada no MP Federal e cobraram transparência no andamento dos processos investigativos (*Gazeta Ecetista*, edição de 18 de abril de 2002).

Os Correios confirmaram as apurações sobre as supostas irregularidades do ex-diretor.

Em um documento oficial (CI/DAUDI-02.0010.0375/2002), a direção nacional da ECT, atendendo solicitação do Sintect-AL, confirmou que foi instaurada por meio da PRT/PR-321/2001 uma sindicância para apurar “indícios de irregularidades na DR/AL, apontadas pela Secretaria Federal de Controle e supostamente praticadas pelo ex-diretor regional de Alagoas, Paulo Machado.” (*Gazeta Ecetista*, edição de 10 de maio de 2002).

Fato é que, até esta data (março de 2016), Paulo Machado continua no quadro de funcionários da ECT sem qualquer função de relevância na administração postal, sem que tenha se dado qualquer outra publicidade sobre as acusações ou investigações por ele sofrida.

Quanto à Nova Lei Postal, até o último dia do governo FHC, o Projeto de Lei 1491/99 não retornou mais a qualquer processo de votação no Congresso Nacional. Com a ascensão de Lula à Presidência da República, o projeto foi retirado do Congresso e os Correios continuaram Empresa Pública de Direito Privado com 100% do capital pertencente à União, conforme estabelecido no Decreto 509/69 e na Lei 6538/78.

Fato é que embora o movimento sindical ecetista nacional tenha realizado um grande esforço ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso para fazer vingar a tese de que os Correios seriam privatizados, o que se percebe é que toda a movimentação do governo federal se deu, a princípio, em aprovar o Projeto de Lei 1491/99, a fim de flexibilizar os

serviços da estatal para a iniciativa privada legitimando o processo de terceirização, a criação de subsidiárias, as alterações nas relações de trabalho e mudança de sua razão social para Sociedade Anônima. Para muitos, essas questões incidem em privatização. Para outros, não, pelo menos no sentido tradicional de privatização, a exemplo do que ocorreu com diversas estatais desde o governo Collor, quando foram diretamente a leilão para suas vendas e desestatização. Quiçá, não se tenha inaugurado na ECT uma outra forma de se tentar privatizar.

Atualmente os Correios contam em seus quadros com mais de cento e vinte e cinco mil funcionários. Esta história é dedicada a eles.

5 CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos trinta anos, o movimento sindical dos Correios se deparou com importantes desafios. Para superá-los, as lideranças sindicais ecetistas teceram uma série de críticas ao governo federal, a título de supostos instrumentos de defesa ou de oposição política alinhada à CUT e ao Partido dos Trabalhadores.

Esta dissertação demonstrou historicamente a luta da categoria dos Correios a partir das primeiras décadas da República brasileira; a influência militar na administração postal e sua continuidade, na década de 1990, através dos cargos civis da administração na estatal.

Surgida em 1985, a ASCOR, pelas suas lideranças, protagonizou em meio as ações dos movimentos sociais uma forte oposição ao governo Sarney. Numa conjuntura de importante clamor pela democracia, pelos direitos trabalhistas, a organização de classe ecetista surgiu com a proposta de dar voz aos trabalhadores dos Correios em Alagoas.

Em seguida, com o advento do neoliberalismo, em função da chegada de Fernando Collor de Mello (1990-1992) à Presidência da República e seu continuísmo nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), resquícios da administração dos Correios pautada na caserna contribuíram sobremaneira para fragilizar e manter sob controle os ímpetos do movimento sindical ecetista. Tanto que, somente com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República (2003-2011), os trabalhadores dos Correios voltaram ao movimento paredista.

Como já dito, durante a República Velha os militares já se faziam presentes nos Correios, entretanto, foi entre o governo Vargas (1930 a 1945) e o regime ditatorial pós 1964, que os militares assumiram o controle das instâncias mais importantes da administração dos Correios e cuidaram para que fosse consolidado, com a criação da Escola Superior de Administração Postal, em 1978, um modelo administrativo especificamente voltado para a rígida disciplina, hierarquia e mérito que pautaram ao longo de vários governos as relações de trabalho na estatal.

Entretanto, no mesmo governo Vargas, mais precisamente em 1934, na então capital federal (Rio de Janeiro), São Paulo e outros poucos estados, a categoria dos Correios, desprovida de qualquer entidade sindical organizada, pela primeira vez se voltou contra o governo e reivindicou melhoria salarial. Outro movimento paredista desprovido de instituição

organizadora da categoria ecetista voltou a ocorrer apenas em 1979, também motivado por questões econômicas e pelo direito de uma organização de classe na estatal.

Antes disso, sob o argumento de reestruturar, modernizar e, principalmente, flexibilizar¹⁹¹ as relações de trabalho nos Correios, em 1969, o Departamento de Correios e Telégrafos foi extinto passando a atividade postal a ser executada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Nesta perspectiva de tornar os Correios rentáveis, seu projeto de modernização acabou sendo implantado em desacordo com a política salarial que, deficitária, levou a vários protestos na década de 1980. Contudo, o arrocho salarial e a repressão ao sindicalismo para evitar as pressões salariais serviu de combustível para motivar as lideranças da estatal a incentivar a organização dos ecetistas contra os problemas econômicos que assolavam o país naquele período.

Em resposta, as administrações na ECT introduziram um novo modo de relacionamento, ignorando os ideais democráticos para percorrer o caminho do desenvolvimento econômico pelo autoritarismo político-administrativo. Para isso, as missões francesas impuseram um novo processo de trabalho através de documentos e da fiscalização das atividades laborais com as devidas punições em caso de descumprimento. Portanto, conceitos de concepção e execução foram aplicados pelas missões francesas enquanto parte da organização racional do trabalho no correio brasileiro.

Em 1985, a organização de classe ecetista compôs, juntamente com os trabalhadores da iniciativa privada, o núcleo duro da oposição ao governo federal. Essa oposição era resultado da tendência existente no final dos anos de 1970, referente à combinação de leis restritivas à liberdade sindical, militância comunista nas fábricas e o reforço de intelectuais advindos do PT que influenciaram as principais lideranças de trabalhadores nos Correios.

Entretanto, sem desconsiderar outros fatores relevantes aqui apontados, é inegável que o movimento de classe nos Correios teve como grande elemento propulsor de sua organização sindical, o modelo administrativo inspirado pelos militares e as questões econômicas do período em análise. Sem qualquer intensão determinista, pode-se afirmar que devido ao excessivo rigor disciplinar, à má política salarial e às críticas às medidas econômicas nos

¹⁹¹ Entenda-se a flexibilização nos Correios como a passagem de seus funcionários da categoria de servidores públicos para a de empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho dando a ECT o direito de demitir sem justa causa de seus quadros qualquer trabalhador que não mais lhe interessasse.

governos Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, as lideranças sindicais ecetistas encontraram terreno fértil para a organização de classe na ECT.

Contudo, em 1990, após assumir a Presidência da República, Fernando Collor de Mello iniciou um ataque frontal aos trabalhadores dos Correios. Com um forte controle sob salários, investimentos e contratações, aprofundou o processo de sucateamento da estatal e a crescente insatisfação dos ecetistas.

Em junho do mesmo ano, com seis meses de governo, o ministro da Infraestrutura, Ozires Silva, determinou a demissão de funcionários dos Correios em todo o Brasil – Alagoas teve 27 trabalhadores demitidos sem justa causa. De modo geral, Collor em seu governo planejou a redução do papel do Estado com a desregulamentação da economia, o corte nas despesas públicas e sociais, a importação de tecnologia, privatização de estatais, além da supressão de direitos e demissão em massa de servidores e empregados públicos.

Os Correios aproveitaram a conjuntura de privatização e demissão de servidores e empregados públicos para intensificar suas práticas abusivas contra os trabalhadores e sua organização de classe. Em reação à onda demissionária, o movimento sindical brasileiro, antecipando-se aos escândalos de 1992, empunhou a bandeira do “Fora Collor!”. Atos públicos com essas palavras foram realizados em dezembro de 1991 e continuaram até o *impeachment* de Collor da Presidência da República (SILVA, 2008).

Por fim, sucatear as instituições para justificar sua entrega para a iniciativa privada era ação rotineira nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Assim como na saúde e na educação, os Correios também passaram, ao longo dos oito anos de mandato de FHC, em completo processo de sucateamento e de precarização das atividades fins para, supostamente, obter o apoio da opinião pública em seu processo de entrega para o setor privado.

FHC, de maneira incisiva e sistematizada, pôs em prática os princípios neoliberais no país com o apoio de partidos aliados e, principalmente, com o aval do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além do mais, aceitar as imposições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) significou patrocinar uma política amplamente excludente no campo social. Sob a lógica do Estado mínimo, FHC deu continuidade e ampliou o neoliberalismo iniciado no governo Collor, proporcionando um projeto de privatização que abarcou milhares de trabalhadores e os submeteu a uma relação de trabalho precarizada sob o controle do capital.

Nos Correios, um conflito direto com o movimento sindical se estabeleceu a partir de 1995 com reflexos na dinâmica operacional dos sindicatos ecetistas. Sobretudo com a diminuição das ações grevistas entre 1997 e 2002 devido a ação enérgica e desmobilizadora do governo federal pela força das demissões para enfraquecer a ação sindical na estatal. Como resultado, as consequências do enrijecimento do governo federal culminaram com a demissão de aproximadamente dois mil trabalhadores em todo o Brasil após a greve de 1997 e o corte do ponto de trabalho (15 dias) para os grevistas que permaneceram nos quadros de funcionários da ECT. Além destes, a política de baixos salários, o medo constante de novas demissões e o Projeto de Lei Postal, que supostamente abriria caminho para a privatização da empresa, deram o tom do refluxo quanto às paralisações.

O propalado propósito do governo federal de “privatizar” a ECT foi denunciado diversas vezes pelos sindicatos ecetistas durante toda a década de 1990. Em Alagoas, o SINTECT-AL, a partir de 1997, intensificou o debate contra a “privatização” dos Correios com ações locais nos bairros da capital e interior do estado a fim de obter o apoio da opinião pública e reafirmar sua oposição ao governo de FHC.

Além da preocupação com a “privatização” dos Correios, havia também uma preocupação com a manutenção do monopólio postal. Até porque, a privatização, a quebra do monopólio e o mercado postal interessavam à iniciativa privada. Entretanto, até o último dia do governo FHC, o Projeto de Lei 1491/99 não retornou mais a qualquer processo de votação no Congresso Nacional e, com a ascensão de Lula à Presidência da República, o projeto foi retirado do Congresso mantendo os Correios empresa pública de direito privado com 100% do capital pertencente à União, conforme estabelecido no Decreto 509/69 e na Lei 6538/78.

Quanto ao movimento sindical, este continuou sua jornada e, ao contrário do que muitos pensavam, novos e velhos dilemas continuaram sendo enfrentados apesar da ascensão do PT à Presidência da República. Logo, reconhecer a história, a identidade e as ações coletivas dos trabalhadores dos Correios, distancia o paradigma da vitimização, da categoria facilmente manipulável desprovida de necessidades que norteiam sua trajetória sindical.

REFERÊNCIAS

A Tarde – Salvador/BA, edição de 27 de maio de 1999.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise Econômica & Interesses Organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)** 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

Autor desconhecido. Os heróis da Praça da Sé (Vídeo amador), julho ou agosto de 1988 – São Paulo/SP.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Ata da Assembleia Geral para Fundação da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas, realizada no dia 19 de abril de 1985. Livro de Atas da ASCOR.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos Empregados dos Correios em Alagoas, realizada no dia 26 de setembro de 1986. Livro de Atas da ASCOR.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Ata da Assembleia Geral dos Empregados dos Correios em Alagoas, realizada no dia 08 de junho de 1987. Livro de Atas da ASCOR. Livro de Atas da ASCOR.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Ata da Assembleia Geral dos Empregados dos Correios em Alagoas, realizada no dia 21 de junho de 1988. Livro de Atas da ASCOR.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Ata de Reunião Extraordinária da ASCOR, realizada no dia 17 de outubro de 1986. Livro de Atas da ASCOR.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria da ASCOR, realizada no dia 19 de outubro de 1988. Livro de Atas da ASCOR.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Informativo ASCOR, edição de agosto de 1986. Arquivado no Sintect-AL.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Informativo ASCOR, edição de setembro de 1986. Arquivado no Sintect-AL.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Informativo ASCOR - Boletim dos Ecetistas de Alagoas, edição de março de 1987. Arquivado no Sintect-AL.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Informativo ASCOR – Boletim dos Ecetistas de Alagoas, ano 02, nº 09, abril de 1987. Arquivado no Sintect-AL.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Informativo ASCOR - Boletim dos Ecetistas Alagoanos. Ano 2, nº 12. Maceió – julho de 1987. Arquivado no Sintect-AL.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS EM ALAGOAS. Informativo ASCOR - Boletim dos Ecetistas Alagoanos. Ano 3, nº 16. Maceió – maio de 1988. Arquivado no Sintect-AL.

BARROS NETO, João Pinheiro de. **Administração Pública no Brasil: uma breve história dos Correios**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Escolas Postais EACT e ESAP: um embrião das modernas universidades corporativas. *In* Postais: Revista do Museu Correios, ano 2, nº 3, jul./dez. – 2014 – Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Departamento de Gestão Cultural, 2014.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. (obras escolhidas, vol. 1). Tradução de Paulo Sérgio Rouanet – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIANCHI, Egydio. Distribuição postal e reforma dos Correios. *In* **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. Especial, São Paulo: 1999.

BOITO JR., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. *In*: **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. *In*: ARAÚJO, Angela (org). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Os Correios no Brasil e a organização racional do trabalho** – São Paulo: Annablume, 1997.

Cadernos de Formação Sindical: formação de dirigentes – organização e representação sindical de base – módulo II – **O novo sindicalismo e a formação da CUT**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Sindical da CUT.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil** – São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Carta Aberta à população contra a privatização dos Correios. Arquivo do Sintect-AL, 1997.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Alagoas: a esquerda em crise (1980-1992)**. Maceió: Ufal Lumen Engenho, 1993.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal** – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 30 anos depois Lula relembra a 1ª Conclat/São Paulo, 2011.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/ALAGOAS. Ata do Congresso de Fundação, Aprovação de Estatutos e Eleições da Primeira Diretoria da Central Única dos Trabalhadores no Estado de Alagoas – Maceió, 27, 28 e 29 de julho de 1989. Arquivo da CUT/AL.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/ALAGOAS. Resoluções do 3º CECUT/CUT/AL – 1989.

COGGIOLA, Osvaldo. O governo e o movimento sindical. *In* Vários Autores. **A crise brasileira e o governo FHC** – São Paulo: Xamã, 1997.

Competitividade e estratégia industrial: a visão de líderes industriais brasileiros / Confederação Nacional da Indústria, Departamento Econômico. – Rio de Janeiro, 1990.

Correio, PB, edição de 01 de novembro de 1992.

Correio de Notícias, estado do Paraná, edição de 19 de julho de 1990.

Correio Filatélico. Ano I, número 11 – Janeiro de 1978.

COSTA, Cândida da. **Sindicalismo e Democracia: histórico, concepção e prática sindical da CUT**. 2ª ed. Recife: EDUFMA, 2000

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. **Do sindicalismo combativo ao sindicalismo propositivo: uma análise dos elementos político-ideológicos da Central Única dos Trabalhadores**. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com>

DEDECCA, Cláudio Salvadori; BRANDÃO, Sandra M. Chagas. Crise, transformações e mercado de trabalho. *In* **Crise Brasileira: anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: CGIL/CUT. 1993.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** – Brasília, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Diretoria Regional de Alagoas, Portaria – 0671/84, datada de 29 de outubro de 1984. Arquivada no Sintect-AL.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES. O Correio Brasileiro na década de 1980 e suas Perspectivas em Face do “Plano de Enxugamento da Máquina Estatal”. Brasília, 1990.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FICO, Carlos. “Brasil: a transição inconclusa”. *In*: Maria Paula Araujo, Carlos Fico, Monica Grin. **Violência na história: memória, trauma e reparação**. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

Folha da Manhã – edição de 28 de dezembro de 1934, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo&x=11&y=16> acessado em 08/11/2015.

Folha da Manhã – edição de 29 de dezembro de 1934, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo&x=11&y=16> Acessado em 10/11/2015.

Folha da Manhã – edição de 30 de dezembro de 1934, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo&x=10&y=14> Acessado em 11/11/2015

Folha da Manhã, edição de 25 de outubro de 1945 disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo> Acessado em 20/11/2015

Folha da Noite, São Paulo – edição de 31 de dezembro de 1934, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo&x=10&y=14> Acessado em 12/11/2015

Folha da Noite, São Paulo – Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1936, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo> Acessado em 16/02/2015

Folha da Noite, São Paulo – Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1936, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo> Acessado em 16/02/2015

Folha da Noite, São Paulo – Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1936, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo> Acessado em 16/02/2015

Folha da Noite, São Paulo – Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1936, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo> Acessado em 16/02/2015

Folha da Noite, São Paulo – Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1936, disponível em

<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 16/02/2015

Folha da Noite, São Paulo – edição de 30 de outubro de 1945 disponível em
<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 20/11/2015

Folha de São Paulo – edição de 08 de agosto de 1979, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/fsp/1979/08/08/2//4258412> acessado em 28/12/2014

Folha de São Paulo – edição de 07 de março de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=greve+correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 31/12/2014

Folha de São Paulo – edição de 08 de março de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=greve+correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 31/12/2014

Folha de São Paulo – edição de 24 de setembro de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=CORREIOS&site=&periodo=acervo&x=16&y=13>
acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 20 de maio de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Correios&site=&periodo=acervo&x=5&y=12>
Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 01 de junho de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 07 de maio de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo&x=3&y=10>
Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 11 de maio de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Correios&site=&periodo=acervo&x=5&y=12>
Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 15 de maio de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Correios&site=&periodo=acervo&x=5&y=12>
Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 16 de maio de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Correios&site=&periodo=acervo&x=5&y=12>
Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 19 de maio de 1985, disponível em
<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Correios&site=&periodo=acervo&x=5&y=12>

Acessado em 13/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 22 de outubro de 1985, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 14/02/2015

Folha de São Paulo - edição de 23 de outubro de 1985, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 14/02/2015

Folha de São Paulo – edição de 12 de fevereiro de 1986, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 11/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 17 de novembro de 1986, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 12/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 09 de dezembro de 1987, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 18/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 10 de dezembro de 1987, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 18/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 11 de dezembro de 1987, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 18/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 04 de agosto de 1988, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 19/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 09 de agosto de 1988, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 19/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 11 de agosto de 1988, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 19/03/2015

Folha de São Paulo, edição de 20 de julho de 1990, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Correios&site=&periodo=acervo>
Acessado em 27/09/2015

Folha de São Paulo, edição de 17 de março de 1990, disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=Collor&site=&periodo=acervo&x=11&y=15>

Acessado em 10/10/2015

Folha de São Paulo, edição de 22 de dezembro de 1990, disponível em

<http://acervo.folha.com.br/fsp/1990/12/22/2>

Acessado em 10/10/2015

Folha de São Paulo, edição de 02 de setembro de 1990, disponível em

<http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=2+de+setembro+de+1990%2C+B-2&site=&periodo=acervo&x=12&y=15>

Acessado em 10/10/2015

Folha de São Paulo, edição de 12 de fevereiro de 1995, disponível em

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=privatiza%C3%A7%C3%A3o+dos+Correios&site=&periodo=acervo>

Acessado em 10/01/2016.

Folha de São Paulo, edição de 27 de abril de 1995, disponível em

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=privatiza%C3%A7%C3%A3o+dos+Correios&site=&periodo=acervo>

Acessado em 11/01/2016.

Folha de São Paulo, edição de 23 de julho de 2001, disponível em

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Eunice&site=&periodo=acervo>

Acessado em 20/01/2016.

Folha de São Paulo, edição de 04 de setembro de 1997, disponível em

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>

Acessado em 20/01/2016.

Folha de São Paulo, edição de 18 de setembro de 1997, disponível em

<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=correios&site=&periodo=acervo>

Acessado em 20/01/2016.

Gazeta do Povo, Curitiba/PR, edição de 19 de março de 1991.

GIANNOTTI, Vito. **Collor, a CUT e a pizza**. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

GUIOT, André Pereira. **Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação de Mestrado/UFF, 2006.

GOMES, Marcel. Desemprego nos EUA e Europa lembra Brasil da era Collor. Disponível em

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Desemprego-nos-EUA-e-Europa-lembra-Brasil-da-era-Collor/7/17125> - Acessado em 15/10/2015

GRAMSCI, Antônio. Às margens da História. (História dos Grupos Sociais Subalternos). *In:*

Cadernos do cárcere (vol. 5). Tradução de Luiz Sérgio Henriques – Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 3ª edição – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/178144/2012/07/11/ha-15-anos-jornalismo-alagoano-perdia-freitas-neto>
Acessado em 31/03/2016

<http://escola.britannica.com.br/article/483021/regiao-do-ABC>
Acessado em 28/01/2016

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>
Acessado em 24/01/2016

<http://www.infoescola.com/historia/acordo-de-bretton-woods/>
Acessado em 03/01/2016

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1036036/constituicao-federal-1967-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1967#>
Acessado em 28/12/2014

<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2012/03/economia-brasileira-partir-de-1985.html>
Acessado em 30/08/2013

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/comissao-da-verdade-pedira-ao-ministerio-do-trabalho-dados-de-sindicalistas-perseguidos-4881.html>
Acessado em 26/03/2015

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100006
Acessado em 20/01/2016

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mEs4WbG_Vc0J:www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Pedro_Henrique_Evangelista_Duarte_e_Edilson_Jose_Gracioli_do_sindicalismo_combativo_sindicalismo_propositivo.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
Acessado em 06/02/2016

Inverta – Voz Operária, edição 439, 12/09 a 06/10/2009.

Jornal Correios do Brasil, nº 32, janeiro e fevereiro de 2001.

Jornal de Alagoas, edição de 28 de dezembro de 1934.

Jornal de Alagoas, edição de 29 de dezembro de 1934.

Jornal de Alagoas, edição de 30 de dezembro de 1934.

Jornal de Alagoas, edição de 19 de outubro de 1985.

Jornal de Alagoas, edição de 27 de dezembro de 1986.

Jornal de Alagoas, edição de 13 de agosto de 1987.

Jornal de Alagoas, edição de 16 de agosto de 1987.

Jornal de Alagoas, edição de 27 de janeiro de 1989.

Jornal de Alagoas, edição de 23 de fevereiro de 1989.

Jornal de Alagoas, edição de 05 de julho de 1989.

Jornal de Alagoas, edição de 26 de julho de 1989.

Jornal de Alagoas, edição de 23 de maio de 1990.

Jornal de Hoje, edição de 05 de junho de 1990.

Jornal de Hoje, edição de 03 de julho de 1990

Jornal de Hoje, edição de 13 de julho de 1990.

Jornal de Hoje, edição de 26 de novembro de 1995.

Jornal do Brasil, 1º caderno, edição de 24 de outubro de 1985.

Jornal do Brasil, 1º caderno, edição de 23 de maio de 1990, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=8667&Pesq=Correios Acessado em 13/10/2015

Jornal do Brasil, edição de 29 de dezembro de 1934, disponível em <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19341229&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acessado em 11/11/2015

Jornal Gazeta de Alagoas, número 203, ANO LI, de 26 de outubro de 1985.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 02 de abril de 1987.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 24 de abril de 1987.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 09 de agosto de 1987.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 25 de janeiro de 1989.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 23 de julho de 1989.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 24 de janeiro de 1990.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 26 de janeiro de 1990.

Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 15 de julho de 1995.

LACERDA, Guilherme Narciso de. Reforma administrativa, desregulamentação e crise do setor público. *In* **Crise Brasileira: anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: CGIL/CUT. 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. [tradução revista por Aristide Lobo] –1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Imperialismo, estágio popular do capitalismo**: ensaio popular. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Ademar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil S.A, 1965.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIRA, Sandra. **Alagoas (2000-2013)** Estudos Estados Brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In* PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas** - 3ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In* REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. (Organização). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Luta Popular, edição de 30 de setembro a 06 de outubro de 1985.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)** – Maceió: EDUFAL, 2014.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). Revista UFG/Dezembro de 2011/Ano XIII, nº 11.

_____. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)** – São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012.

MACIEL, Osvaldo (Org.) **A Semana Social: coletânea**. ed. fac-simile. Maceió: EDUFAL, 2013.

MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (organizadores). **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963/1990)** – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** – São Paulo: Editora SENAC, 2001. – (Série Ponto Futuro; 6).

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

O Estado de São Paulo, edição de 13 de março de 1991.

O Globo, edição de 25 de agosto de 1991.

O Jornal do Estado Folha do Paraná, edição de 21 de março de 1991.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Prefácio. In MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963/1990)** – São Paulo: Editora UNESP, 2004

POCHMANN, Márcio; BORGES, Altamiro. **“Era FHC”: a regressão do trabalho** – São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POSSAS, Luisa. O governo Collor – 2008 – Artigo disponível em http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2008/m3-collor/m3-collor.pdf Acessado em 11/10/2015

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973).” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRADO, Sérgio. Crise do Estado e privatização: limites da visão neoliberal. In **Crise Brasileira: anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: CGIL/CUT. 1993.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. *In: História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol 5 – Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010. Direção Lilia Moritz Schwarcz e coordenação de Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Fundacion Mapfre; Objetiva, 2014.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROSALEN, Vonei. **Sindicalismo de Trabalhadores Públicos no Brasil: entre o corporativismo e o “Anti-valor”** – Bauru: canal 6, 2012.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Brasil 1979-1989: uma década perdida?** – Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.)*. – **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura - Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHNEIDER, Bem Ross. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista? *Revista de Economia Política*, vol. 12, nº 1, janeiro-março de 1992.

Secretaria Geral da Presidência da República. **Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios**. Brasília, 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao Povo Brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SILVA, Roberval Santos da. **Carta Aberta: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-1997)**. Maceió: Imprensa Oficial, 2008.

SILVA, Roberval Santos da; LIRA, Jailton de Souza. **Folhas de jornal: presença militar e imprensa sindical nos Correios de Alagoas** – Maceió: EDUFAL, 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de maio de 1990.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Carta do Sintect-AL, de 19 de novembro de 1992, endereçada a Secretaria de Anistia e Defesa do Emprego.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Cartilha *Greve: como prevenir e desmobilizar*. Autoria desconhecida: [1989]

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, ano III, 28 de maio de 1991.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 13 de abril de 1995.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, Ano VI, edição de 28 de julho de 1995.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, ano VI, edição de 20 de outubro de 1995.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 23 de dezembro de 1997.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 04 de agosto de 1998.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 28 de maio de 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 02 de julho de 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 16 de julho de 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 26 de agosto de 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 29 de outubro de 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 05 de abril de 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 20 de julho de 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 24 de agosto de 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 24 de agosto de 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 30 de agosto de 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 14 de setembro de 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 15 de março de 2002.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 18 de abril de 2002.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo Gazeta Ecetista, edição de 10 de maio de 2002.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL – Boletim dos Ecetistas Alagoanos. Ano 01, nº 01, Nov/Dez 1988 & Janeiro de 1989.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL – Boletim dos Ecetistas Alagoanos. Ano 01, nº 02, março de 1989

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL – Ano 01, nº 04, abril/maio de 1989

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL – Ano 01, nº 05, junho de 1989

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL - Ano 01, nº 06, julho de 1989

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL – Ano 01, nº 07, agosto de 1989

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informativo SINTECT-AL – Ano 01, nº 10, outubro de 1989.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informe SINTECT-AL, edição de 22 de junho de 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Informe SINTECT-AL, edição de 11 de fevereiro de 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Lista de Presença na Assembleia Geral Extraordinária do Sintect-AL, realizada em 26 de outubro de 1989. Livro de Assinaturas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Lista de Presença na Assembleia Geral realizada em 05 de dezembro de 1989.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Lista de Presença na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 1989 no Auditório do Sindicato dos Bancários de Alagoas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Lista de Presença na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de outubro de 1989 no Clube da Astel.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS EM ALAGOAS. Panfleto FHC NUNCA MAIS! [1998].

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO. Cartilha O Correio é Nosso! ECT 100% pública e de qualidade. Sintect-SJO, 2010. Arquivada no Sintect-AL

SINGER, Paul. O processo econômico. *In: História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol 5 – Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010. Direção Lilia Moritz Schwarcz e coordenação de Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Fundacion Mapfre; Objetiva, 2014.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A farsa do neoliberalismo** – 6ª edição – Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de classe**. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. – Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Tribuna de Alagoas, edição de 22 de julho de 1987.

Tribuna de Alagoas, edição de 26 de junho de 1999.

VIEIRA, Napoleão José. **FHC: um governo fora dos trilhos**. Rio de Janeiro: Produtor Editorial Independente, 2000.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sundermann”, 2004.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres: tutela militar ou controle civil?** São Paulo: Ática, 1994.

ANEXOS

ANEXO A – Ata de Fundação da ASCOR

1

Ata da Assembleia Geral para Fundação da Associação
dos Empregados dos Correios em Alagoas

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril do ano de 1985 (mil, novecentos e oitenta e cinco) teve início no auditório do prédio onde funciona o Sindicato dos Bancários, sita à Rua Marechal Roberto Ferreira, a 1ª convocação da Assembleia para a fundação da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas - ASCOR, que conforme a comissão de fundação tinha como Pauta da Reunião o seguinte: I - Fundação da Associação e Aprovação dos Estatutos; II - Eleição da Diretoria; III - Discursos do Valor da Contribuição Mensal e IV - Outros assuntos de interesse da classe. Com a palavra o sr. Judson Cabral de Santana, membro da Comissão de Fundação, fez explicações sobre o início dos trabalhos de Fundação da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas - ASCOR, em seguida apresentou para os presentes os componentes da mesa que iriam colaborar para o início desses trabalhos. Presentes a mesa o sr. Adilson Batista Leite (GF), Edile Venôcio Barros Lima (IBR), José Carlos Andrade Costa (CDD), Judson Cabral de Santana (SRE), que presidia a referida mesa, e eu, Ana Lúcia Fernandes de Lima (GOP), que secretariava os trabalhos. Ainda com a palavra o sr. Judson explicou que todos os assuntos em pauta seriam colocados em votação, esclarecendo que a 1ª Diretoria da Associação tem mandato transitório e que sendo a Diretoria eleita nesta Assembleia, deve receber voto de confiança de todos, tendo em vista a sua importância para a estruturação da Associação. Falou na pesquisa que foi feita com os funcionários da Empresa, através da distribuição de 500 questionários e que 80% dos pesquisados votaram a favor da Associação. A seguir o sr. presidente da mesa, sr. Judson Cabral de Santana, deu por iniciada a Assembleia exatamente às 19:10hs. Procedeu a leitura do Estatuto para que depois de discutido fosse votada a sua aprovação pela

Ata de Assembleia Geral para Fundação da ASCOR, realizada no dia 19 de abril de 1985; p. 01

Assembleia, em seguida houve algumas constatações, como por exemplo:
 - Proposta da mesa, que a diretoria eleita terá o prazo de 30 dias para fazer uma reformulação no estatuto, devendo consultar aos associados, ai houverá uma convocação para a assembleia aprovar ou não; Proposta aceita pela maioria. Terminada a leitura do estatuto foi colocado em votação sua aprovação; tendo sido aprovado pela maioria. Ainda com a palavra o Sr. Judson apresentou aos presentes o candidato da chapa única a presidente da Associação dos Empregados dos Correios em Alagoas-ASCOR, Sr. Benival dos Santos, onde o mesmo fora bastante aplaudido; logo após o Sr. Juvenio Pereira dos Santos, representante dos empregados de Mapiacá, sugeriu que o interior do estado também fizesse parte da diretoria da Associação; O Sr. presidente da mesa pediu para que o mesmo fizesse uma proposta, com a palavra o Sr. Juvenio Pereira dos Santos pediu para introduzir na chapa o seu nome e o do Sr. Walter Luiz dos Santos, a proposta foi colocada em votação e aprovada pela maioria. Aproveitando a oportunidade o Sr. Edêmio Guimarães, um dos representantes do CR Maceio indagou; Por que nesta chapa não tinha ninguém do CR Maceio? O Sr. Judson explicou os contatos que foram realizados com a chapa e o pessoal daquele centro; a seguir o Sr. Adilson Leite enfatizou as palavras do Sr. Judson falando que apesar de todos os contatos para as reuniões que antecederam esta convocação, o CR Maceio não teve participação, mais que o Sr. Edêmio sugerisse o nome dos candidatos a uma vaga na referida chapa; Ainda com a palavra o Sr. Adilson Leite colocou o seu cargo na referida chapa a disposição do CR Maceio; a seguir o Sr. Judson sugeriu aumentar o conselho fiscal que ficaria acrescido de 4 para 6 membros, sendo 6 membros efetivos e 6 membros suplentes, onde seriam colocados dois representantes da Agência de Mapiacá sugeridos pelo Sr. Juvenio e 3 representantes do CR Maceio sugeridos pelo Sr. Edêmio; Dando prosseguimento foi colocado em votação, tendo sido aprovado pela maioria. Como o Sr. José Edêmio demonstrou a comunitária interesse em

2

fazer parte da chapa e a assembleia aprovou, foi sugerido também o nome do sr. Antonio dos Santos Filho, também do ET, surgindo então manifestações dos presentes pelo fato do sr. Antonio encontrar-se ausente à assembleia, não demonstrando interesse em participar; usando a palavra um dos presentes manifestou-se dizendo que, ele poderia não estar presente por algum impedimento justificado. Como tinha outros ausentes foi colocado em votação a permanência de todos os elementos que no momento estivessem ausentes: 1º) O sr. Galdo Verino da Silva, tem sua ausência justificada pelo sr. Adilson Menezes Silva, explicando que o mesmo encontrava-se em Recife participando de um curso no Centro de Treinamento "Paulo Bregaro", foi colocado em votação e aprovado pela maioria; 2º) O sr. Mozart Viana da Silva, tinha estado presente, mais por problemas de ordem familiar teve que ausentar-se antes do término desta convocação, foi colocado em votação e somente um associado não concordou, tendo sido aceita a presença do mesmo na chapa pela maioria; 3º) O sr. Francisco, teve sua ausência justificada pelo sr. Ethonardo Amorim da Rocha Leite, explicando que o mesmo encontrava-se trabalhando, foi colocado em votação, tendo sido aceita a justificativa pela maioria; 4º) O sr. Antonio dos Santos Filho, como não estava presente e não havia justificativa, foi colocado em votação e a assembleia em memória concordou com sua participação na chapa; a seguir o presidente da mesa deu como aprovada a proposta em que o sr. Antonio dos Santos Filho não participe da chapa; dando prosseguimento o sr. Presidente indagou sobre a presença de mais um representante do ET Maceió, e tendo em vista sua presença e seu interesse, foi colocado em votação e incluído na chapa do sr. José Renato da Silva e foi aprovado em maioria pela assembleia. Colocados em pauta a eleição dos componentes da chapa única assim composta: Presidente - Lourival dos Santos (GT), Vice-Presidente - Adilson Calhal de Santana (SRE) 1º secretário - José Inácio de Aguiar Ribeiro (SSA) 2º secretário - Luiz Batista da Silva (CO), 1º tesoureiro - Adilson Batista Leite (GF), 2º tesoureiro - Dilma Bomfim Palmeira (GT), Diretor de Patrimônio

força dos Santos Oliveira (Ag. Central) - Diretor social - Sivaldo Verino da Silva (GOT), Diretor de Esportes - Augusto Gomes Nobre^(COE) Conselho Fiscal: 1º membro - Edile Tenório Barros Lima^(FPR), 2º membro - Mozart Viana da Silva^(GOT), 3º membro - José Francisco de Barros^(GSR), 4º membro - Maria das Vitórias Maurício da Rocha de Lima^(GOT), 5º membro - Jurino Pereira dos Santos (APT Mapuricá), 6º membro - José Renato da Silva (CT). suplentes: 1º suplente - José Carlos Andrade da Rocha (CDD), 2º suplente - Promido Policarpo dos Santos (GOT), 3º suplente - Almir Ribeiro de Oliveira (XP/AL-03), 4º suplente - Manoel Ferreira da Silva^(GSR), 5º suplente - Walter Leuz dos Santos (APT Mapuricá) e José Estênio Sui-mino Neto o 6º suplente. Depois da apresentação de todos os componentes da chapa única aos presentes, foi então colocado em votação tendo sido aclamada pela assembleia. Decisão da maioria esta será a chapa de Fundação da Associação dos Empregados dos Correios em Placas - ASCOR, com posse automática nesta data dando continuidade aos trabalhos, foi dada sequência à pauta ordinária e colocado em discussão o valor da contribuição mensal. O Sr. Judson explicou que na pesquisa realizada 80% dos 500 empregados pesquisados, concordaram em depositar a contribuição em folha, tendo sido colocado em votação e sendo aprovado também pela assembleia, a seguir o Sr. Presidente da Comissão falou sobre o valor da importância a ser cobrada que teve a maior aceitação foram R\$ 5.000 e R\$ 10.000, colocando então em votação, obtendo o seguinte resultado:

R\$ 5.000 → 42 votos

R\$ 10.000 → 48 votos

houveram algumas constatações, mais como houve votação, o Sr. presidente deu como aceite o valor de R\$ 10.000 mensais para a contribuição mensal. Em seguida foi franqueada a palavra pelo presidente da Comissão ao Sr. Presidente eleito, Laurival dos Santos, que depois de muito aplaudido se congratulou com todos os presentes e sem mais nada a dizer tendo em vista o adiantado da hora agradeceu a todos; logo após foi marcada para o dia 14 de maio de 1985 a posse festiva da Diretoria - À 21:5

3

o sr. presidente da comissão, sr. Judson Cabral de Santana, agradeceu a participação de todos os companheiros presentes e deu por encerrada a Assembleia, e eu, Ana Leucina Fernandes de Leima, laurei a presente ata que segue assinada pelos componentes da mesa e pelos membros eleitos da diretoria,

Maceió (AL), 19 de abril de 1984

Componentes da mesa: - ~~Judson Cabral~~
 - Edile Tengio Baues Lima
 - ~~Moite~~
 - Ana Leucina Fernandes de Leima
 - José Carlos Almeida Rocha.

Diretoria da ASCOR eleita - ~~Judson Cabral~~ - Presidente
 - ~~Judson Cabral~~ - Vice-Presidente
 - ~~Francisco~~ - 1º Secretário
 - ~~Moite~~ - 2º Secretário
 - ~~Maria Otilia Galvão~~ - 1º Tesoureiro
 - ~~Jose Carlos de Oliveira~~ - 2º Tesoureiro
 - ~~Francisco~~ - Diretor Social
 x ~~Suplente~~ - Diretor Esporte
 x Edile Tengio Baues Lima
 x ~~Maria Otilia Galvão~~
 x ~~Maria Otilia Galvão~~
 x ~~Jose Carlos de Oliveira~~
 x José Carlos Almeida Rocha
 x ~~Maria Otilia Galvão~~
 x ~~Maria Otilia Galvão~~

ANEXO B – Carta de Demissão



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE ALAGOAS

CT/SAP-2173/85

MACEIÓ-AL., 21 DE OUTUBRO DE 1985.

Assunto: COMUNICA RESCISÃO CONTRATUAL

ILMO. SR.
JOSÉ INÁCIO AGUIAR RIBEIRO
CONJ. CIDADE UNIVERSITÁRIA, QUADRA 27
RUA 5-A, Nº 44 - TABULEIRO DOS MARTINS
NESTA

COMUNICAMOS A V. SA QUE FOI AUTORIZADA SUA RESCISÃO DE
CONTRATO DE TRABALHO, SEM JUSTA CAUSA, A PARTIR DE 16.10.85, AO TEMPO
EM QUE SOLICITAMOS SEU COMPARECIMENTO A ESTA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
DE PESSOAL.


JARBAS DA SILVA MARANHÃO
RESP. CHEFE SAP/DR/AL

ANEXO C – Capa de Boletim Informativo da ASCOR

01

Informativo MARÇO/87

ASCOR

BOLETIM DOS ECETISTAS DE ALAGOAS

EDITORIAL ECT : 18 ANOS DE REPRESSÃO

A DITADURA MILITAR é a MÃE e o famigerado AI-5, de triste memória, é a PARTEIRA. A filha, a ECT, não poderia dar noutra coisa que não fosse uma empresa estruturada sobre princípios fascistas dos mais ferozes. Dentro de um projeto de destruição de instituições que são um patrimônio do povo e dos trabalhadores, o antigo DCT foi das primeiras a ser atingidas, por serem os correios PONTO VITAL para a DITADURA MILITAR descobrir e mandar PARA A CADEIA ou ASSASSINAR seus opositores. Para isso o SNI montou agências CLAUDESTINAS EM TODAS AS DRs. Violar correspondências era pura rotina para os agentes da REPRESSÃO.

Enquanto isso os CORONÉIS DO SNI que dirigiam a empresa, cuidavam, também, de impor aos ECETISTAS o TERRORISMO nas relações de trabalho. Começaram por DEMITIR, CASSAR, PRENDER, ASSASSINAR todas as antigas lideranças dos ECETISTAS. Instituíram uma política salarial tão imoral que, em pouco tempo, o SALÁRIO DO ECETISTA passou literalmente a REPRESENTAR UMA MIGALHA e a porta aberta para a miséria mais absoluta. A REPRESSÃO passou a ser uma BRUZA com quem convivemos diariamente. INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS SEMPRE RESULTARAM EM PUNIÇÕES ARBITRÁRIAS. NOS FOI NEGADO O DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E EXPRESSÃO !

Hoje ainda convivemos com esta estrutura fascista quase inalterada. São mais de 4.000 demissões políticas e punições arbitrárias em todos os setores da empresa. CONTUDO ALGUMA COISA ESTÁ MUDANDO, consequência da vitoriosa organização dos ECETISTAS. Temos muitas conquistas importantes, resultado de NOSSA LUTA e que custaram o emprego de inúmeros companheiros.

O caminho da LIBERDADE não será caminhado com facilidade. Contudo venceremos os fascistas da ECT. Ainda LUTAREMOS muito, mas depende da nossa organização e de nossa coragem para seguir em frente.

ANEXO E – Manifestação contra a Privatização dos Correios (década de 1990)



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL



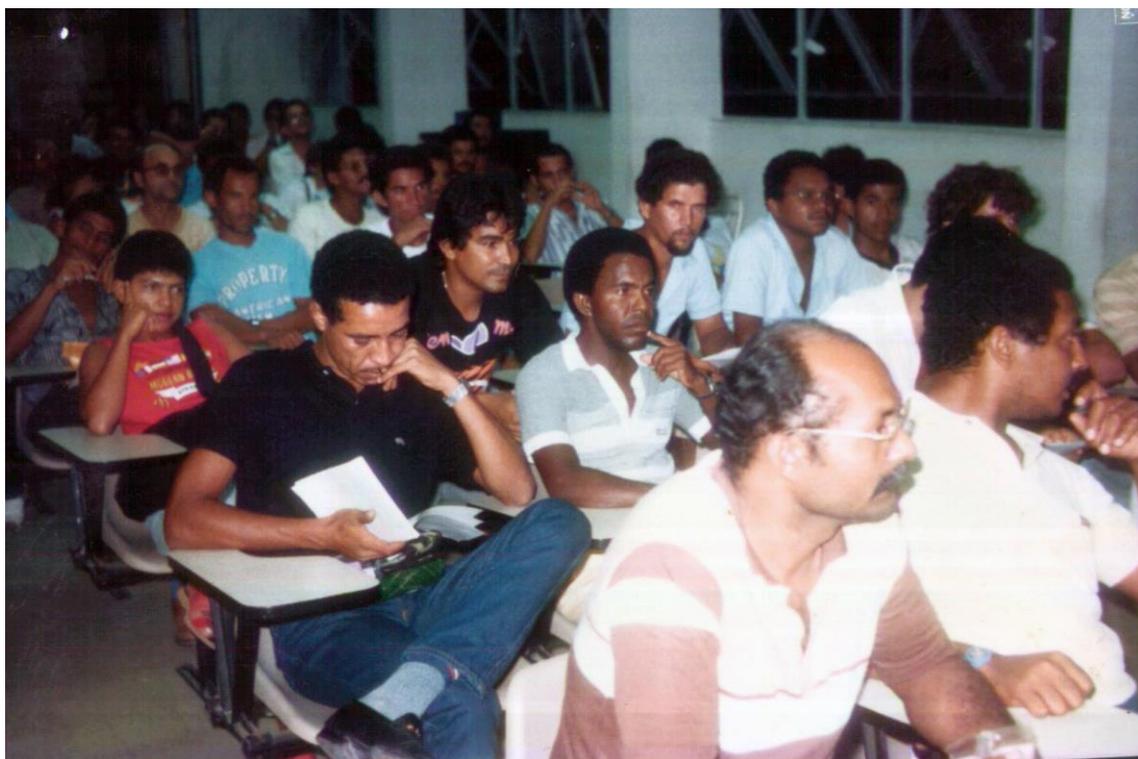
Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

ANEXO F – Intervenção da Polícia Militar em Greve dos Correios (década de 1990)

Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

ANEXO G – Assembleia Geral dos Trabalhadores dos Correios no SINDPETRO – 1997

Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

Anexo H – Greve dos Correios em Alagoas – 1997



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

ANEXO I – Antiga Sede do Sintect-AL, localizada na Rua Ceará – Prado (década de 1990)



Fonte: autor desconhecido – Arquivo do Sintect-AL

Posse de Delegados Sindicais nos anos 2000 – Interior da Sede do Sintect-AL



Foto: Roberval S. da Silva – Arquivo do Sintect-AL